



UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Rafael Marchesan Tauil

Intelectuais e Política no Brasil: da teoria do populismo à reconciliação com a tradição republicana na interpretação de Francisco Weffort

São Carlos - SP - 2017



UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Rafael Marchesan Tauil

Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Intelectuais e Política no Brasil: da teoria do populismo à reconciliação com a tradição republicana na interpretação de Francisco Weffort

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Ciência Política, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para a obtenção da titulação de doutor em Ciência Política

Discente: Rafael Marchesan Tauil
Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo - FAPESP - Doutorado no país processo nº 2014/10284-9

University of Bristol – UK
Supervisor: Prof. Dr. Terrell Foster Carver

Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo - FAPESP-BEPE (Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior) processo nº 2015/22971-3

São Carlos - SP - 2017

Marchesan Tauil, Rafael

Intelectuais e Política no Brasil: da teoria do populismo à reconciliação com a tradição republicana na interpretação de Francisco Weffort / Rafael Marchesan Tauil. -- São Carlos, 2017. 229 f.

Orientador: Milton Lahuerta. Coorientador: Terrell Foster Carver. Tese (Doutorado - Ciência Política) -- Universidade Federal de São Carlos, Programa de pós-graduação em Ciência Política - UFSCar, 2017.

1. Francisco Weffort. 2. Intelectuais. 3. Pensamento político brasileiro. 4. Interpretação do Brasil. 5. História das ideias.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
 Centro de Educação e Ciências Humanas
 Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a defesa de tese de doutorado do candidato Rafael Marchesan Tauil, realizada em 29/11/2017:

Prof. Dr. Milton Lahuerta
(UNESP)

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
(UFSCar)

Prof. Dr. José Antonio Segatto
(UNESP)

Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim
(UFJF)

Profa. Dra. Monica Brito Vieira
(YORK)

Certifico que a sessão de defesa foi realizada com a participação à distância dos membros: Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim e Profa. Dra. Monica Brito Vieira, depois das arguições e deliberações realizadas, os participantes à distância estão de acordo com o conteúdo do parecer da comissão examinadora redigido no relatório de defesa do aluno Rafael Marchesan Tauil.

Prof. Dr. Milton Lahuerta
 Presidente da Comissão Examinadora
(UFSCar)

Aos meus pais

Agradecimentos

A conclusão de mais esta etapa em minha trajetória de vida não teria sido possível sem a ajuda e inspiração de um grande número de pessoas.

Gostaria de agradecer à minha mãe Lucia Tauil, aos meus irmãos Cadu e Fabi, ao meu cunhado Fabrizio e ao meu sobrinho Piero pela força e paciência durante estes quase cinco anos de estudos e pesquisas. Vocês são especiais. Piero, ainda que você não saiba, por ser muito novo, este trabalho não seria o mesmo sem a alegria que você me proporcionou desde seu nascimento. Agradeço a força dada por meu irmão Tuca, minha cunhada Edna e meu sobrinho Gabriel, que ainda muito novo, vem se mostrando um garoto excepcional. Agradeço também à família Naranjo, sempre querida e presente nas horas boas e ruins.

Agradeço ao meu orientador Milton Lahuerta, que se tornou um querido amigo e me ensinou muito sobre Ciência Política e sobre a vida. Agradeço ao Rogério Baptistini, professor, amigo e fonte de inspiração, que me acompanha desde a graduação em Ciências Sociais. Agradeço ao professor Terrell Foster Carver que me acolheu e me orientou de forma tão dedicada durante os três meses que passei como pesquisador na University of Bristol. Agradeço à professora Vera Cepêda pelas aulas estimulantes e pelas ideias trocadas sobre pensamento político brasileiro.

Agradeço à Samantha Molina que foi namorada, amiga e companheira no início de minha jornada como doutorando.

Agradeço aos colegas e amigos do LabPol – UNESP Alex Moreira, Ana Paula Silva, Gabriel Burnatelli de Antonio, Eliane Silva, Fernanda Feijó, Luciléia Colombo, Alessandra Nascimento, Kátia Baptista, Giovana Isis, Lucas Paolilo e Patrícia Olsen pela acolhida e pelos interessantes trabalhos que desenvolvemos juntos.

Agradeço aos colegas e amigos da University of Bristol Magda Mogilnicka, Lydia Medland, Natalie Jester-Carter, Ed Atkins, Chao Yuan, Aslak-Antti Oksanen, Firdausi Suffian, Azzurra Basi, Ioana Lungu, Neema Begum, Julio Herмосilla, Denny Pencheva, Alastair Emmett, Maria Teresa Pinto, Juan Pablo Rodriguez, Hector Rios, Patricio Olivera Zuñiga, Robert Yates e Fiiz Hashim pelo aprendizado e por terem me acolhido tão bem durante o tempo que passei na universidade.

Agradeço os professores David McLellan, Gregor McLennan e James Martin pelas ideias interessantes que trocamos sobre marxismo, intelectuais e pensamento político. Obrigado também pelas entrevistas que me concederam.

Agradeço à Lilian Tsitsi Musa que me acolheu em sua casa em Bristol. Obrigado pelos jantares, pelas conversas e pelas palavras de incentivo durante este período.

Agradeço aos amigos-irmãos Jean Karan, Flavia Pugliesi, Luguí Carvalho, Eduardo Marchesan, Raquel Ribeiro Borges, Andres Benito Escribano, Flavia Ayres e Tatiane Gonzales. Agradeço também as queridas amigas Caroline Freitas e Lara Pastore.

Agradeço a ajuda e a força das estimadas Ana Luiza Dias e Marluce Muniz de Sousa Pedro, sem as quais este trabalho não teria sido possível.

Agradeço a participação e contribuição dos professores José Antônio Segatto e Rubem Barboza Filho em minha banca de qualificação.

Agradeço aos professores e amigos Alessandro Soares e Elisaide Trevisan da Escola Paulista de Direito – EPD que me deram força e incentivo durante o processo de desenvolvimento de minha tese. Agradeço também os meus alunos desta instituição que funcionaram como grande incentivo para seguir em frente na vida acadêmica.

Agradeço o querido Raphael Augusto dos Santos, secretário do PPGPOL, que tanta ajuda e tantos galhos me quebrou durante estes quatro anos de doutoramento.

Agradeço finalmente o financiamento da CAPES e da FAPESP, sem os quais esta tese não seria viável.

Sumário

Intelectuais e Política no Brasil: da teoria do populismo à reconciliação com a tradição republicana na interpretação de Francisco Weffort	10
Resumo	10
Introdução	14
Metodologia	16
Objeto de estudo: populismo, Partido dos Trabalhadores/democracia e reconciliação com o pensamento político brasileiro.....	23
Sociologia pública.....	27
Capítulo I	32
I. Os contornos iniciais do pensamento de Weffort	32
II. O Seminário do Capital e a “esquerda nacionalista”: marxismo acadêmico e ideologia.....	37
III. As formulações consagradas sobre o populismo no Brasil	47
Capítulo II	54
I. Weffort e o populismo na USP I.....	54
II. Weffort e o populismo na USP II	56
III. Weffort e o populismo na CEPAL.....	60
IV. Weffort e o populismo no CEBRAP.....	66
V. O Opinião.....	83
Capítulo III.....	89
I. CEDEC: Uma nova agenda de pesquisa	89
II. Do Socialismo à Democracia.....	108
Capítulo IV.....	120
I. Reconciliação com a História política brasileira e seus atores intelectuais	120
II. A cultura e as revoluções da modernização.....	124
III. Formação do Pensamento Político Brasileiro: Ideias e Personagens.....	134
IV. Espada, cobiça e fé: um ensaio sobre as origens do Brasil	146
Considerações finais.....	154
Produção Francisco Correa Weffort	159
Documentos Consultados sobre o Partido dos Trabalhadores	161
Artigos de jornais escritos ou com participação de Weffort sobre a Assembleia Nacional Constituinte	162
Referências Bibliográficas	163
Bibliografia geral	163

Bibliografia: Relações entre intelectualidade e política.....	175
Bibliografia: Análise do discurso e retórica	178
Bibliografia: Contextualismo linguístico.....	181
Anexo.....	185
Relatório apresentado à FAPESP como resultado das pesquisas efetuadas como pesquisador visitante na Universidade de Bristol – Reino Unido – 01/02/2016 à 30/04/2016.	185
Political Thought and History of Ideas: Comprehending Different Approaches and Interpretative Methods in the United Kingdom	186
Introduction.....	187
Scientific events and Interviews	187
Results of researches on linguistic contextualism and discourse analyses.....	218
Bibliography.....	228

Intelectuais e Política no Brasil: da teoria do populismo à reconciliação com a tradição republicana na interpretação de Francisco Weffort

Resumo

Nesta pesquisa pretendemos analisar a trajetória político-intelectual de Francisco Correa Weffort, bem como sua interpretação do Brasil. Nossa hipótese principal sustenta que Weffort, com a formulação da teoria do populismo, construiu uma espécie de justificativa *ex-ante* para a criação do PT, em 1979. A outra hipótese que nos orienta centra-se na ideia de que a atuação como Secretário Geral do PT, durante a década de 1980, o teria levado a iniciar uma radical mudança em sua leitura da história nacional. Nas primeiras interpretações, especificamente naquelas sobre o populismo, há um entendimento de que a efetiva democratização do Brasil exigiria a ruptura com a tradição republicana centrada no tema da construção da nação. Teria sido exatamente tal leitura da realidade, com foco na crítica ao caráter demagógico do populismo, o principal motivo de seu engajamento em prol da criação de uma nova agremiação política dos trabalhadores que afirmasse não só uma perspectiva classista, como também rompesse com o conformismo e com a conciliação de classe típicos, em sua visão, tanto da tradição trabalhista quanto do PCB. Essa forma de pensar, que visava romper com marcos conceituais da tradição nacional-populista, ganhou corpo depois do golpe militar de 1964 e tornou-se hegemônica no ambiente acadêmico e entre a esquerda não vinculada ao PCB, durante a década de 1970, levando uma parcela expressiva da intelectualidade a viver a experiência da política e a se engajar na criação do Partido dos Trabalhadores. Não obstante, a despeito da “vitória” de sua interpretação, a prova da prática não teria sido nada fácil para Francisco Weffort, fazendo com que, depois de ter ocupado o cargo de Secretário Geral na década de 1980 e coordenado a campanha de Lula à presidência da República, em 1994, se afastasse do PT e assumisse o cargo de Ministro da Cultura de Fernando Henrique Cardoso. Com isso, Weffort efetivou um giro no modo de pensar a realidade nacional e de uma perspectiva de ruptura com a tradição republicana, paulatinamente, passou a se identificar com uma posição que reconhece como positivos elementos constitutivos da tradição que inicialmente pretendia negar. Essas novas interpretações sobrepujaram substancialmente suas leituras sobre a realidade nacional, levando-o a reconsiderar muitos dos juízos sobre ela. De tal forma que os atores políticos e intelectuais, assim como os processos históricos (como a Revolução de 1930),

duramente criticados em suas interpretações iniciais, deixaram de ser vistos de forma negativa, e passaram a ser considerados como importantes para os processos de *state-building*, de ampliação dos direitos de cidadania e de fortalecimento da democracia no Brasil. Ou seja, superando a visão essencialmente negativa proposta pela teoria do populismo, Weffort efetivou uma espécie de reconciliação com a história do país e com suas tradições intelectuais, especialmente com o chamado nacional-populismo.

Palavras chave

Francisco Weffort; Intelectuais; Pensamento Político Brasileiro; Interpretação do Brasil;

Abstract

Our goal in this research is to analyse Francisco Weffort's politic-intellectual trajectory, as well as his interpretation about Brazil. Our main hypothesis is that Weffort, with his populism theory formulation, built up an *ex-ante* justification to the Worker's Party formation in 1979. We are also led by another hypothesis, which is fixed in the idea that a radical change in Weffort National History comprehension would have been influenced by his actuation as Secretary-General in the Worker's Party during the 80s. In the first part of his interpretations, especially about the populism theory, there is an understanding which means that for an effective Brazilian democratization process, a rupture with the republican tradition - focused in the Nation construction thematic - would be needed. This reality apprehension, which focused in the criticism of the populism demagogic characteristic, would be the main reason for his commitment in favour of a new workers' political organization. This commitment would not just be able to affirm a classist perspective, but would also disrupt with the conformism and with the typical class conciliation, that in his vision, was descendant from the labour tradition, as well as from the Communist Brazilian Party (PCB). This line of thought, which aimed to break up with national-populist conceptual remarks, improved after the 1964 military coup and became hegemonic in the academic sphere and among the Left not linked to the PCB during the 70s. The process led to an intellectuality expressive fraction to experience the political life and to commit them into the Worker's Party creation. Nevertheless, despite Weffort's winning interpretation, the political practical test would not be so easy for him. After actuating as PT's Secretary-General and coordinating with Lula's Republic Presidential campaign in 1994 he would leave the Party and be in charge of Fernando Henrique Cardoso's Ministry of Culture. Afterwards, Weffort would completely change his interpretation about the nation's reality. From a disruptive republican traditional view, he adopted a position in which he recognized as positive some constitutive tradition elements, which he denied by at the beginning of his interpretations. This new comprehension substantially overpassed his first comprehension about the nation's reality and induced him to reconsider much of his judgments about it. The political and intellectual actors, as well as the history process (the 1930 revolution e.g.), which were hardly criticized during his first interpretations, started to be seen in a positive way and as very important for the state-building process, citizen rights improvement and for the

Brazilian's fortification of democracy. In other words, overcoming an essential negative view proposed by the populism theory, Weffort performed a kind of reconciliation with the Brazilian History and with its intellectual traditions, especially with the national-populism.

Key-words

Francisco Weffort; Intellectuals; Brazilian Political Thought; Interpretations about Brazil;

Introdução

Nosso objetivo neste trabalho consiste na compreensão das interpretações elaboradas por Francisco Correa Weffort sobre a realidade brasileira e no modo como suas leituras acerca de seu tempo corresponderam à construção de um projeto político representado, como sua expressão máxima, pelo Partido dos Trabalhadores. Além disto, no modo pelo qual sua inserção no campo político concreto contribuiu com a transformação de sua leitura acerca da realidade política nacional, levando-o a conferir importância a aspectos e atores da História brasileira anteriormente vistos através de registros essencialmente negativos. Deste modo buscamos compreender o modo pelo qual diagnósticos e prognósticos acerca da realidade são elaborados pela intelectualidade e de que maneira se transformam de acordo com determinadas conjunturas históricas e diferentes experiências no campo da política, da economia, da cultura e das demais esferas sociais. Os trabalhos e pesquisas desenvolvidos por Francisco Correa Weffort tiveram papel fundamental no campo das Ciências Sociais. Além disto, sua participação enquanto fundador e Secretário Geral do Partido dos Trabalhadores contribuiu com importantes transformações políticas ocorridas entre as décadas de 1970 e 2000.

O conjunto de interpretações elaboradas por Weffort foi formulado durante sua atuação enquanto pesquisador na Universidade de São Paulo, no CEBRAP e no CEDEC. Essas interpretações se desdobraram em sua atuação política, seja como ator político do PT entre 1979 e 1994, seja como Ministro da Cultura entre 1994/1995 e 2002. Posteriormente, Weffort explicitaria, além disto, a revisão dessas interpretações ao se tornar um intelectual autônomo, desvinculado de centros de pesquisa e universidades, finalizando suas últimas obras de interpretação sobre o Brasil entre 2000 e 2012.

Nosso trabalho procura compreender de que maneira Francisco Weffort participou da fundação de uma nova interpretação acerca da realidade política brasileira, o modo como esta interpretação teve correspondência, no campo das ideias, com a concretização de um projeto político e de que modo o intelectual revisitou e alterou suas primeiras interpretações após ter participado como ator político no cenário nacional. As teorias e interpretações de Weffort recolocaram na ordem do dia, através de diferentes perspectivas, tanto as possibilidades de um horizonte socialista que poderia ser alcançado através de rupturas “contra a ordem” e contra o sistema político vigente, quanto um horizonte que privilegiasse mais tardiamente essencialmente a democracia através de uma política mais pragmática através da via institucional.

Por traz da investigação sobre esta trajetória está a compreensão sobre o modo pelo qual uma parte da intelectualidade, que via no radicalismo da esquerda marxista e no rompimento abruço com a ordem política, histórica, social e econômica vigentes as soluções para os “problemas brasileiros”, passa a aderir a atitudes e posições mais próximas à “política do possível”. Deste modo, está em jogo, além da compreensão das interpretações de um intelectual, o entendimento de um movimento onde intelectualidade e política se fundiram à procura de um novo “rumo” para a nação, centrado na mudança social e na democracia.

Temos como pressuposto a ideia de que o pensamento político pode ser compreendido como um retrato, reflexo ou mesmo expressão geral de uma determinada época ou momento histórico¹. Neste ponto consiste a importância dos estudos sobre o pensamento de importantes intelectuais acerca da realidade política, cultural, social e histórica brasileira. Através da compreensão destas reflexões é possível decifrar o contexto histórico vivido por estes atores, o cenário político nos quais estiveram inseridos, as convenções sociais às quais estiveram submetidos, a conjuntura econômica da época, além das discussões, debates e disputas intelectuais/políticas nas quais estiveram envolvidos. No caso particular das obras de Francisco Weffort e de seus interlocutores, podemos conhecer o contexto político-intelectual no qual o autor esteve inserido através das linhas de pesquisa às quais esteve relacionado, dos centros de pesquisa dos quais participou e ajudou a fundar e por meio dos embates políticos nos quais esteve envolvido durante sua produção.

¹ Refiro-me aqui à noção de ideologia historicamente orgânica de Gramsci (GRAMSCI, 1977, P. 1456 *apud* KONDER, 2002, P. 01)

Metodologia

Utilizamos nesta tese o contextualismo linguístico e a historiografia das ideias\pensamento político provenientes da “Escola de Cambridge”² como metodologia de pesquisa principal. Paralelamente, a análise do discurso e da retórica foram mobilizadas no aprimoramento das análises textuais, de modo que pudéssemos extrair os pontos fundamentais da obra de Weffort, possibilitando, ao mesmo tempo que uma compreensão precisa de seus trabalhos, o registro de suas obras em relação às demais formulações intelectuais e teorias da época.

No caso do contextualismo linguístico, nos baseamos nas linhas metodológicas conformadas por dois autores principais: Quentin Robert Duthie Skinner e John Greville Agard Pocock. Estes dois autores contribuíram com a formação de um eixo metodológico específico que agregou em torno de si a busca pela compreensão de “textos” através de uma perspectiva contextualista. Esta perspectiva consideraria não apenas o texto de um autor em si, mas os atores responsáveis pelas respectivas produções, seus contextos de formação, a “gramática” que os permeou, os cenários políticos nos quais foram produzidos, a representatividade de determinados “atos de fala” e os debates em torno dos quais orbitavam estes atos.

Para estes autores o “texto escrito” e a “linguagem” não poderiam e nem deveriam ser considerados através de perspectivas unívocas, ou seja, constituindo-se respectivamente apenas enquanto elementos “textuais” ou simples componentes “gramaticais”, sem uma devida contextualização histórica e política. Para eles, tanto os “textos” quanto as “narrativas” propriamente ditas, deveriam ser analisadas com maior profundidade, possibilitando ao pesquisador a real compreensão dos “sentidos” almejados pelo autor no momento de sua escrita.

² Indicamos nas referências bibliográficas (anexo das pesquisas metodológicas realizadas na Universidade de Bristol) os trabalhos fundamentais que conformam esta linha metodológica de interpretação – mais especificamente os trabalhos de Quentin Skinner e John Pocock. Nesta tese utilizaremos o contextualismo linguístico como base auxiliar na compreensão dos trabalhos de Weffort. Não se trata de uma tentativa de reconstrução do vocabulário/gramática político de sua época como fazem Pocock e Skinner por exemplo. Trabalharemos com esta metodologia, adaptando-a à realidade da pesquisa em pensamento político, sem um aprofundamento extremo no campo específico da linguística/hermenêutica. Além das obras que indicamos na bibliografia do trabalho, é possível uma compreensão mais aprofundada dos eixos metodológicos mencionados através da leitura da tese de JAMES, S. C., **The 'Cambridge School' in the history of political thought, 1948-1979**, University of Cambridge – UK, 2012, e de trabalhos como BEVIR, M. The errors of linguistic contextualism, **History and Theory**, Vol. 31, No. 3, pp. 276-298, Oct., 1992, BEVIR, M. **The logic of the History of Ideas**, Cambridge University Press, 1999 e TULLY, J. (Ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988

Para Skinner (2002) os “textos” se constituiriam enquanto “atos de fala” eminentemente políticos, para Pocock (2003) as “narrativas” e suas respectivas “linguagens” se constituiriam na verdade como “discursos políticos”, direta ou indiretamente. Dito de outra maneira, para estes intelectuais, a investigação de textos e escritos de uma época deveria sempre levar em consideração uma linha historiográfica, sem ignorar o modo pelas quais determinadas obras ou produções teriam sido elaboradas.

No caso de Francisco Weffort, buscamos distinguir seus “atos de fala” em duas espécies diferentes de trabalhos textuais. O primeiro como formulações provenientes de pesquisas acadêmicas, advindas de sua inserção num universo científico e profissionalizante, típico do ambiente uspiano; e no segundo caso, como elaborações eminentemente políticas, com “intenções” mais explícitas, afastando-se da “neutralidade” reclamada pelo rigor das Ciências Sociais, quando esteve inserido em debates mais próximos à política e, posteriormente, quando ingressou de forma institucionalizada neste campo. O primeiro caso pode ser ilustrado através de seu esforço teórico na formulação do conceito sociológico/político de populismo, ainda na década de 1960. O segundo por obras escritas já entre as décadas de 1970 e 1990, quando participou da experiência do CEBRAP, do CEDEC e da fundação do Partido dos Trabalhadores.

A linha metodológica de Skinner e Pocock busca levar em consideração, para a compreensão do pensamento de uma época, não a “fala” ou a “narrativa” como objetos intrínsecos ao pensamento dos autores que as desenvolveram, mas como resultado também de uma série de condicionantes externos à produção desenvolvida, que determinariam o real “significado” (*meanings*), “sentido” e “intenções” dos atores que a teriam criado.

Para Skinner o “texto” ou a “fala”, *per se*, teriam menor importância do que os significados do “ato da fala”. Por isto, em nosso caso, a importância de compreender o “sentido” das formulações intelectuais de Weffort e seus interlocutores. Já para Pocock a importância repousaria sobre o sentido da “linguagem” ou da “gramática” que conformaria o ideário político de uma época e seu respectivo “discurso político”, o que justifica, neste trabalho, a busca pela compreensão do contexto político e intelectual nos quais Weffort esteve inserido.³ Embora Skinner e Pocock se aproximem em torno de um

³ Nesta tese utilizamos o contextualismo linguístico como base auxiliar na compreensão dos trabalhos de Weffort. Não se tratou de uma tentativa de reconstrução do vocabulário/gramática político de sua época como fazem Pocock e Skinner por exemplo. Trabalhamos com esta metodologia, adaptando-a à realidade da pesquisa em pensamento político, sem um aprofundamento extremo no campo específico da linguística/hermenêutica.

eixo metodológico semelhante, as duas linhas metodológicas não são idênticas. Procuramos trabalhar nesta tese a partir das duas linhas metodológicas de maneira conjugada.

A principal característica que diferencia a metodologia dos dois autores repousa no fato de que Quentin Skinner teria sua maior preocupação na recuperação das intenções autorais de uma formulação intelectual ao tentar compreender os “significados” (*meanings*) da ação linguística “textual”. Assim, seu *locus* de análise estaria direcionado às intenções do autor no “ato da fala”. Por sua vez, Pocock teria como principal atenção a reconstituição dos “paradigmas” e “linguagens” de uma época em busca da compreensão de seus respectivos “discursos políticos”. Em outras palavras, o eixo de Pocock se deslocaria da busca pelas “intenções do autor”, como no caso de Skinner, para as “linguagens”, “ideologias”, “gramáticas” e “fundamentações linguísticas” que formariam a base para o entendimento de determinados “discursos políticos” de um período histórico.

Passamos assim de uma análise preponderantemente textual para uma compreensão contextual de interpretação das ideias e pensamentos de uma época, vis-à-vis seus acontecimentos históricos concretos. A conjugação dos dois eixos metodológicos nos permitiu compreender as teorizações e interpretações elaboradas por Francisco Weffort e suas correspondências com os eventos políticos e históricos nos quais esteve envolvido.

Trabalhamos com as duas perspectivas metodológicas da seguinte maneira:

1) Com Skinner, através da compreensão dos “atos de fala” de Francisco Weffort e de suas “intenções” ao elaborar suas obras. Deste modo fomos capazes de compreender melhor os “significados” de suas reflexões em seu tempo histórico e os respectivos debates político-intelectuais nos quais o autor esteve inserido durante sua trajetória de interpretações. Esta busca foi importante, visto que conceitos específicos, se utilizados em diferentes tempos históricos, não são capazes de captar, de maneira consistente, determinadas “realidades concretas”. A transformação de determinadas circunstâncias históricas, conjunturas políticas, cenários sócio-econômicos e contextos culturais de uma época podem conferir a determinados conceitos – se analisados de uma perspectiva univocamente textual – características anacrônicas, capazes de imputar “significados” incorretos às ideias de determinados autores.⁴

⁴ Para a problemática referente aos motivos e intenções por vezes imputadas incorretamente a escritos e seus respectivos autores ver: SKINNER, Q. **Motives, intentions and the interpretation of texts**. In:

Esta primeira linha metodológica nos permitiu reconstruir o “caminho das ideias” de Weffort e seus interlocutores e compreender o real “sentido” de seu pensamento político de acordo com seu “tempo histórico”, relacionando as interpretações e teorias elaboradas pelo autor a um amplo repertório de ideais presentes em determinado tempo histórico. Skinner sugere:

Podemos começar assim a ver não apenas que argumentos eles apresentavam, mas também as questões que formulavam e tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam (de forma polêmica), as ideias e convenções então predominantes no debate político. Não podemos esperar atingir esse nível de compreensão estudando tão-somente os próprios textos. A fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos. E, a fim de reconhecer a direção e a força exata de seu argumento, necessitamos ter alguma apreciação do vocabulário político mais amplo de sua época. (SKINNER, 1978, P. 13)

Para Skinner (2002) todo “ato de fala” se constitui enquanto ato político. “Skinner entende (...) que os atos de fala devem ser tomados como atos sociais intersubjetivos, e não intertextuais, e que ocorrem em situações históricas concretas, onde a linguagem é manipulada conscientemente com vistas à realização de determinadas ações e interesses sociais e políticos.” (SOUZA, 2008, P. 17) Por isto, justificou-se em nossa tese a busca das formulações desenvolvidas por Weffort durante sua participação na fundação do PT, quando escreveu, além de livros, breves artigos em boletins e jornais do partido ou textos em diferentes periódicos quando foi candidato à deputado Constituinte em 1986.

2) Com Pocock, por meio da pesquisa da “linguagem” (*langue*): “vocabulários”, “gramáticas”, “terminologias” e sua presença em determinados discursos (*parole*), reconstruímos os contextos históricos e as arenas político-intelectuais nas quais Francisco Weffort esteve inserido,⁵ compreendendo deste modo seus “discursos políticos” e as correspondências destes discursos com o campo político concreto.

Visando a reconstituição destes discursos de acordo com seu tempo histórico e ideário político, utilizamos como referência os “vocabulários” e “terminologias” que apareceram com maior frequência em suas obras. Pesquisamos estes “vocabulários” e “terminologias” nos três períodos de produção teórica e interpretativa do autor de acordo

TULLY, J. (Ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988

⁵ Conforme Pocock (2003)

com as temáticas trabalhadas por ele e seus respectivos períodos históricos, políticos e intelectuais.

Primeira Fase Interpretativa: 1) Nacional–populismo; 2) Sindicalismo Corporativista 3) Ditadura Militar - 1964 4) Movimentos sociais e Inserção das classes populares na política;

Segunda Fase Interpretativa: 1) Democracia 2) Socialismo; 3) Incertezas da transição democrática pós Golpe de 1964;

Terceira Fase Interpretativa: 1) Formação histórico–cultural do Brasil; 2) Iberismo; 3) Formação do pensamento político brasileiro;

Procedemos à análise desta “gramática” pesquisando-a nas obras do autor em fontes e documentos primários e em fontes secundárias (artigos, dissertações e teses de estudiosos que já se debruçaram sobre o contexto histórico) e sobre os embates políticos e intelectuais nos quais Weffort esteve inserido.

Ainda de acordo com a linha metodológica de Pocock definimos “balizas históricas”⁶ – transformações e rupturas no curso da História – que nos auxiliaram a compreender determinadas modificações nos eixos conceituais e ideológicos do período histórico estudado pelo autor. Utilizamos como balizas históricas:

1) A Proclamação da República (1889); 2) A Revolução de 1930; 3) A Fundação do Estado Novo (1937); 4) O primeiro processo de redemocratização brasileira (pós Golpe de 1937); 5) O Golpe Militar (1964); 6) O segundo processo de redemocratização brasileira (pós Golpe de 1964) 7) A Consolidação do regime democrático;

Confrontamos também os trabalhos de Weffort, de seus interlocutores e de atores que integraram o debate político–intelectual de sua época. Para isto, nos debruçamos sobre as obras de José Álvaro Moisés, Luís Werneck Vianna, Regis de Castro Andrade, Octavio Ianni, entre outros. Ao visitarmos o trabalho destes autores buscamos as principais teses que conformaram o contexto político-intelectual do período, bem como a “gramática”, os “termos” e as “ideias-chave” que integraram os debates e as disputas políticas e históricas da época.

Deste modo, a perspectiva de Skinner nos auxiliou na compreensão das “intenções” de Weffort e seus interlocutores em seus “atos de fala”, e em que medida estes “atos” – que conformaram sua trajetória intelectual – influenciaram o debate político e cultural da época. O horizonte compreensivo de Pocock nos ajudou a entender com

⁶ Para esta ideia ver Araújo (2003)

maior profundidade os “ideários”, as “gramáticas”, os “vocabulários” e a “linguagens” que conformaram o “discurso político” do período, contribuindo para a apreensão do momento histórico e dos debates nos quais esteve inserido.

Baseando-nos no pressuposto metodológico de que todo “texto” ou “narrativa” – seja ela em forma escrita ou discursiva – representa um ato ou discurso eminentemente político, buscamos confirmar nossa tese de que as interpretações iniciais sobre o populismo elaboradas por Weffort teriam se conformado como uma justificativa *ex-ante* para a criação do PT; do mesmo modo que suas interpretações posteriores à experiência política concreta teriam se constituído enquanto uma espécie de “resposta” às suas próprias formulações iniciais. Em outras palavras uma justificativa *ex-post* à sua atuação como ator político num cenário diferente de sua carreira acadêmica inicial.

Neste ponto, a análise do discurso e da retórica também foram importantes para fundamentar nossa hipótese de uma possível relação causal entre as formulações intelectuais e teorias de Weffort e as ações políticas que dela derivaram. Tentamos demonstrar que os textos do autor – trabalhos acadêmicos, artigos em revistas acadêmicas e textos escritos em jornais da época – contribuíram para a construção de narrativas/discursos que tiveram efeito prático no campo da política, num momento de polarização político-social em que diferentes atores da sociedade buscavam uma “justificativa teórica” para seus anseios de atuação na militância partidária ou suprapartidária durante o processo de ditadura militar e redemocratização.

Neste sentido, o trabalho de Howarth (2000), que mapeou as matrizes fundamentais da formação do campo de estudo da análise do discurso contribuiu com nossa perspectiva interpretativa. Seu livro *Discourse* esboça um panorama deste campo metodológico e apresenta boas práticas para a compreensão de formulações intelectuais, teorias e textos mais como “atos de interação ilocucionárias” do que apenas como trabalhos acadêmicos ou científicos num sentido formal. Howarth sistematiza este campo de trabalho e demonstra de que modo análises textuais podem ser aperfeiçoadas através da mobilização de quatro tradições diferentes de pensamento e seus respectivos autores: 1) Estruturalismo: Levi-Strauss, Saussure e Lacan; 2) Hermenêutica: Derrida e Foucault; 3) Materialismo histórico: Marx e Gramsci; e 4) Pós-estruturalismo, pós-modernismo e pós-marxismo: Althusser, Laclau, Mouffe e Pêcheux.

Além do campo da análise do discurso, buscamos também pensar as formulações de Weffort a partir da análise da retórica, campo disciplinar que busca em textos, atos de fala e outras formas de comunicação, pontos-chaves capazes de demonstrar que teóricos,

cientistas, intelectuais e atores políticos utilizam muitas vezes expedientes linguísticos específicos (de forma consciente e inconsciente) com vistas a influenciar práticas políticas e culturais em determinados contextos. A análise da retórica é geralmente pensada e utilizada em investigações sobre atos de fala expressados verbalmente. Apesar disto, trabalhos como os de Martin (2014) e Carver (2015) demonstraram que este campo é capaz de contribuir também com o desenvolvimento de análises textuais e com a compreensão de sentidos e intenções de determinados autores em suas formulações intelectuais e teorias apresentadas em forma escrita.

Objeto de estudo: populismo⁷, Partido dos Trabalhadores/democracia e reconciliação com o pensamento político brasileiro

Nosso objeto de pesquisa divide-se em três períodos específicos da atuação intelectual e política de Francisco Weffort: A primeira na compreensão de sua primeira fase de suas interpretações acerca do Brasil, durante sua participação na universidade, no CEBRAP e no CEDEC e suas correspondências com os principais fenômenos políticos que vinham ocorrendo entre as décadas de 1970 e 1980, tendo, como expressão máxima a fundação do PT. A segunda parte na apreensão do modo como Weffort interpretou e teorizou sobre a realidade política brasileira a partir da nova posição assumida como homem político, já no início da década de 1980, até sua inserção como Ministro da Cultura no governo Fernando Henrique Cardoso em 1994/1995. A terceira parte na compreensão de sua última fase interpretativa que se iniciou quando proclamou a realização das eleições presidenciais de 1994 como uma segunda revolução democrática brasileira, se reconciliando com os atores políticos da geração nacional-populista e seus “representantes intelectuais”.

Da década de 1960 a 1980 a interpretação de Weffort foi a expressão mais radical de um grupo de pensamento que acreditava que as transformações políticas no cenário nacional deveriam se dar através de uma ruptura com a herança histórica, política, econômica e social vigente, entre a esquerda, especialmente aquela articulada pelo PCB. (BRANDÃO, 1997) Entre 1994 e 1995, quando deixou o Partido dos Trabalhadores este mesmo intelectual – após ter participado concretamente do cenário político petista como fundador e secretário-geral entre 1983 e 1987 – passou a expressar em suas novas interpretações uma nova visão sobre a realidade política brasileira, colocando justamente a continuidade histórica e a herança política brasileira em registros positivos de compreensão. Ao deixar o PT em 1994/1995, Weffort não rompeu apenas com o partido e com a candidatura derrotada de Lula, mas passou a operar uma profunda revisão de suas

7 Não temos a pretensão de revisar o conceito/teoria do populismo ou neopopulismo neste trabalho, mas sim de analisar sua utilização e ressignificação por Francisco Weffort e outros intelectuais que utilizaram esta ideia entre as décadas de 1960 e 1980. Para um aprofundamento sobre a formação do conceito no Brasil e na América Latina ver o trabalho de mestrado de Rubem Barboza Filho *O Conceito de populismo: uma revisão teórica* defendido pela UFMG em 1980 e a dissertação de mestrado *A história de um conceito: O populismo no Brasil*, defendido por Ehlert em 2001 pelo IUPERJ. O livro *Repensar os populismos na América do Sul – debates, tradições e releituras* organizado em 2016 por Fernando Perlatto e Daniel Chaves também pode ser consultado neste sentido.

posições sobre a História Política brasileira e seu caráter essencialmente negativo, tal como apresentou em suas teorizações sobre o populismo.

Em outras palavras, ao longo de aproximadamente 50 anos de trajetória como acadêmico vinculado à universidade e a centros de pesquisa, como ator político atuando no PT e no PSDB e como “intelectual autônomo” desvinculado de quaisquer instituições às quais esteve ligado anteriormente, a concepção do autor em relação aos processos de transformação nacional não estaria mais representada pela necessidade de ruptura e negação do passado como forma de se atingir o futuro – como demonstrava em suas primeiras interpretações sobre o Brasil – mas sim pela perspectiva de que o passado teria sido essencial para a formação política do presente e para as expectativas de desenvolvimento do futuro, como se pode ver em suas obras de revisão do pensamento político brasileiro. (2000; 2006; 2012)

Apresentamos no primeiro capítulo os contornos iniciais das formulações intelectuais de Francisco Weffort. Demonstramos que seu pensamento se formou sob a influência de professores da Sociologia Política uspiana, da cadeira I de Sociologia da USP e do Seminário do Capital – um grupo de professores e estudantes que se uniram com a intenção de estudar a obra de Marx a partir de uma perspectiva que se distanciasse da leitura leninista de O Capital. Procuramos demonstrar as diferenças fundamentais entre as leituras deste grupo em relação àquelas realizadas pelos intelectuais do ISEB, do PCB e de algumas outras frações da esquerda. Buscamos, além disto, explicitar como foram se dando as teorizações de Weffort sobre o populismo e as formulações sobre o mesmo tema, realizadas por intelectuais como Octavio Ianni, José Álvaro Moisés e Régis de Castro Andrade. Nossa intenção foi trazer à tona algumas formulações consagradas sobre o populismo no Brasil e preparar o terreno para o segundo capítulo, no qual a teoria teria desdobramentos teóricos e políticos.

No segundo capítulo procuramos demonstrar a influência da USP, da CEPAL, do CEBRAP e de seus respectivos intelectuais nas formulações teóricas de Weffort e, além disto, a importância do contexto político da época para a ressignificação do conceito de populismo. Além deste conceito, Weffort viria ainda no CEBRAP teorizar sobre o sindicalismo corporativista (visto pelo autor como a cooptação dos sindicatos pela política) em sua tese de livre-docência, na qual construiria uma crítica radical aos comunistas do PCB e a frações da esquerda de orientação nacionalista. Procuramos neste momento fazer uma avaliação destas críticas de Weffort a estas frações e compreender de

que modo elas influenciariam, de alguma forma, movimentos políticos que viriam ocorrer no final da década de 1970. Ainda neste capítulo, o leitor encontrará um breve exame das incursões iniciais de Weffort como intelectual público na escrita de artigos para o jornal Opinião.

No terceiro capítulo demonstramos o protagonismo de Weffort na fundação do CEDEC e na nova agenda de pesquisa à qual se dedicariam o autor e alguns dos intelectuais que o acompanharam na formação do centro. Demonstramos que esta agenda de pesquisa foi responsável pela aproximação de intelectuais e sociedade civil e que esta aproximação teve como consequência última a fundação do PT. Buscamos explicitar que esta proximidade não se deu apenas no plano prático, mas também na esfera teórica, o que nos permite confirmar a hipótese de que as teorias de Weffort teriam se constituído como uma ideia *ex-ante* à formação do Partido dos Trabalhadores. Sua participação na fundação do partido e sua atuação como secretário geral entre 1983 e 1987 ajudam a corroborar nossa hipótese.

Fizemos também neste capítulo uma radiografia de trabalhos acadêmicos que se dedicaram a estudar o Partido dos Trabalhadores e que, de algum modo, passaram pela temática de sua fundação. Demonstramos que Lahuerta (1999) e Ehlert (2001) foram os únicos estudiosos que evidenciaram de forma clara as relações entre formulações teóricas/ideias e a formação do Partido dos Trabalhadores. Os demais trabalhos acadêmicos trataram desta questão apenas lateralmente.

Ainda no terceiro capítulo, apresentamos as formulações intelectuais de Francisco Weffort acerca da democracia. Demonstramos que o autor passou a teorizar sobre novos temas, entre os quais a democracia seria o principal. Suas formulações mais radicais, que propunham uma ruptura abrupta contra a política tradicional brasileira, seriam substituídas pela valorização da democracia, suas instituições e esferas de representação. Demonstramos que este movimento foi realizado por boa parte da intelectualidade de esquerda – principalmente entre os eurocomunistas – que via no socialismo um horizonte político possível entre os anos 1960-1980.

Apresentamos no quarto capítulo uma análise das três últimas obras escritas por Francisco Weffort (2000, 2006, 2012). Estas análises se aproximam de uma interpretação textual das obras, visto que apenas a primeira delas foi escrita enquanto Weffort era ainda ministro da cultura. Seus últimos dois livros foram escritos quando já estava afastado da

área acadêmica e da prática política. Buscamos demonstrar que em suas últimas obras Weffort viria a operar um giro interpretativo significativo na compreensão dos fenômenos políticos e históricos brasileiros. Neste momento interpretativo o autor mudaria não apenas seu objeto de estudos – passando a estudar a formação histórica brasileira, o pensamento político brasileiro e seus respectivos representantes – mas passaria também a enxergar no passado elementos positivos para a formação política nacional da atualidade. Explicitaria esta posição, vindo a público em 1994 através de um artigo no jornal A Folha de São Paulo, quando qualificou as eleições presidenciais de 1994 como uma segunda revolução democrática – tendo 1930 como primeira. Ou seja, através deste novo marco compreensivo, o autor estaria se reconciliando com seu passado e amenizando suas críticas ao populismo, ao nacionalismo e ao sindicalismo corporativista, vistos anteriormente através de chaves substancialmente negativas entre as décadas de 1960 e 1980.

Sociologia pública

Optamos por inserir a obra desenvolvida por Francisco Weffort ao longo de sua trajetória na categoria de Sociologia pública⁸. Esta classificação está baseada na ideia elaborada por Michael Burawoy em seu artigo *For Public Sociology*, publicado em 2005 pela *American Sociological Review*. Em seu artigo Burawoy elaborou dez teses diferentes para explicar a noção de Sociologia pública e, além disto, denominou três momentos diferentes da Sociologia que a tornariam, de certa forma, uma “Sociologia pública”. Estes três momentos se constituiriam enquanto Sociologia profissional, Sociologia política e Sociologia crítica.

A Sociologia profissional seria a Sociologia conduzida dentro de programas/departamentos de pesquisa, responsável por definir hipóteses, teorias, conceitos, pressuposições, problemas e questões de pesquisa; a Sociologia política seria constituída por temas mais polêmicos como raças, classes, imigração, guerras, entre outros aspectos e a Sociologia crítica seria responsável por desenvolver os debates críticos dentro das áreas/departamentos e entre as diferentes sub-áreas da Sociologia.

Burawoy demonstra que uma área não é totalmente apartada da outra e que, constantemente encontra-se uma faceta crítica no espectro da Sociologia profissional ou uma face profissional no prisma da Sociologia política e assim por diante. O importante a ser retido até aqui seria o fato de que a Sociologia pública estaria sempre apoiada nas Sociologias profissional, crítica ou política. Além destes três “momentos” que circunscrevem a Sociologia pública, a mesma poderia ser, segundo Burawoy, dividida entre uma Sociologia pública tradicional e uma Sociologia pública orgânica.

É importante nos atermos aqui naquilo que consiste a Sociologia pública de modo genérico para Burawoy e de que maneira esta concepção genérica seria capaz de dialogar com nosso objeto de estudo. Segundo Burawoy: “A Sociologia Pública traz (ria) a sociologia para uma conversação com públicos; entendidos como pessoas que estão, elas próprias, envolvidas na conversação. Isto envolve (ria), por isso, uma dupla conversação.” (BURAWOY, 2006, P. 14) A Sociologia pública, segundo Burawoy, teria surgido como uma “resposta”, uma “parte” e uma “reação” à privatização de tudo e, segundo o autor, sua vitalidade dependeria do renascimento da importante ideia de “público”.

⁸ Weffort é considerado um profissional da Ciência Política por alguns de seus estudiosos. Para nós esta especificidade tem menos importância neste momento, visto que estamos tomando as classificações de Sociologia elaboradas por Michael Burawoy como conceito genérico, importando menos a sub-divisão na área das Ciências Sociais e mais seu aspecto público (ou não) nesta análise.

Adentrando os pormenores da Sociologia pública tradicional, teríamos obras escritas por sociólogos lidos fora da academia, tornando-se veículos de discussão pública sobre a natureza específica de determinadas sociedades, a natureza de seus valores, a distância entre suas promessas e suas realidades, suas insatisfações, tendências, entre outros aspectos. Do mesmo modo, na Sociologia pública tradicional há espaço para o esforço de comunicação com um público mais amplo, através da escrita de artigos em jornais de circulação nacional, onde se comentam questões de interesse público. Ainda neste campo, pesquisas acadêmicas podem ser desenvolvidas e compartilhadas com o restante da sociedade não versada no vernáculo acadêmico.

Segundo o autor, na Sociologia pública tradicional os públicos aos quais os sociólogos se dirigem são no mais das vezes “invisíveis”, pois não podem ser vistos, “pequenos”, pois não geram muita interação interna e “passivos” pois não constituem um movimento ou organização. São, além disso, segundo Burawoy, usualmente “típicos”, ou “convencionais”, como ele prefere chamá-los.

No caso da Sociologia pública orgânica, o sociólogo trabalha em estreita ligação com um “público visível”, de grande número, ativo, local e, frequentemente, um contra-público. Segundo Burawoy, a maior parte da Sociologia pública é de caráter orgânico: “(...) os sociólogos (público orgânicos) trabalham com movimentos trabalhistas, associação de moradores, comunidades de fé, grupos pelos direitos de imigrantes, organizações de direitos humanos.” (BURAWOY, 2006, P. 15) Segundo Burawoy, a importância da Sociologia pública orgânica é que ela estabelece um diálogo com o público, um processo de mútua educação. Ainda segundo o autor, a Sociologia pública deveria sempre se estender ao tipo orgânico para não permanecer invisível, privada e, muitas vezes, à parte do cotidiano dos pesquisadores e suas investigações.

Independentemente de se ter em conta a Sociologia pública tradicional ou orgânica como opção, há que se ter em mente, segundo o autor, a importância da legitimação da Sociologia pública e sua validação, seja no mundo da ciência, da política, ou de outras esferas da sociedade contemporânea. Sobre este aspecto, Burawoy chama a atenção para o fator essencial capaz de validar e legitimar a Sociologia pública. Para esta tarefa é necessário que se retire a Sociologia da esfera privada, colocando-a (segundo as palavras do autor) a céu aberto, onde possa ser examinada e dissecada, tornando-a parte integral da disciplina.

A partir destas explicações, cremos ser possível classificar a obra de Francisco Weffort ao longo de sua trajetória como uma Sociologia pública. Conforme já

explicitamos anteriormente, o trabalho de Weffort ultrapassou os muros da academia e encontrou ressonância na sociedade brasileira durante as décadas de 1970 e 1990. Se seus trabalhos sobre o populismo podem ser considerados como uma espécie de substrato teórico-ideológico do Partido dos Trabalhadores, significa que suas interpretações deixaram para traz um lugar específico no campo das ideias (neste caso o campo acadêmico), para se fixar em novos horizontes e imaginários da sociedade nacional (neste caso no plano da sociedade civil e da política).

Sabemos que seria complexo estabelecer relações causais diretas entre as formulações de Francisco Weffort e os acontecimentos políticos dos quais ele viria participar posteriormente. De toda forma, acreditamos ser viável afirmar que a participação de Weffort (ao lado de outros intelectuais) na formação do PT confere um elemento chave de compreensão da fundação do partido.

É sabido que o PT não surgiu sob o mesmo formato dos partidos de esquerda mais tradicionais – especialmente os partidos comunistas a partir da década de 1920 –, que contavam com produções teóricas para a organização do partido. De todo modo, é conhecida a participação de importantes intelectuais brasileiros na formação do Partido dos Trabalhadores, dentre os quais Weffort merece algum destaque. Deste modo, se não podemos falar sobre uma teoria de “fundação do partido”, poderíamos falar sobre uma teoria que teria ajudado a consolidar o partido e, de certo modo – no plano das ideias – servido como discurso hegemônico e base de sustentação para sua formação.

É neste sentido, que afirmamos que as teorias sobre o populismo – responsáveis por negar a tradição trabalhista, o “velho sindicalismo”, o coronelismo, os “velhos modos de fazer política”, – teriam surgido como uma explicação *ex-ante* da fundação do Partido dos Trabalhadores. O partido teria surgido como um fenômeno novo, advindo das bases e contrariando toda uma tradição política brasileira anterior que tinha como principal característica proceder a transformações pelo alto.

As interpretações de Weffort sobre o populismo, o nacionalismo e o sindicalismo corporativista, já na década de 1970 – quando escreveu sua tese de livre-docência com uma crítica aguda ao aliancismo de classe e ao papel conciliador do Partido Comunista brasileiro nas relações de força da República – parecia “prever” este movimento de atores que surgia de baixo para integrar os novos arranjos da política nacional. A produção intelectual de Weffort durante a década de 1960 esteve predominantemente voltada à academia, porém a partir da década de 1970, seus escritos passaram a compor periódicos e jornais com direcionamento maior ao grande público. Além disto, sua tese de livre

docência e alguns artigos que escreveu na Revista de Cultura Contemporânea (que embora fosse direcionada ao público acadêmico, também tinha alguma circulação entre um público mais amplo) tiveram enorme repercussão entre os intelectuais que trabalhavam ao seu lado na universidade e em institutos de pesquisa.

Conforme demonstraremos a frente, a tese de livre-docência de Weffort teve como base uma crítica pesada aos comunistas brasileiros. Ou seja, não se tratava, de nenhuma maneira, de um simples trabalho acadêmico, circunscrito aos muros da universidade, mas sim disto que Burawoy está chamando de Sociologia pública e suas três faces: Sociologia política, crítica e profissional. O conjunto de interpretações de Weffort sobre o Brasil pode e deve ser compreendido como uma “Sociologia” que apontou tanto para a intelectualidade acadêmica, quanto para o grande público que extrapolava os muros da universidade.

Ao levar em consideração as formulações sobre a Sociologia pública de Burawoy, podemos dizer que Weffort tenha “exercido” os três tipos de Sociologia propostos pelo autor. Ao formular as teorias do populismo, lançando críticas à ideologia nacionalista e aos arranjos de classe da “velha política”, Weffort teria adentrado o campo da Sociologia profissional – justamente aquela responsável por formular conceitos, hipóteses, pressuposições, teorias etc. Ao elaborar suas teorias sobre o sindicalismo populista/corporativista, Weffort estaria adentrando o campo da Sociologia crítica e política, uma vez que, ao mesmo tempo que ensejava uma discussão com seus pares na universidade (com a crítica severa aos comunistas), lançava suas críticas às estruturas corporativistas dos sindicatos nacionais e seu caráter pelego/populista.

A partir do momento que Weffort ingressou na política, ao contribuir com a fundação do PT em 1979, podemos dizer que sua produção esteve inserida majoritariamente no campo da Sociologia política, visto que endereçava assuntos e proposições que estavam diretamente ligadas aos interesses da sociedade civil e política. O melhor exemplo desta fase é sua importante produção sobre a democracia, a participação social e sociedade civil. Neste momento, desapareceria a figura do sociólogo profissional e apareceria a figura do sociólogo político com traços leves da Sociologia crítica – uma vez que em nenhum momento sua produção esteve totalmente isolada do crivo de seus colegas de profissão na universidade.

Pode-se dizer que a última fase de produção de Weffort, justamente a fase na qual ele se “reconciliou” com o passado, nos permite classificá-la como uma espécie de Sociologia profissional novamente. Seus três últimos trabalhos (2000, 2006, 2012) se

constituem enquanto esforços compreensivos que buscam na academia e na universidade explicações para a formação do pensamento político brasileiro e para a formação histórica brasileira. Os três trabalhos se constituiriam como um acerto de contas do autor consigo mesmo, no qual o radicalismo de suas obras iniciais estaria sendo revisto e passado a limpo para dar lugar a um novo tipo de interpretação da formação histórica nacional.

É certo que o agrupamento do conjunto de obras de um determinado autor e sua respectiva classificação (de acordo com as categorias propostas por Michael Burawoy) não tem como objetivo encerrar a discussão sobre o caráter “público” ou “particular” da produção de um determinado intelectual. Tentamos apenas, através deste exercício, demonstrar que um dos traços fundamentais de Francisco Weffort foi sua preocupação com a Sociologia pública. Sua produção intelectual nunca esteve descolada da “realidade” e suas formulações sempre dialogaram diretamente com um público amplo que extrapolava os muros da academia. O auge desta tentativa foi sua inserção no mundo da política, o que não o impediu de continuar sua produção intelectual, mas, pelo contrário, o incentivou a adotar novas perspectivas e pontos de vistas sobre diferentes fenômenos da realidade nacional.

O “público” – identificado por Burawoy (2004) como uma casualidade proveniente das tempestades do “progresso” – constitui um traço dominante nas formulações intelectuais e interpretações de Francisco Weffort e em sua figura de intelectual público. Apesar de sua recusa à vida pública/política, ao deixar o Partido dos Trabalhadores e o Ministério da Cultura, suas obras – escritas entre 2000 e 2012, assim como *Os clássicos da política* (1989) – se tornaram bibliografias obrigatórias em universidades e instituições de ensino de maneira geral. Sua produção intelectual não se restringiu a posições dentro da política; teve na verdade uma capacidade importante de atingir grandes públicos e ajudar em suas formações intelectuais e políticas.

Capítulo I

I. Os contornos iniciais do pensamento de Weffort

Francisco Correa Weffort nasceu no ano de 1937, na cidade de Quatá. É descendente de uma família que mesclava imigrantes italianos e nordestinos, que buscavam construir a vida através da produção do café na região de Ribeirão Preto. Estudou durante o ginásio em Assis orientado pela preocupação de seus pais com a sua educação – segundo Weffort (2015), a maior preocupação dos imigrantes vindos da Europa no início do século XX⁹. Mais tarde a família se mudaria para Santos e posteriormente para São Paulo.

O pai de Weffort era um pequeno comerciante, alheio à política, mas um grande admirador da figura de Luiz Carlos Prestes. Segundo Weffort (2015), era um prestista, o que se confundia com um certo tom de rebeldia em sua personalidade. Embora não nutrisse nenhuma simpatia especial pelo Partido Comunista do Brasil especificamente, apreciava a figura do líder, admiração talvez proveniente de sua aproximação com uma tradição anticlerical, rebelde, proveniente de suas raízes italianas. (WEFFORT, 2015, INFORMAÇÃO ORAL)

Embora Weffort não tenha recebido nenhuma influência política ou ideológica de seu pai neste sentido, o clima de sua juventude, foi um momento de efusão política precedida pelo suicídio de Getúlio Vargas. Durante sua juventude estudou no Colégio Presidente Roosevelt na Rua São Joaquim, onde conheceu Gianfrancesco Guarnieri – já filiado à Juventude Comunista. Neste período, entre o suicídio de Getúlio e a eleição de Juscelino Kubitschek, Weffort também se uniu ao movimento.

O PCB não reconhecia oficialmente os membros da Juventude Comunista como integrantes do partido. Entre as principais causas desta recusa estava o fato de que o partido preferia não ter responsabilidade sobre os jovens, muitas vezes menores de idade, o que dificultava a “filiação oficial” dos mais novos à instituição. Weffort deixou o grupo entre 1956 e 1957 logo após a Revolta da Hungria – uma revolta popular que eclodiu

⁹ Uma “análise genealógica” interessante de alguns uspianos que se destacaram no campo universitário durante as décadas de 1950 e 1960 pode ser encontrada em SOARES, L. R. **Mestres e discípulos e um seminário em São Paulo (1958-1978)**, Tese de Doutorado USP SP 2011. A trajetória de Weffort é esboçada na tese.

contra algumas políticas públicas impostas à sociedade pelo governo da República Popular da Hungria e pela URSS. Neste período, já sob o impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, divergências internas profundas começaram a aparecer no partido, o que resultou na saída de um número expressivo de militantes, dirigentes e intelectuais. A questão democrática começou a ser discutida com maior fôlego na esquerda brasileira durante este período e em 1958 o PCB lançou a Declaração de Março, que estabeleceu as bases para um debate mais aprofundado sobre o tema.

Durante os movimentos de pressão pela renúncia de Vargas – apoiados pelo Partido Comunista – a população, estava sendo convidada a “participar da vida política”. O ambiente intelectual não era predominantemente de esquerda, até porque havia ainda influências do integralismo na sociedade, mas prevalecia esta inquietação e a vontade de “fazer parte” daquilo que estava se passando no cenário nacional – ainda que não se tivesse uma ideia precisa do que estava em curso. A aproximação inicial de Weffort com a esquerda vem deste movimento: sua inserção na Juventude Comunista, quando ainda tinha entre 16 e 17 anos, e sua inquietação intelectual em entender melhor a crise política que antecedeu o suicídio de Vargas e se agravou após sua morte.

Sua entrada no curso de Ciências Sociais da USP pouco tempo depois o colocou rapidamente em contato com um ambiente também próximo à esquerda, não apenas pelo contato com seus professores, como Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Fernando Henrique Cardoso e Paula Beiguelman, mas pela aproximação com os próprios estudantes uspianos, que passavam a fazer parte daquele caldo de cultura em formação. Seus estudos como bacharel em Ciências Sociais estiveram também próximos à área da política. Neste momento, o campo profissional da Ciência Política ainda estava em gestação, os estudos deste campo temático estavam mais próximos a uma espécie de Sociologia Política.¹⁰

¹⁰ Para a ideia de Sociologia Política ver Da sociologia política ao neo-institucionalismo: trinta anos que mudaram a Ciência Política no Brasil. (texto escrito por Fernando Limongi, Maria Hermínia Tavares de e Andrea Freitas, para o livro **Ciência Política no Brasil: história, métodos, conceitos**, organizado por Leonardo Avritzer e Carlos R. S. Milani; FÁVERO, M. L. A, A universidade no Brasil das origens à Reforma Universitária de 1968, **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, Editora UFPR, PR, 2006; FORJAZ, M. C. S.. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. , Oct. 1997; KEINERT, F. C., SILVA, D. P. A gênese da Ciência Política brasileira. **Tempo social**, v. 22, n. 1, SP, 2010; LEITE, F. **O campo de produção da Ciência Política brasileira contemporânea**, Tese de doutorado, UFPR, PR, 2015; M, S. MOREIRA, O debate teórico-metodológico na Ciência Política e o pensamento social e político brasileiro, **Teoria e Pesquisa**, vol. 21, n. 1, p. 73-89, SP, 2012; OLIVEIRA L.; NICOLAU, J. A Produção da Ciência Política brasileira: uma análise dos artigos acadêmicos, **Anais 37º encontro Anpocs**, SP, 2013; QUIRINO, C. Departamento de Ciência Política. **Estudos avançados** , v. 8, n. 22, SP, 1994; SALLUM JR, B. Notas

Segundo alguns autores, o surgimento da Ciência Política na USP e em outras universidades teria sido obstaculizado pela força da cadeira I de Sociologia uspiana e pela proeminência do marxismo uspiano após a experiência do seminário do Capital. As principais influências recebidas por Weffort no campo da Sociologia Política vieram dos professores Lourival Gomes Machado, Oliveiros Ferreira e Paula Beiguelman, esta última responsável pela sugestão dos estudos sobre o populismo e sua orientadora durante sua tese de doutorado.

Alguns aspectos específicos são importantes para compreender os primeiros trabalhos de pesquisa desenvolvidos por Weffort e suas posições políticas durante suas formulações iniciais. Sua formação na Faculdade de Filosofia e Letras da USP se deu num período de diversas transformações, tanto no contexto internacional, quanto no contexto nacional. Além disto, os intelectuais que o influenciaram vinham de linhas de pensamento diferentes, tendo como representantes principais os professores da cadeira de Política mencionados anteriormente, o contato próximo com Florestan Fernandes e com os pesquisadores/estudantes que integravam o Seminário do Capital – com destaque a Fernando Henrique Cardoso, que havia sido seu professor durante a graduação em Ciências Sociais.

Weffort se formou durante os anos 1950 e a preocupação dos Aliados com os regimes totalitários e ditatoriais ao redor do mundo chegou ao Brasil durante a era Vargas, influenciando fortemente a renúncia do presidente, principalmente após o fenômeno do queremismo, que pedia uma nova constituinte, ainda com Vargas na presidência da república.

Neste momento Paula Beiguelman era professora da cadeira de Política e tinha interesses voltados a estudos empíricos, pensamento político e história das ideias. Defendeu sua tese de doutorado sobre o pensamento de Nabuco: *Teoria e ação no Pensamento Abolicionista* e duas livres docências, a primeira sobre aspectos institucionais da política: *Contribuição à teoria da organização política brasileira* e a segunda sobre relações entre trabalho e política: *A Formação do povo no complexo cafeeiro; aspectos políticos*. Beiguelman incentivava seus alunos de graduação e pós-graduação a se debruçar sobre o pensamento do século XIX, além disto, a ler os autores

sobre o surgimento da Sociologia Política em São Paulo, **Revista Política e Sociedade**, n 1, SP, 2002; SOUZA, M. T. S. R. Análises sobre o pensamento social e político brasileiro, **BIB** n. 12, p. 7-21, RJ, 1982;

clássicos da política: Maquiavel, Rousseau, Hobbes, Locke, entre outros.¹¹ Para além destes estudos, Beiguelman – judia e filha de imigrantes – e alguns de seus alunos tentavam compreender o fenômeno do totalitarismo e das personalidades autoritárias.

Havia uma atração por alguns intelectuais judeus alemães que haviam migrado durante a II Guerra, como Arthur Kaufmann e Theodor Adorno. Ao lado de Frenkel-Brunswick, Levinson, e Sanford, Adorno vinha desenvolvendo pesquisas sobre a personalidade autoritária¹², trabalho que exercia grande fascínio sobre Beiguelman e seu grupo de alunos. Tratava-se de uma pesquisa empírica que tentava compreender, a partir da formulação de diferentes níveis gradativos, a possibilidade de surgimento de novos regimes totalitários, a partir de figuras autoritárias. Beiguelman buscava, portanto, entender o totalitarismo e as possibilidades de formação de um fenômeno semelhante no Brasil, por conta do poder concentrado na figura de Vargas durante tanto tempo.

Com a aproximação das eleições estaduais, quando Jânio Quadros e Ademar de Barros disputariam o governo de São Paulo em 1962, Beiguelman sugeriu a Weffort que fizesse um levantamento de opinião sobre “janistas” e “ademaristas”, pois a opção dos eleitores se polarizava entre estes dois candidatos na cidade de São Paulo. Segundo o próprio Weffort (2015), que fazia a especialização – equivalente a um mestrado nos dias atuais – a ideia era de um levantamento simples feito em alguns bairros da cidade. O populismo era ainda pensado naquele momento como um fenômeno paulista e não havia ainda estudos comparativos entre políticos brasileiros e Peron ou outros atores políticos da Argentina e da América Latina.

A crítica ao populismo tinha uma conotação liberal e referia-se basicamente aos “novos modos de fazer política”, inaugurados, em certa medida no Brasil por figuras como Jânio Quadros e Ademar de Barros. As “mangas arregaçadas”, a aproximação das massas, os discursos demagógicos e verborrágicos, entre outros aspectos, eram representativos desta nova identidade. Em outras palavras, a conotação de “populismo” referia-se a aspectos mais superficiais da política. Não havia uma explicação sobre sua formação social, histórica, política ou econômica. Até porque os estudos sobre o

¹¹ Weffort (2015) afirmou que desta influência e de seu gosto pelos “clássicos” viriam suas principais motivações para a organização dos dois volumes do livro *Os clássicos da política* publicados pela editora Ática.

¹² A obra T.W. Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel J. Levinson and R. Nevitt Sanford, **The authoritarian personality**, Harper & Brothers, Copyright American Jewish Committee, NY, 1950, foi resultante destes estudos.

fenômeno do “surgimento das massas”¹³ – que forneceu elementos fundamentais às explicações de Weffort – ainda não haviam sido compreendidos em sua totalidade, e vinham à tona simultaneamente com pesquisas e estudos de autores como Gino Germani, William Kornhauser, José Medina Echevarria, Torquato di Tella, para ficar apenas entre alguns dos muitos que se debruçaram sobre esta temática.¹⁴

A partir disto, podemos afirmar que a “Sociologia Política” da época tenha dado os primeiros contornos às suas explicações sobre o populismo, mas um caldo de cultura intelectual, gestado desde os anos 1950 na USP, exerceria também grande influência sobre suas obras. Pode-se mesmo afirmar que seus primeiros textos sobre populismo, baseavam-se em análises mais sociológicas do que propriamente políticas, tentando compreender o fenômeno político a partir dos processos de industrialização e urbanização que passavam a ocorrer a partir de 1930, temática cara aos pesquisadores da cadeira I de Sociologia uspiana liderada por Florestan Fernandes.

O ecletismo bem temperado (COHN, 1987) de Florestan Fernandes, a dedicação da Cadeira I de Sociologia sobre o tema do desenvolvimento nacional – do qual o CESIT seria a melhor representação na tentativa de entender fenômenos como a industrialização, urbanização, entre outros – e a proximidade de Weffort com os alunos de Florestan, principalmente com Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso¹⁵, podem ser considerados fatores de relevante influência nas formulações iniciais de Weffort. É conhecida a ideia de que Florestan Fernandes era ainda um “funcionalista” entre as décadas de 1950 e 1960 e que incentivava seus alunos à leitura em profundidade dos três clássicos da Sociologia: Marx, Weber e Durkheim. Ao passo que o estrutural-funcionalismo foi sendo deixado de lado, foram prevalecendo teorias marxistas, provenientes da experiência do seminário do Capital, mobilizadas com um maior corte classista, que se diferenciava das leituras do marxismo do PCB e do ISEB.

¹³ Barboza Filho (1980) explicita as relações entre o surgimento/crescimento da sociedade de massas e o populismo em sua tese de mestrado.

¹⁴ Weffort explicitaria inclusive em texto presente em *O populismo na política brasileira* de 1978, a utilização da ideia de “populismo”, adaptada da noção de “movimento nacional popular”, cunhado anteriormente por Germani na obra *Política y sociedad en una época de transición* de 1965. A trajetória destes autores que exerceram, de certo modo, influências sobre a obra de Weffort serão delineadas à frente.

¹⁵ Weffort escreveria já em 1963 a obra organizada por Octavio Ianni *Política e revolução social*, ao lado de Paul Singer e Gabriel Cohn, este último também orientando de Florestan Fernandes na Faculdade de Filosofia e Letras.

II. O Seminário do Capital e a “esquerda nacionalista”: marxismo acadêmico e ideologia

O Seminário do Capital exerceu grande influência sobre a produção intelectual uspiana e sobre a obra de Weffort conseqüentemente. A partir do seminário alguns professores e estudantes da Universidade de São Paulo passaram a ler Marx de maneira mais sistemática. Pode-se dizer que o seminário tenha colaborado com a fundação de uma nova interpretação de Brasil. Esta nova visão, que procurava extrapolar as compreensões mais gerais sobre o país – características do ensaísmo do início do século XX –, buscava superar os marcos teórico-metodológicos estabelecidos por Florestan Fernandes durante a década de 1950 e se distanciar das leituras formuladas pela esquerda brasileira tradicional. Além disto, também auxiliou na formação de um novo caldo de cultura política que passaria a se fortalecer durante aquele período.

As correntes estruturais-funcionalistas hegemônicas e incentivadas à época por Florestan Fernandes foram sendo deixadas de lado pouco a pouco. A cadeira I tinha, desde 1954, Florestan Fernandes como chefe interino, quando da partida de Roger Bastide para a França. Florestan se dedicou desde que assumiu a cadeira, à institucionalização e profissionalização da Sociologia. Seus assistentes – com destaque a Octavio Ianni e Fernando Henrique – contribuíram com este projeto de Florestan e foram “fiéis” aos caminhos do professor, tanto com relação aos temas sugeridos para as pesquisas, quanto às melhores práticas metodológicas utilizadas no estudo daqueles objetos. A Sociologia inaugurada por Florestan Fernandes foi, porém, aos poucos perdendo espaço, ao passo que novas referências intelectuais foram sendo incorporadas.

O Seminário do Capital foi formado no ano de 1958 na FFCL – USP, e composto por intelectuais como José Arthur Giannotti, Fernando Novais, Paul Singer, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Francisco Weffort, entre outros. A ideia inicial de formação do grupo coube a Giannotti e a sugestão de leitura do Capital a Fernando Novais. José Arthur Giannotti chegara da França e havia participado do grupo Socialismo ou Barbárie liderado por Claude Lefort e Castoriadis. Este grupo, crítico do leninismo, passou também ao longo do tempo a divergir ideologicamente do Trotskismo, passando a ter como mote a crítica ao marxismo ortodoxo da União Soviética.

O Seminário do Capital constituiu um capítulo importante nos rumos de interpretações desenvolvidas sobre o Brasil pela cadeira I de Sociologia Uspiana. Utilizada até 1958 substancialmente pela “esquerda oficial”¹⁶, a obra de Marx não tinha papel central nas universidades. Os trabalhos do autor eram tidos apenas como outras referências de leitura ao lado de autores como Durkheim, Weber e Mannheim, e não tinham até aquele momento o estatuto “diferenciado” como passariam a ter depois da experiência do Seminário.

O grupo tinha inicialmente como objetivo proceder a uma ressignificação da obra marxista. Paralelamente a isto, Marx passava a ser mobilizado para a compreensão da realidade brasileira. Em outras palavras, buscava-se uma “leitura imanente” do capital, em busca de pistas que pudessem colaborar com uma nova compreensão do processo de desenvolvimento brasileiro. “O objetivo mais evidente do grupo foi o de fazer, através da junção de várias áreas de atuação, um esforço teórico que lhe possibilitasse elaborar uma nova “interpretação do Brasil”, e de seu lugar no mundo (...).” (LAHUERTA, 2005, P. 162)

Buscava-se, ao mesmo tempo que uma reinterpretação da obra marxista, uma nova leitura interpretativa do Brasil e seus percalços com relação ao desenvolvimento. Mas duas características essenciais possibilitaram o sucesso desta nova interpretação: Em primeiro lugar a formação multidisciplinar do grupo, tendo entre seus integrantes historiadores, economistas, filósofos e sociólogos. Em segundo lugar a busca pelo afastamento das leituras que a “esquerda oficial” fazia da obra marxista. Esta esquerda era representada à época – com suas várias especificidades – pelas ideias que orientavam as ações políticas do PCB, pela formulação teórica de parte dos intelectuais do ISEB e pelas diretrizes político-econômicas que orientavam as ações da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) para a ONU (Organização das Nações Unidas) no Brasil e na América do Sul.¹⁷

¹⁶ Estamos utilizando a expressão “esquerda oficial” ou “esquerda tradicional” para nos referir à esquerda de orientação nacionalista daquele período. É certo que esta “corrente” não conformou um grupo de intelectuais e atores políticos de inclinação política e ideológica homogêneas, mas, se comparada aos “marxistas uspianos”, representou uma aproximação maior com o marxismo ortodoxo de inspiração soviética. Este foi o caso de parcelas consideráveis de integrantes do PCB, do ISEB e de alguns intelectuais da CEPAL.

¹⁷ Para isto ver Lahuerta (1999), Pécaut (1990), Chilcote (2014), Brandão (1997) e Mantega (1985).

Através de uma inflexão mais filosófica os intelectuais uspianos se recusavam a qualquer relação de dependência com a política e se opunham fortemente à metafísica nacional. As pretensões teóricas eram radicais, mas não havia nenhum compromisso com a “revolução política” e a ênfase metodológica era a pedra de toque que diferenciava a experiência do Seminário das demais leituras da obra de Marx efetuadas no Brasil até então. (LAHUERTA, 2005)

Na visão dos integrantes do grupo uspiano, a esquerda de orientação nacionalista estaria contaminada pela ideologia nacional-desenvolvimentista, o que não lhes permitia constituir diagnósticos precisos acerca da realidade brasileira. Estariam – por conta desta proximidade com o Estado – impossibilitados de elaborar diagnósticos assentados em bases científicas. A neutralidade axiológica weberiana – tão cara à Sociologia inaugurada por Florestan Fernandes – estaria, segundo a visão do grupo paulista, “comprometida” no caso desta fração da esquerda, por conta das influências ideológicas às quais esta *intelligentsia* estaria submetida.¹⁸

No marxismo de orientação leninista, principalmente entre as décadas de 1950 e 1960, a *práxis* assumia maior importância e estava em jogo para estes atores a elaboração de diagnósticos e ideologias, em busca das transformações necessárias à realidade brasileira. O PCB e o ISEB¹⁹ compartilhavam de um ideário semelhante, que tinha como

¹⁸ Diferentes autores se dedicaram a compreender as relações de proximidade entre Estado e intelectualidade em diferentes contextos nacionais fora do Brasil, entre estes merecem destaque: BAERT, P. Introduction to the special section on Intellectuals and Politics, **European journal of social theory** [1368-4310], 2011 vol:14 iss:4 pg:409 -413; BELLAMY, R. From philosophes to pundits: Italian intellectuals and politics from Vico to Eco, **Journal of Modern Italian Studies**, Vol. 6, Iss. 2, 2001; BIRNBAUM, P. Reviewed Work: The Burden of Responsibility: Blum, Camus, Aron, and the French Twentieth Century by Tony Judt, **The Journal of Modern History**, Vol. 73, No. 1 (March 2001), pp. 186-187; CONGDON, L. **Exile and Social Thought: Hungarian Intellectuals in Germany and Austria, 1919-1933**. Princeton University Press; FLOOD, C. National Republican Politics, Intellectuals and the Case of Pierre-André Taguieff, **Modern & Contemporary France**, 2004 Aug, Vol.12(3), pp.353-70; DRAKE, D. **Intellectuals and politics in post-war France**, Palgrave Macmillan Ltd, 2001; **Dilemmas of Dissidence in East-Central Europe: Citizen Intellectuals and Philosopher Kings** (NED - New edition, 1, pp. 1–10). Central European University Press; GIESEN, B. **Intellectuals and politics, Nations and Nationalism**, April 2011, Vol.17(2), pp.291-301; GIESEN, B. **Intellectuals and the German nation: collective identity in an axial age**, CI, England: Cambridge U Press, 1998; GITLIN, T.. **The Intellectuals and the Flag**. Columbia University Press, 2006; JUDT, T. **Past Imperfect: French Intellectuals, 1944-1956**, NYU Press, 2011; SAPIRO, G. Modèles d'intervention politique des intellectuels. Le cas français, **Actes de la recherche en sciences sociales** 1/2009 (n° 176-177), p. 8-31; SHLAPENTOKH, V. **Soviet Intellectuals and Political Power: The Post-Stalin Era**, Princeton University Press, 1990;

¹⁹ O ISEB não seguia uma orientação intelectual estritamente de esquerda ou marxista, tampouco a totalidade dos intelectuais que compunham o grupo adotava esta orientação. Segundo Ronald Chilcote, que dedicou boa parte de sua última publicação ao entendimento do papel do ISEB na formação da identidade nacional brasileira durante o século XX, o ISEB: Initially, it was a grand intellectual and political front that included liberals, communists, social democrats, progressive Catholics, and others. Its participants followed various theoretical lines, among them Marxism, existentialism, and other philosophical tendencies, and its

objetivos o desenvolvimento econômico e a constituição de uma identidade nacional no Brasil. Este ideário estaria fundado no paradoxo entre Nação e anti-Nação, tendo como horizonte fundamental a autonomia do país e a emancipação do povo brasileiro em uma luta contra o imperialismo. O “etapismo marxista” se encaixava perfeitamente às necessidades de compreensão da realidade pela esquerda tradicional brasileira. Os objetivos desenvolvimentistas do Estado – como agente modernizante – foram o mote perfeito para a aproximação desta intelectualidade com o aparato estatal, tornando este último um típico desaguadouro de ideias e formulações intelectuais, o que unia o PCB, o ISEB e o Estado em torno do eixo nacional desenvolvimentista em certa medida. (PÉCAUT, 1990)

A ideia principal da “esquerda nacionalista” consistia na perspectiva pragmática da superação do atraso econômico brasileiro como possibilidade de se alcançar um horizonte “revolucionário” de emancipação nacional através da industrialização e da política econômica de substituição das importações. “Ruptura; eis um termo empregado com frequência pelos isebianos para designar o que estava em vias de se desenrolar no Brasil” (PÉCAUT, 1990, P. 124) Estes intelectuais teriam inclusive, através da formulação ideológica, o dever de contribuir para o avanço do processo histórico. A revolução – nos termos de uma possível emancipação nacional e na “(...) tomada de consciência de um país por ele próprio (...)” (CORBISIER, 1959, P. 41 apud PÉCAUT, 1990) – estava na ordem do dia e fazia parte do papel da intelectualidade contribuir com as formulações que tornariam possível seu desencadeamento.

Estas leituras – tendo como base a “adaptação” do marxismo ortodoxo à interpretação do Brasil – eram substancialmente diferentes daquelas feitas nos “intramuros” da Universidade de São Paulo com o Seminário do Capital, a começar pela posição que o ISEB e o PCB ocupavam frente ao aparato estatal oficial da época. O “colaboracionismo” entre o instituto, o partido e o Estado teriam, inclusive, segundo

objective was to formulate an ideology for national development. During its nine years of existence, it moved from a theorizing phase to a militant leftist phase, but throughout, it maintained a continuity in its defence of national sovereignty and democratic politics (CHILCOTE, 2014, P. 63) O Instituto funcionou entre 1955 e 1964 e durante este período diferentes intelectuais ingressaram e deixaram o grupo por discordâncias em relação à sua ideologia e aos objetivos fixados pelos intelectuais que o integravam. Este foi, por exemplo, o caso do rompimento do grupo de Hélio Jaguaribe com a corrente da qual faziam parte Guerreiro Ramos e Roland Corbisier, justamente por suas diferentes orientações ideológicas, que iam tanto do nacionalismo proveniente do movimento integralista quanto do movimento comunista.

Weffort, impossibilitado à esquerda que vinha a reboque do ideário nacionalista, fazer frente ao Golpe de 1964, justamente por ter mantido laços demasiadamente estreitos com o Estado durante um período tão longo - o que teria obstado uma leitura correta dos fenômenos que estavam por ocorrer na política brasileira. Esta crítica constituiu boa parte das formulações iniciais de Weffort ao nacional-populismo.

Uma das principais críticas dos intelectuais uspianos à esquerda de orientação nacionalista era seu fascínio pelo Estado. (PÉCAUT, 1990) De acordo com os paulistas, estes viam no nacional-desenvolvimentismo a saída para o Brasil da condição de subdesenvolvimento. Este diagnóstico, segundo os uspianos, era completamente enviesado pela simbiose entre intelectualidade e aparato estatal. Apesar do ISEB se constituir enquanto organização autônoma, esteve vinculado diretamente ao Ministério da Cultura e Educação. Por conta deste papel ao lado do Estado o “marxismo isebiano” fornecia um substrato-ideológico à política concreta, com a qual o PCB constituía certa ligação. Podemos afirmar que este tenha sido um dos principais motivos do grupo uspiiano não ter inicialmente pretensões de atuação política – salvo exceções de militância individual, mas que não conformavam a finalidade dos intelectuais enquanto conjunto no seminário.

Diante deste esforço de cientificização e profissionalização da Sociologia para compreender o atraso do Brasil em relação aos países desenvolvidos, o surto nacional-desenvolvimentista industrial e a viabilidade do avanço do capitalismo no Brasil, procurava-se em São Paulo um afastamento do marxismo ortodoxo – mais próximo ao leninismo – que se fazia presente naquele momento no PCB, no ISEB e em algumas outras instituições e movimentos populares.

Assim, esta fração da esquerda intelectual que se encontrava no ambiente acadêmico, se voltou para questões consideradas de primeira ordem naquele momento através de uma nova perspectiva. Estas questões se referiam, além de uma nova leitura do fenômeno do “atraso brasileiro”, a uma releitura de outros fenômenos sociais, políticos e econômicos que se davam em âmbito mundial com o declínio do regime comunista na União Soviética “O movimento que estes intelectuais (...) estavam fazendo em direção ao marxismo visava um enfoque que levasse em conta a especificidade dos países ‘em situação de subdesenvolvimento’, sem desconsiderar, porém a análise do processo capitalista em geral.” (LAHUERTA, 2005, P. 169)

Tratava-se sim de uma nova interpretação sobre o Brasil, porém de uma perspectiva que pudesse compreender sua posição em relação aos outros países do mundo, distanciada de qualquer influência ideológica, política ou econômica. Os intelectuais uspianos – influenciados também pela leitura de Mannheim à época – tentavam proceder a uma análise sociológica, que estivesse desvinculada de disputas de ordem ideológica, política ou de classes.

Os trabalhos de doutorado de Fernando Henrique Cardoso²⁰ e Octavio Ianni²¹ talvez sejam os exemplos mais significativos do “marxismo cientificista” do seminário, unido à Sociologia de Florestan Fernandes.²² As pesquisas sobre a abolição da escravidão denotam a ausência completa de qualquer preocupação com a política por parte destes intelectuais em seus trabalhos. As questões levantadas eram de ordem estrutural, e feitas através de uma perspectiva “economicista”, o que demonstra um completo afastamento da apropriação do marxismo leninista ou stalinista por parte destes intelectuais na interpretação do Brasil. As teses de Fernando Novais²³, José Arthur Giannotti²⁴ e Paul Singer²⁵ também demonstram que as influências das leituras do *Capital* em suas pesquisas não tiveram qualquer influência de um “marxismo político”.

Assim, tendo o “atraso brasileiro” em relação aos países desenvolvidos como temática fundamental, a Sociologia científica paulista, unida às leituras de Marx no seminário, passariam a constituir um novo tipo de interpretação sobre o país, que rejeitava as noções propostas pela CEPAL²⁶, pelo PCB e pelo ISEB, de que a possibilidade de

²⁰ CARDOSO, F. H. **Formação e desintegração da sociedade de castas: o negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul**, Tese de Doutorado, USP, São Paulo 1961

²¹ IANNI, O. **O negro na sociedade de castas**, Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1961

²² “Efetivamente Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni em seus estudos sobre a escravidão no Sul do País, procurariam inovar reivindicando explicitamente o uso do método dialético na interpretação dos dados coletados. O trabalho de campo havia sido feito conjuntamente pelos dois entre 1955 e 1960, nos moldes da orientação proposta inicialmente por Florestan para pesquisar o preconceito racial e a integração do negro na sociedade de classes. No entanto como resultado das leituras de Marx, os trabalhos, quando apresentados como teses de doutoramento, trariam à tona a presença das discussões do grupo (do *Capital*) na forma como concebiam a formação social capitalista no País.” (LAHUERTA, 2005, P. 162)

²³ NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 1972

²⁴ GIANNOTTI, J. A. **John Stuart Mill: o psicologismo e a fundamentação da lógica**, Tese Doutorado, USP, São Paulo, 1960

²⁵ Defendida em 1966 e publicada sob o título *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica* pela Edusp em 1968

²⁶ Estava a cargo da CEPAL naquele momento – instituição que exerceu grande influência sobre as teorias do ISEB e do PCB – o papel do desenvolvimento de projetos baseados na ideia de fomentar o avanço dos países subdesenvolvidos da América Latina. Os projetos consistiam na elaboração de técnicas que pudessem alavancar os processos produtivos destes países através da industrialização, da substituição das importações, além disto, do progresso nacional em outras áreas capazes de desenvolvimento econômico e

avanço do Brasil e dos demais países considerados subdesenvolvidos pudessem se dar através de uma lógica de “emparelhamento” em relação aos países tidos como desenvolvidos naquele momento.

(...) neste momento, a principal questão destes intelectuais é, de posse de um novo instrumental, encontrar a chave que ajudasse a nos decifrar. Nesse momento como vimos, defrontaram-se com um conjunto variado de interlocutores (CEPAL, ISEB, PCB, funcionalismo norte-americano, estruturalismo etc.), mas que em sua diversidade, tinham em comum a pretensão de acertar o relógio das situações de “atraso” em relação à modernidade capitalista; (LAHUERTA, 2005 P. 169)

Através do marxismo acadêmico, o grupo uspiano pretendia inserir a dialética na análise sobre as questões nacionais, de modo que pudessem ser levados em consideração os antagonismos presentes nas diferentes sociedades subdesenvolvidas e, além disto, as peculiaridades relativas às diferentes sociedades nacionais e seus atores. Aqueles intelectuais buscavam se afastar das análises que levavam em conta a perspectiva da totalidade apenas a partir de um eixo metodológico estrutural funcionalista, que inseria a dinâmica do movimento dialético em uma estrutura estacionária, sem possibilidade de poder explicativo a partir dos antagonismos e paradoxos da realidade nacional. “Daí a preocupação dos intelectuais da USP quanto à demarcação de um território (...), enfatizando a categoria da totalidade, mas distinguindo-se da noção de totalidade presente no funcionalismo, mais preocupada com equilíbrios e funções.” (LAHUERTA, 2005 P. 169)

Esta teria sido a maior novidade trazida pelo grupo uspiano: a dialética e o antagonismo de classes como chaves explicativas para o fenômeno brasileiro. Perspectiva que se diferenciava em larga medida da ideia de Nação x Anti-Nação, representada pelas teorias do Imperialismo, alimentadas pelos intelectuais do PCB, do ISEB e de outras frações da esquerda, mais ligadas à leitura marxista da União Soviética.

Separando o ISEB em três etapas diferentes, Daniel Pécaut acredita que em sua terceira fase de existência – pós 1960 – o Instituto tenha realizado suas atividades, assumindo um caráter cada vez mais político, com alinhamentos à esquerda explícitos.

social. “A preocupação básica da CEPAL era a de explicar o atraso da América Latina em relação aos centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo (...) ressaltando os entraves ao “desenvolvimento econômico” em contraste com (...) os centros avançados” (MANTEGA, 1985, 34). Em outras palavras, estas ideias estavam assentadas ainda na lógica dualista de interpretação do atraso x moderno, tese questionada posteriormente por Francisco de Oliveira (1972) em sua crítica à razão dualista.

(PÉCAUT, 1990) Esta fase foi caracterizada como nacionalista marxista. Durante este período, boa parte de seus integrantes faziam parte ou já estavam próximos ao PCB. Contagiados pelo nacional-desenvolvimentismo e em certa medida contribuindo com suas formulações, esta esquerda buscava o avanço nacional através de uma lógica de pensamento “etapista”. Acreditava-se grosso modo, através da linha interpretativa marxista ortodoxa, que cumprida uma etapa do desenvolvimento no Estado Nacional, poderia-se prever uma nova fase de evolução e de construção de novas possibilidades de avanço. Desta forma, acreditavam que o país poderia se livrar dos problemas do subdesenvolvimento e do fantasma do sistema agroexportador baseado no poder das oligarquias regionais e avançar para a etapa seguinte que seria, neste caso, a do capitalismo nacional.

Nesta lógica consistia esta interpretação, que buscava contribuir com os “avanços do país”. O objetivo era fomentar o desenvolvimento nacional através da “emancipação consciente” que o país deveria assumir enquanto nação autônoma frente ao poder do imperialismo exercido pelas nações desenvolvidas. Este horizonte só seria alcançado através da plena industrialização, das reformas de base e da formação de uma consciência esclarecida de povo e nação, cabendo a esta fração da esquerda o papel de contribuir com a conformação desta “consciência emancipatória”.

A visão de Brasil, constituída pela esquerda de inspiração nacionalista – influenciada em boa medida pelas leituras da CEPAL – denotava, segundo alguns autores, a influência do estrutural-funcionalismo nas interpretações feitas pela corrente de pensamento “etapista” citada anteriormente. O problema ignorado por estas instituições, porém, é que a análise do subdesenvolvimento brasileiro sob a influência da perspectiva de análise estrutural funcionalista, mantinha a possibilidade de avanço e desenvolvimento estanques e excluídas dos processos históricos e dinâmicos da sociedade.²⁷

A ideia, inspirada nas teorias leninistas do imperialismo subestimava, segundo os marxistas uspianos, a contradição principal no caso do desenvolvimento socioeconômico brasileiro que, segundo eles, deveria ser explicado pelo antagonismo entre as classes sociais. Esta visão era, em larga medida, o que distinguia a “esquerda oficial” dos

²⁷ “Por ‘congelar’ a vida social, a abordagem estrutural funcionalista não conseguiria captar as mediações, perdendo assim as conexões entre as várias partes do processo. Não haveria nem movimento nem contradição, nem historicidade na análise feita sob sua orientação” (LAHUERTA, 2005 P. 169)

marxistas uspianos, que viam nas relações de conflito de classes o maior obstáculo a ser superado pelo país em direção ao desenvolvimento.

O grupo uspiano buscava retificar a interpretação de Brasil estabelecida até então. Caberia a esta intelectualidade o papel desta nova compreensão, através de um afastamento que só a ciência e um “novo marxismo” lhes permitiria captar. Em outras palavras, as leituras que os primeiros intelectuais uspianos tentaram fazer de Marx não tinham a “função” que haviam exercido até então no ISEB ou no PCB, não serviriam como “manual prático de intervenção”, mas sim como um instrumental capaz de interpretar a realidade e criar uma nova “visão de Brasil”, que fosse capaz de enterrar a antiga interpretação – herança de um nacionalismo exacerbado – que havia sido formulada pela “esquerda oficial” e que colocava o tema da Nação como central para o entendimento do nosso “atraso”.

Passada esta fase inicial da leitura de Marx no seminário do Capital, uma renovação de intelectuais ocorreria no grupo. É conhecida a ideia de que o seminário tenha se constituído em duas fases diferentes. Esta diferenciação não as tornaria excludentes entre si. Na verdade, a primeira forneceria algum acúmulo intelectual à segunda, enquanto esta última, agregaria a esta fundamentação uma maior orientação prática. Enquanto a primeira fase foi fortemente marcada pelo cientificismo e pela recusa a qualquer engajamento político, a segunda fase estaria – embora também preocupada com o afastamento do ideário nacional-desenvolvimentismo – mais próxima ao engajamento dos intelectuais na política. Assim, além de Marx, passaram a retomar a leitura de autores como Caio Prado Jr., Ruy Mauro Marini, entre outros.

Desta segunda fase é resultante a edição da revista Teoria e Prática, intento incentivado por Perry Anderson, que havia chegado ao Brasil à época para a realização de algumas pesquisas. A revista talvez seja a melhor representação das pretensões de militância da segunda fase do grupo, embora tenha contado apenas com três edições, sendo descontinuada por conta do recrudescimento do regime. Este engajamento se deu, principalmente, por conta da radicalização política proveniente do golpe de 1964. (CHILCOTE, 2014)

Este “segundo grupo”, de existência mais curta, deixaria de se encontrar para fazer as leituras entre os anos de 1966 e 1967. Weffort foi talvez o único dos estudiosos que

participou das “duas fases”²⁸ do seminário, tendo como referências, tanto o marxismo acadêmico da primeira fase, ao lado de Giannotti, Ianni, Fernando Henrique, Novais e Singer, quanto o marxismo mais engajado, ao lado de intelectuais como Marilena Chauí, Michael Lowy, Leôncio Martins Rodrigues, Emir Sader, entre outros. (CHILCOTE, 2014)

A formação intelectual inicial de Weffort, como dito anteriormente, pode ser considerada fruto das influências da orientação intelectual de seus professores de Política, da Sociologia científica profissional uspiana, de sua participação na Juventude Comunista, do caldo de cultura da esquerda universitária paulistana que se fortalecia a sua volta, das leituras científicas da primeira fase do seminário e, além disto, da segunda fase de estudos deste grupo, quando o engajamento e a preocupação com a questão da *práxis* esteve mais presente. Esta “formação”, levada às últimas consequências, o teria transformado na representação máxima da crítica uspiana à cultura política nacionalista fomentada no seio da República e ao determinismo exacerbado de frações da esquerda ligadas ao PCB.

Este acúmulo teórico-conceitual – que seria essencial para sua formulação de uma nova interpretação sobre o Brasil – pode ser verificado em suas primeiras obras, escritas entre 1963 e 1968. Nestes trabalhos, encontram-se os traços de uma Sociologia científica e profissional ao lado de uma crítica política de caráter radical às ideologias nacional-desenvolvimentistas, fomentadas no ISEB e no PCB e aos arranjos da Política brasileira desde sua primeira experiência republicana em 1889. Desde este momento, podemos identificar as raízes do marxismo de corte classista nas críticas iniciais do autor e sua intenção de romper de forma brusca com a tradição nacional republicana.

A “perspectiva de classe” foi o componente central no desenvolvimento das teses iniciais de Francisco Weffort sobre o populismo no Brasil. Perspectiva esta que viria contribuir posteriormente com a formação do Partido dos Trabalhadores no final da década de 1970, uma nova agremiação política, que tinha como objetivo romper drasticamente com o legado político da era Vargas e seu passado. Sua tese de doutorado e principalmente sua livre-docência, publicadas em 1968 e 1972 respectivamente, talvez tenham se constituído como os casos mais singulares dentre os participantes do seminário

²⁸ Ainda que no primeiro estivesse tivesse ainda o “estatuto” de estudante, não tendo tanta importância na hierarquia acadêmica da época, como tinham os professores responsáveis pela formação do grupo.

do Capital. Pode-se compreender sua crítica ao aliancismo político de classes e o elitismo da esquerda – aos cerrar as fileiras junto aos nacionalistas – em suas pesquisas sobre o populismo e ao sindicalismo, como a recusa máxima à “antiga política” dentre os integrantes do grupo. (LAHUERTA, 1999)

Além disto, ao lado de Fernando Henrique Cardoso, Weffort esteve entre os primeiros intelectuais uspianos a interpretar a problemática brasileira em relação aos países desenvolvidos a partir de uma compreensão da esfera política (LAHUERTA, 1999, PÉCAUT, 1990). Esta interpretação foi feita a partir da crítica extrema das instituições políticas do passado, tomando-as como apanágio de uma cultura política autoritária, anti-democrática, elitista e aliancista, proclamando a necessidade de ruptura radical com a tradição política nacional, uma vez que esta estaria contaminada desde 1889, com seus arranjos e acordos políticos e de classe.

III. As formulações consagradas sobre o populismo no Brasil

Weffort pode ser considerado o autor que, de certo, modo consagrou as formulações sobre o populismo no Brasil. Talvez mais do que seu rigor teórico, sua retórica marcante contra o nacionalismo e contra o que ele chamava de “aliança de classes”, “estado de compromisso” e “arranjo político” – lançando desde 1963 suas críticas a alguns setores da esquerda, fizeram dele o “teórico do populismo”, haja visto o fato de ele continuar sendo bibliografia obrigatória na maior parte dos cursos de graduação e pós-graduação das universidades de Ciências Sociais no Brasil e, por vezes, na América Latina. Apesar de alguns autores considerarem necessárias revisões aprofundadas sobre suas formulações sobre o populismo – o próprio Weffort considera – , fato é que suas formulações continuam servindo à parte da intelectualidade como chave explicativa para fenômenos do passado e do presente.

É importante também compreender que sua entrada no Partido dos Trabalhadores viria coroá-lo enquanto teórico oficial deste fenômeno político e a própria formação do partido traria a confirmação de que as teses do autor encontraram reflexo na sociedade da época. Neste subcapítulo analisamos algumas formulações sobre o populismo desenvolvidas no Brasil por intelectuais que trabalharam ao lado de Weffort na USP e no

CEBRAP e traçamos uma trajetória de formulação do conceito por Weffort, desde sua formação inicial na USP, até suas teorizações finais sobre o fenômeno já no CEBRAP..

As formulações de Weffort sobre o populismo variaram bastante de acordo com as instituições nas quais esteve inserido, estes foram os casos da USP, da CEPAL e do CEBRAP. De todo modo, todas estas interpretações tiveram como fundamento a ideia de que no Brasil os “rumos da nação” teriam ficado, em diferentes momentos históricos, a cargo do Estado e de suas alianças com as oligarquias tradicionais e classes médias, cabendo às massas e às classes populares papéis de meros coadjuvantes nos processos históricos de transformação.

O famoso *slogan* “façamos a revolução antes que o povo a faça” evocado por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada – um dos principais articuladores da Aliança Liberal em favor da campanha de Getúlio Vargas na década de 1930 – é citado por Weffort já em seu primeiro trabalho *Política de massas*, escrito em 1963 e publicado em 1965 ao lado de artigos de Octavio Ianni, Paul Singer e Gabriel Cohn no livro *Política e revolução social*²⁹. Weffort denuncia no trabalho a exclusão das classes populares das decisões políticas:

Por força da clássica antecipação das elites, as massas populares permaneceram neste período como (...) o parceiro fantasma no jogo político. Foram a grande força que nunca chegou a participar diretamente dos grandes embates, sempre resolvidos entre os quadros políticos dos grupos dominantes, alguns dos quais reivindicando para si a interpretação legítima dos interesses populares. Em todas as crises, desde 1945, a intervenção do povo apareceu como possibilidade, mas o jogo dos parceiros reais consistiu em avaliar, tacitamente, a importância desta intervenção e em blefar este cálculo. (WEFFORT, 1965, P. 162)

Dito de outra maneira, na visão de Weffort, o poder de levar a cabo as transformações políticas brasileiras teria vindo sempre “de cima”, herança de uma sociedade fundada em bases autocráticas, tendo a Revolução de 1930 como importante marco representativo desta herança, como atestariam seus primeiros estudos (1965; 1965a; 1966; 1968; 1972; 1972a, 1973; 1973a; 1973b; 1973c; 1978; 1979). O fenômeno do populismo, neste caso, seria em sua visão consequência de um “vazio político” proveniente de uma crise de hegemonia política no contexto histórico em questão. O autor constatava, ao formular esta interpretação, a ausência de um ator político – típico das Revoluções Burguesas Tradicionais – que tivesse a capacidade de levar à frente o

²⁹ IANNI, O. SINGER, P. COHN, G. WEFFORT, F. **Política e revolução social no Brasil**. Civilização Brasileira, RJ, 1965.

desenvolvimento capitalista que conduziria a Nação brasileira à “modernidade”, cabendo ao Estado o papel de comandar os “rumos do país”. Segundo esta visão, teria ficado sempre a cargo do Estado o papel de árbitro de classes, dotado da função de mediar as relações entre frações políticas, econômicas e ideologicamente “antagônicas”.

Além disto, a leitura de Weffort estava assentada sobre a ideia de que ao lado das antigas oligarquias e da classe média urbana, passavam a compor o cenário político-nacional amplos contingentes populacionais provenientes dos movimentos de migração campo-cidade e da evolução industrial do período – processo iniciado de certo modo, durante a Primeira Guerra Mundial com o fortalecimento do campo industrial brasileiro por conta das dificuldades de importação de produtos manufaturados. Esta nova composição, mais plural, no cenário nacional, unida a uma crise hegemônica de poder e a uma maior participação das massas no campo político, forneceriam ao Estado, segundo o autor, o cenário político ideal para a condução dos “rumos da Nação”, através das relações típicas de dominação entre líder e massa.

Se por um lado a pluralidade no cenário nacional dificultava o papel de “árbitro da sociedade” articulado pelo Estado, por outro este se fortalecia paulatinamente frente à heterogeneidade e às divergências entre os diferentes estratos sociais do país, que não apresentavam condições de assumir os papéis políticos necessários ao momento histórico. Numa formulação mais bem acabada sobre o fenômeno, em texto publicado já em 1978, Weffort definiria o populismo nos seguintes termos:

A peculiaridade do populismo vem de que ele surge como forma de dominação nas condições de “vazio político”, em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe se afigura capaz de assumi-la. Convém lembrar que o populismo aparece quando se dá a crise da hegemonia oligárquica e das instituições liberais que obrigam a um amplo e instável compromisso entre os grupos dominantes, presidido pelo fortalecimento do executivo e do poder econômico e administrativo do Estado (WEFFORT, 1978, P. 159)

Esta interpretação elaborada por Weffort – ainda que com as especificidades mencionadas anteriormente – se analisada em uma chave mais ampla, faria parte de uma linhagem de pensamento que via na ruptura com o passado histórico e político o caminho para a solução dos dilemas nacionais. Deste modo, para o “desenvolvimento brasileiro”, não teria importância a herança histórica e política do país, sendo necessário para a

inserção brasileira na modernidade e num horizonte político democrático o rompimento abrupto com determinados costumes e tradições.³⁰

As primeiras análises de Weffort atravessavam um momento – 1960 e 1970 – marcado por teorias predominantemente matizadas pelo marxismo, por teorias estruturalistas e por investigações fundadas em bases teóricas predominantemente “economicistas”, “psicologizantes” e “sociologizantes”, que tinham na teoria marxista e em instituições como o ISEB, o PCB e a CEPAL seus principais meios de interlocução. Estas teorias teriam sido germinadas ainda na FFCL – USP, através do Seminário do Capital, do CESIT, entre outras experiências. Weffort foi aos poucos superando esta chave interpretativa, aproximando-se cada vez mais de análises conjunturais.

José Álvaro Moisés, embora não tenha participado do Seminário do Capital, foi caudatário de boa parte das interpretações de Weffort sobre o populismo. Em sua dissertação de mestrado defendida em 1972 pela Universidade de Essex na Inglaterra e publicada como livro no Brasil pela Editora Polis em 1978 sob o título de *Greve de massa e crise política (Estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo - 1953-54)* e em artigos sobre o mesmo tema, como *Reflexões sobre os Estudos do Populismo no Brasil* (1976) e *Il populismo in America Latina* (1977), Moisés buscava substituir o mecanicismo estruturalista denunciado por Weffort por uma compreensão que perpassasse a esfera da política. Segundo Moisés, para uma análise precisa do fenômeno, as possibilidades de interação no plano concreto (conjuntura) deveriam ser compreendidas. Deste modo, em sua pesquisa sobre a greve dos 300 mil, Moisés se voltava para o estudo da conjuntura, enxergando o populismo como o resultado de fatores como: 1) a alteração na composição do proletariado no contexto pós-revolução de 1930; 2) a ação desorganizada do estado em relação às classes subalternas; 3) a presença e o protagonismo de líderes populistas capazes de compor alianças com uma fração considerável da esquerda nacional, com destaque especial ao PCB.

As reflexões de Moisés nestes trabalhos – e posteriormente em seu doutorado *Classes populares e protesto urbano* (1978) – confirmavam as premissas estabelecidas inicialmente por Weffort de que somente análises conjunturais possibilitariam a compreensão de fenômenos que vinham ocorrendo no âmbito do trabalho e dos sindicatos. A escolha das greves como objeto de estudo demonstra que o autor buscava entender com maior profundidade a construção da autonomia da classe operária – único

³⁰ Para esta chave interpretativa ver o trabalho de Brandão (2007) e de Barboza Filho (2010)

ator político capaz de romper com a herança do trabalhismo e do sindicalismo corporativista.

Na análise de Moisés, as greves que havia eleito como objeto de estudos eram importantes pois se constituiriam como momentos privilegiados para a solidificação de uma solidariedade corporativa entre os trabalhadores, o que serviria de base para a constituição de organizações políticas autônomas, desvinculadas do antigo sindicalismo e para a elaboração de sua própria “consciência de classe”. Moisés, deste modo, fazia coro com a escola uspiana, que insistia em acusar o PCB e parte da esquerda nacional por ter aniquilado qualquer possibilidade de auto-organização por parte do proletariado da época, eliminando de vez a formação de uma verdadeira “consciência proletária” por parte dos trabalhadores.

A acusação de Moisés ao PCB iria ainda mais longe ao afirmar que sua atuação junto ao estado teria obliterado a ocupação, por parte dos trabalhadores, de um espaço vago naquele momento, justamente o vácuo entre o “instinto de classe” e a “consciência de classe” do operariado, que teria ficado disponível frente à crise de hegemonia das classes dominantes. Segundo o autor, ao fazer parte das políticas aliancistas com os setores populistas, o PCB estaria deixando de lado sua função de dominação/condutor de classes, submetendo os interesses operários aos interesses dos setores dominantes. (BARBOZA FILHO, 1980)

Octavio Ianni tornou-se também um dos principais teóricos do populismo no Brasil através de suas obras *O colapso do populismo no Brasil* (1968) e *Formação do estado populista na América Latina* (1975), ambos publicados pela Civilização Brasileira. Tendo participado da fase inicial do Seminário do Capital, suas análises estão mais próximas a um marxismo estrutural, mas ainda assim próximas das interpretações realizadas pelo grupo que se formou em torno de Weffort para estudar o tema.

Ianni via o populismo como uma fase de aprofundamento do capitalismo no Brasil, identificando-o como a última e decisiva etapa do processo de dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção, uma vez que estava em curso durante a era Vargas o processo de formalização das relações de produção capitalista. Segundo Barboza Filho “O populismo (para Ianni) teria aparecido como uma espécie de ‘*intermezzo*’, no trânsito da hegemonia oligárquica para a hegemonia da burguesia urbana e industrial” (BARBOZA FILHO, 1980, P. 221)

A interpretação de Ianni buscava na ideia de movimento seu *locus* de análise, uma vez que o populismo teria como base as diferentes transformações no interior de um pacto entre diferentes classes. Em outras palavras, o populismo para o autor seria um momento de transformação em que as classes se opunham umas às outras, mas não de maneira explícita. Este fato teria levado o pacto à ruptura no momento em que as classes se revelaram contraditórias umas em relação às outras, interrompendo as alianças estabelecidas anteriormente.

Ianni também chamava a atenção para o duplo caráter do populismo: o populismo das elites e o populismo das massas. O primeiro apareceria como instrumento de dominação de massas por parte das elites em favor da construção da hegemonia burguesa e industrial da época. Além disto, se apropriaria das possibilidades das massas, instrumentalizando-as de acordo com seus interesses hegemônicos. Na análise do autor – assim como na maioria dos intérpretes do populismo no Brasil – a ideia de contradição dava lugar à noção de conciliação ou pacto de classes, ignorando a autonomia dos indivíduos. No caso do populismo das massas, Ianni identificava o proletariado como estando a meio caminho da formação de sua própria consciência, como produto da transição de uma sociedade tradicional agrária para uma sociedade moderna urbana/industrial. Ianni afirma em sua obra “Devido às condições histórico-culturais e políticas da época, a visão de mundo das massas permanece em atraso, relativamente à sua situação real no processo produtivo.” (IANNI, 1975, P. 84) Tratava-se neste caso de uma análise que ainda não havia abandonado por completo a chave interpretativa dualista do atraso x moderno e ainda emprestava à economia e não à política o principal mecanismo de explicação da sociedade.

Régis de Castro Andrade também formulou interpretações sobre o populismo ao lado de Weffort, Octavio Ianni e José Álvaro Moisés. Em seu trabalho *Perspectivas no estudo do populismo brasileiro* (1979) preocupou-se em interpretar o processo histórico de construção do regime populista. O autor relacionou o fenômeno a conjunturas diferentes do pós-1930, caracterizando o período de 1930 a 1937 como uma democracia oligárquica, sob um executivo forte. Segundo Andrade, já em 1934 esta democracia teria propiciado uma aliança entre as antigas oligarquias e os setores urbanos, consolidando-se, deste modo, como uma ideologia autoritária e anti-popular. O Estado-novo seria o reflexo desta consolidação, tendo como resultado a supremacia dos setores burgueses. Andrade trouxe algumas inovações em relação às perspectivas de análise anteriores ao

enxergar no populismo um projeto de reorganização social e econômico como estratégia por parte da burguesia industrial de controle dos movimentos populares, afim de aprofundar um suposto projeto hegemônico. Seu trabalho tem a política como chave explicativa, mas não ignora a importância dos fatores econômicos para o entendimento do populismo.

O Estado populista para Castro de Andrade teria se organizado de forma corporativista – resguardando-se através de um viés autoritário –, passando a mascarar os conflitos e clivagens de classes. O Estado novo seria, portanto, uma espécie de forma autoritária do estado burguês e o populismo uma forma de supremacia de classe, tendo a política como dinâmica de limitação. Deste modo, a esfera da política se localizaria como o eixo de produção de consensos, o que justificaria a alcunha do conceito de bloco político-ideológico utilizado por sua parte para explicar a supremacia da burguesia nesta dinâmica.

O autor negava a ideia de completa manipulação das massas, alertando para o fato de que para o próprio controle populista seria necessário um espaço de livre expressão das massas. Apenas através disto seria possível transformar as demandas destas classes em “doações” e assim, posteriormente, apropriar-se de qualquer projeto autônomo e alternativo. Deste modo, compreendia que a manipulação de massas nunca se dava de forma completa, havendo momentos de mobilização progressistas e conservadores. A análise de Castro de Andrade chamava a atenção para o caráter burguês e ambíguo do populismo, autoritário por um lado e democrático por outro, um equilíbrio instável pelo perigo que o peso dos setores populares em tempos de crises econômicas e políticas representariam ao regime. (CASTRO GOMES, 1996)

O que teria permeado a análise do autor seria a ideia de que teria havido um processo linear de construção de hegemonia através da coerção e do consenso por parte do Estado e da burguesia, porém segundo Barboza Filho (1980) teria faltado à interpretação de Castro de Andrade uma compreensão mais afinada, referente à ambiguidade constitutiva – entre política e economia – do período populista. Segundo Filho teria passado despercebido por Andrade o entendimento do papel específico da legislação trabalhista e do corporativismo como regulação e adequação do mercado de trabalho a um novo modo de acumulação capitalista.

Capítulo II

I. Weffort e o populismo na USP I

Em *Política de massas* (1965) aparecem os primeiros esboços de Weffort sobre o conceito de populismo. Procedendo a uma análise mais aprofundada, podemos afirmar que, segundo Weffort, o populismo deveria ser compreendido enquanto expressão política de interesses determinados de classes. No caso específico brasileiro, uma elite liberal decadente a quem teria restado apenas a aproximação dos interesses mais reacionários da sociedade. Esta seria, segundo o mesmo, uma maneira de mascaramento de interesses reacionários, travestidos em interesses “das massas”. Para Weffort – centrando crítica aos ideólogos isebianos, pecebistas e ao Estado – o populismo não seria nada além do que ideais sofisticados do nacionalismo, materializados no formato demagógico da política concreta do líder populista. “O nacionalismo, do mesmo modo que o líder populista obscurece o sentido de classe da emergência política das massas, o aparecimento do proletário no bojo do desenvolvimento capitalista.” (WEFFORT, 1965, P. 190)

O fenômeno seria, portanto segundo o autor, caracterizado por três elementos essenciais: 1) processo de massificação capaz de desligar os indivíduos massificados de seus quadros sociais de origem; 2) crise de hegemonia da classe dirigente e 3) presença de um líder carismático. O texto escrito por Weffort em *Política e Revolução Social* tem um caráter eminentemente político, centrando suas principais críticas na ideologia nacionalista³¹ e no papel conciliador do Partido Comunista Brasileiro. Esta era a crítica maior dos intelectuais uspianos e integrantes do grupo do Capital à esquerda oficial. Não há neste texto uma preocupação com a acuidade na formulação do conceito de populismo. Não há ainda a interlocução ou a influência dos autores latino-americanos que vinham teorizando sobre a mesma temática naquele momento, pois Weffort só viria a ter contato

³¹ A frase: “O nacionalismo é pouco mais que a consagração do Estado” (WEFFORT, 1965, P. 195) demonstra a crítica de Weffort aos nacionalistas e suas relações com o Estado, esta denuncia assumiria feições mais radicais na publicação do texto em *O Populismo na política brasileira* pela Paz e Terra em 1978.

com estes autores após seu ingresso na CEPAL no início de 1964, entre estes autores figuravam Gino Germani³², José Medina Echevarria, entre outros.

O texto foi escrito em 1963 e evidencia uma interpretação política, unida a um corte classista sobre o Brasil. A citação de dois trechos do *18 de Brumário de Luís Bonaparte* como epígrafe em dois capítulos de seu texto denotaria a leitura de obras de Marx³³ que iriam além daquelas feitas ainda na primeira fase do grupo³⁴ do *Capital*, e que explicaria, em boa medida, a perspectiva compreensiva através da qual Weffort estaria interpretando o populismo no Brasil, qual fosse a noção de bonapartismo, ou em outras palavras, o Estado como responsável pela “modernização” da sociedade brasileira e pela manutenção de um “estado de compromisso” capaz de equilibrar os interesses contraditórios políticos ou de classes.³⁵

O que diferenciaria Weffort das demais interpretações feitas pelos diferentes intelectuais da época seria, já naquele momento, seu entendimento sobre o papel do Estado enquanto principal agente transformador das mudanças sociais e econômicas ocorridas no Brasil.³⁶ Esta chave interpretativa teria sido certamente influenciada pelas leituras das “obras políticas” de Marx, além das leituras do *Capital* no grupo liderado por Giannotti, o que permitiu a Weffort unir a ideia de bonapartismo, à noção weberiana de líder-massa, tudo isto a partir de uma visão classista de sociedade que permeava a intelectualidade acadêmica paulista da época.

Além dos elementos teóricos mencionados anteriormente e da disputa pela hegemonia intelectual entre paulistas e cariocas no campo, é importante pensar que este texto foi escrito um ano antes do Golpe de 1964 e publicado exatamente um ano depois, ou seja, pode ser compreendido como retrato de um momento de profunda efusão política, onde a polarização extremada entre “esquerda” e “direita” estava na ordem do dia. Ianni e Singer haviam participado do seminário e este último era considerado na época do grupo, pela maioria dos outros integrantes, como um “verdadeiro marxista”. Ianni

³² Germani foi um dos pioneiros no estudo dos movimentos populares na América-Latina

³³ Embora não faça menção direta em seu texto, é possível concluir que Weffort estaria se utilizando também de algumas ideias marxistas provenientes da obra *A Guerra Civil na França*, para isto ver também a análise de Barboza Filho (1980) e Ehlert Maia (2001)

³⁴ O grupo inicial deu atenção a algumas obras de Luckács e Sartre, além do *Capital*.

³⁵ Para isto ver Barboza Filho (1980)

³⁶ Fernando Henrique (1964) constatava também na mesma época, ainda que numa chave um pouco diferente, a mesma deficiência de uma elite econômica – neste caso os empresários industriais – capaz de contribuir com o desenvolvimento nacional.

também viria explicitar esta postura de forma cada vez mais radical ao longo do tempo. Expressivo disto, inclusive, foi sua recusa em permanecer no CEBRAP por conta dos financiamentos provenientes de fundações norte-americanas como da própria Fundação Ford.

Importa, portanto, pensar que o primeiro trabalho escrito por Weffort, e justamente, ao que parece, o que daria a tônica à sua concepção de Brasil, já estava marcado por uma crítica radical, avessa à política institucional e com um profundo corte classista. À esta crítica, seriam adicionados posteriormente elementos teóricos importantes, inclusive a utilização da bagagem intelectual legada por Florestan Fernandes na construção, com maior perícia, do conceito de populismo e a incorporação de influências teóricas de importantes autores como Gino Germani, William Kornhouser, José Medina Echevaria, Torquato di Tella, Alain Touraine, entre outras.

O que importa demonstrar é que, a despeito desta incorporação posterior, o que estava desde o início presente nas interpretações de Weffort eram as críticas ao nacionalismo, ao colaboracionismo político e de classes, ao elitismo da esquerda oficial e à tradição histórica da política brasileira. Esta crítica é o que irá permear seus trabalhos até meados de 1970, quando as teorizações sobre a democracia passaram a constituir o *leit motiv* de suas formulações intelectuais. Esta fase inicial de interpretações é – como afirmou Lahuerta (1999) em sua tese de doutorado – um retrato bem acabado da participação de Francisco Weffort no seminário do Capital. As críticas da analítica uspiana ao nacionalismo o teriam levado a adotar, desde aquele momento, uma postura “anti-institucional” e “rupturista”, que proclamava a necessidade de um rompimento com a lógica histórica e política do passado. Posição que seria revista posteriormente, no momento em que se reconciliaria com o passado político do Brasil.

II. Weffort e o populismo na USP II

Enquanto no texto *Política de Massas* (1965) fica clara uma intenção eminentemente política nas formulações de Weffort através de narrativas de teor ideológico radical e uma menor preocupação com a “ciência”, em *Raízes sociais do populismo* (1965a), a “Sociologia de Florestan” aparece com maior relevo e unida ao

“marxismo do Capital”. Neste artigo Weffort mobiliza, a um só tempo, a teoria marxista, weberiana e durkheimniana para fornecer bases científicas à ideia de populismo.

Está presente no texto a Sociologia científica profissional, típica da escola uspiana. Em nossa visão, estaria neste trabalho uma tentativa de “aperfeiçoamento científico” da noção de populismo, numa tentativa de busca de legitimidade acadêmica frente aos seus pares de universidade.³⁷ No trecho abaixo a ideia weberiana de “conexões de sentido” é conectada ao conceito de “totalidade concreta” – consagrado na obra *História e consciência de classes* publicado em 1923 por Luckács – e à noção durkheimniana de função social que o populismo teria naquele contexto.

Assim, a descrição de conexões de sentido necessariamente concebe o fenômeno em estudo fora de uma totalidade histórico-concreta. Em nosso caso, porém, este caráter obrigatoriamente a-histórico da análise tem a significação particular, e talvez insólita, de que tomamos a história "em abstrato". Com efeito, não fazemos uma análise dinâmica do populismo, pois não temos todos os elementos necessários para elucidar sua função e significação no processo histórico brasileiro concebido como totalidade concreta. Não obstante, fazemos a descrição de sentido de um fato visto como momento de uma totalidade histórica que, se não está empiricamente dada no contexto da análise, pode, porém, por força deste mesmo contexto, ser imaginada como possível. Em outros termos: nossa análise de sentido se abre para um conhecimento totalizante, pois supõe a vigência de uma totalidade histórica como seu horizonte. Este suposto altera o caráter da descrição, ou melhor, amplia seus limites. (WEFFORT, 1965a, P. 40, 41)

No trecho abaixo as ideias de “compreensão de sentido” e “formas de legitimidade das relações de dominação” são citadas, fazendo referência direta à Weber e, unidas a elas, as concepções de “consciência individual e de classe“. Este “vocabulário intelectual”³⁸, típico do *modus operandi* da sociologia uspiana da época, forneceria a estrutura essencial/básica para o aprimoramento do conceito de populismo de Weffort. Numa análise imanente, identifica-se de que modo, para Weffort, o sentido de massa, estaria sendo compreendido tanto a partir de uma chave interpretativa weberiana (de modo explícito), tendo na massa o elemento central “submisso”, presente nas relações típicas de dominação, quanto a partir de uma lógica marxista de viés classista (implícita), tendo a massa enquanto representação de uma fração de classe desprovida de consciência.

³⁷ Este refinamento, e a busca pela legitimidade – preocupações típicas de um estudante de doutorado daquele contexto, no qual o próprio Florestan Fernandes estimulava a disputa entre seus alunos – teriam, em nossa visão, motivado Weffort a unir Sociologia científica e Política em seus textos posteriores, caso mais bem representado por sua tese de livre-docência de 1972.

³⁸ Ver POCOCK, J.G.A. **Politics, language and time: essays in political thought and history**, Atheneum, NY, USA, 1971.

As duas perspectivas teriam como fim explicitar a “função social” do fenômeno do populismo na sociedade brasileira. Percebe-se assim que o rigor científico, embora não constituísse a principal preocupação dos trabalhos de Francisco Weffort – até porque com o passar do tempo o autor foi se afastando cada vez mais da Sociologia, indo em direção ao campo da política (tanto da Ciência Política quanto da política concreta) – o ambiente universitário da época impelia mesmo os estudantes mais avessos ao cientificismo sociológico, a um esforço de construção baseado neste sentido. O trecho seguinte também demonstra as bases nas quais estiveram fundadas as formulações de Weffort:

A compreensão de sentido, na orientação definida pela sociologia de Weber, deveria ater-se aos conteúdos da consciência individual, o que significa, em nosso caso, focalizar as relações líder-massa, típicas do populismo em termos das formas de legitimidade das relações de dominação. Esta perspectiva - adequada para a compreensão do sentido que se atribuem reciprocamente o líder e os indivíduos conglomerados na massa – parece-nos, não obstante, insuficiente, pois a exigência de esclarecimento das diferenças sociais efetivas entre a liderança carismática de Jânio Quadros e a liderança patriarcal de Adhemar de Barros conduz a análise a transcender a consciência individual e a orientar-se para compreendê-las como formas de consciência de classe. (WEFFORT, 1965a, P. 40, 41)

No excerto a frente Weffort destaca a noção de consciência de classe como elemento central de suas interpretações sobre o populismo e justifica o “nível descritivo” como único recurso possível de explicação sociológica, por conta da ausência de elementos empíricos que possibilitassem uma análise “concreta e totalizante”.

Como se perceberá no andamento do trabalho, a noção de consciência de classe se constitui no próprio núcleo de nossa interpretação do populismo. Não obstante, dada a ausência de elementos empíricos que nos permitam uma análise totalizante e concreta, a superação do âmbito da consciência individual não significa a superação dos limites mais gerais da orientação tipológica que indicamos anteriormente. Portanto, apesar de que a noção de consciência de classe oriente a análise na linha das conexões entre a consciência e a posição estrutural de um grupo, não temos a possibilidade de superar radicalmente o nível descritivo, pois, no fundamental, somos obrigados a operar com os recursos de imputação de sentido. (WEFFORT, 1965a, P. 40, 41)

A união de Marx e Weber fica explícita neste parágrafo final, quando Weffort se propõe a “aclarar” as conexões entre determinadas “formas de legitimidade” e “determinadas situações de classe”, o que possibilitaria, segundo o autor redefinir estas conexões enquanto “modos de expressão de consciência de classe”.

Nestas condições, nosso objetivo poderia resumir-se em aclarar as conexões entre determinadas formas de legitimidade e determinadas situações de classe, para termos a possibilidade de redefinir aquelas formas como modos de expressão de consciência de classe. (WEFFORT, 1965a, P. 40, 41)

O preâmbulo do artigo escrito por Weffort nos remete invariavelmente ao prefácio e à introdução das teses de doutorado de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Alunos de Florestan que integraram o grupo do Capital em 1958, os dois estudiosos escreveram uma “introdução metodológica” em suas teses de doutorado (1962), dedicando-se a explicitar detalhadamente a metodologia que seria utilizada na análise da abolição da escravidão e da inserção do homem negro na sociedade de classes. Os dois prefácios são vistos por diferentes intelectuais, ainda nos dias atuais, como uma tentativa de emancipação intelectual de Fernando Henrique e Ianni em relação a Florestan Fernandes (basicamente a substituição do estrutural-funcionalismo pelo materialismo histórico dialético) e, além disto, como um retrato fiel da união da influência de Florestan Fernandes em suas formações e dos traços impressos pelas leituras feitas no seminário. Além disto, como um esforço de profissionalização que os qualificasse e os tornasse aptos a assumir uma posição de destaque na universidade.

Embora este texto de Weffort seja matizado pelas “análises classistas” típicas da época, a união de categorias weberianas às interpretações marxistas da realidade brasileira contribuiria para que a análise de Weffort se distanciasse, de alguma maneira, das leituras da época. O fenômeno do populismo, embora com explicações assentadas sobre as bases da teoria social, típica do seu momento de formulação, acabava, em alguma medida, deslocando um tema da esfera sociológica para a esfera da política, no que as leituras de Weber teriam contribuído bastante.

O que seria, inicialmente, um levantamento de dados quantitativos – exclusivamente sobre as eleições para o governo de São Paulo em 1962 – sem a pretensão de análises qualitativas, acabou por contribuir com a ressignificação³⁹ de um conceito-chave que seria utilizado em larga medida para explicar fenômenos políticos e sociais no Brasil e na América Latina como um todo, e, além disto, com a formação de uma nova

³⁹ Utilizamos a noção de ressignificação, pois há algum consenso entre os estudiosos do tema de que a ideia de populismo tenha aparecido pela primeira vez na Rússia ainda no século XV e utilizada ao longo do tempo em diferentes países como EUA, México, França, Alemanha, entre outros países latino-americanos e do leste europeu.

interpretação de Brasil (LAHUERTA, 1999), que teria posteriormente desdobramentos importantes no campo político do país.

III. Weffort e o populismo na CEPAL

Em 1964 Weffort tomaria contato com a obra de autores latino-americanos que vinham trabalhando com a noção de massas e desenvolvimento. Este contato se deu com sua ida à CEPAL, a convite de Fernando Henrique Cardoso. José Medina Echevarria⁴⁰, um sociólogo espanhol que se exilou no México durante a Guerra Civil espanhola e conhecido de Florestan Fernandes à época, veio ao Brasil e fez o convite para que Fernando Henrique integrasse o grupo de intelectuais do centro. Naquele momento a CEPAL estava à procura de pesquisadores brasileiros para compor o grupo de pesquisas sociológicas. Ocorre que Fernando Henrique, entre 1962 e 1963, ambicionava assumir a cátedra de Ciência Política e repassou o convite de Echevarria à Weffort, que o aceitou imediatamente.

Desta ida à CEPAL viriam importantes influências teóricas que Weffort incorporaria ao seu trabalho de doutorado. Mas para além das influências teóricas de

40 José Medina Echavarría (1903-1977) obteve uma formação intelectual plural, licenciou-se em Direito pela Universidade de Valência (1924) e realizou seu doutorado em Direito pela Universidade Central de Madrid (1930). Aproximou-se da sociologia na década de 1930, quando desempenhou atividades como professor de espanhol na Universidade de Marburgo na Alemanha. Professor de Filosofia do Direito em universidades espanholas, também cumpriu funções junto ao governo republicano espanhol. Em 1939, com o fim da Guerra Civil Espanhola, Echavarría inicia um longo período de exílio por quase 30 anos junto a outros intelectuais espanhóis alocados em La Casa de España na Cidade do México, posteriormente renomeada como Colégio de México, instituição criada pelo governo do presidente Lázaro Cárdenas para receber os exilados espanhóis, sob a direção do historiador mexicano Alfonso Reyes e que contava com a presença de intelectuais como Daniel Cosío Villegas. Entre 1939 e 1952 Echavarría desempenharia um papel fundamental na institucionalização das ciências sociais na América Latina ao lado de intelectuais como Francisco Ayala, Gino Germani e Florestan Fernandes. Echavarría trabalhou como sociólogo nas universidades do México, Colômbia e Porto Rico. O intelectual ingressou na CEPAL em 1952, a partir do convite de Celso Furtado, permanecendo na instituição até sua morte, em 1977. Entre as obras de maior diálogo com as teorias do populismo desenvolvidas por Weffort estão *Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico* (1964) e *El desarrollo Social de America Latina em la pos Guerra* (1964) e *Las relaciones entre las instituciones sociales y económicas* (1967). (PINTO, 2016)

autores como Gino Germani⁴¹, Torquato di Tella⁴², Echevarria, Anibal Quijano⁴³, viriam também, através de novas leituras, as influências de autores mais ligados ao campo da política.

Talvez o caso mais representativo desta influência tenha sido a obra *A revolução na revolução* escrita por Régis Debray em 1967. Régis Debray era amigo de Fidel Castro e foi companheiro de luta armada de Che Guevara. Inspirado, entre outros fatores, pela Revolução Cubana, pelo filósofo marxista Louis Althusser e pelo trabalho *Os condenados da terra* (1961) de Franz Fanon – que justificava de certo modo em sua obra o uso da violência em experiências revolucionárias – criou uma espécie de teoria da revolução latino-americana. Suas formulações intelectuais influenciaram profundamente a cultura política da esquerda latino-americana durante o fim da década de 1960. Tendo como paradigma a Revolução Cubana, o autor desenvolveu a teoria do foquismo, estratégia

⁴¹ Gino Germani foi um sociólogo nascido na Itália. Exilou-se na Argentina em 1934 por conta do regime fascista de Mussolini. Neste país se dedicou aos estudos de Economia, Filosofia e Sociologia. Foi membro da Comissão Assessora de Demografia, quando contribuiu com um dos primeiros censos realizados na Argentina durante o regime peronista. Atuou como professor na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, no Instituto de Sociografia e Planificação da Universidade Nacional de Tucumã e na Universidade Nacional de La Plata. Germani foi o primeiro diretor do Centro de Investigações Torquato Di Tella e sua posição política era considerada paradoxal, sendo acusado de conservador e pró-imperialista pela esquerda e comunista subversivo pela direita. Foi em alguns momentos acusados de perseguição a alguns professores e acadêmicos peronistas que haviam sido banidos do meio acadêmico. Após realizar diferentes visitas aos Estados Unidos mudou-se definitivamente para o país, assumindo um posto como docente na Universidade de Harvard em 1966, pouco antes do Golpe de Estado do General argentino Juan Carlos Onganía ao governo do presidente Arturo Umberto Illia. Algumas obras como *Estrutura social de la Argentina* (1955), *Estudios del psicología social* (1956), *Política e Massa* (1960), *Política y sociedad en una época de transición* (1965), *Sociología de la modernización* (1971), *El concepto de marginalidad* (1972), e *Politique, Société et Modernisation* (1972) tiveram influência direta sobre os trabalhos de Weffort e foram, de certo modo, influenciadas por suas teorias sobre populismo e outros temas.

⁴² Torcuato Di Tella nasceu em Buenos Aires em 1929. Filho de um rico industrial, se formou em engenharia pela Universidade de Buenos Aires e obteve o título de Mestre em Sociologia pela Universidade de Columbia de Nova York. Di Tella atuou como docente na Universidade do Chile entre 1957 e 1958 e, posteriormente, na Universidade de Buenos Aires no ano de 1959. Foi um dos principais fundadores do Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES) na década de 1960 ao lado de importantes intelectuais argentinos. O IDES se constituiu enquanto instituição de grande prestígio e importância em temas econômicos, sociais, políticos e culturais. As pesquisas desenvolvidas pelo instituto viriam influenciar parte da produção de intelectuais latino-americanos que se dedicavam a estas temáticas. Entre as principais obras que dialogaram com as pesquisas de Weffort, estiveram *El sistema político argentino y la clase obrera* (1964), *Populismo y reforma en América Latina* (1965), *Sindicato y comunidad: Dos tipos de estructura sindical latino-americana* (1967), *La teoría del primer impacto del crecimiento económico* (1968). Di Tella atuou posteriormente como docente nas Universidades de Oxford e Califórnia e trabalhou como Secretário de Cultura durante o governo de Néstor Kirchner. Faleceu em junho de 2016 na cidade de Buenos Aires aos 86 anos de idade.

⁴³ Anibal Quijano é um Sociólogo e teórico político peruano nascido em 1928, tornou-se mestre em 1961 pela Escola Latino-americana de Sociologia - FLACSO no Chile e doutorou-se na Universidade Nacional Maior de São Marcos em 1964, onde foi catedrático do departamento de Ciências Sociais até 1975. Entre as obras de maior diálogo com Francisco Weffort estão *La urbanización de la sociedad en Latinoamérica* (1967) e *Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica* (1967)

revolucionária adotada por boa parte da esquerda ingressante na luta armada. O foquismo consistia num método de guerrilha que buscava criar diferentes focos de revolução em diversas partes do mundo com a finalidade de combater o imperialismo e o capitalismo naquele momento.

Acredita-se que Régis Debray tenha se envolvido com a Revolução Cubana mais do que qualquer outro intelectual da esquerda ocidental, transformando-se em um dos seus principais ideólogos. Sua obra, de certo modo, foi responsável por uma nova interpretação dos fatos e registros provenientes da Revolução Cubana. A obra de Debray foi apresentada a Weffort e a alguns de seus colegas de CEPAL pelo cientista social peruano Júlio Cotler Dolberg. Cotler realizou seus estudos de graduação e pós-graduação entre o Peru e a França e viria mais tarde, assim como Debray e Weffort, assumir uma posição como intelectual público ao assumir o cargo de Ministro da Educação no Peru. Sobre a cultura radicalizada de parte da esquerda que optou por ingressar na luta armada no Brasil, Weffort afirma:

Vem daí um clima de crítica à esquerda que participa desta atmosfera de radicalismo, que leva a luta armada. É claro que o que leva a luta armada são outros episódios políticos que vão ocorrer em vários lugares, em vários outros países e em vários lugares, mas no mundo das ideias é isso que ocorre. (WEFFORT, 2015)

A permanência de Weffort na CEPAL – da qual participaria Fernando Henrique alguns anos à frente, após ser aposentado compulsoriamente pelo regime militar – não alteraria os marcos compreensivos que vinham conferindo contorno às suas formulações interpretativas. Ao nos debruçarmos sobre sua tese de doutorado *Classes populares e política (contribuição ao estudo do ‘populismo’)*, defendida em 1968 pela Universidade de São Paulo, nos deparamos, com questões semelhantes às de seu primeiro trabalho escrito em 1963, ao lado de Singer, Cohn e Ianni.

De toda forma, as novas referências teóricas, e o “formato de trabalho acadêmico” exigiu de Weffort o levantamento e a análise de dados com uma maior acuidade, traço que não esteve presente em seu primeiro texto *Política de massas* (1965). Embora este esforço possa ser compreendido por tratar-se de um trabalho de doutoramento e pela necessidade deste rigor maior, a hipótese perde sentido se o doutorado for comparado à sua tese de livre-docência, que, embora apresente e contenha a análise de uma quantidade expressiva de informações, demonstra um caráter político-ideológico bastante mais

exacerbado, além de uma retórica mais radical com relação à importância dos movimentos sociais no processo de rompimento com a tradição política brasileira e a crítica pesada aos comunistas no Brasil. Esta transformação talvez possa ser explicada pelo contexto político e ideológico no qual as duas pesquisas foram desenvolvidas, a primeira entre 1964 e 1968 (período em que a ditadura ainda não havia demonstrado seu caráter mais agressivo – pelo menos não explicitamente) e a segunda entre 1968 e 1972 (período de endurecimento do regime militar e de um cerceamento mais acirrado das liberdades intelectuais). Podemos também compreender a redução das críticas de Weffort ao nacionalismo, ao desenvolvimentismo, e ao nacional-populismo na tese de 1968, justamente por conta de o intelectual estar integrando naquele momento o quadro de pesquisadores da CEPAL, centro que, de certo modo, fomentava a maior parte das ideias nacionalistas criticadas pelo autor em seus trabalhos iniciais.

O tema principal de sua tese foi a inserção das classes populares nas estruturas vigentes do poder, o papel que este novo ator teria no equilíbrio destas forças e de que modo a estrutura do Estado seria capaz de lidar com esta “reestruturação”. Segundo Weffort, um novo “agente social” – representado pelas classes populares – passava a exercer uma dupla pressão sobre as estruturas vigentes da política, através de: 1) pressão sobre as estruturas do Estado, com a ampliação das possibilidades de participação popular na política (em especial através do voto), como também na vida social, através da obtenção de direitos sociais, educação, etc. 2) pressão sobre as estruturas do mercado, com especial atenção à ampliação das possibilidades de emprego e consumo.

Este novo ator seria proveniente dos processos de industrialização e migração campo-cidade, e estariam surgindo num momento em que a hegemonia do poder político se encontrava em crise. Neste cenário, ao passo que as oligarquias agrárias tradicionais estavam em decadência e vinham perdendo seu poder econômico – diante de um cenário de desenvolvimento industrial, resultante dos efeitos da crise de 29 e do fim da I Guerra Mundial – a classe média em ascensão não se mostrava capaz, nem disposta a preencher este espaço, o que deixava um verdadeiro vazio político.⁴⁴ Nas palavras de Weffort, as classes médias “Não foram capazes de substituir o antigo regime por uma nova ordem conformada à sua maneira e da qual fossem a garantia de sustentação e vigência” (WEFFORT, 1968, P. 50)

⁴⁴ A expressão é de José Medina Echevarria.

Deste modo, restaria como alternativa ao Estado incorporar as novas massas populares em surgimento às suas bases, o que deveria ser feito através de uma “manobra” cuidadosa, correndo-se o risco, do contrário, de proceder a um desarranjo capaz de desestabilizar de uma vez por todas as relações entre diferentes frações econômicas, políticas e ideológicas. Diante de um cenário no qual nem as oligarquias decadentes, nem as classes populares em ascendência se mostravam aptas a assumir este eixo de equilíbrio, coube ao Estado se encarregar desta função. Ainda mais porque, segundo o autor, nenhuma destas duas frações de classe apareciam com clareza suficiente nos momentos de decisão. Daí a utilização por Weffort de expressões como “estado de compromisso”, “ideologia de estado”⁴⁵, “árbitro de classes”, entre outras, para caracterizar o papel de tutela representado pelo Estado naquele momento.

Este arranjo político seria a expressão maior do populismo e, segundo Weffort, justamente o nó górdio de um problema sem solução. A questão para o autor é que, embora funcional durante esta fase de transição – de uma “sociedade tradicional” e dependente⁴⁶, assentada em bases agrárias, para um regime capitalista em desenvolvimento – seu colapso não demoraria a vir à tona por conta das contradições inerentes ao próprio arranjo. Esta contradição residia no fato de que, se por um lado as massas estavam sendo incorporadas à esfera econômica, através do consumo e da ampliação das possibilidades de emprego e ao âmbito político, através do voto e da obtenção de direitos sociais e educação formal, sua condição permanecia a mesma em relação às suas classes de origem. Em outras palavras, a ascensão social não possibilitava o rompimento das barreiras de classes, o que tinha como consequência a crescente insatisfação destas massas. Daí Weffort considerar o fenômeno substancialmente paradoxal.

Portanto, embora as classes populares estivessem em “situação de disponibilidade” para manipulação por parte do estado populista, servindo como “massa de manobra” e uma das principais fontes de legitimação do Chefe de Estado, novas insatisfações não tardariam a aparecer. Isto porque a contradição presente no nível

⁴⁵ Expressão tomada de empréstimo de Bolívar Lamounier e muito utilizada por Weffort durante sua trajetória intelectual.

⁴⁶ A expressão é utilizada tomando como referência a obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica* de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) e seria, posteriormente, alvo de crítica de Weffort no artigo *Notas sobre a “teoria da dependência”: teoria de classe ou ideologia nacional?* (1971)

socioeconômico – relativa à inserção no mercado via consumo e maiores possibilidades de emprego – se expressava igualmente no nível político-ideológico, uma vez que as classes populares eram incorporadas ao Estado, mas continuavam na posição de “parceiro fantasma” (WEFFORT, 1965), sem exercer, de fato uma influência maior no jogo político. Daí Weffort tomar emprestada a noção de “*Democratization para voie autoritaire*” (Democracia pela via autoritária) de Alain Toraine. (WEFFORT, 1968)

A conquista da cidadania, ou seja, da igualdade de direito, não elimina a desigualdade de fato; antes, pelo contrário, dá a possibilidade de que se manifeste a insatisfação em face da desigualdade. Esta dupla determinação da situação social e política das massas é uma das raízes para a explicação da ambiguidade permanente de seu comportamento no período do populismo: as classes em ascensão servem a legitimação do regime na medida em que pressionam através das políticas populistas, pela sua incorporação política e econômica ao sistema; mas neste mesmo processo de incorporação elas trazem para o cenário político suas insatisfações presentes e, deste modo, tendem a converter-se em permanente ameaça de superação do status quo. Assim, toda política populista paga um preço pela adesão popular, qualquer que seja a amplitude de sua capacidade de manipulação.” (WEFFORT, 1968, P. 139).

Em síntese, para Weffort, o populismo seria constituído por uma estrutura estatal semicorporativista, formada por indivíduos análogos a entidades anexadas ao próprio Estado, herança de uma “sociedade tradicional” e dependente. Não sem motivo, a única ideologia capaz de emprestar real sentido ao fenômeno do populismo fosse o nacionalismo. No campo da política mantendo o “estado de compromisso” e no campo da economia como agente do desenvolvimento, bem representado pela intervenção do Estado na condução da economia.

Haverá que convir que nas condições estruturais típicas de um país dependente, esta não era uma tarefa simples. Exatamente porque a pressão popular se dirige sobre a ampliação do consumo e da participação política, ela impõe ao capitalismo dependente um sério desafio: compatibilizar desenvolvimento econômico e desenvolvimento democrático. E isto significa em última instância romper radicalmente com toda a passada formação das sociedades dependentes. Os movimentos populistas, nascidos desta crise de formação e, portanto, desde o nascimento comprometidos com ela, tiveram o mérito de propor a tarefa, mas se revelaram incapazes de realizá-la. (WEFFORT, 1968, P. 140)

O desafio de romper com a lógica de uma sociedade dependente havia fracassado, segundo Weffort, pelo próprio desafio que significaria contrapor um fundamento, nascido desta própria crise de formação e, portanto, comprometido com ele desde seu nascimento.

IV. Weffort e o populismo no CEBRAP

Posteriormente à formação uspiana, à sua experiência no seminário do Capital e sua ida para a CEPAL, Weffort seria convidado por Fernando Henrique Cardoso a participar do CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento⁴⁷, onde trabalhou como pesquisador entre 1969 e 1976. No Centro, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti e ao lado de intelectuais como Carlos Estevam Martins, Francisco de Oliveira, Leôncio Martins Rodrigues, Paul Singer, Ruth Cardoso e Roberto Schwarz se deu boa parte dos estudos e pesquisas elaboradas por Francisco Weffort. No Instituto diferentes linhas de investigação foram estabelecidas. As pesquisas empíricas e a primazia nas metodologias adotadas pelo grupo de pesquisadores trazia proeminência cada vez maior ao centro e o legitimava frente ao cenário político como um instituto de pesquisa de excelência.

Fatores como a internacionalização das Ciências Sociais, os *approaches* teóricos “institucionalistas” – provenientes principalmente das universidades norte-americanas – o relacionamento com instituições privadas que financiaram inicialmente o centro e a experiência internacional dos intelectuais do centro em instituições como a CEPAL, ILPES e a FLACSO exerceram larga influência nas investigações e pesquisas desenvolvidas no CEBRAP. Fernando Henrique Cardoso talvez tenha sido o elemento mais importante neste processo de internacionalização. Sua habilidade neste campo já havia facilitado, em boa medida, financiamentos ao CESIT ainda no início dos anos 1960. Carlos Estevam Martins, Bolívar Lamounier e Vilmar Faria⁴⁸ também representam bem a importação de um novo modelo de pesquisa nos marcos teóricos e metodológicos da Ciência Política, pois trouxeram consigo do exterior, tanto dos EUA como da Inglaterra, os “ensinamentos” da *Political Science*.⁴⁹

⁴⁷ Para uma análise aprofundada sobre a fundação do CEBRAP, suas principais linhas de pesquisa e seu papel como centro de pesquisa durante a ditadura militar ver Sorj (2001), Baptista (2009), Lahuerta (1999), Pécaut (1990) e Chilcote (2014).

⁴⁸ “Os três fizeram, igualmente, cursos de pós-graduação no exterior (EUA e Inglaterra), onde as influências recebidas foram consideradas um tanto difusas. Isso, porém, significou a assimilação “de um certo padrão de trabalho científico” e a preocupação com temas de cunho especificamente político: democracia, eleições, partidos etc” (SORJ, 2001, P. 36).

⁴⁹ Esta cientifização da política e o esforço pelo fortalecimento da autonomia deste campo de estudos foram também uma tentativa de fazer frente à hegemonia sociológica uspiana e ao marxismo presente naquela mesma escola. Mineiros e cariocas (nas figuras de Wanderley Guilherme dos Santos, Fabio Wanderley Reis, Bolivar Lamounier, entre outros) se uniram num esforço comum em busca de conferir estatuto científico à Ciência Política na produção de pesquisas empíricas de forte rigor científico e desferiram pesadas críticas aos trabalhos produzidos na escola uspiana, tendo como principais alvos Fernando

Num ambiente de cerceamento da liberdade intelectual e de profissionalização dos cientistas sociais, continuaram presentes na agenda intelectual paulista as críticas à ideologia nacional-populista e fortaleceram-se novas pautas de pesquisa, como o questionamento das teorias estagnacionistas, o aprofundamento das teorias estruturais sobre a dependência e a caracterização do regime autoritário – na crítica de suas instituições e na busca pela compreensão das bases sociais que conformavam o regime. Algumas obras foram significativas neste contexto, entre elas: *O regime político brasileiro* (1972), *Autoritarismo e democratização* (1975) de Fernando Henrique Cardoso, *Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil*, escrito por José Serra em co-autoria com Maria da Conceição Tavares (1971), *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (1972) de Francisco de Oliveira, *As contradições do Milagre* (1973) escrito por Paul Singer e *Os partidos e as eleições no Brasil* (1975), coordenado por Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier.

Weffort continuava se voltando naquele momento para estudos sobre a importância política da classe operária e do movimento sindical e defendeu na Universidade de São Paulo sua tese de livre-docência *Sindicatos e Política* em 1972. O trabalho apresentava os resultados das pesquisas que vinha desenvolvendo no CEBRAP. As teorias sobre populismo e sindicalismo formuladas pelo autor colocaram-no em uma posição de “liderança intelectual”. Este protagonismo lhe permitiu pautar uma linha específica de investigação, formando em torno de si um grupo específico de estudos que contava com a participação de José Álvaro Moisés, Luís Werneck Vianna, Regis de Castro Andrade, Ingrid Sarti e Maria Hermínia Tavares de Almeida para se debruçar sobre a temática. O grupo era conhecido no CEBRAP como o “grupo da classe”, pois seu interesse específico era compreender o protagonismo do movimento operário da época a partir de um corte classista.

Weffort anunciava já em seus trabalhos de pesquisa sobre o populismo entre as décadas de 1960 e 1970 o surgimento de um novo ator político no cenário da época. Este ator estaria representado, conforme mencionamos, pelas classes populares que atingiam

Henrique Cardoso e Francisco Weffort. Talvez a polêmica mais acentuada seja representada por um texto de Wanderley Guilherme dos Santos. Segundo Forjaz (1997) o alvo da crítica dos cariocas e mineiros era o “reducionismo” economicista dos uspianos – reducionismo inclusive reconhecido por Weffort em uma análise posterior de suas formulações sobre o populismo (WEFFORT, 2015). No trecho a seguir Guilherme dos Santos denuncia a falta de rigor da Sociologia produzida na Universidade de São Paulo: (...) produz este marxismo de segunda classe investigações efetivas, sobre processos reais, em que a qualidade artesanal da pesquisa é lastimável. É como se o zelo conceitual dispensasse maior apuro na investigação efetiva (...) (SANTOS, 1980, p. 25)

naquele momento o status de “cidadão”, através da inclusão no mercado de trabalho, das leis trabalhistas criadas durante o Estado-Novo e das novas possibilidades de consumo abertas pelo processo de modernização capitalista. O reconhecimento e a leitura “afiada” sobre o fenômeno de surgimento deste novo ator político levou Weffort a um engajamento maior nas pesquisas sobre as classes populares e sobre os movimentos sociais. Estes movimentos seriam, segundo Weffort, provenientes, entre outros fatores, do rápido processo de urbanização e industrialização pelo qual vinha passando o país.

O grupo de estudiosos liderados por Weffort – que em boa parte o acompanharia na fundação do CEDEC alguns anos mais tarde – se debruçou sobre a temática da classe operária e à importância de sua autonomia e independência em relação ao Estado, sendo o primeiro conjunto de pesquisadores a identificar a importância daqueles atores, que contribuiriam mais a frente com a formação do PT. Durante o final dos anos 1960 e início dos 1970 importantes pesquisas foram realizadas sob sua supervisão. A orientação de Weffort e a temática do surgimento da classe operária formaram os eixos em torno dos quais as pesquisas seriam realizadas.

Entre os trabalhos mais representativos deste momento podemos destacar: os estudos desenvolvidos por José Álvaro Moisés sobre a “greve dos 300 mil” em São Paulo durante 1953 e sobre as formas de participação política de grupos sociais subalternos na Região da Grande São Paulo entre os anos de 1950 e 1960, que resultariam respectivamente na publicação do livro *Greve de massa e crise política* e em sua tese de doutorado *Classes populares e protesto urbano* em 1978, quando já integrava o CEDEC; as investigações de Luiz Werneck Vianna sobre sindicalismo e a formação da classe operária no Brasil, tendo como pano de fundo as relações entre as classes subalternas e o Estado, que resultariam em sua tese de doutorado *Liberalismo e sindicato no Brasil*, defendida pela Universidade de São Paulo em 1976; e a pesquisa de Ingrid Sarti sobre os trabalhadores portuários da cidade de Santos e suas relações com a Política, que teria como resultado seu trabalho de mestrado *Estiva e política: estudo de caso no porto de Santos*, defendido também pela Universidade de São Paulo em 1973.

Embora em consonância com algumas linhas interpretativas constituídas no CEBRAP, Weffort estabeleceu a linha mais radical de divergência em relação ao nacionalismo da época, propondo uma ruptura com a “tradição política” da era Vargas, através de teorias que denunciavam o populismo, o sindicalismo corporativista, e

centravam fogo na ineficiência e na posição subalterna da esquerda representada pelo PCB em relação ao sindicalismo oficial, por não encontrar alternativas para o rompimento com a estrutura política da época, fundada em alianças entre as classes médias e as oligarquias tradicionais.

Esta crítica de Weffort já estava presente em *Política e Revolução Social* e em sua tese de doutorado de 1968, porém emergiu com mais força em seu trabalho de livre docência, resultante de pesquisas feitas entre 1969 e 1971 e publicada em 1972. Este trabalho constituiu uma boa expressão do papel que Weffort assumiria a partir deste momento, tanto como intelectual, quanto como ator político. Se seus primeiros trabalhos sobre o populismo apresentavam um “reducionismo classista”⁵⁰, nesta tese estaria presente uma interpretação “conjunturalista”, fruto em boa medida do contexto político e cultural da época. Suas formulações teriam inclusive como forte componente uma espécie de ressentimento da esquerda nacionalista por conta da vitória do golpe de 64, fruto, segundo Weffort, de um erro na leitura da conjuntura política feita pelos quadros do PCB sobre o contexto pré-golpe.

O “reducionismo classista”, presente em seus trabalhos iniciais e em sua tese de doutorado, defendida em 1968, teria dado lugar a uma crítica ao “colaboracionismo de classes”. A questão a ser compreendida em sua tese de livre docência *Sindicatos e política* de 1972 seria o corporativismo sindicalista e as relações políticas às quais os sindicatos estariam submetidos, sinal expressivo da sujeição da “esquerda oficial” ao ideário nacionalista. A denúncia de Weffort aos sindicatos fez coro e foi diretamente influenciada pelas críticas de Evaristo Moraes Filho em seu livro *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. Publicado na década de 1950, a obra foi uma das primeiras responsáveis por uma revisão crítica da legislação trabalhista lançada por Getúlio Vargas, indicando uma análise sobre o caráter corporativo da legislação implementada durante o Estado Novo.

O trabalho de Moraes Filho foi capaz de romper – do ponto de vista da periodização e da perspectiva analítica – alguns limites presentes em diagnósticos anteriores sobre o sindicalismo. O trabalho foi inovador ao fazer uma defesa da autonomia sindical e uma crítica contundente ao caráter autoritário das instituições sindicais brasileiras, inspiradas na *Carta del Lavoro* instituída em 1927 durante o regime fascista

⁵⁰ A expressão “reducionismo” é do próprio Weffort (2015).

de Mussolini. Moraes Filho chamou a atenção para o reconhecimento da História do movimento operário e para as manifestações autônomas das classes trabalhadoras, dissociando-se das análises anteriores que viam a partir de uma chave positiva a implementação da legislação trabalhista na era Vargas.

O livro indicava, contrariando as noções vigentes, a ideia de que as classes trabalhadoras davam desde cedo provas da consciência plena de suas capacidades, rompendo com as premissas de que se constituíam apenas enquanto “massas de manobra” de um Estado corporativista, que teria nos sindicatos sua forma mais eficiente de controle e repressão. Evaristo de Moraes Filho havia presenciado *in loco* os paradoxos das relações trabalhistas de sua época pois havia atuado no Ministério do Trabalho como secretário de duas comissões mistas e nomeado procurador com a criação da Justiça do Trabalho em 1941. Moraes Filho foi preso durante a instauração do AI5 e sofreu em diferentes momentos de sua trajetória perseguições políticas por conta de suas críticas às estruturas sindicais no Brasil. Sua obra fez parte – ao lado das pesquisas de Azis Simões, Leôncio Martins Rodrigues, Joarez Brandão Lopes e José Albertina Rodrigues – de uma linha interpretativa que buscou na Sociologia explicações para a formação e funcionamento dos sindicatos no Brasil. (WERNECK VIANNA, 1982)

Segundo Weffort (2015) – ao fazer um balanço de seus trabalhos sobre o sindicalismo – o reducionismo classista presente em seus trabalhos anteriores, teria dado lugar a um reducionismo político conjunturalista.⁵¹ Em outras palavras, a explicação inicial, que teria seus fundamentos interpretativos assentados nos pressupostos marxistas da macroestrutura econômica, da qual a luta de classes seria o principal elemento explicativo, daria lugar a uma leitura do momento político na tentativa de compreensão do por que a esquerda tradicional teria fracassado diante do golpe. Daí viria a explicação de que tanto a “esquerda tradicional” representada pelo PCB, quanto os movimentos sindicais, teriam fracassado diante do regime militar por conta de sua dependência do Estado e do colaboracionismo de classe, a qual a esquerda de orientação nacionalista estava sujeita, constituindo parte essencial da estrutura ideológica do período 1945-1964, tão criticada por Weffort.

A livre-docência sai de um estruturalismo classista para um voluntarismo classista, ou seja, no estudo do populismo (1968) eu me baseava apenas na origem social da classe operária, classe trabalhadora

⁵¹ “Creio que é precisamente nestes momentos de mudança estrutural que se percebe claramente que as estruturas não têm, nem poderiam ter nenhuma eficácia histórica se não se atualizassem ao nível da conjuntura.” (WEFFORT, 1972a, P. XIV)

- por isso um reducionismo classista. Na livre-docência (1972a) eu falo da conjuntura, da ação política e aí entra um voluntarismo de classe (...). (WEFFORT, 2015, INFORMAÇÃO ORAL)

Neste ponto, Weffort estaria revendo sua posição com relação à ideia de determinação estrutural de classes e à noção elitista de consciência esclarecida da esquerda, que anunciava sua capacidade de “ir ao povo”, acreditando-se capaz de entender determinados comportamentos sociais de acordo com a noção de “consciência de classe”. Com esta crítica Weffort estaria anunciando, além da importância da política para a compreensão das mudanças sociais, a relevância da “independência de pensamento” do operariado da época, ator político que, segundo sua visão, seria capaz de tomar as próprias rédeas das transformações que estariam por vir, tanto no plano político institucional quanto no plano de possíveis disputas desvinculadas do âmbito político oficial. Além disto, buscando demonstrar que havia uma dinâmica interna do operariado que seria independente de fatores estruturais (ou condições externas – como o autor prefere chamar). Weffort apresenta o operário aqui como sujeito da própria história, capaz de representar seus interesses tanto no nível corporativo, quanto político. O trecho a frente ilustra sua revisão com relação à ideia de que a noção de “consciência de classe” seria capaz de explicar determinados fatos históricos:

Primeiro, desconsideram a influência da política sobre a formação das atitudes individuais, correndo assim o risco de superestimá-las como condição do comportamento de classe quando elas próprias são, em ampla medida, o produto de conjunturas e de processos históricos complexos que envolvem precisamente a política. (WEFFORT, 1972, P. XVII)

Procedendo a uma rápida síntese, pode-se dizer que a tese de livre-docência de Weffort denunciava: 1) A submissão do sindicalismo oficial à estrutura estatal, incapacitado, desta maneira, de dar respostas à contradição capital x trabalho, sua principal função nas sociedades capitalistas em desenvolvimento; 2) O ideário nacionalista que emprestava sentido e justificava esta aproximação, destituído de qualquer capacidade crítica de leitura política da realidade; 3) A incapacidade da ideologia nacional-desenvolvimentista em perceber a importância da autonomia do movimento operário em relação ao Estado e a relevância que este novo ator político poderia/deveria assumir diante daquele contexto político e econômico; 4) O potencial deste novo ator em romper e enterrar de uma vez por todas a herança varguista do sindicalismo corporativista – resquício ainda das influências do fascismo italiano; 5) A “politização” das greves e dos demais movimentos sociais que acabavam por neutralizar

este novo agente político; 6) O colaboracionismo de classes, obstáculo principal para uma ruptura de fato com a estrutura político-econômica herdada da era Vargas; e por fim 7) A leitura incorreta da conjuntura feita pelo PCB, que não acreditava que um golpe estivesse pela frente e apostava em uma estratégia pacífica de política.

Por isto a crítica tão pesada de Weffort ao Partido Comunista Brasileiro. O paradoxo essencial do partido segundo Weffort – que teria ido de um extremo ao outro, saindo do “fracassado” *Manifesto de Agosto*, em direção a uma estratégia totalmente oposta de colaboração de classes – era representado por um duplo aliancismo que o paralisava e o tornava, em larga medida, ineficiente em sua tarefa principal de avançar em pautas que estariam a seu cargo. Por controlar os sindicatos e, ao mesmo tempo, ser cúmplice e próximo ideologicamente do Estado, ficava incapacitado de se aproximar dos setores da economia privada em desenvolvimento, âmbito que, segundo a leitura de Weffort, guardava o elemento político transformador de maior importância naquele contexto: a classe operária não ligada aos aparelhos públicos ou aos setores industriais decadentes.

(...) o governo Kubitschek estará sempre no limite da repressão, limite dificilmente superável pelo fato de que seus adversários na área sindical, são os seus aliados na área política. Com o controle dos sindicatos, mas identificados com o nacionalismo e com a burguesia nacional, os comunistas, juntos com Goulart, terão que dar prosseguimento a uma orientação voltada para os setores decadentes da indústria e para o setor público, revelando-se incapazes de assumir o controle sobre a classe operária dos setores privados modernos, ou seja, dos setores potencialmente decisivos do movimento operário. (WEFFORT, 1972a, P. IV.24)

A crítica aos “comunistas” realizada por Weffort em sua livre docência é direcionada principalmente às alianças realizadas pelo Partido Comunista brasileiro. Segundo Weffort, seria a partir deste momento – de crise final da era Vargas – que os “comunistas” passariam a estabelecer alianças com Vargas e, posteriormente, com os herdeiros do velho populismo varguista. Orientação que se coadunaria tardiamente à política de coexistência pacífica assumida pela União Soviética na época.⁵²

Segundo Weffort, a ideia de aliança do Partido Comunista seria proveniente de 1942, momento em que o governo, sob pressão da opinião pública, decidiu entrar na Segunda Guerra Mundial. Segundo Weffort, o partido teria respondido rapidamente ao

⁵² Segundo Weffort, o sindicalismo populista brasileiro teria seguido linhas muito diferentes do sindicalismo argentino. Na Argentina o movimento operário teria servido como condição para a formação do regime peronista, enquanto no Brasil, o regime é que teria condicionado a transformação do movimento operário em movimento sindicalista populista.

apelo de união nacional feito por Vargas nesta oportunidade. Esta linha teria antecedido a posição do partido em agosto de 1943 – na Conferência da Mantiqueira – quando, em função da Guerra, o partido optou pelo estabelecimento de uma orientação política baseada na união nacional em torno do governo. Weffort lembra também que em 1944, os integrantes do Partido Comunista manteriam a mesma orientação como resposta ao discurso de Vargas em novembro de 1943.

Apesar destas aproximações entre o Partido Comunista e o governo Vargas, a aliança só se tornou efetiva quando o processo de redemocratização nacional já estava em curso. Weffort acredita que Vargas tenha relutado em aceitar a aliança, uma vez que isto impediria seu trânsito entre as áreas mais conservadoras da política naquele momento – em especial as forças armadas. Esta relutância fica clara, se considerada a data de anistia do partido, decretada apenas em abril de 1945, quando acabava a Guerra e o governo se preparava para estabelecer relações diplomáticas com a União Soviética. Ainda assim, segundo Weffort, o que se vê neste momento seria mais uma tentativa de adesão dos “comunistas” ao governo do que uma aliança propriamente dita. A cooperação prática das duas forças políticas para alcançar um objetivo em comum – segundo Weffort – só começaria com o início da campanha pela constituinte, quando os “comunistas” passariam a fazer frente com o queremismo.

Segundo Weffort, só após o episódio da “Lei malaia” é que Vargas teria aceitado um acordo com o Partido Comunista. Isto porque o episódio teria lhe fechado uma saída pelo lado conservador e estimulado a UDN a buscar uma solução através de um golpe de Estado. Deste modo, Vargas estaria “aceitando” os “comunistas”, única e exclusivamente por conta de seu isolamento político. Deste modo, pareceria ingênua, aos olhos de Weffort, a ideia de que os “comunistas” teriam se aliado a Vargas única e exclusivamente por conta da anistia política do partido. Segundo o autor, na conjuntura internacional que se abria após o fim da II Guerra Mundial, todas as forças políticas nacionais – com exceção dos integralistas – estavam dispostas a conceder anistia aos presos políticos e ao funcionamento do Partido Comunista no Brasil.

Segundo Weffort, a anistia concedida ao partido iria além da conjuntura nacional – ainda que esta tivesse alguma importância –, fazendo coro, na verdade com as diretrizes de “ordem e tranquilidade”, proclamadas pela União Soviética no pós-guerra. Segundo Weffort, os “comunistas” apareciam no cenário com uma estratégia de colaboração de classes, que seguia a linha adotada na época pela União Soviética, em aliança com os EUA e demais potências ocidentais.

Neste sentido, o apoio a Vargas teria se dado, como no período de guerra, por conta da orientação soviética que os brasileiros haviam traduzido para o contexto nacional: uma orientação política que tivesse em vista a estabilidade e a defesa da democracia. Deste modo, Vargas contou com este apoio durante a guerra pois era chefe de governo, além disto, continuou sendo apoiado após a guerra por conta da instabilidade que sua queda poderia criar no cenário nacional. Segundo Weffort, os "comunistas" teriam atuado naquele momento como um partido da ordem e Vargas interessava aos "comunistas" como um representante do governo, tanto que o apoio recebido se estenderia posteriormente a Linhares e a Dutra. Segundo Weffort, a impressão que se tinha é que: "(...) os comunistas apoiariam naquele período a qualquer governo, desde que integrado na política estabelecida pelos acordos internacionais que assinalam (vam) o fim da guerra." (WEFFORT, 1972a, P. II.25)

Segundo Weffort, teria sido esta estratégia de colaboração de classes, iniciada com o governo Vargas, o caminho que levaria ao funcionamento da estrutura sindical oficial, que seria posteriormente responsável por subordinar os interesses da classe operária à dependência do Estado. A crítica de Weffort vai além. Seu inconformismo refere-se à posição de subordinação do Partido Comunista – que segundo ele sempre se pretendeu representante da classe operária e sobre a qual chegou a exercer certa influência. O erro do partido segundo Weffort teria sido sua incapacidade de assumir uma posição de independência em face do conflito entre as duas tendências políticas dominantes no país. Além disto, sua crítica recaía sobre a posição subalternizada assumida pelo partido nas alianças políticas firmadas com Vargas. Segundo Weffort, apenas a subordinação à política externa soviética não seria capaz de explicar o caráter dependente do partido em relação à Vargas, tampouco a incapacidade do partido em assumir uma posição de independência diante das duas tendências políticas dominantes no contexto nacional daquela época.

Segundo Weffort, ao aceitar a subordinação da estrutura sindical oficial no âmbito político de alianças com Getúlio, o Partido Comunista estaria se declarando incapaz de organizar a classe operária de maneira autônoma, ou seja, declarava-se incapaz de competir com o prestígio de Getúlio Vargas diante das massas. Ainda segundo Weffort, foi para complementar a organização sindical oficial – que eram incapazes de controlar – que os "comunistas" tentaram criar o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) como organização paralela. Para Weffort, os "comunistas" não estavam apenas

interessados em confrontar suas forças com “os pelegos” (formados durante o Estado Novo), mas também em formar alianças com este setor do sindicalismo.

Sua crítica aos “comunistas” se deveu também às “políticas anti-greves adotadas pelo partido.” O autor destaca o papel preponderantemente político que veio sendo assumido ao longo do tempo pelos sindicatos e a perda de protagonismo destes organismos nas questões econômicas (ocorrendo – segundo Weffort – uma inversão dos papéis, altamente prejudicial aos trabalhadores). Os sindicatos estariam, deste modo, apoiando o governo ao invés de “atrapalhar” e “criar dificuldades” para sua política de compressão salarial. Segundo Weffort:

Operava-se assim desde o início um processo de inversão nas funções normais dos sindicatos. De associações que normalmente se definem primeiramente como de representação econômica e só secundariamente de relevância política, os sindicatos brasileiros começavam a transformar-se em associações onde a ênfase maior seria dada à mobilização política que interessava ao governo, em detrimento de suas funções de representação dos interesses econômicos da classe operária. Mais ainda, assumiam eles a função adicional de controlar, e onde isto não fosse possível, reprimir as reivindicações econômica. (WEFFORT, 1972a, P. II.35)

Weffort em sua crítica compara os “comunistas” ao sindicalismo pelego, afirmando que o partido foi capaz de mobilizar setores da classe operária tanto para o movimento da constituinte quanto para manter sob controle as reivindicações econômicas dos trabalhadores. Sua crítica é também direcionada à pequena mobilização do partido diante da deposição de Vargas e ao fato do partido ter passado a apoiar o novo governo Linhares imediatamente após a queda de Getúlio. Além disto, por conta da tentativa de aproximação do partido com o Ministério do Trabalho no governo Linhares. Weffort aponta também para o fato do programa eleitoral dos “comunistas” reivindicarem a colaboração do governo para sua política sindical. Critica, além disto, o “absurdo político” dos “comunistas” solicitarem ao Estado ajuda para a organização de uma central operária.

Sua crítica aos “comunistas” endurece ao passo que estes mantêm a política da “ordem” e “tranquilidade” e continuam apoiando – junto ao Estado – as políticas econômicas de compressão salarial (o “aperto de cinto” dos trabalhadores) em nome do fortalecimento da democracia. Segundo Weffort: “Se até a queda de Vargas os “comunistas” insistiam em que os operários deviam “apertar o cinto” em nome da constituinte, insistirão depois que o fizessem em nome das eleições (...)” (WEFFORT,

1972a, P. II.40) Os “comunistas” mudariam suas posições em relação às greves pouco tempo à frente, o que também receberia a crítica de Weffort. A partir de uma pressão advinda tanto do lado do governo quanto do lado da classe operária, o partido passaria a se manifestar em relação às greves da seguinte maneira: “(...) greve não é desordem. Desordeiros são aqueles empresários e setores do governo que se recusam a atender ou não atendem a tempo as reivindicações dos trabalhadores. (WEFFORT, 1972a, P. II.45)

Deste modo, Weffort estaria criticando não apenas o “aliancismo” dos “comunistas” com o governo, sua política de colaboração de classe, sua opção pela adoção da “ordem” e “tranquilidade” como mote político, como também as contradições do Partido Comunista em relação às greves durante os governos de Vargas, Linhares e Dutra. Se antes as greves eram vistas pelos “comunistas” – segundo Weffort – como “provocação”, passariam a partir da transição do governo Vargas, a ser entendidas como “direito dos trabalhadores”. Segundo Weffort, seria a partir do governo Dutra que se iniciaria o desmonte do sindicalismo populista, construído sobre o compromisso entre Vargas e os “comunistas”.

Neste sentido, as contradições do partido passariam a ser uma vez mais (e com mais violência) objeto de crítica do autor. Segundo ele o partido teria passado a se constituir como partido da ordem, porém combatido pelo próprio governo. Ou seja, já submetido a inúmeros tipos de repressão, buscava oferecer (desesperadamente – segundo Weffort) provas de boa vontade ao governo para que pudesse sobreviver naquele contexto político. Deste modo, o partido – através de figuras como João Amazonas, Oswaldo Pacheco e Luís Carlos Prestes – passaria a se encontrar na posição de ataque e defesa do governo, uma vez que já havia se iniciado a campanha de opinião pública que resultaria na cassação do registro do partido. Também seria contraditória a posição do partido sobre o direito de greve e associação sindical durante os debates sobre a Justiça do Trabalho durante a constituinte. Segundo Weffort, a este respeito:

(...) nem a UDN nem o P.C. tinham nada de novo a oferecer como alternativa a esta ideologia [ideologia de Estado], refugiando-se a primeira no liberalismo jurisdicista anterior a 30 como última e desesperada resistência às heranças do Estado Novo, enquanto que o segundo, descomprometido com os ideais liberais, tendia facilmente a abandonar suas proposições iniciais ou a dissolvê-las em compromissos com a ideologia dominante. Assim, os comunistas não foram capazes senão de uma defesa débil e confusa do direito de greve, identificaram-se com a ideologia dominante nos debates sobre a Justiça do Trabalho e terminaram por ceder tudo ou quase tudo no dispositivo sobre a liberdade de associação sindical. (WEFFORT, 1972a, P. II.35)

Segundo Weffort, para se compreender a posição assumida pelos “comunistas” na constituinte, seria necessário compreender que sua permeabilidade à “ideologia dominante” teria reforçado as tendências surgidas das políticas de reforma da estrutura sindical oficial e da busca (a todo custo – segundo Weffort) de uma aliança com o governo Dutra. Em seu texto *Origens do sindicalismo populista*, que é um excerto de sua tese de livre docência, publicado também em 1973, Weffort demonstra os principais pontos para que se possa compreender o posicionamento dos “comunistas” na constituinte:

Em realidade, é difícil saber o que terá sido mais importante, se os compromissos exigidos por sua política na conjuntura, se o fascínio que esta ‘ideologia de Estado’ exercia sobre este partido que não podia deixar de evidenciar as influências ‘tenentistas’ e nacionalistas de fundo pequeno-burguês que vem dos anos 1930 e que certamente se acentuam quando se submete à liderança de Prestes. Apesar da notória penetração conquistada nestes anos pelo P.C. junto à classe operária, penetração que tenderá a uma rápida decadência no período posterior até 1964, este partido se diferenciava bastante dos tipos mais comuns de partidos operários. Esta formação nacional pequeno-burguesa do P.C. é certamente um fator a mais para explicar seu comportamento na conjuntura da redemocratização do país. (WEFFORT, 1973c, P. 99)

Segundo Weffort, para a compreensão do posicionamento do Partido Comunista, tão importante quanto seu papel e sua visão neste período, seria sua postura diante do suicídio de Vargas, visto que a postura ambígua do partido em face da direita só seria possível até o momento da morte de Getúlio. Segundo o autor, no dia seguinte ao suicídio, o partido realizaria a mudança mais oportunista de toda sua história, mudando sua tática política a 180 graus, colocando-se como defensor fervoroso da memória de Vargas, na tentativa de se colocar a frente das massas. Segundo Weffort, a partir deste momento, a tradição nacional-populista representada pela memória de Vargas e de seus herdeiros políticos, formaria uma das linhas centrais do pensamento e da ação dos comunistas até 1964.

Desta crítica radical de Weffort aos “comunistas” é que surgiria a polêmica entre Weffort de um lado e Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida de outro. Carlos Estevam e Maria Hermínia fariam a “crítica da crítica” de Weffort aos comunistas em texto intitulado *Modus in rebus: partidos e classes na queda do estado novo* – a expressão do latim seria o equivalente a “há um limite nas coisas” em português

– ao qual Weffort responderia com o texto *Dejemos de farsas inútiles*.⁵³ Ou seja, os próprios companheiros intelectuais de Weffort estariam alertando-o que suas críticas vinham assumir um tom demasiadamente radical e que seria necessária uma melhor avaliação do contexto político no qual se encontravam, sob o risco de se pagar um alto preço pelo aprofundamento de uma polarização política já extremada.

Posteriormente Weffort (2015) demonstrou uma revisão de sua posição intelectual em relação ao papel do Partido Comunista na era Vargas. Reconheceu a importância do papel conciliador do partido diante daquele contexto complexo, no qual dificilmente se conseguiria fugir das alianças formadas pelo partido. Reconheceu inclusive a assertividade das críticas realizadas por Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida às suas próprias críticas.

A importância que Weffort confere à autonomia dos trabalhadores e aos movimentos de greve em seu texto *Participação e Conflito Industrial (Contagem e Osasco – 1968)* publicado em 1972 são também essenciais para perceber que Weffort antecipou uma leitura da conjuntura política que era ainda nebulosa aos olhos da maioria dos estudiosos do momento. Além disto, ao mesmo tempo em que antevia este movimento, o encorajava/estimulava através de seu papel como intelectual público, escrevendo, por exemplo, para o semanário *Opinião*⁵⁴ durante o período do regime militar.

No artigo sobre Contagem e Osasco – assim como em sua tese de livre-docência – Weffort apontou para o surgimento de um novo ator nas relações entre capital, trabalho e sindicatos durante a década de 1960/1970. Atentou para o aparecimento de organizações de trabalhadores desvinculadas do “sindicalismo corporativista”, das empresas e do Estado na época. Weffort encontrou neste novo movimento esboços de novas formas de organização e orientação que lhes forneceu elementos para afirmar (de forma inédita) que surgia um novo ator no campo do sindicalismo, capaz de alterar as velhas relações de poder, reforçadas ao longo do tempo pela política populista. Segundo Weffort:

⁵³ Entre os textos gerados pela polêmica apenas a livre docência de Weffort e seu texto *Origens do sindicalismo populista no Brasil* estavam disponíveis à época de nossa pesquisa. O conteúdo do texto é um excerto da livre-docência de Weffort. O próprio Weffort (2015) nos falou sobre a polêmica, mas Lahuerta (1999) em sua tese de doutorado e Werneck Vianna (s/d) em *Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências* já haviam relatado o fato. André Kaysel e Daniela Mussi recuperaram alguns documentos e reconstituíram esta polêmica em artigo apresentado na 41ª edição do Encontro Anual da Anpocs de 2017, sob o título **Populismo, sindicalismo e democracia: A polêmica entre Francisco Weffort, Carlos Estevão Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida (1972-1978)**.

⁵⁴ O artigo *Trabalhadores Calados* publicado na edição de janeiro de 1973 do *Opinião* é representativo deste estímulo de Weffort à luta autônoma dos trabalhadores.

“Manifesta-se nelas, seja no plano da orientação, seja no plano da organização, uma atitude de independência em face do Estado e das empresas que, quaisquer que sejam as qualificações a serem feitas, se diferencia bastante dos hábitos do sindicalismo do período populista.” (WEFFORT, 1972, P. 2)

Weffort procedeu a uma análise demográfica e pesquisou inclusive fatores geográficos – como a localização dos centros de greve, a população residente em localidades específicas que poderiam contribuir com o fenômeno das paralizações, a diferença de população industrial e rural, a relação entre concentração industrial e sua proximidade com setores de residências operárias, entre outros fatores – em busca de compreender porque os movimentos grevistas de Contagem e Osasco haviam assumido feições tão diferenciadas, quando comparadas aos demais movimentos de trabalhadores que ocorriam no restante do país. Os dados apresentados (ainda durante sua atuação no CEBRAP), ajudaram a compreender o “ineditismo” no formato das Greves de Contagem e Osasco. Weffort percebeu estas greves como um movimento espontâneo, um tipo de irrupção voluntária de massas operárias, descoladas do “peleguismo” do velho sindicalismo criticado por ele à época.

Neste sentido, as demandas e transformações nas relações capital x trabalho que desfavoreciam a classe trabalhadora, estariam surgindo, segundo Weffort de “baixo para cima”, através de comissões de fábricas e outras organizações da sociedade civil que estavam desvinculadas do aparelho estatal e da estrutura do sindicalismo oficial. Sobre a greve de Contagem, afirma: “Ela ocorreu como um ato espontâneo da massa operária e sua espontaneidade terminou por impor-se mesmo àqueles que (...) tentaram controlar, coordenar ou dirigir os acontecimentos” (WEFFORT, 1972, P. 22)

Sua lógica de interpretação classista anterior, estaria sendo sucedida por interpretações que assumiam o “protagonismo dos fatos” e o registro histórico dos “fenômenos de longa duração” (além das ideias de “modernização conservadora”, “revolução passiva”, entre outras noções), como chaves interpretativas mais adequadas para compreender determinados processos políticos. Deste modo, como dito anteriormente, a perspectiva classista estaria dando lugar a uma espécie de conjunturalismo em suas interpretações. Isto teria ocorrido não apenas pela influência de colegas de CEBRAP, que trabalhavam mais próximos deste registro, mas provavelmente pelo contato de Weffort com a obra de Gramsci, que chegava ao Brasil com mais força

através de figuras como Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna, Marco Aurélio Nogueira, entre outros.⁵⁵

Apesar da alteração nesta chave compreensiva – do classismo para o conjunturalismo –, este trabalho de Weffort ainda esteve marcado pela “perspectiva classista de interpretação”, que mobilizava, além da noção de classe, a ideia de “consciência esclarecida” – provavelmente proveniente de suas leituras de *História e consciência de classes: Estudos sobre a dialética marxista* (2003 [1923]) de Lukács – como registro de compreensão dos fenômenos envolvendo as relações entre capital e trabalho. O seguinte trecho demonstra a utilização dos termos mencionados:

Neste sentido, a **espontaneidade operária representa, no essencial, um impulso para novas formas de organização**. Da mesma maneira, a greve espontânea pode ser vista como representando uma forma embrionária da consciência social dos operários que no ato da greve abandonam sua costumeira posição de submissão e assumem uma atitude de resistência coletiva aos grupos dominantes, de dentro ou de fora da empresa. (WEFFORT, 1972, P. 23 - 24, grifos do autor)

Além destas alterações na perspectiva interpretativa do autor, é relevante também mencionar que Weffort trazia neste trabalho outras explicações para o surgimento da greve, indo além da simples crença de que havia um movimento espontâneo de conscientização por parte dos trabalhadores de Contagem e Osasco. Entre estes fatores concretos, estavam atrasos nos pagamentos de salários, cortes de pessoal, arrojos salariais, entre outros aspectos.

Sobre os operários da Belgo-Mineira, por exemplo, Weffort afirmava em seu texto que as iniciativas dos trabalhadores foram completamente inesperadas. Os operários teriam eleito comissões alternativas aos sindicatos para representá-los no diálogo com os diretores da companhia. Segundo afirma Weffort, esta greve teria começado completamente fora dos marcos do sindicato. O Ministério do Trabalho, embora ciente dos acontecimentos, não teria dado a devida atenção ao evento, considerando-o como um caso isolado, entre outros, o que teria inflamado ainda mais aqueles que reivindicavam novos direitos. Sobre o espontaneísmo dos trabalhadores na greve da Belgo-Mineira, Weffort afirma: “Não teria havido nenhuma reunião formal para formar a greve que foi decidida no momento mesmo de sua eclosão.” (WEFFORT, 1972, P. 39)

⁵⁵Weffort mobiliza ideias presentes em *Maquiavel, a política e o Estado moderno* (1968) de Gramsci para explicar noções como hegemonia, grupo de classes, entre outros.

Um dos problemas detectados por Weffort nos episódios de Contagem e Osasco foi o surgimento de “um vazio” no lugar dos sindicatos oficiais. Estes cumpriam as funções de articulação e representação dos movimentos dos trabalhadores no que diz respeito às disputas impostas pela relação capital x trabalho. Apesar destes “desencontros” e deste vácuo deixado inicialmente pelos sindicatos oficiais, algumas lideranças passaram, ao longo do tempo, a assumir um maior protagonismo na direção das mobilizações que vinham ocorrendo. No caso da Cobrasma, por exemplo, Weffort chamou a atenção para o papel dos centros estudantis, da “comissão da Cobrasma”, dentre outras associações que permitiram articulações políticas posteriores ao caso de Osasco. Ainda assim, segundo Weffort, tratavam-se de lideranças débeis e sem experiência de negociação, mas ainda assim, mais “evoluídas” do que o sindicalismo oficial.

Ao relegar a segundo plano as instituições que, historicamente, estiveram a cargo de intermediar as negociações entre capital e trabalho, Weffort estaria estimulando o protagonismo de novos atores nas transformações político-econômicas que vinham ocorrendo durante a década de 1960/1970. O seguinte trecho nos demonstra que tanto as esquerdas quanto os sindicatos envolvidos nas greves, foram preteridos por Weffort em favor de um novo agente transformador – em sua visão – das disputas econômico-corporativas que vinham ocorrendo.

A quem se referia: às ‘oposições sindicais’ locais ou às organizações de esquerda? Quaisquer que fossem suas intenções ao fazer esta declaração, não deve ter lhe custado muito perceber que, embora presentes nos acontecimentos, nem uns nem outros estavam qualificados para representar os grevistas. O fato é que a ‘oposição sindical’ dos metalúrgicos estava, desde as eleições, comprometidas com as diretorias do sindicato e parecia tão confusa quanto esta perante os acontecimentos. As organizações de esquerda provavelmente presentes pelo menos desde as eleições sindicais, contribuíram ocasionalmente para agitar os trabalhadores locais. Contudo, se agitaram muito, também parece certo que organizaram pouco, seja porque fossem pequenas (de fato parecem mais fortes entre os estudantes do que entre os operários), seja porque estivessem comprometidos com a perspectiva de uma retomada dos sindicatos oficiais. Resta portanto, a massa dos trabalhadores. Foram eles realmente que ‘se utilizaram dos processos equivocados’ e é a eles que o ministério vai se dirigir. (WEFFORT, 1972, P. 46)

Weffort, contudo, não isentava a massa dos trabalhadores de erros de organização e, principalmente, de uma debilidade no poder de barganha com as estruturas estatais, nem do fato de que por conta de sua inexperiência em processos/transformações como estas, tivessem lideranças fracas que os impediam de ir além, por exemplo, na expansão

e manutenção dos movimentos grevistas. Segundo Weffort, a inexperiência não apenas os enfraquecia como os limitava drasticamente em sua capacidade de atuação. Sem contar com representantes experientes e trabalhando com meios de ações ainda pouco desenvolvidos, acabavam circunscritos às propostas que o próprio governo lhes oferecia.

Weffort colocou as seguintes questões acerca dos conflitos em Contagem e Osasco: As greves teriam se constituído como simples desvios em meio às demais manifestações grevistas, “contaminadas” pelo sindicalismo populista, ou elas estariam demonstrando uma alteração nas determinações estruturais dos fenômenos reivindicatórios? As greves só teriam tomado tais proporções por conta de condições momentâneas específicas? Estariam surgindo novas tendências de independência por parte do movimento operário? Estas tendências seriam capazes de romper com a presença dos velhos hábitos ideológicos e organizatórios do sindicalismo populista? Se é verdade que uma nova tendência de independência operária estivesse em surgimento, seria possível saber se tais tendências teriam condições internas de êxito para o conjunto do movimento sindical?

Embora estivesse olhando para as greves de Contagem e Osasco com certo otimismo, ele não deixou de registrar que os dois movimentos pagaram, de certa forma, tributos ao velho sindicalismo populista, uma vez, que mesmo com a adoção de algumas inovações organizatórias – especialmente as comissões de fábrica – o movimento não conseguiu ficar totalmente livre da estrutura oficial dos sindicatos.

Esta leitura de Francisco Weffort, levada às últimas consequências, anunciava a necessidade de um novo ator político. Em outras palavras, de uma agremiação política que não se constituísse com bases em alianças ou compromissos políticos ou de classes. Um movimento “orgânico” que surgisse de “baixo para cima”, capaz de romper com a herança política brasileira, baseada, segundo sua visão, desde sempre em arranjos entre as elites. Este movimento deveria ocorrer de forma autônoma, destituído da liderança de qualquer “vanguarda esclarecida” e ser proveniente das vontades e necessidades do novo movimento operário, que se constituía, entre outros fatores, a partir de suas insatisfações com as consequências econômicas provenientes do fim do milagre econômico.

V. O Opinião

O jornal Opinião foi um meio de comunicação utilizado na década de 1970 por parte da intelectualidade que se opunha ao regime militar e contou com a colaboração de intelectuais de diferentes nichos, como acadêmicos, artistas, jornalistas, entre outros. Os membros do CEBRAP começaram a contribuir com o jornal desde suas primeiras edições em 1972 e atingiram, através destas contribuições, grande relevância pública. Muitos dos articulistas que contribuíram ingressaram mais tarde na vida política. Com eles o debate público foi renovado com novos temas ou com novas formas de abordar antigas questões nacionais. Segundo Lahuerta (1999) esta alteração no modo de interpretar a realidade brasileira teria propiciado uma abertura para novas formas de conceber a política e seus respectivos espaços de ação.

Os textos publicados no Opinião tinham em comum a ideia de que crescia na sociedade uma base que poderia ser mobilizada pelo campo democrático para negar o autoritarismo do regime militar. “O jornal Opinião refletiu o despertar das forças oposicionistas no interior do sistema partidário e entre os grupos de elite.” (ALMEIDA, 1992, P. 22) O jornal congregou intelectuais e jornalistas que iam da esquerda mais radical ao campo liberal, constituindo uma frente importante de resistência ao regime. O periódico se destacava por seu elevado nível cultural e pelo peso de seus colaboradores. Seus artigos foram responsáveis não apenas por tornar seus autores conhecidos e por pavimentar seus caminhos rumo à vida pública, mas também pela construção pública de intelectuais acadêmicos, como atores do movimento oposicionista ao regime, com perfis e linguagens próprias. (ALMEIDA, 1992)

O fato de intelectuais do CEBRAP terem sido procurados, através do Opinião, por Ulisses Guimarães e Fernando Pacheco para contribuir com a criação da plataforma política do MDB demonstra o alcance e a projeção do periódico em relação à sociedade naquela época. Ainda segundo a autora, a importância do Opinião esteve assentada em sua capacidade de traduzir alguns debates acadêmicos para um novo vocabulário político, capaz de atingir um público mais amplo, que extrapolasse os muros das universidades.

Spinelli (2016) classificou o Opinião como uma espécie de jornalismo teórico-político⁵⁶, pois era constituído por ensaios curtos, articulados à conjuntura política da época, mas com bases firmes em conceitos e categorias específicas do âmbito acadêmico das Ciências Humanas. Outra ideia utilizada pelo autor foi a de “jornal de frente”: um meio de comunicação que conseguia fazer frente ao regime autoritário da época através de textos, ensaios e artigos que traduziam para uma linguagem acessível, um conteúdo anteriormente limitados ao ambiente universitário.

Entre os temas tratados pelo periódico, chamamos a atenção para os artigos de análise crítica do modelo econômico durante o regime militar; o significado das eleições e o papel dos partidos políticos; a valorização do processo eleitoral como instrumento de luta oposicionista; a situação do sindicalismo no Brasil; a distribuição de renda e suas distorções no Brasil; e, finalmente, o debate sobre as atividades econômicas do Estado. (ALMEIDA, 1992)

Weffort publicou artigos importantes no Opinião. Ao lado dele, contribuíram com o periódico intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Francisco de Oliveira, José Augusto Guilhon de Albuquerque, Edgar Carone, Marco Aurélio Nogueira, Celso Furtado, José Álvaro Moisés, Luiz Werneck Vianna, Maria da Conceição Tavares, entre outros. Weffort publicou cinco artigos no jornal: *A vitória inchada da Arena* (1972), *Os trabalhadores calados* (1973), *MDB: Elites e massas* (1973), *As alternativas do “milagre espanhol”* (1973) e *A democracia e a “questão social”* (1974).

Em *A vitória inchada da Arena* (1972), Weffort discutiu, entre outros temas, o papel da Arena durante o regime militar. Analisando o resultado de eleições municipais sob o sistema bipartidário, chamava a atenção para o fato da Arena ter se tornado um “gigantesco e disforme aglomerado de facções” por conta do adesismo de políticos oportunistas. Weffort atribuiu o “inchaço” da Arena e a perda de poder do MDB a fatores como o mecanismo das sublegendas, a eliminação para prefeito nas capitais dos Estados, o sistema de eleições indiretas para os governos de Estado, a pressão dos governos estaduais – todos nas mãos do partido governista e, finalmente, a um clima de restrições aos debates políticos, considerados relevantes pela oposição.

⁵⁶ A ideia é do filósofo Jacques Texier.

Weffort demonstrou que havia uma dependência dos municípios em relação aos Estados, uma vez que estes (todos com exceção da Guanabara) estavam nas mãos do governo. Deste modo, seria impossível qualquer tentativa de uma vitória do MDB numa maioria de municípios. O problema para o autor seria a possível constituição da Arena como partido único e a debilidade do MDB enquanto partido de oposição.

O artigo *Os trabalhadores calados* (1973) consiste numa resposta de Weffort ao artigo *A gueixa e a queixa*, publicado pelo ex-ministro de Estado para o planejamento e coordenação econômica Roberto Campos em coluna do Estado de São Paulo. Neste artigo Campos demonstrou, numa comparação entre Brasil e Japão, a utilização de mão-de-obra barata como uma das condições para os milagres econômicos em curso nos dois países. Assim como Delfim Neto, em artigo para o *Financial Times*, na mesma época, Campos atribuiu em seu artigo a abundância da mão-de-obra barata no Brasil à debilidade dos sindicatos no país. Ocorre que Weffort atribuía a fraqueza dos sindicatos no Brasil - por conta de sua contribuição à lei de greve, a eliminação da estabilidade e o aconselhamento ao arrocho salarial - à influência de Campos entre 1964 e 1967.

Com isto, Weffort retomou no artigo o tema dos sindicatos e sua representatividade, assim como em sua tese de livre-docência, defendida um ano antes desta publicação. Buscou demonstrar a debilidade dos sindicatos no Brasil, sua herança fascista, sua dependência do Estado e a fraqueza de sua autonomia. Sua crítica se voltava também ao período populista e ao papel das esquerdas neste período, incapazes de romper com a permanência deste modelo sindical herdado do fascismo. “O mais notável, porém, é que esta estrutura sindical tenha se mantido durante tanto tempo, apesar das muitas críticas que lhe foram dirigidas.” (WEFFORT, 1973, s/p) Além disto, atentou para o fato de que os sindicatos como instrumentos de Estado estariam chegando (depois de 1964) ao seu estado máximo de deterioração e que a representatividade dos sindicatos nunca teria atingido níveis tão baixos desde os anos 1950.

Em *MDB: Elites e massas* (1973), Weffort levantou algumas questões sobre o papel do MDB como partido oposicionista, o resultado das eleições municipais de 1972, algumas desavenças entre “autênticos” e “moderados” e sobre as expectativas do partido para as eleições parlamentares que ocorreriam em 1974. O partido, ao contrário do que se imaginava – por conta da derrota nas eleições de 1972 – ressurgiu, segundo Weffort, com a ideia de se transformar num grande partido popular. Weffort também estaria

chamando a atenção no artigo para a ausência de acontecimentos e para o marasmo político no papel de oposição assumido pelo MDB. Além disto, para o fato de que mesmo o governo estaria estagnado e servindo como “massa de manobra”. Sobre isso, Weffort afirmou sobre os dois partidos (MDB e Arena): “Até aqui nenhum dos dois existiu pois a rigor nem a Arena governou nem o MDB se opôs.” (WEFFORT, 1973a, s/p)

Weffort também atentou neste artigo para as pretensões do MDB no cenário político da ditadura militar. Considerava vagas as pretensões emedebistas, que consistiam na defesa do empresariado nacional, na defesa do estado de direito e numa maior distribuição de renda. O problema, segundo Weffort, recairia sobre a quem estaria se dirigindo o partido? Neste sentido, estariam reservadas às elites as bandeiras do estado de direito, o reestabelecimento do *habeas corpus* e a extinção do AI-5. Para os demais (presumivelmente as massas), restariam os temas de ordem econômico-social. O risco ao tentar atingir estes dois setores da sociedade (elites e massas), seria o fato de acabar não chegando a nenhum dos dois e continuar relegado ao papel de coadjuvante no cenário político.

Weffort fez uma crítica a esta suposta separação emedebista considerando-a vazia e permeada por preconceitos implícitos, como se os trabalhadores não “soubessem” da importância do estado de direito, da ampliação dos direitos sociais, da liberdade de expressão, entre outros aspectos. Weffort definiu esta separação como pão às massas e direito às elites. A crítica do autor estaria pautada, como na maior parte de seus trabalhos, na exclusão do trabalhador nas decisões políticas, pois, ainda que o MDB quisesse atingir ou angariar um público mais amplo, às massas estariam reservadas as demandas sociais e econômicas e às elites os aspectos concernentes ao estado de direito.

No artigo *As alternativas do “milagre espanhol”* (1973) Weffort estabeleceu comparativos entre as estruturas sindicais espanholas (durante e depois do regime franquista) e brasileiras. Chamou a atenção para o fato de os dois países “viverem” um milagre econômico sob um regime político autoritário. Além disto, demonstrou como, a partir da década de 1950, os trabalhadores espanhóis passaram a se organizar em movimentos autônomos independente dos sindicatos. O principal exemplo utilizado por Weffort foi a greve dos mineiros em Astúrias no ano de 1962, que teria ocorrido à margem dos sindicatos oficiais, quando tentaram impor aos trabalhadores uma plataforma reivindicativa oposta aos seus interesses.

Weffort chamava a atenção neste evento para a novidade na maneira de organização dos trabalhadores, que adotaram para sua direção delegados e uma comissão de empregados eleitos diretamente em assembleia. Comparou a forma desta greve às greves de Contagem e Osasco em 1968. Weffort atentou para o fato de as comissões operárias terem sido reconhecidas pelas empresas, impondo-se aos patrões e marginalizando os sindicatos oficiais.

Assim como nos outros trabalhos escritos no início da década de 1970, o ponto principal a ser reconhecido neste artigo é o fato de Weffort estar identificando o surgimento de um novo ator no mundo do trabalho e novas formas de organização por parte dos trabalhadores. Além disto, neste texto o autor chamou a atenção para a diferenciação das demandas da classe operária espanhola entre a primeira greve de Astúrias e a segunda. A primeira teve suas bases reivindicatórias assentadas sobre aumentos salariais e modificação nas normas de trabalho, enquanto a segunda reivindicava direito de greve e liberdade sindical. Fenômeno semelhante vinha ocorrendo na mesma época no Brasil, a partir do momento que os trabalhadores conquistavam melhores salários e condições de vida, mas não estavam inseridos enquanto cidadãos na sociedade de classes que os excluía.

O ponto em questão na análise de Weffort era a importância que os trabalhadores vinham assumindo nos movimentos de greve – tanto no Brasil como na Espanha – mediante a estrutura oficial dos sindicatos. O artigo está em grande medida relacionado à sua livre-docência sobre o sindicalismo corporativista defendida em 1972. O que estava em jogo para o autor era a importância de os trabalhadores estarem desafiando as estruturas oficiais do “velho sindicalismo”.

Em *A democracia e a “questão social”* (1974) a atenção de Weffort é direcionada à fraqueza do liberalismo no Brasil. Segundo Weffort, teria ficado sempre a cargo do Estado o papel de conduzir os rumos do país. Este papel – que caberia às elites, ou às massas – teria sido adotado pelo Estado inclusive no pós-1930. Neste período teria se perdido a oportunidade de aproximar o liberalismo no Brasil dos temas da democracia moderna. Segundo Weffort, o liberalismo no Brasil teria se cristalizado durante o período populista com padrões individualistas. O liberalismo brasileiro teria se resumido aos direitos civis, pouco preocupado com as mudanças da democracia e dos direitos sociais.

Além da crítica de Weffort à fraqueza do liberalismo no Brasil, também está no texto a preocupação do autor com a relação entre liberalismo e democracia. Fica sugerido no artigo que seriam necessários novos atores, capazes de galvanizar os ideais da democracia liberal no Brasil. Segundo Weffort, o problema não seria apenas a questão da democracia política, mas também a democracia do ponto de vista econômico e social. Sua questão recaia sobre o dilema clássico da democracia liberal: como conciliar os ideais de liberdade e da igualdade?; além disto, como conciliar a igualdade da cidadania política com a desigualdade social?

A participação de Weffort no jornal Opinião contribuiu com seu credenciamento entre os intelectuais que passavam a ter um importante papel frente à opinião pública no período da Ditadura Militar. Tratando de temáticas variadas durante o período que escreveu para o jornal, esta exposição contribuiria com sua consagração enquanto intelectual público e viria mais tarde colaborar com sua entrada na arena política na experiência de fundação do Partido dos Trabalhadores.

Capítulo III

I. CEDEC: Uma nova agenda de pesquisa

Além da atuação de Weffort na USP, na CEPAL e no CEBRAP, há que se destacar um momento específico de sua produção intelectual elaborada no CEDEC. Este momento deve ser compreendido como um ponto importante em sua trajetória, pois a partir desta etapa específica o intelectual se voltaria ainda com mais força ao aspecto relativo à importância dos movimentos sociais e ao protagonismo das classes trabalhadoras enquanto atores políticos necessários às transformações e processos históricos brasileiros, o que daria ainda mais energia para a conformação do Partido dos Trabalhadores.

O CEDEC recebeu o apoio de inúmeras instituições na realização de suas pesquisas, entre elas agências internacionais como: Fundação Ford, NOVIB (Organização Holandesa para a Cooperação Internacional de Desenvolvimento), IDRC (International Development Research Centre), FES (Fundação Friedrich Ebert), IAF (Inter-American Foundation), PNUD (United Nations Development Programme), SEI (Stockholm Environment Institute), Tinker Foundation, Fundação Konrad Adenauer e European Commission e no âmbito nacional o apoio de agências de financiamento e órgãos governamentais como a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), vários Ministérios, a ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) e Secretarias estaduais e municipais

A maior parte das pesquisas desenvolvidas no CEDEC por Weffort e pelo grupo de intelectuais que se uniu ao projeto inicial de formação do centro – entre eles José Álvaro Moisés, José Augusto Guilhon Albuquerque, Marilena Chauí, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Almino Affonso, Braz José de Araújo, Carlos Guilherme Mota, Fábio Antônio Munhoz, José Roberto Felicíssimo, Luis Eduardo Wanderley, Lúcio Kovarick, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Maria Victória Benevides, Marilena Chauí, Paulo Sérgio M. S. Pinheiro, Pedro Paulo Martoni Branco, Sérgio de Souza Lima, Vicente Carlos Y Plá Trevas, entre outros⁵⁷ – anunciavam a importância dos novos

⁵⁷ Francisco Weffort fundou o centro e assumiu a posição de presidente desde o início, tendo ao seu lado José Álvaro Moisés como secretário geral. Outros intelectuais importantes como Antônio Candido de Mello e Souza, Aziz Simão, Candido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Juarez Brandão Lopes, Paulo Freire, Ruy Galvão de Andrada Coelho integravam o conselho consultivo do Centro.

movimentos sociais, representados pelo novo sindicalismo, associações de bairro e comunidades de base da igreja, para o contexto político de abertura democrática no Brasil. Além disto, atentavam para os importantes ingredientes que estes novos atores poderiam adicionar na formação de uma nova agremiação política, que não estivesse contaminado pelos “vícios” da política do passado.

O CEDEC nasceu em maio de 1976, através da cooperação de uma série de intelectuais, sob a liderança de Weffort. Alguns destes intelectuais pertenciam à academia e outros não, mas a maioria vinha de uma atuação intelectual como docente ou pesquisador em universidades estaduais paulistas. Tratava-se de um momento em que as liberdades essenciais continuavam cerceadas pela ditadura. O momento político não era propício para os tipos de inquietações dos intelectuais que decidiram fundar o centro. O regime dava seus primeiros sinais de fraqueza, com a derrota no senado em 1974⁵⁸ e com o assassinato do jornalista da TV cultura Vladimir Herzog, que havia sido assassinado pelo Doi-Codi – o regime falhou ao tentar mascarar o assassinato de Herzog, na caracterização do episódio como suicídio. (ARAUJO, 2007)

Segundo Araújo (2007), boa parte dos integrantes do CEDEC se considerava, de alguma maneira, socialista e outros acreditavam que o país poderia retomar seus rumos no pós-1964. Porém a grande maioria, acreditava e apostava num novo tipo de democracia, genuinamente nacional, afastada dos modelos europeus ou norte-americanos. Nenhum (ou quase) nenhum integrante do grupo via na luta-armada a solução para os problemas da política brasileira naquele momento. Deste modo, embora não se tratasse de uma instituição partidária, estava longe também de buscar alcançar seus objetivos (socialistas/democráticos) através da força.

O grupo centrou-se inicialmente em quatro linhas específicas de pesquisas, todas ligadas, de alguma forma, em compreender o papel político dos movimentos sociais. Os quatro temas centrais de pesquisa foram elencados por Chauí (2007) da seguinte maneira: 1) A crise de legitimidade da ditadura; 2) O autoritarismo na América Latina e a relação entre democracia e socialismo; 3) O (re) surgimento uma “sociedade civil” no contexto nacional e, por fim 4) As críticas à ideologia. Críticos e desconfiados do caráter farsista de uma possível transição pactuada, este grupo de intelectuais liderados por Weffort, via

⁵⁸ Nos referimos à expressiva vitória nas eleições parlamentares, na qual o MDB elegeu 335 deputados estaduais, 160 deputados federais e 16 senadores em 22 Estados, com um índice de abstenção de apenas 10%.

na experiência das greves, manifestações e movimentos sociais em ebulição, uma forma de romper de maneira definitiva com a herança varguista e seus atores intelectuais.

Há uma polêmica em torno da formação do CEDEC contrapondo duas versões, a primeira de que o CEDEC teria se constituído como uma dissidência do CEBRAP. Esta versão teria como motivos para a ruptura diferenças de interesse em determinados temas de pesquisa e certo incômodo por parte dos fundadores do CEDEC com relação à proximidade do CEBRAP com o MDB e com a concordância do movimento na conformação de uma “transição pactuada”.⁵⁹ Por outro lado, tanto Weffort (2015) quanto José Álvaro Moisés (2015), afirmam que não houve dissidência alguma. Os interesses de pesquisa se diferenciavam, mas isto não impossibilitava os intelectuais de trabalhar juntos. O motivo apresentado por Weffort e Moisés é de que o centro estava crescendo e novas fontes de financiamento eram necessárias, o que justificaria a formação de um novo grupo, pois, do contrário, os pesquisadores “mais sêniores” do CEBRAP teriam que deixar de se dedicar à pesquisa para lidar apenas com os trâmites burocráticos relacionados às fontes que sustentavam a instituição.

Mas, ainda que não surgido de uma dissidência com o CEBRAP, o CEDEC assumiria inicialmente feições bastante diferentes do primeiro centro. Aproximando-se cada vez mais dos movimentos sociais – por conta destes se constituírem como principal objeto de estudos do grupo – o CEDEC foi assumindo contornos políticos cada vez maiores. Pode-se dizer que o CEDEC acabou assumindo a forma de um novo instrumental político autônomo que recusava tanto a “tradição operária” signatária do PCB quanto a perspectiva de transição representada pelo MDB. “Sua constituição significa (va) um passo decisivo na transformação desse grupo de intelectuais acadêmicos em militantes político-partidários.” (LAHUERTA, 2001, P. 83)

A posição inicial do grupo pôde ser traduzida inclusive inicialmente como anti-institucional por conta da desconfiança de seus intelectuais em relação à tradição nacional-populista dos atores políticos da esquerda e ao caráter de farsa de uma possível transição democrática com o regime militar erigida pelo MDB. O grupo do CEDEC via naqueles movimentos a esperança de realização de uma transformação realmente

⁵⁹ Para esta polêmica ver Baptista (2009), Lahuerta (1999), Pecaut (1990), Perruso (2008), Chilcote (2014) e Sorj (2001). Sobre esta divergência, Moisés (2015) afirma: “Alguns dizem que o CEDEC era um CEBRAP do lado “b”, isso é não é verdade. Quando resolvemos fundar o CEDEC, o Fernando Henrique Cardoso foi a figura que nos ajudou a fazer contato com a Fundação Ford pra obtermos recursos como o CEBRAP tinha. Tanto que na continuidade, nós tínhamos algumas atividades que eram feito juntas. Agora, a ênfase do CEBRAP nesse período era muito mais a crítica da economia, do milagre econômico e, na versão do Fernando Henrique, do modelo político e do modelo autoritário, era muito mais isto.”

democrática no contexto político brasileiro. Embora, ainda contagiado por uma certa herança radical de ruptura, a grande maioria de seus integrantes não tinha mais a revolução como horizonte ou objetivo.

O momento de fundação do CEDEC contribuiu muito com a perspectiva da abertura democrática, o que forneceu combustível para que as pesquisas aumentassem seu foco de atenção sobre os novos atores políticos em formação, nas novas formas de participação e nas perspectivas de uma reviravolta no campo da inserção das classes menos favorecidas na esfera da cidadania e da política.

Sobre o interesse nas temáticas trabalhadas pelo grupo, José Álvaro Moisés (2015) afirma que o CEDEC estava naquele momento trabalhando a questão dos movimentos sociais e estava bastante preocupado com a questão democrática. Num certo sentido as perguntas, segundo ele, seriam: há na sociedade ou no sistema político sinais de uma renovação do modo de pensar? O que os movimentos sociais e sindicais estavam dizendo sobre isto? Num certo sentido, eram perguntas sobre o papel dos sindicatos, sobre o papel do PCB na esquerda e sobre o papel dos partidos que tinham, de certa forma, recuperado a tradição de 1945 – 1964

Estas questões teriam levado o CEDEC a uma atuação muito próxima destes setores novos e quando surgiu a hipótese de um partido novo, que, num certo sentido, fazia a crítica da antiga tradição e trazia para dentro os movimentos sociais, o grupo reconheceu que era aquilo que se estava buscando, do ponto de vista teórico e prático. Deste modo, é fácil compreender a importante produção intelectual desenvolvida pelo CEDEC sobre os movimentos sindicais, grevistas e sobre outros tipos de mobilizações sociais naquele período. Um breve inventário sobre as investigações do CEDEC durante o intervalo de 1977 à 1983 demonstrou que 24 trabalhos, resultantes de pesquisas sobre movimentos sociais e sindicais – entre livros, artigos em periódicos especializados e teses – foram publicados; uma produção considerável sobre a temática, se levados em consideração aspectos como o pequeno número de pesquisadores, as fontes de financiamento e o tempo de existência do grupo.

Com o aprofundamento das pesquisas sobre a classe operária, sindicatos, movimentos de bairro e comunidades eclesiais de base, uma aproximação maior começou a ocorrer entre estes grupos e os intelectuais do CEDEC. Estes novos atores que passavam a integrar aquela experiência de participação política começaram a perceber a importância do papel que os intelectuais poderiam assumir frente às transformações que pareciam vir pela frente.

A origem dos fundadores do CEDEC também contribuiu em larga medida para esta aproximação entre intelectualidade e política. José Álvaro Moisés, um dos braços direitos de Weffort na fundação do centro e um dos pesquisadores que se aprofundava cada vez mais na temática da participação dos trabalhadores na vida política, havia iniciado sua participação política a partir da Ação Popular, uma organização política de esquerda, proveniente de movimentos de base da Igreja Católica⁶⁰. Entre os participantes da AP estava também Vinícius Caldeira Brant, que, embora não tenha deixado o CEBRAP no momento de fundação do CEDEC, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores alguns anos mais tarde. (BUONICORE, 2013; MOISÉS, 2015)

Deste modo, Weffort, Moisés e alguns outros intelectuais como Francisco de Oliveira, Paul Singer e Vinícius Caldeira se uniram a algumas lideranças sindicais como Jacó Bittar, José Cicotte, Olívio Dutra, Paulo Skromov – entre outras figuras expressivas do movimento sindical daquele momento – por mais de um ano para formular aquele que seria o documento de fundação e o programa inicial do PT. Passado este período, entre 1976, quando o CEDEC foi criado e o início de 1980, quando começaram a se concretizar de fato as iniciativas do Partido dos Trabalhadores, com vistas a sua institucionalização, a produção temática dos movimentos sociais, sindicatos e trabalhadores, diminuiu significativamente.

A explicação mais razoável para isto é que, passado o ápice de ebulição dos movimentos sociais e com a transição democrática cada vez mais próxima, os intelectuais passariam a se debruçar sobre as mudanças referentes a aspectos mais próximos da esfera institucional da democracia. Deste modo, entraram na agenda de pesquisas do CEDEC, temas como os desafios da “transição democrática”, “cidadania”, “representação política”, “crescimento econômico e fortalecimento democrático”, entre outros.

Outra razão para a diminuição destes estudos teria sido a inserção/participação de Weffort, Moisés e outros intelectuais – que se dedicavam com maior empenho à temática dos movimentos sociais – na política concreta através da fundação do PT. Este movimento levaria estes intelectuais a assumir uma função de “políticos profissionais”, impossibilitando a dedicação à pesquisa com o mesmo empenho. O próprio Weffort (2015) assumiu que sua inserção no PT lhe consumiu muito mais tempo do que podia imaginar, tempo este, que os filhos lhe “cobrariam até pouquíssimo tempo atrás” (WEFFORT, 2015, INFORMAÇÃO ORAL).

⁶⁰ Posteriormente a AP se distanciaria da igreja por conta de parte dos líderes católicos terem se posicionado a favor da Ditadura.

As atividades de Weffort no PT variaram bastante de acordo com as circunstâncias. Pode-se dizer que o intelectual se desdobrou na execução de diferentes tarefas, que iam desde intervenções em boletins institucionais do partido, até a arrecadação de fundos para o financiamento de campanhas⁶¹. Sua participação se deu também neste momento através da escrita de artigos em jornais como a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, entre outros, quando discutiu – e defendeu – a instalação do parlamentarismo no Brasil. Segundo Weffort, seria necessário no Brasil a instauração de um sistema parlamentarista de governo, com um presidente eleito e um primeiro-ministro que poderia ser destituído pelo congresso. Além disto, tinha como bandeira o pluralismo partidário, a liberdade de organização e associação, com a abolição da tutela estatal sobre os sindicatos.

De toda forma, as temáticas que conferiram identidade inicial ao CEDEC não foram deixadas de lado repentinamente, transformando-se concomitantemente com as novas agendas políticas e sociais que surgiam ao longo dos anos 1980 e de acordo com a disponibilidade e com as próprias opções individuais dos integrantes do grupo. Foram poucos os trabalhos publicados por Weffort neste intervalo, entre a fundação do CEDEC e sua inserção no PT. Neste interim Weffort escreveu pequenos textos: um breve prefácio no livro *Contradições urbanas e movimentos sociais*, importante obra, publicada pela Paz e Terra em 1977, um artigo no livro *A crise política e a luta pela democracia*, publicado também em 1977 pela Contraponto e *Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964*, artigo publicado pela revista de Cultura Contemporânea em três volumes entre 1978 e 1979. Neste último Weffort retomou a importância do movimento operário e dos “de baixo” para a consolidação da democracia no Brasil.

Em 1978 seria publicado *O populismo na política brasileira*, também pela Paz e Terra, que traria apenas um texto inédito sobre populismo. Os demais capítulos traziam uma compilação de artigos já publicados anteriormente. De toda forma, esta obra traria a Weffort o *status* de “teórico do populismo” no Brasil, atingindo um público substancialmente maior do que aquele que compunha o ambiente estritamente acadêmico e político.⁶²

⁶¹ Em um dos boletins pesquisados (Boletim Nacional), a conta corrente pessoal de Weffort era a conta utilizada para o depósito dos contribuintes e militantes do partido.

⁶² *O populismo na política brasileira* se tornou uma espécie de manual nas universidades brasileiras. O livro pode ser comparado à obra *Coronelismo, enxada e voto* (1948) de Victor Nunes Leal, publicado exatamente trinta anos antes. O coronelismo e o populismo foram talvez as “explicações/interpretações”

A maior produção do centro neste momento é advinda das pesquisas que vinham sendo realizadas por José Álvaro Moisés. Além disto, Moisés apresentaria naquele período o resultado de pesquisas que haviam sido iniciadas quando ainda integrava o quadro de pesquisadores do CEBRAP, este foi o caso de *Greve de massa e crise política*, e de sua tese de doutoramento *Classes populares e protesto urbano* de 1978. Além disto, publicou ainda em 1978 os artigos *A revolta dos suburbanos ou 'patrão, o trem atrasou*, ao lado de Verena Martinez-Alier, *Perspectivas da democracia na América Latina*, em 1978, também pela Paz e Terra, entre outros.

Uma das preocupações principais de Moisés em *Greve de massa e crise política* (1978) foi fornecer alguns elementos para a discussão de algumas hipóteses teóricas acerca dos problemas referentes à consciência de classe dos trabalhadores em países como o Brasil. A consciência de classe era considerada pelo autor em seu trabalho como um fenômeno dinâmico, que não poderia ser definido em abstrato. Para Moisés o movimento operário deveria ser visto como um componente da sociedade capaz de intervir em seus diferentes processos. Deste modo, a consciência de classes só emergiria na sociedade a partir dos movimentos históricos em andamento, que supõe sua própria organização política.

Estava em jogo neste trabalho de Moisés, assim como nas pesquisas de outros integrantes que compunham o CEDEC, o papel dos trabalhadores e da sociedade civil nas relações entre capital x trabalho. Moisés buscava compreender de que maneira a classe trabalhadora poderia constituir novas relações com os sindicatos e que papel teriam na reconstituição de novas políticas que negassem os arranjos populistas da era Vargas. Em outras palavras, suas preocupações eram as mesmas que inquietavam Weffort no momento em que teorizava sobre o populismo e o sindicalismo corporativista. O pano de fundo na obra de Moisés é sua preocupação com a esfera da participação e da democracia, tema que viria animar as pesquisas do CEDEC nos anos seguintes à sua fundação.

Em outras palavras, assim como para os outros intelectuais que trabalhavam ao lado de Weffort, a questão de pesquisa teria sido sempre a preocupação com as atitudes e ações daqueles que vinham “de baixo” nas relações de trabalho. Este foi um dos pontos principais que acabou por dividir – de maneira pacífica – integrantes do CEDEC e do CEBRAP. A questão dos sindicatos, dos movimentos sociais e da emergência da

que encontraram maior receptividade e ressonância no meio acadêmico e nos cursos de História e Estudos Sociais do ensino médio no Brasil depois de suas respectivas publicações.

sociedade civil foi o que animou os pesquisadores que trabalhavam ao lado de Weffort. Este trabalho de Moisés é uma boa amostra de que os integrantes do CEDEC seguiam linhas muito semelhantes de investigação.

Outros trabalhos importantes publicados pelo CEDEC durante este período foram *Ideologia e mobilização popular*, escrito por Marilena Chauí e Maria Sílvia de Carvalho Franco e publicado pela Paz e Terra em 1978, *A situação da classe trabalhadora na América Latina* escrito por Nun, Alvarez, Sandoval e Arroyo e publicado também pela Paz e Terra em 1978, *Trabalhadores, sindicatos e política* de Gorender, Morais Filho, Saes e Forman, publicado nos Cadernos de Pesquisa CEDEC em 1979, entre outros. Régis de Castro Andrade⁶³, Ingrid Sarti, Maria Hermínia Tavares, Maria Vitória Benevides, entre outros intelectuais, teriam grande atuação de pesquisa no centro, publicando seus trabalhos, porém, num período posterior à década de 1970.

Outra iniciativa importante do CEDEC foram os debates e seminários promovidos sobre temas como cidadania, participação, democracia, relações de trabalho, entre outros. Dentre os que ficaram mais conhecidos, destaca-se o *1º Seminário de direito, cidadania e participação*, organizado pelo CEDEC em conjunto com o CEBRAP. Outros eventos importantes organizados pelo centro foram o debate público *A estrutura sindical e a questão da lei de greve*, ocorrido em 1979, o seminário *Movimento sindical e organização de base* de 1980 e o debate *A democracia é possível?*, promovido pelo centro em 1980, contando com a participação de Leôncio Martins Rodrigues, Eduardo Kugelmas, Roque Aparecido da Silva e Paulo J. Krischke.

Nas tabelas a seguir, há um levantamento de todos os eventos realizados pelo CEDEC desde sua fundação, até 1994, quando Weffort deixaria o PT para assumir o Ministério da Cultura.⁶⁴ Com relação aos eventos promovidos pelo centro, é possível perceber a presença das temáticas relacionadas às seguintes questões: relações de trabalho e movimentos sociais, alternativas políticas populares, democratização, greve e estrutura sindical, organização sindical, direito, cidadania, participação popular, relações entre

⁶³ Régis de Castro Andrade foi preso em 1975 por conta da apreensão de documentos de pesquisa sobre a esquerda brasileira que levava consigo para a Inglaterra. (SORJ, 2001) Não sabemos até que ponto esta prisão pode ter prejudicado sua produção intelectual durante este período, visto que o autor fazia parte dos pesquisadores que integravam o grupo mais próximo de Weffort.

⁶⁴ Neste levantamento nem todas as datas, dados de financiamento, locais de realização de eventos estavam disponíveis, o que nos impossibilitou a demonstração completa dos dados referentes às pesquisas e aos eventos realizados pelo CEDEC na tese.

igreja e movimentos populares, desenvolvimento econômico, autoritarismo, cultura política, entre outras.

Eventos promovidos pelo CEDEC entre 1977 e 1994

Simpósio “A Cultura do Povo”, IEE-PUC/Cedec, com apoio da Ação Adveniat (Alemanha), realizado na PUC-SP, 23-25/05/1977 (F. C. Weffort)
I Seminário sobre Relações de Trabalho e Movimentos Sociais”, realizado na PUC-SP, 01-03/09/1977 (J. A. Moisés)
Seminário sobre “Alternativas Políticas Populares” – Clacso/SSRC/Cedes, 20-22/10/1977 (J. A. Moisés)
Seminário “Escola e Democratização da Cultura” – CNRC-Centro Nacional de Referência Cultural, 23-24/03/1979 (F. C. Weffort)
II Seminário sobre Relações de Trabalho e Movimentos Sociais” – ILDES, realizado na PUC-SP, 17-19/05/1979 (J. A. Moisés)
Debate público “A Questão da Lei de Greve e da Estrutura Sindical”, Cedec/IEE-PUC, realizado no Teatro Ruth Escobar, 18/05/1979 (J. A. Moisés)
Seminário “Direito, Cidadania e Participação” – Cedec/Cebrap, com apoio da Fundação Ford (Convênio 789-0734A), realizado na PUC-SP, 26-28/06/1979 (F. C. Weffort/M. V. Benevides)
Reunião do GT Estudos de Conjuntura do Clacso, 26-28/11/1979 (J. A. Moisés)
Seminário “A Igreja e os Movimentos Populares no Brasil” – Cedec/ISER/GT “Igreja e Estado”, do Clacso, realizado no SER/RJ, 30/11/1979 (J. A. Moisés)
Seminário “Os Partidos Políticos no Brasil”, 28-30/03/1980 (F. C. Weffort)
I Conferência Brasileira de Educação”, promovida por Cedec/ANDE/ANPED/CEDES, patrocinada pela PUC-SP, Unicamp, F. Carlos Chagas, Finep, Capes, Ministério da Educação, realizada na PUC-SP, 31/03/1980 (F. C. Weffort)
Seminário “Significado e Viabilidade da Reforma Agrária no Brasil” – Comité Catholique Contre la Faim et pour le Développement et la Paix, 22-23/08/1980 (F. C. Weffort)
Seminário “Alternativas Populares de Democracia”, Cedec/UIILA/LARU, com apoio do IRLAT/IRI, 29-30/08/1980 (J. A. Moisés)

<p>“III Seminário sobre Relações de Trabalho e Movimentos Sociais” – ILDES, 02-04/10/1980 (J. A. Moisés)</p>
<p>Seminário “Estilos de Desenvolvimento Econômico e Regimes Políticos na América Latina: condicionantes e alternativas” – Cedec/Cebrap, com apoio da IFDA, realizado no Cebrap, 19-20/01/1981 (F. C. Weffort)</p>
<p>Conferência “Partidos Políticos, Movimentos Sociais e a Luta pela Democracia” – UNAM/ILDES, 04/1981 (J. A. Moisés)</p>
<p>Mesa-redonda “Polônia – trabalhadores e intelectuais em um sistema totalitário”, realizada pelo ISER e apoiada pelo Cedec, Rio de Janeiro, 15/03/1982 (J. A. Moisés)</p>
<p>Seminário “Autoritarismo e Democracia: qual transição?” – Cedec/Cebrap/USP, com apoio do ILDES e CNPq 15-16/03/1982 (J. A. Moisés) (Não realizado)</p>
<p>“II Conferência Brasileira de Educação”, promovida por Cedec/ANDE/ANPED/CEDES, 06/1982 (R. Andrade)</p>
<p>Seminário sobre “Documentação e Democratização da Informação”, com apoio da FORD (Convênio 835-0173), 03-04/11/1982 (R. Andrade)</p>
<p>Seminário “Que é Realismo em Política”, do GT Teoria do Estado e da Política, do Clacso, 27-29/11/1983 (J. A. Moisés) (Não realizado)</p>
<p>Seminário “Brasil e Itália: Condições e Mecanismos de Governabilidade”, patrocinado e apoiado por Cedec, AMELA, SISP, realizado na USP, 22-23/10/1984 (J. A. Moisés)</p>
<p>Seminário “Modelos de Organização Sindical: França, Reino Unido, Argentina” – Cedec/DCS-USP, com apoio da FAPESP, 29-30/10/1984 (R. Andrade)</p>
<p>Simpósio Brasil-México – Cedec/IRLA-PUC-SP/Fundação João Pinheiro, 13-14/05/1985 (Não realizado)</p>
<p>“Encontro Intersindical CUT-CONCLAT” – Cedec/CIOSL, Brazilian Palace Hotel-SP, 11-12/10/1985 (Roque A. Silva)</p>
<p>Seminário “Movimento Sindical e Novas Tecnologias” – ILDES, 14-15/12/1985 (Roque A. Silva)</p>
<p>A experiência de negociação coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo nos anos 80” – ILDES, 1986 (Roque A. Silva)</p>
<p>Seminário Internacional “Direito dos Povos, Soberania Nacional e Soberania Popular no final do século XX: balanço e perspectivas” – Fundação Lelio Basso, realizado na Fundação Escola de Sociologia e Política, com o co-patrocínio do Cedec, 21-26/03/1986 (J. A. Moisés)</p>

Seminários sobre “Reforma Agrária na Nova Constituição Brasileira” – FUNDAÇÃO FORD, 05/1986-04/1987 (José dos Reis Santos Filho)
Seminário “Negociações Coletivas dos Bancários – Tendências de Segmentação e/ou Unificação”- ILDES, 06/03/1986 (Roque A. Silva)
Seminário “Negociações Coletivas dos Metalúrgicos de São Paulo: as experiências dos anos 80”- ILDES, 14/03/1986 (Roque A. Silva)
Seminário “Negociações Coletivas dos Químicos: tendências dos anos 80” – ILDES, 25/03/1986 (Roque A. Silva)
Seminário “Negociações Coletivas: as tendências dos anos 80”- ILDES, 06/05/1986 (Roque A. Silva)
Seminário “Negociação Coletiva dos Vidreiros: Tendências à Unificação ou Segmentação?” - ILDES, 16/05/1986 (Roque A. Silva)
Seminário “Os Trabalhadores da Ford São Bernardo e a Automatização”- ILDES, 07/06/1986 (Roque A. Silva)
Seminário “A Experiência de Negociação Coletiva dos Metalúrgicos de São Bernardo nos anos 80” – ILDES, realizado em S. B. do Campo, 23/06/1986 (Roque A. Silva)
Seminário “Resposta à Automação dos Trabalhadores da Ford Osasco”- ILDES, realizado em Taboão da Serra, 28/06/1986 (Roque A. Silva)
Seminário “A Experiência de Negociação Coletiva dos Padeiros de São Paulo nos anos 80” – ILDES, 11/07/1986 (Roque A. Silva)
Seminário “Impactos do Plano Cruzado nas Negociações Coletivas” – ILDES, realizado em Taboão da Serra, 12/09/1986 (Roque A. Silva)
Seminário “Resposta à Automação dos Trabalhadores da Ford Taubaté”- ILDES, realizado em São José dos Campos, 19/09/1986 (Roque A. Silva)
Seminário “Resposta dos Trabalhadores da Ford Ipiranga à Automação”- ILDES, 30/09/1986 (Roque A. Silva)
Participação do Cedec na 39ª Reunião Anual da SBPC – FAPESP, 07/1987 (L. Kowarick)
Seminário “As Crianças e o Habitat da Pobreza” – Cedec/Clacso/USP, 07-09/10/1987 (J. A. Moisés)
Reunião Internacional dos Coordenadores do Projeto “Governos Locais em Cidades Pequenas e de Porte Médio” – IDRC, 09-12/12/1987 (J. A. Moisés)

Seminário “Política Internacional e Cooperação” (Cedec/Fundap/DCP-USP) – FAPESP, 07-10/03/1989 (R. Andrade/T. Vigevani)
Seminário Internacional “Poder Local e Reformas Sociais” (Cedec/FFLCH-USP/Secretaria Municipal de Cultura) – CAPES, FAPESP, ILDES, realizado na Cidade Universitária, 22-25/05/1989 (J. A. Moisés/P. Jacobi)
Seminário “Novos Modelos de Desenvolvimento, Crise Econômica e Políticas de Ajustamento” (Cedec/Clacso) – FAPESP/CNPq, 27-28/09/1989 (Leôncio M. Rodrigues)
Seminário Internacional “A Criança e o Adolescente de Baixa Renda nas Metrôpoles” – Cedec/Secretaria Municipal do Bem-Estar Social – SIDA (Swedish International Development Authority), realizado no Anhembi, 04-07/10/1989 (J. A. Moisés)
Congresso “Participação Popular na Gestão de Setores Públicos”- PMSP, 06-08/10/1989 (A. Cohn)
Seminário “Reformas Mudam a Sociedade?” (Cedec/DCP-USP) – ILDES, 04/1990 (R. Andrade)
Ciclo de Conferências “A América Latina e os Novos Desafios da Ordem Internacional” (Cedec/Fundap/DCP-USP) – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, 08-11/1990 (J. A. Moisés)
Workshop “Cultura Política e Consolidação Democrática no Brasil em Perspectiva Comparada (Brasil, México e Chile)” – FAPESP/CNPq, 21-23/11/1990 (R. Andrade/J. A. Moisés)
Ciclo de Mesas-redondas “História e Identidade – Democracia e Cultura Política em Comparação: Brasil e Alemanha” – Cedec/Instituto Goethe, 09-10/05/1991 (J. A. Moisés)
Seminário “A crise na saúde”, realizado na Faculdade de Saúde Pública, 18/05/1991 (A. Cohn)
Seminário “Parlamentarismo e Voto Distrital” (Cedec/CEDESEN) – PNUD, realizado no Senado Federal, 04-06/06/1991 (R. Andrade)
Simpósio “Gramsci 100 Anos: Cultura, Hegemonia e Democracia” (Cedec/Cebrap/DCP-USP/Instituto Italiano di Cultura) – FAPESP/Secretaria Municipal de Cultura, realizado na USP, 12-18/11/1991 (R. Andrade)
Seminário Conjunto Brasil/Portugal: A Busca de um Vocabulário Comum, promovido pelo Cedec e PUC-SP, Jundiaí, 30/07-02/08/1992 (correspondência não localizada)

Seminário “Dimensões da Pesquisa Social no Brasil na Última Década”, realizado na USP, 14-15/09/1992 (R. Andrade)
Ciclo “Arte pensamento” (Cedec/Funarte/IBAC/UFRJ) – Secretaria de Estado da Cultura, realizado no MASP (SP) e Palácio da Cultura Gustavo Capanema (RJ), 05/04 - 07/06/1994 (A. Cohn)
Seminário Internacional “Terra Natal – Terra Estrangeira: Migrações na Europa nos Anos 90 – Integração ou Conflito?” – Cedec/Instituto Goethe/Idesp/Consulado Geral da França/The British Council, realizado no Instituto Goethe, 01-02/09/1994 (P. Jacobi/T. Vigevani)

À frente, há um levantamento de todas as pesquisas realizadas pelo CEDEC desde sua fundação até 1994. Entre as temáticas mais presentes estão: movimento operário, greves, representação sindical, movimentos sociais, conflitos industriais, cidadania, direitos políticos, mudanças nas relações de trabalho no Brasil, a democratização das instituições políticas brasileiras, a intervenção do Estado em setores sociais, formas de organização laborais, participação sócio-política no Brasil, modos e condições de vida no ambiente urbano e rural, partidos políticos, institucionalização democrática, democratização das relações de trabalho, políticas públicas, cultura política, transição democrática brasileira, reforma agrária, processos legislativos, entre outras.

Pode-se perceber, ao analisar os dados contidos na tabela, que entre os anos de 1970 e 1990, as temáticas foram se alterando substancialmente. Embora a questão da democracia permeie os dois momentos, no primeiro ela aparece na forma de movimentos sociais, relações entre sindicatos e trabalhadores, greves e movimentos operários. No segundo momento, a democracia aparece nas pesquisas como tema que tem nas instituições democráticas e em seus instrumentos de representação seu objeto de estudo. Há uma inversão na perspectiva de análise do CEDEC, que se preocupava no primeiro momento com os atores responsáveis pela construção da democracia e suas esferas de representação e no segundo momento pelas instituições e instrumentos de representação criadas por estes próprios atores (como foi o caso dos partidos políticos, sindicatos, entre outras instituições).

DÉVELOPPEMENT ET PAIX E OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO

O desenvolvimento de Recife, Brasil, 1977 – Développement et Paix (1977-1979) (F. C. Weffort)

Situação dos trabalhadores nos centros urbanos (Movimento operário na América Latina) – Développement et Paix (12/1977-12/1978, prorrogado para 12/1979) (J. A. Moisés)
Cultura paulistana e renovação urbana – CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural (1977-1978) (J. A. Moisés)
Expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo – Comissão Justiça e Paz (02-11/1979) (R. M. Fischer Ferreira)
Situação dos trabalhadores urbanos (Movimento operário e as grandes greves de 1978 no ABC, São Paulo e Osasco) – Développement et Paix (06/1979-08/1980) (J. A. Moisés)
Movimento operário, Estado e democracia no Brasil (1953-64/1975-79) – ILDES (06/1979-06/1980) (Roque A. Silva/Fábio A. Munhoz)
Estrutura e representação sindical e Survey “Pesquisa nacional sobre organização sindical e sobre contribuição sindical” – Cedec/ILDES/Centro Josué de Castro – ILDES (R. Andrade/I. Sarti)
PROGRAMA “CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL” (1ª fase) – FUNDAÇÃO FORD
Movimentos sociais rurais e a problemática da reforma agrária (Abdias V. Carvalho/M. C. D’Incao)
Os conflitos industriais e o “novo sindicalismo” (J. A. Moisés/R. Andrade/R. A. Silva)
Violência urbana e direitos de cidadania (M. V. Benevides/R. M. Fischer)
PROGRAMA “CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL” (2ª fase) – FORD (22/03/1983 - 21/03/1985, prorrogado para 30/04/1985)
Estrutura e representação sindical (R. Andrade/R. A. Silva)
Movimento social rural e trabalhadores assalariados temporários da agricultura (M. C. D’Incao)
Cidadania e justiça: a instituição penitenciária (B. Fausto/R. M. Fischer)
Direitos políticos no Brasil contemporâneo (R. Andrade)
CCT: dez anos de luta pela posse da terra no Brasil (1969-1979) (Abdias Vilar de Carvalho/José dos Reis Santos Filho/Leonilde Servulo Medeiros)

PROGRAMA “SOCIEDADE, POLÍTICA E DEMOCRACIA (OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL)” – FORD (01/01/1985 - 31/12/1986, prorrogado para 31/01/1987)
Negociações coletivas, novos direitos e mudanças nas relações de trabalho no Brasil (R. A. Silva)
Lutas sociais na Grande São Paulo: reorientação cultural e o papel das aglutinações de base da Igreja Católica no processo de conquista dos direitos básicos (L. Kowarick/P. Krischke/S. Caccia Bava)
Análise do sistema penitenciário do Estado de São Paulo: o gerenciamento da marginalidade social (B. Fausto/R. M. Fischer/S. Adorno)
A sociedade brasileira e a democratização de suas instituições políticas (R. Andrade)
Conflito pela terra e práticas sociais (José dos Reis Santos Filho)
CCT: dez anos de luta pela posse da terra no Brasil (1969/1979) (José dos Reis Santos Filho)
Perfil e magnitude da intervenção do Estado em setores sociais – CNPq (Ricardo T. Neder)
Movimentos sociais urbanos: formas de organização e participação sócio-política na região da Grande São Paulo – UNRISD (03/1981 - 02/1982) (L. Kowarick)
O novo sindicalismo – CNPq (R. Andrade)
“Violência urbana no Brasil” e “A influência da relação comunitária no processo de formação de adolescentes de classes populares da periferia da Grande São Paulo” – Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement (França) (1981-1983) (R. M. Fischer/B. Fausto)
Sindicato e movimento operário: levantamento bibliográfico do período 1978-1982 – CNR (Itália) (1983) (M. Regina M. Prata)
Os acidentes de trabalho e a produção da violência urbana – Comissão Justiça e Paz/Pão para o Mundo (Alemanha) (03/1983 - 09/1984) (A. Cohn)
Situação urbano-ambiental na América Latina (Projeto Ecoville) – Universidade de Toronto (1983-1985) (L. Kowarick)
Organização operária no Brasil (Cedec/Ildes/UFRGS/UFGM/Centro Josué de Castro) – ILDES (03-08/1984) (R. A. Silva)
Políticas de gestão da mão-de-obra, condições de trabalho e modo de vida na Grande São Paulo – CNPq/ORSTOM (01/1984 - 12/1987) e Trajetórias profissionais, modos

de vida e culturas dos trabalhadores da indústria – CNPq/ORSTOM (01/1988 - 03/1990) (R. Cabanes)
Modo e condição de vida: uma análise das desigualdades sociais em São Paulo – Cedec/DIEESE – IDRC (06/1984-05/1985, prorrogado para 01/10/85) (L. Kowarick)
Instituição e indivíduo: reprodução e representação. Um estudo de caso do Centro de Reabilitação Profissional – Anpocs (1984-1985) (A. Cohn)
Novas tecnologias, negociações coletivas e mudanças nas relações de trabalho no Brasil – ILDES (05-12/1985) (R. A. Silva)
Negociação coletiva: segmentação e unidade dos trabalhadores – ILDES (1985-1986?) (R. A. da Silva)
Movimentos populares por saúde: limites e potencialidades – FINEP (04/1985 - 03/1986 prorrogado para (01/09/1986 – 01/02/1987) (A. Cohn)
Partidos e sindicatos na República populista: o caso de São Paulo (1945-1965) – FINEP (04/1985-04/1987) (M. V. Benevides)
Análise do sistema penitenciário do Estado de São Paulo: o gerenciamento da marginalidade criminal – IMESC (09/1985 - 02/1987) (R. Fischer/S. Adorno)
Relações industriais e automação: estudo de quatro fábricas do complexo empresarial Ford em São Paulo – ILDES (10/1986)/ ANPOCS,
Livro Automação e movimento sindical no Brasil – PNUD/OIT (1986-1988) (Roque A. da Silva/R. Neder)
Recuperação da capacidade de pesquisa instalada no país – Programa de Emergência – FINEP (08/1986 - 08/1987, prorrogado para 12/1988) (R. Andrade)
PROGRAMA “A DEMOCRACIA NO BRASIL: PROBLEMAS E POSSIBILIDADES” – FINEP (1987 - 1989)
A institucionalização da democracia: partidos, representação e participação (R. Andrade/J. A. Moisés/F. C. Weffort)
Estado e movimentos sociais: saúde e previdência social na transição democrática (A. Cohn)
A democratização das relações de trabalho: um estudo de caso (Leôncio M. Rodrigues)
Ciência e tecnologia numa sociedade democrática (G. Cohn)
Diversidade e dinâmicas regionais do sindicalismo brasileiro frente à automação – ILDES (12/1987) (Eder Sader e R. A. Silva)

Empresários e trabalhadores avaliando impactos sociais de novas tecnologias – CPCT/MCT (11/1987) (Ricardo Toledo Neder)
PROGRAMA “A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL” – FUNDAÇÃO FORD (01/01/1987 - 31/12/1988)
A elaboração da nova Constituição brasileira pelo Congresso Constituinte (R. Andrade)
Diversidade e dinâmicas regionais do sindicalismo brasileiro (R. A. Silva; Eder Sader e L. M. Rodrigues)
Justiça criminal e violência (S. Adorno/R.M. Fischer)
Poder local, políticas públicas e movimentos populares (S. Caccia Bava)
A construção social da identidade: atores, práticas e conflitos sociais no campo brasileiro (J. R. Santos Filho/M. C. D’Incao)
Constituinte: partidos e representação – FAPESP (07/1987-06/1988), prorrogado para (11/1988) (F. C. Weffort)
O significado histórico de 1964 – FINEP (02/1988-08/1990), prorrogado para (30/05/1991) (Luciano Martins)
Camponês e bóias-frias: vida cotidiana e capacidade de negociação numa experiência de reforma agrária – Programa de Cooperação Internacional CNPq/ORSTOM (1989) (M. C. D’Incao/Gérard Roy)
Relação instituição-clientela na atual política de saúde da RMS – Ministério da Saúde (12/1987, prorrogado para 12/1988 – 1ª fase, e 12/1989 prorrogado para 12/1990 – 2ª fase) (A. Cohn)
PROGRAMA “O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA E DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA” – NOVIB (01/1988 - 09/1991)
Resposta sindical e dos trabalhadores à incorporação do progresso técnico nos setores bancário, metal-mecânico e petroquímico (R. A. Silva)
A democratização das relações de trabalho: a grande empresa multinacional do ABC paulista (Leôncio M. Rodrigues)
A institucionalização da democracia: partidos, representação e participação (R. Andrade/J. A. Moisés/F. C. Weffort)
Estado e movimentos sociais: saúde e previdência social na transição democrática (A. Cohn/L. Kowarick)

Poder local, políticas públicas e movimentos populares (S. Caccia Bava)
Relação instituição-clientela na atual política de saúde na Região Metropolitana de São Paulo (A. Cohn)
A construção social da identidade: atores, práticas e conflitos sociais no campo brasileiro (M. C. D’Incao)
Constituição para o conhecimento de uma população: os trabalhadores volantes da cana-de-açúcar no contexto da criação de um campesinato moderno (Gérard Roy/M. C. D’Incao)
Justiça criminal e violência (R. M. Fischer/S. Adorno)
Ciência e tecnologia numa sociedade democrática (G. Cohn)
O significado histórico de 1964 (L. Martins)
PROGRAMA “A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL” – FUNDAÇÃO FORD (01/04/1989 - 31/03/1991)
Cultura política e consolidação democrática no Brasil (J. A. Moisés)
Brasil 1990: que democracia? (F. C. Weffort/R. Andrade)
Política exterior brasileira: as questões da dívida externa e da informática nas relações com os Estados Unidos (T. Vigevani)
PROGRAMA “A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL” – SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (11/1989) (J. A. Moisés)
A institucionalização da democracia: partidos, representação e participação (J. A. Moisés)
Estado e movimentos sociais: saúde e Previdência Social na transição democrática (A. Cohn)
Trabalho e condições de vida na Região Metropolitana de São Paulo – Comissão Justiça e Paz (1989) (A. Cohn)
Tipologia do eleitorado brasileiro – FINEP (12/1989 - 07/1990, prorrogado para 01/1991) (J. A. Moisés)
PROGRAMA “DEMOCRACIA, CULTURA POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS” – SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – (02/06/1990) (J. A. Moisés)
Democracia e cultura política: o caso da transição brasileira (J. A. Moisés)

Movimentos populares, descentralização e política de saúde como constituição de um direito: o caso de São Paulo (A. Cohn/P. Jacobi)
PROGRAMA “BRASIL 90: SOCIEDADE E POLÍTICA” – FINEP (01/02/1990 - 31/01/1992)
Representação, negociação e decisão política no Brasil pós-89 (R. Andrade)
Democracia e cultura política: o caso da transição brasileira (J. A. Moisés)
Política cultural e cidadania (G. Cohn)
O sindicalismo corporativo no Brasil: fatores de persistência, possibilidades de mudança (L. M. Rodrigues)
Previdência social, saúde e a construção da cidadania (A. Cohn)
A justiça e o julgamento de crimes contra a pessoa: Tribunal do Júri em uma era de consolidação democrática (S. Adorno)
Reforma agrária no cotidiano dos trabalhadores: um estudo de caso (M. C. D’Incao)
Atores intervenientes nas decisões relativas à dívida externa e à informática nas relações com os Estados Unidos: participação democrática e/ou grupos de pressão (T. Vigevani)
Os movimentos populares e a constituição da saúde como um direito: o caso de São Paulo – INTER-AMERICAN FOUNDATION (01/07/1990 - 30/06/1992, prorrogado para 30/06/1993) (A. Cohn)
Padrões de decisão legislativa no município, no Estado de São Paulo e na União (1991 -1993) – CNPq – Projeto Integrado (01/08/1991 - 31/07/1994) (R. Andrade)
Transformações sócio-econômicas, descentralização e políticas públicas: o caso do governo do município de São Paulo – CNPq – Projeto Integrado (01/08/1991 - 31/07/1994) (P. Jacobi)
Gestão local de serviços públicos em cidades médias da América Latina (1ª e 2ª fases) – SUR-Centro de Estudios Sociales y Educación/IDRC (07/1988 - 04/1990 e 08/1991 - 07/1993) (E. Nunes)
PROGRAMA “DESCENTRALIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO POPULAR E POLÍTICAS PÚBLICAS” – NOVIB (01/01/1992 - 31/12/1993)
Gestão local, democratização, políticas públicas e construção da cidadania ativa (A. Cohn/P. Jacobi)
Democratização, cultura política e participação popular (J. A. Moisés)

Meio ambiente e dívida externa – CNPq – Projeto Integrado (01/03/1992 - 28/02/1994) (T. Vigevani)
PROGRAMA FORD (01/04/1992 - 31/03/1994)
Gestão local, descentralização, políticas públicas e construção da cidadania ativa (A. Cohn/P. Jacobi)
O lugar do poder legislativo no sistema político brasileiro: processo decisório, estrutura e referências históricas (R. Andrade)
Meio ambiente e dívida externa – FAPESP (01/06/1992 - 30/05/1994) (T. Vigevani)
Estrutura e organização do Poder Executivo frente à opção pelo sistema de governo – ENAP/PNUD (12/1992 - 05/1993) (R. Andrade)
Problemas ambientais e qualidade de vida na cidade de São Paulo – SEI-Stockholm Environment Institute (10/1991-09/1993) (P. Jacobi)
Formação da cidadania, saúde e meio ambiente em população de baixa renda (Projeto-ponte) – NOVIB (01/01/1994 - 01/07/1994) (A. Cohn/P. Jacobi)

II. Do Socialismo à Democracia

Durante a participação de Weffort na fundação do Partido dos Trabalhadores (1979/1980), em sua atuação como secretário-geral (1983-1987) e em outras atividades do partido, o autor passaria a escrever trabalhos sobre a temática da democracia. Os temas do populismo/nacionalismo, do sindicalismo corporativista, suas críticas ao Partido Comunista Brasileiro seriam substituídos pelo tema democrático. Sua retórica radical assumiria feições mais brandas ao longo do tempo e a “experiência socialista” passaria a ser proposta pelo autor, a partir deste momento, com uma grande preocupação na manutenção e no fortalecimento da democracia.

Esta alteração nos marcos interpretativos da questão nacional, representada pela migração de intelectuais marxistas – anteriormente preocupados em denunciar as contradições dos modos de produção capitalista e suas classes correspondentes – rumo ao pensamento sobre a importância da democracia, é expressiva de uma época em que se constatou a inviabilidade de transformações radicais “por fora da ordem”. Neste momento específico, intelectuais que haviam assumido no passado posições mais radicais do ponto

de vista ideológico ao longo de suas trajetórias de estudos e atuação política, em alguns casos, procederam a uma alteração em seus horizontes de pensamento, interpretações da realidade e em seus papéis como “intelectuais públicos”. Esta virada referiu-se ao abandono das ideias mais radicais de parte da esquerda, em direção à importância da questão democrática. Diante das possibilidades de abertura política no país, estes intelectuais passaram a tentar formular teorias e análises de conjuntura sobre a necessidade da existência de uma esfera democrática de fato no Brasil, que rompesse de modo definitivo com a cultura política autoritária presente no âmbito nacional.

A produção de Weffort sobre a democracia seguiu duas vertentes distintas. Uma que discutia a questão de forma conjuntural, inserida no âmbito nacional e latino americano apresentando interpretações mais amplas sobre: o regime militar e suas principais características; as possibilidades de retrocesso no processo de redemocratização; e a importância da participação dos trabalhadores nos avanços democráticos em desenvolvimento no plano nacional.⁶⁵ A outra vertente, de ordem mais

⁶⁵ Os principais interlocutores de Weffort nesta vertente escreviam textos e artigos para o periódico Lua Nova - Revista de cultura e política, um desdobramento da Revista de Cultura contemporânea, a primeira iniciativa editorial do CEDEC, iniciada em 1978. Entre os textos escritos entre 1978 e 1994 estão: MOISÉS, José Álvaro, Crise política e democracia, a transição difícil, **Revista de cultura e política - CEDEC**, N° 2, S/D; MOISÉS, José Álvaro, A estratégia do novo sindicalismo, **Revista de cultura e política - CEDEC**, N° 5/6, S/D; MOISÉS, José Álvaro, Contradições urbanas e movimentos sociais, **Revista de cultura e política - CEDEC** (ANO 1, N° 1) 1979 MOISÉS, José Álvaro, O Brasil das indiretas: cenário 1, Pensar a democracia, **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC** (vol. 1, n° 1)1984; MOISÉS, José Álvaro, Linchamentos: por quê?, E agora Brasil?, **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC** (vol. 1, n° 4), 1985; MOISÉS, José Álvaro, A constituinte é uma farsa?, Excesso de seriedade, **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC** (vol. 2, n° 3), 1985; MOISÉS, José Álvaro, Democracia e representação, Democracia e representação, **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC** (vol. 2, n° 4), 1986; MOISÉS, José Álvaro, O momento é agora, O momento é agora, **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC** (vol. 3, n° 1), 1986; MOISÉS, José Álvaro, Além da conjuntura... os conteúdos, Além da conjuntura... os conteúdos! **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC** (vol. 3, n° 2), 1986; MOISÉS, José Álvaro, Dilemas da consolidação democrática no Brasil, Transições políticas na América Latina, **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC** - N° 16, 1989; MOISÉS, José Álvaro, Eleições, participação e cultura política, Socialismo & socialismos, **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC**, N° 22, 1990; MOISÉS, José Álvaro, Democratização e cultura política de massas no Brasil, Especial: cultura política - **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC**, N° 26, 1992; MOISÉS, José Álvaro, A escolha democrática em perspectiva comparada, Cidadania - **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC**, N° 33, 1994; ANDRADE, Régis de Castro, Brasil: A economia do capitalismo selvagem, **Revista de cultura e política - CEDEC**, N° 4, S/D; ANDRADE, Régis de Castro, Jânio. De novo?, Excesso de seriedade, **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC**, (vol. 2, n° 3), 1985; ANDRADE, Régis de Castro, As bases de sustentação política do governo dos anos 90, Relações internacionais e o Brasil, **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC**, N° 18, 1989; ANDRADE, Régis de Castro, Política e pobreza no Brasil, Reflexões sobre o marxismo, **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC**, N° 19, 1989; ANDRADE, Régis De Castro, Presidencialismo e reforma institucional no Brasil, O Presidencialismo em questão & welfare e experiências neoliberais, **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC**, N° 24, 1991; ANDRADE, Régis de Castro, A reforma institucional no Brasil, Estado, reformas e desenvolvimento, **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC**, N° 28-29, 1993; BENEVIDES, Maria Victoria, A conversa mole da política, Pensar a democracia (vol. 1, n° 1), **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC**, 1984; BENEVIDES, Maria Victória, Violência policial e

abstrata, estava relacionada à teoria da democracia como ideia/valor. Esta teorização não estava limitada exclusivamente ao âmbito nacional (ou latino-americano), mas referia-se de modo geral ao paradoxo socialismo x democracia, vivido no plano nacional e internacional de maneira geral e fazia parte dos dilemas vividos pela intelectualidade, que tentava encontrar uma forma de demonstrar a necessidade de uma convivência pacífica entre socialismo e democracia num período em que a Guerra Fria chegava ao fim. Nesta última vertente, Weffort dialogava diretamente com os teóricos do eurocomunismo⁶⁶ como Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Werneck Vianna.⁶⁷

O conjunto de textos (referentes à primeira vertente) escritos por Weffort durante este período foi constituído pelos trabalhos *Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945 – 1964* (1979), *Direito, cidadania e participação* (1981), *Incertezas da transição na América Latina* (1988), *A América errada* (1990), além do trabalho *Democracia política e desenvolvimento econômico*

democracia podem conviver?, E agora Brasil? **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC**, (vol. 1, nº 4), 1985; BENEVIDES, Maria Victória, Ai que saudade do MDB!, O momento é agora (vol. 3, nº 1), **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC**, 1986; BENEVIDES, Maria Victoria, O velho PT paulista (partido, sindicato e governo em São Paulo -1945/1964), Movimentos sociais: questões conceituais, **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC**, Nº 17, 1989; BENEVIDES, Maria Victoria, O plebiscito de 1993 à luz do precedente de 1963, Estado, reformas e desenvolvimento, **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC**, Nº 28-29, 1993; BENEVIDES, Maria Victoria, Cidadania e democracia, Cidadania, **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC**, Nº 33, 1994; BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, Os direitos humanos como valor universal, Fronteiras **Lua Nova - Revista de cultura e política - CEDEC**, Nº 34, 1994. Durante este período Weffort incorporaria também as ideias contidas na tese de doutorado de Guillermo O'Donnell, autor que teria sido um de seus importantes interlocutores neste momento.

⁶⁶ O eurocomunismo foi uma vertente ideológica da teoria comunista que emergiu entre os partidos comunistas dos países da Europa Ocidental, mais especificamente, Itália, França e Espanha, na década de 1970. Criticados como revisionistas pelos comunistas mais ortodoxos, o eurocomunismo apresentou-se como uma alternativa democrática da ideologia comunista, buscando uma espécie de "terceira via" entre a social-democracia clássica e os regimes comunistas então implantados no Leste europeu e estruturados em torno do aparelho burocrático de um partido único. Embora Weffort não fosse considerado do "núcleo duro" dos intelectuais eurocomunistas - como Marco Aurélio Nogueira, Luiz Werneck Vianna e Carlos Nelson Coutinho -, à medida que a Guerra Fria dava sinais de enfraquecimento e que crescia o envolvimento de Weffort com o PT, suas teorizações foram cada vez mais centrando-se na temática da democracia e abandonando a ideia de socialismo como alternativa política real. O abandono do socialismo como utopia e a opção pela democracia como uma espécie de "utopia substituta", foi um movimento que uniu diferentes frações da intelectualidade, obrigada a "se resignar" frente a decadência da União Soviética e do comunismo.

⁶⁷ Boa parte deste "diálogo" pode ser encontrado nas páginas do periódico *Presença*, editado por estes e outros autores como Milton Lahuerta, Maria Alice Rezende de Carvalho, João Quartim de Moraes, Armênio Guedes, entre outros intelectuais na década de 1980. Uma pesquisa aprofundada sobre este tema foi realizada em 2013 na UNIFESP por Michele Corrêa de Castro em sua dissertação de mestrado *Os renovadores "gramscianos" do PCB: O diálogo com Antonio Gramsci para a compreensão da realidade brasileira, a batalha das ideias no partido e a formação da revista Presença*

(1991). Os trabalhos relativos à segunda vertente foram *Por que democracia?* (1984) e *Qual democracia?* (1992).

No primeiro conjunto de trabalhos, de caráter mais conjuntural, a obra *Democracia e movimento operário* (1978/1979) constituiu uma interpretação ainda um pouco associada à tradição inicial de estudos de Weffort com fortes críticas aos arranjos elitistas do 1945-1964 e à ineficiência da esquerda do PCB neste mesmo período. Neste trabalho Weffort reforçou ainda mais a importância do operário para o fortalecimento da democracia e suas instituições. Com a frase “Não há movimento operário independente sem democracia e não há democracia sem movimento operário independente” (WEFFORT, 1979, P. 7), o autor reafirmava sua crítica ao sindicalismo corporativista e ao caráter elitista do PCB, típico do período populista. Considerava que o processo de redemocratização, ocorrido em 1946, teria deixado mais órfãos do que herdeiros, uma vez que, se houve processo democrático, este ocorreu do ponto de vista formal, mas não do ponto de vista de uma transformação na cultura política. O mesmo questionamento era feito por Weffort acerca da esquerda. Qual teria sido seu papel a partir do processo de redemocratização pós 1945? A esquerda brasileira continuaria atuando como “consciência esclarecida” do movimento operário a partir daquele momento, ou “finalmente iria ao povo”?

Democracia e movimento operário marcou, sem dúvida, uma guinada na trajetória intelectual de Weffort. Ainda que sua crítica ao nacional-populismo ainda marcasse sua retórica neste trabalho, é a partir dele que toda sua crítica ao nacionalismo e sua defesa da autonomia dos trabalhadores passa a estar diretamente vinculada ao tema da democracia. Informado pelo contexto político nacional, o artigo publicado em três diferentes edições da Revista de Cultura Contemporânea, marcava os traços do processo de redemocratização em curso no Brasil. Escrito um ano antes da fundação do PT e como primeira iniciativa editorial do CEDEC, a análise do trabalho é necessária para que se compreenda que ideias e formulações intelectuais estavam por trás do centro de pesquisa.

Neste trabalho Weffort demonstrava que a autonomia dos trabalhadores continuava sendo uma questão sem respostas e que estava diretamente ligada à importância da democracia. A pergunta que animava Weffort naquele momento era “Como entender uma democracia que obrigava os sindicatos, e por extensão o movimento operário, a uma posição de dependência em face do Estado?” (WEFFORT, 1979, P. 7)

Democracia, corporativismo sindical e autonomia formavam a tríade de questionamento de Weffort neste trabalho como pode ser demonstrado:

Quem se indague hoje pela influência assumida pelo Estado a partir da Revolução de 1930, na definição dos rumos e das formas de organização do movimento operário do período 1945-1964, terá que se perguntar também pelo papel assumido pelo movimento operário na formação da democracia naquela época, com o seu típico populismo, o seu autoritarismo plebiscitário e sua esdrúxula mistura de corporativismo e sistema representativo. (WEFFORT, 1979, P. 7)

Nesta obra Weffort ressaltava também – assim como em sua livre docência (1972) – a importância da compreensão do componente político para a correta interpretação das questões relativas à democracia. Além disto, embora a tríade mencionada acima fosse ainda o mote principal de seus trabalhos, fica claro que, já em 1979, será a democracia o eixo central de sua análise.

É evidente que problemas como estes pedem apenas a análise fria de tendências históricas que alguns – mais afinados com um espírito ‘economista’ ou ‘sociologista’, que com uma clara compreensão da política, – supõem inelutáveis e regidas por uma necessidade férrea. Se a democracia encontra-se no núcleo central de nosso problema, importa sobretudo questionar, isto é interrogar o sentido das escolhas políticas e das preferências ideológicas que, em momentos particulares e em condições determinadas, definiram os rumos que a história deveria assumir.” (WEFFORT, 1979, P. 7)

Em linhas gerais a preocupação de Weffort estava assentada num ajuste de contas com relação ao período democrático no Brasil. A proposta de “revisitar o passado” tinha como intenção entender por que os curtos períodos democráticos pós 1930 teriam como desfecho o golpe de 1964. Para Weffort as premissas básicas seriam as seguintes: a derrota do nacional-populismo teria se dado em 1950, concluindo-se com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954; os acontecimentos de 1950 teriam conduzido a crise da hegemonia vinda desde a República Velha a uma solução apenas parcial, pois, ainda que o domínio do plano econômico tivesse passado ao grande capital, a hegemonia política e ideológica ainda permanecia nas mãos das velhas oligarquias; por fim, no plano político e ideológico, as forças que emergiam vinham das burguesias, das pequenas burguesias e da burocracia nacionalista, que formavam um bloco ao qual o movimento operário apareceria como força subordinada.

O trabalho é assinalado também pela crítica constante de Weffort ao marxismo da terceira internacional presente numa fração da esquerda brasileira que insistia em dividir

as disputas econômicas/políticas brasileiras entre nacionalistas e entreguistas. Segundo Weffort:

Deste modo, pretender ver (...) a ação das contradições econômicas interpretando-as à maneira de uma oposição nacionalistas *versus* entreguistas envolve um anacronismo histórico elementar, que é o de ver a crise da ditadura Vargas nos termos da crise de seu segundo governo em 54. (WEFFORT, 1979, P. 11)

Por fim o artigo tem marcado em suas entrelinhas o início da transição intelectual de Weffort. A partir desta e de algumas outras obras da década de 1980 Weffort passaria a figurar entre os intelectuais que se dedicariam especificamente ao tema da democracia e da redemocratização pós-1964. O que diferenciaria Weffort de parte dos intelectuais da época seria a importância atribuída à autonomia dos trabalhadores, ponto que passou a estar presente em seus trabalhos a partir da década de 1970. Além disto, a persistência do intelectual no ajuste de contas com a era Vargas, fosse ela referente ao período democrático ou não.

O livro *Direito cidadania e participação* (1981) – organizado por Weffort, Maria Vitória Benevides e Bolivar Lamounier – foi resultado da compilação dos trabalhos apresentados no 1º Seminário de Direito, Cidadania e Participação, organizado pelo CEDEC e pelo CEBRAP entre 26 e 28 de junho de 1979 na PUC – SP. O seminário teve uma dimensão importante e foi patrocinado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) – da qual Weffort era presidente na época ao lado de Hélio Trindade, Heraldo Pessoa de Souto-Maior e José Murilo de Carvalho – contando, além disto, com o apoio da Fundação Ford. O seminário foi dividido nos seguintes subtemas: Direito e cultura, Direito e economia, direitos sociais e participação e direitos políticos e cidadania e teve como principal intenção

O encontro se constituiu em um esforço coletivo por parte de intelectuais de diferentes linhas teóricas e interpretativas, na intenção de se avançar nas discussões relativas à democracia, direitos sociais, participação e cidadania. Entre outros intelectuais, participaram deste esforço conjunto Paulo Sérgio Pinheiro, Hélio Bicudo, Paul Singer, Pedro Malan, Wanderley Guilherme dos Santos, Fábio Konder Comparato, Celso Lafer, Luís Jorge Werneck Vianna, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Victor Nunes Leal

e Evaristo de Moraes Filho. Importante notar que alguns dos participantes viriam ainda naquele ano participar da fundação do Partido dos Trabalhadores.

No conjunto de textos resultantes do encontro é explícita a preocupação da intelectualidade com uma democracia que se distanciasse do caráter político unicamente instrumental, “forjado” no passado histórico nacional pelas elites oligárquicas. Este conjunto de artigos e discussões abordou temas como a necessidade de um movimento real de democratização nas diferentes esferas da sociedade, os processos de desenvolvimento econômico através da mediação do estado, os direitos político-sociais, cidadania, desigualdade socioeconômica, justiça social e política nos processos decisórios do Estado. A experiência do seminário demonstrou a preocupação com a questão da cidadania e da integração dos indivíduos à esfera política. Além disto, esteve presente a crítica ao autoritarismo presente na cultura política do país, ao regime militar e a demonstração da necessidade de um novo rumo que possibilitasse o processo de redemocratização.

Assim como no conjunto de artigos publicados em *Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945 – 1964* a preocupação principal de Weffort se deslocava das críticas ao nacional-populismo, indo em direção à questão democrática e à participação dos trabalhadores nesta esfera. Segundo Weffort:

“Após um longo período no qual a preocupação com os direitos humanos e as liberdades democráticas era, indiscutivelmente, prioritária, as exigências do momento presente, reforçando aquela preocupação, recolocam de forma inarredável, a busca de novos caminhos para a democracia. Esses caminhos passam pela efetiva extensão da cidadania e da participação a todos os setores da sociedade, problema antigo e sempre mal resolvido na história brasileira. (WEFFORT, 1981, P. IX)

O texto *Incertezas da transição na América Latina* (1988) serviu de base para algumas discussões realizadas no IV encontro do Fórum do Cone-sul, organizado pelo ILDES em novembro de 1987 em Santa Catarina e foi discutido posteriormente em um seminário organizado pelo CEDEC em maio de 1988. Weffort chamava a atenção neste trabalho para os fantasmas que rondavam as transições democráticas latino-americanas. Avaliava as possibilidades de retrocesso deste avanço político no país e atentava para o fato de que o desencanto com relação à democracia por parte da sociedade estava relacionado não apenas ao problema da participação social, mas também à concretização e consolidação de um regime genuinamente democrático, principalmente no Brasil e na

Argentina. Também nas palavras de Weffort “A questão da participação da democracia da América Latina põe (punha) em questão a possibilidade da própria democracia.” (WEFFORT, 1988, P. 2) Neste trabalho a ênfase repousava ainda com um pouco mais de força sobre as possibilidades de convivência entre socialismo e democracia. Talvez a queda do muro em 1989 e algumas de suas decepções com o eixo central de articulação petista à época expliquem, em alguma medida, a alteração em sua visão do contexto num espaço de apenas três anos à frente.

Em *América errada* (1990) Weffort tentou compreender as relações entre o avanço democrático e as crises sociais e econômicas vividas entre 1980 e 1990, questionando se: apenas a existência da democracia seria suficiente para o país se inserir na “modernidade”. Embora a América Latina tivesse “sido salva” pelos processos de democratização, nos aspectos econômico-sociais tudo teria saído “pelo avesso” do que os latino-americanos considerariam normal, pois os vínculos mais fortes dos países da região com o mundo moderno continuavam sendo estabelecido através da dívida externa. As obrigações da dívida estariam trazendo um retrocesso ao processo penoso de substituição de importações tentado pelo Estado entre 1950 e 1960, transformando novamente o Brasil e alguns países latino-americanos em nações essencialmente agroexportadoras. Weffort tem a impressão de que a América Latina teria perdido seu “lugar no mundo” durante o período da revolução tecnológica – que permitiu aos países mais desenvolvidos tecnologicamente avançar no desenvolvimento de produtos antes importados pelos países subdesenvolvidos/periféricos.

Além disto, alertava para o perigo que a dificuldade de inserção dos países latino-americanos na modernidade traria para o fortalecimento da democracia no continente e para a possibilidade de um retrocesso rumo ao autoritarismo. Apresentava, por isto, a América Latina como “errada” neste trabalho: compartimentada em Estados Nacionais obsoletos, excludentes entre si, duais e marginalizados em relação ao contexto internacional e em si mesmos. O autor se questionava no trabalho se a democracia latino-americana estaria condenada a ter como companhia a decadência ao invés da modernidade, numa possibilidade mesmo de caos e desintegração regional. Em sua compreensão, o fortalecimento da democracia estaria condicionado à capacidade desta em enfrentar os desafios impostos pela economia e pela sociedade, do contrário, esta concretização estaria ameaçada. Atentava também para o fato de que a situação de

anomia⁶⁸ vivida pela América Latina – crise de governabilidade, superinflação em alguns casos, desigualdade crescente, aumento da violência – não contribuía de nenhuma forma para avanços políticos, abrindo na verdade espaço para desastres – leia-se neste caso violência e extremismo no campo político e social.

No artigo *Democracia política e desenvolvimento* (1991) Weffort apresentou um diagnóstico do momento vivido à época pelo Brasil, relacionando regime democrático e economia. As preocupações do autor se referiam aos problemas que uma crise econômica traria ao processo de fortalecimento do regime democrático e suas instituições num país que havia recentemente saído de uma ditadura militar. Weffort apontava diferentes causas para esta crise político-econômica, entre elas a dificuldade que o Brasil enfrentava em se posicionar no contexto de transnacionalização, ao tentar se recolocar em um novo patamar frente às grandes potências econômicas internacionais, além do esgotamento do modelo de crescimento econômico apoiado na intervenção do estado e da incapacidade do estado em exercer suas funções clássicas na economia como controle da inflação, câmbio, entre outros. No plano da política, a descrença da sociedade, assentada nas dificuldades de governabilidade e a ineficiência explicitada pelos partidos políticos no cumprimento de suas funções essenciais.

Trata-se de um trabalho de caráter conjuntural que analisou as relações da crise econômica com o novo regime democrático – questionando se a crise seria “causa ou consequência” do regime democrático – e propondo saídas através da inserção das massas nos processos decisórios do Estado e da integração do eixo regional latino americano no plano econômico mundial, reconfigurando sua posição de poder frente às potências econômicas consolidadas.

Dentre o segundo conjunto de obras, Weffort apresentou em *Por que democracia?* (1984) o conceito de democracia como valor geral.⁶⁹ A ideia utilizada por Weffort se diferenciaria da democracia como simples instrumento de representação, utilizada

⁶⁸ A expressão é utilizada por Weffort na obra.

⁶⁹ O texto de Carlos Nelson Coutinho, que de certa forma, abriu o debate sobre a teoria do “socialismo democrático” no Brasil através da perspectiva eurocomunista em 1979 foi um divisor de águas na renovação das teses do Partido Comunista Brasileiro e lançou fortes influências às formulações de Weffort, do grupo de pesquisadores que o acompanhava e, de certo modo, ao pouco que havia de formulação teórica no PT – partido que viria a se filiar em 1989, mas com o qual já dialogava desde sua fundação em 1979. Este texto talvez seja a representação máxima do dilema que vivia a intelectualidade da época ao pensar o paradoxo entre socialismo e democracia. Uma expressão clara do paradoxo experimentado no momento por intelectuais divididos entre ideias e política, procurando respostas aos impasses históricos e políticos já mencionados anteriormente e sendo fortemente influenciados pelos mesmos.

segundo o autor, desde a República Velha pelas elites oligárquicas nos processos de transição conservadora. O que Weffort tentou explicitar neste caso foi o sentido que deveria assumir a democracia no Brasil. Em suas palavras: “Um valor que é de todos, espaço irrenunciável de realização da dignidade humana.” (WEFFORT, 1984, P. 61, 62) Uma democracia que valesse em si mesma e que ultrapassasse o caráter meramente instrumental.

A democracia, segundo o autor, deveria estar fundada sobre a noção de concessão de direitos e cidadania aos indivíduos de forma absoluta. Deste modo, a desigualdade e a polarização econômico-social, responsáveis pelo afastamento das massas da cultura, seriam impeditivos para sua realização. A democracia como valor universal ou valor geral seria impossibilitada pelo abismo existente entre as elites e as camadas sociais mais necessitadas. A sociedade seria, portanto, neste sentido, obrigada a ultrapassar estes obstáculos para a plena realização de um socialismo fundado em bases democráticas.

O trabalho, além de um esforço teórico, constituiu-se quase que como um “documento oficial” assinado por Weffort – que havia assumido a secretaria geral do PT exatamente um ano antes da publicação da obra – pela defesa da democracia no Brasil. Em suas próprias palavras “Este livro é um argumento pela democracia no Brasil. (...) E a minha esperança é que cumpra uma função política, estimulando o debate sobre a democracia no Brasil.” (WEFFORT, 1984, P. 9) Além da defesa e do esforço teórico sobre democracia, o livro tratou de temas como a tradição autoritária da política brasileira, a fragilidade democrática brasileira entre 1945 e 1964, os dilemas da abertura democrática pós 1964, tradições ideológicas e de Estado na dianteira das transições conservadoras no Brasil e do o papel dos trabalhadores nas transformações políticas e sociais.

Na obra *Qual democracia?* (1992), Weffort reuniu uma série de textos publicados anteriormente, e num artigo inédito, intitulado *Democracia e socialismo* apresentou um balanço sobre o paradigma socialismo x democracia pós 1989 no Brasil e no mundo. Levantou novamente os sentidos da democracia como valor em si, como método de constituição social e como importante instrumento de representação. Importante pensar que a partir deste momento Weffort passava a olhar para a democracia a partir de uma lógica substancialmente positiva, vendo-a como instrumento de transformação (e de representatividade real), afastando-se de sua percepção inicial que recaía sobre a ideia de que a democracia no Brasil constituía-se enquanto ferramenta de manipulação e farsa.

Refletiu também – importante pensar que o ano é o de 1992 – sobre as possibilidades de coexistência entre liberdade política e livre mercado, em outras palavras, democracia e capitalismo.

Neste texto, pode-se compreender uma alteração importante nos marcos interpretativos de Weffort. Diferentemente de 1984, Weffort passava a reconhecer a impossibilidade/dificuldade de existência do socialismo e a ideia de democracia passaria a sobrepor a ideia do socialismo, abrindo-se uma luz para o reconhecimento da necessidade da liberdade de mercado para a consolidação do regime democrático e para os avanços do desenvolvimento econômico no Estado Nacional. Parece mesmo que a partir daquele momento – com suas decepções dentro do PT, seu afastamento do núcleo central do partido, sua ida aos EUA em 1989 e a queda do muro de Berlim – o autor tenha alterado sua maneira de “olhar para o horizonte socialista” tanto da perspectiva política quanto acadêmica. Não é fortuita sua ida ao PSDB em 1994/1995 e sua “reconciliação” com a tradição cultural/política/histórica brasileira a partir deste período. O socialismo para Weffort a partir daquele momento estaria relacionado mais à justiça e equidade social do que a um regime político-econômico, como na maioria dos seus textos pré-1989.

A defesa de Weffort neste momento era a de uma democracia radicalizada – que não suprimiria o paradoxo governantes e governados – mas que seria capaz de dirigir-se rumo a um horizonte de autogestão. Esta seria a ideia do “socialismo democrático”. Nas palavras de Weffort “(...) um enorme esforço no sentido da democracia política e das instituições da sociedade civil, em particular o aperfeiçoamento e o crescimento das instituições políticas e sociais ligadas ao mundo do trabalho.” (WEFFORT, 1992, P. 151)

Pode-se dizer que Weffort foi responsável de certo modo pelo fortalecimento de um “imaginário político” petista, na constituição de uma espécie de substrato teórico democrático neste aspecto. Num contexto de desintegração do regime soviético e abertura democrática o socialismo foi dando espaço no campo da teoria à questão democrática no Brasil e no mundo. Desta forma, a democracia não seria mais vista por Weffort e pela maior parte dos intelectuais de seu grupo apenas como instrumento de transição para um regime socialista, passando a se constituir a partir daquele momento enquanto fim em si mesma e como condição *sine qua non* para o aprimoramento da política e suas instituições.

É possível afirmar que o texto *Por que democracia?*, escrito por Weffort em 1984 tenha sido um marco, uma tentativa clara de resolver o paradoxo entre democracia e socialismo. Também é concebível presumir que o trabalho – que conforme já enunciamos anteriormente foi escrito logo depois de assumir a secretaria geral do PT – representou um retrato fiel do que era o Partido dos Trabalhadores à época: uma agremiação política, de orientação ideológica socialista, que tentava se encaixar no contexto de redemocratização e rearranjos de força no espectro de polarização ideológica da Guerra Fria.

Já o texto *Democracia e socialismo*, publicado em *Qual democracia?* de 1992 pode ser interpretado como uma justificativa, uma explicação *ex-post* sobre os desafios que haviam de ser encarados frente ao novo cenário nacional e internacional: abertura democrática, eleições diretas para presidente em 1989, alterações nas orientações políticas petistas, queda do muro de Berlin com a “derrota” do regime soviético, fortalecimento do neoliberalismo, entre outros fatores. A alteração substancial no campo “ideológico” consistiu numa transformação nos marcos de compreensão da esquerda, que deixava o horizonte socialista rumo à “democracia”.

Capítulo IV

I. Reconciliação com a História política brasileira e seus atores intelectuais

Consideramos o término desta fase especificamente “teórico-política”, na qual Weffort teorizou sobre socialismo e democracia como “homem da política”, a partir do Partido dos Trabalhadores – inclusive sua perda de protagonismo no centro decisório do PT desde 1989⁷⁰ – quando em 1994 o autor veio a público através de um artigo no jornal A Folha de São Paulo no qual denominou as eleições de 1994 como o início de uma segunda revolução democrática brasileira, concebendo 1930 como a primeira. Este fato denotou uma brusca transformação no modo pelo qual Weffort via à época os diferentes marcos que compunham o processo político brasileiro. “Desde 1930, quando tivemos uma revolução contra as atas falsas da República Velha, temos caminhado para a transparência dos procedimentos eleitorais.” (WEFFORT, 1994, A2) A crítica aqui apresentada por Weffort refere-se às farsas eleitoreiras da “República Velha”, sua cultura mandonista e coronelista e não ao “populismo varguista” pós-1930 tão criticado pelo intelectual em seus primeiros estudos sobre a política brasileira.

Ao anunciar as eleições de 1994 como uma segunda revolução democrática, tendo 1930 como primeira, estaria iniciando uma revisão de suas primeiras interpretações que viam as transformações e “revoluções” políticas brasileiras como meros arranjos, cuja finalidade única seria manter o poder nas mãos das elites tradicionais do contexto político nacional. Do mesmo, operava um giro em sua própria interpretação sobre a Revolução de 1930, passando a qualifica-la num registro essencialmente positivo. “Se for este o

⁷⁰ Cremos ser possível afirmar peremptoriamente que o afastamento de Weffort do núcleo petista tenha se dado por dois motivos principais: 1 - a ausência de apoio do PT a sua candidatura para Deputado Constituinte e sua derrota para Florestan Fernandes nestas eleições e 2 – pelo fortalecimento do caráter pragmático do partido na *realpolitik*, bem traduzido pela ascensão de José Dirceu ao eixo central do partido. De toda forma, ainda que com menor protagonismo, Weffort esteve no centro da campanha presidencial de Lula em 1994. Em uma das entrevistas que realizamos, Weffort afirmou que deixou o PT pois, definitivamente “não havia nascido para a política” (2015, INFORMAÇÃO ORAL). Pouco nos foi relatado sobre sua experiência no partido e não há material ou documentação que permitam a reconstituição da participação de Weffort no PT. Entre suas afirmações principais sobre a política concreta está o fato de que teria aceitado o convite de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Cultura por estar cansado das “questiúnculas” com as quais tinha que lidar no PT e pelo fato de Fernando Henrique ter sido seu professor e continuado a ser um amigo muito próximo, com quem nunca deixou de estabelecer diálogos e interlocuções. Sobre suas três últimas obras (2000; 2006; 2012), uma delas escrita quando era ainda ministro da cultura, nos informou: “Nas viagens pelo Brasil, conheci lugares que nunca imaginei que pudessem existir. Isto me inspirou a escrever obras de interpretação da formação brasileira” (WEFFORT, 2015, INFORMAÇÃO ORAL)

caminho, e eu sinceramente espero que assim seja, estas eleições de 1994 ficarão na nossa história, depois de 1930, como o início da nossa segunda revolução democrática” (WEFFORT, 1994, A2)

Deste modo, estaria refutando sua tese de que todas as mudanças ocorridas no cenário político brasileiro desde a época do fim do império não passavam de transformações advindas “de cima”, levadas a cabo pelo Estado, ou pelo poder oligárquico representado pela aristocracia tradicional, tendo as classes populares como figuras meramente representativas, mas sem nenhum poder decisório ou mesmo insurrecional, como atestava em suas críticas ao populismo e aos arranjos oligárquicos da República pós-1930.

A terceira fase interpretativa de Weffort (1994-2012) teria se constituído na formulação de três obras (2000; 2006; 2012) sobre os fundamentos da política brasileira e a formação de seu pensamento correspondente, com o resgate de elementos culturais e históricos que, em sua visão, contribuiriam com um novo tipo de leitura sobre a realidade política do país, rompendo sobremaneira com o modo pelo qual havia interpretado a realidade em seus trabalhos anteriores.

Nestes últimos trabalhos a formação do pensamento político brasileiro foi registrada em uma chave essencialmente positiva. Nas duas primeiras obras desta fase (2000; 2006) Weffort reconhece, inclusive, a era Vargas e o período nacional-desenvolvimentista como fundamentais para o desenvolvimento nacional e sua inserção na modernidade. Este reconhecimento representou uma alteração interpretativa substancial no caso do intelectual; isto porque a era Vargas e a gramática do nacionalismo-popular sempre deram a tônica às suas críticas mais profundas sobre o sistema de arranjos políticos brasileiros. A (re) conciliação – como bem pontuou Ricupero (2007) – com a tradição republicana acabou por afastá-lo em larga medida da tradição na qual se formou.

Nestas últimas obras foi estabelecida uma linha de reavaliação, levando em consideração determinados momentos históricos e tendo em conta alguns elementos estruturais que deram nascimento aos projetos do ciclo de Vargas. Além disto, alguns paralelos foram traçados, aproximando o modelo de modernização e democratização da administração pública da era Vargas a de Fernando Henrique Cardoso.

Meu ponto de vista sobre a época atual parte de uma imagem definida sobre as nossas mudanças desde 1930. Há que prestar tributo às continuidades da História sob pena de não virmos a entender como esta muda ou pode vir a mudar. Ao contrário do que afirmam alguns,

estou convencido de que o grande impulso dado à História brasileira pelo movimento de 30 foi uma revolução. (WEFFORT, 2000, P. 33) (...) Dizer que a época atual nasceu do período Vargas não significa dizer que sejam iguais. As diferenças são notáveis, mas quero acrescentar o traço de continuidade que as une. (WEFFORT, 2000, P. 45)

Weffort propôs nestes trabalhos o reconhecimento de uma continuidade histórica referente à era Vargas e ao período de Fernando Henrique Cardoso e Lula insinuando que, ao invés de rupturas, existiriam na verdade traços de continuidade que uniriam os períodos da política nacional, amenizando inclusive as características autárquicas da era Vargas, ao compará-las aos demais contextos mundiais. Afirma em sua reavaliação que “Embora o processo de 30 tenha tido algumas características autárquicas jamais foi isolado do resto do mundo” (WEFFORT, 2000, P. 46)

Esta fase que estamos denominando como terceira frase interpretativa faz coro com a leitura de alguns intelectuais sobre a formação histórica, política e social brasileira e seu imaginário correlato. Exemplo desta consonância é Rubem Barboza Filho. Em seu artigo intitulado *A modernização brasileira e nosso pensamento político* (2010) o autor anuncia uma hipótese de pesquisa preliminar que tem como objeto de estudo a compreensão da hostilidade do pensamento intelectual brasileiro em relação à tradição e ao passado.

Barboza Filho procurou demonstrar neste trabalho que a incompreensão das potencialidades democráticas daquilo que ele denomina como “linguagem dos afetos” teria petrificado entre nós uma pesada herança intelectual quase sempre incompreensível. Em outras palavras, a linguagem da razão e dos interesses com vistas à construção de uma sociedade futura, concebida quase sempre como moderna, teria constantemente sacrificado diferentes gerações guiadas pela importante linguagem e imaginários do passado. A frase abaixo ilustra o alerta de Barboza Filho sobre a acentuada importância dada pelo Brasil ao projeto de modernização nos moldes europeus em detrimento à relevância que deveria ser dada à compreensão de nosso próprio passado histórico: “Talvez a primeira questão a ser tratada seja a da impermeabilidade do projeto de modernização do Brasil à tradição, ao passado de três séculos, e aos personagens e valores criados neste período.” (BARBOZA FILHO, 2010, P. 29)

Do mesmo modo, ao tratar das grandes linhagens do pensamento político nacional (BRANDÃO, 2007) – com vistas a elucidar o paradoxo passado-arcaico\presente-moderno e ruptura\continuidade – Barboza Filho reforça seu argumento de que todas estas

linhagens “(...) traduzem premissas epistemológicas e programas políticos derivados das linguagens da razão e do interesse, reforçando assim a ideia de ruptura com o passado, entendido como um depósito de taras e misérias a serem esquecidas e apagadas.” (BARBOZA FILHO, 2010, P. 38) Em outras palavras, o ideário de futuro brasileiro só poderia ser construído após a destruição do imaginário do passado.

Na última fase interpretativa, Francisco Weffort manifestou disposição para uma espécie de entendimento e reconciliação com o passado histórico brasileiro, seus personagens e seu pensamento correspondente. Através desta conciliação, a ruptura proclamada em suas primeiras obras de interpretação sobre o Brasil foi substituída pelo reconhecimento da importância representada pelo passado histórico luso-brasileiro. O autor, deste modo, passou a conferir plena importância a elementos como a colonização brasileira, o “povo” constituído a partir deste movimento histórico (relações entre “ibéricos”, “índios” e “negros”, o papel da catequização jesuíta no Brasil e o sincretismo religioso dele proveniente, as relações luso-brasileiras concernentes ao exclusivo pacto colonial, a herança ibérica presente nos atores formadores do Estado Nacional), a vinda da corte portuguesa para o Brasil, o processo de Independência e a proclamação da primeira República em 1889, além, é claro, da influência do conservadorismo e do liberalismo democrático-republicano europeu no ideário político nacional, que contribuiu em larga medida com a formação do Brasil como Estado, Povo e seu imaginário correspondente.

Através desta “virada” interpretativa a noção de continuidade substituiu a de ruptura, que tinha como pressuposto a necessidade de desmontar o passado para construir o presente e o futuro. Segundo Weffort, a singularidade fundamental do pensamento luso-brasileiro repousaria na ideia de que

(...) seu tema primordial não vem de modos antigos de poder, como na Europa, mas do contato dos europeus com culturas e povos que desconheciam. A primeira questão colocada ao pensamento luso-brasileiro por Nóbrega e Vieira foi a do reconhecimento dos povos novos. Nem mesmo Pombal, que consolidaria a dimensão do Estado na tradição luso-brasileira, deixou de prestar este reconhecimento aos aspectos sociais: seu conflito com os jesuítas foi, em grande parte, um conflito sobre os índios. E como não podia deixar de ser, preservava os compromissos da Coroa com a construção de uma “sociedade cristã”, parte de um tradicional discurso religioso que, desde as origens, conviveu com o pragmatismo e a violência que tornaram possíveis a conquista e a colonização (WEFFORT, 2006, P. 326)

A frase abaixo ilustra bem a busca pela compreensão do paradoxo perseguido pelo intelectual durante sua trajetória e a inquietação que o caracteriza enquanto intérprete brasileiro e ator político. A história brasileira se deu (ou deveria ter se dado) através de rupturas ou continuidades com a tradição?

Criou-se aqui (...) uma sociedade marcada, desde o início, pelo paradoxo. Apoia-se na continuidade dos valores, embora a conquista do território tenha custado algumas rupturas com a tradição. A conquista criou de fato uma nova sociedade, mas preservou a continuidade com algumas tradições da velha sociedade ibérica e medieval. Essa continuidade é um dos traços constitutivos, “uma das marcas e cicatrizes” do nosso caráter. Dessa capacidade de conviver em meio a tendências contraditórias de comportamento, ficou-nos um estilo cultural, o de buscar o futuro sem perder os vínculos com o passado. (WEFFORT, 2012, P. 113)

Por traz desta compreensão, questões importantes se colocam: Teria sido a inserção do intelectual na *realpolitik* a responsável por transformar sua visão sobre a realidade? Teria sido este contato a chave que o faria abandonar um projeto que proclamava a necessidade de ruptura com a herança política brasileira – mais especificamente a da tradição nacional-desenvolvimentista\populista – para o avanço do país nas demais esferas? Teria sido o confronto com os diferentes desafios concretos da vida política o responsável pelo reconhecimento positivo de nossa herança histórica e política, em especial da era Vargas em diante?

II. A cultura e as revoluções da modernização

A partir destas perguntas é que buscamos tecer uma análise sobre o pensamento presente nos três últimos trabalhos escritos por Weffort (2000; 2006; 2012). O primeiro deles, denominado *A revolução da modernização* é constituído por diferentes textos, escritos entre 1999 e 2000 para a série Cadernos do nosso tempo, editado pelo Fundo Nacional de cultura do Ministério da Cultura. O trabalho seria publicado apenas dois anos antes de Weffort deixar o Ministério. Este ensaio partiu, segundo Márcio Souza (2000) – presidente da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) entre 1995 e 2003, no governo de Fernando Henrique Cardoso – de reuniões que Weffort realizava no Planalto enquanto exerceu o cargo de Ministro da Cultura. Souza afirma que nestas reuniões não eram permitidas “reclamações burocráticas”, “reivindicação de verbas”, ou discussões sobre os problemas cotidianos do ministério. Estas reuniões eram, de acordo com as orientações

de Weffort, exclusivamente para discutir a cultura brasileira e não para “resolver problemas”. Deste modo, abria-se, segundo integrantes da pasta, um importante espaço para debates públicos sobre o tema. Souza (2000) define as reuniões como um espaço que ajudou a gerar algumas das mais interessantes trocas de ideias e experiências no âmbito público federal da esfera da cultura.

Através de uma nova perspectiva de análise política, Weffort buscou compreender diferentes questões neste conjunto de textos. Entre eles estão a reavaliação de diferentes momentos históricos do Brasil (com ênfase especial à década de 1930), a compreensão de aspectos morfológicos de determinados movimentos populares (desta vez afastado da militância política que exercia no PT), a importância de movimentos sociais como o dos *sem-terra*, o processo de modernização brasileiro (considerando o período de 1930 à 1990), a construção da identidade nacional brasileira, seus atores e suas visões, entre outros aspectos.

O autor procurou demonstrar no primeiro texto, denominado *A cultura e as revoluções da modernização* – que teve por base uma comunicação apresentada por ele no programa de seminários da Secretaria Geral da Presidência do Chile e do PNUD em 1999 – que o Brasil estaria enfrentando novos desafios referentes ao seu processo de modernização. O país estaria inserido numa dinâmica de revolução modernizadora marcada por um paradoxo entre o desenvolvimento econômico e o atraso social. É curioso notar que como Ministro da Cultura e passados aproximadamente 50 anos de suas formulações iniciais sobre o populismo, a lógica dualista seria novamente mobilizada por Weffort como chave interpretativa para caracterizar o processo de transformação brasileiro.

Buscou-se neste trabalho traçar uma imagem de Brasil, forjada inicialmente pela intuição dos intelectuais das décadas de 1930, assinalando que o Brasil passava na virada do século XX por uma nova dinâmica de modernização e chamando a atenção para a importância do país no processo mundial de globalização. Weffort caracterizou este momento como uma época de “aceleração da História”, assim como teriam sido as décadas de 1930 e 1950. Apesar disto, alertou para a permanência do descompasso entre a “modernização econômica” e o “atraso social” sempre presente no Brasil. Sua crítica apontou para o fato de que, embora houvesse um projeto nacional para pensar esta questão, os intelectuais estariam perdidos em relação a este projeto Sua crítica estaria

direcionada tanto à intelectualidade acadêmica, quanto à intelectualidade presente nas esferas governamentais.

Esta discrepância foi definida como um déficit intelectual, que seria incapaz de compreender o contexto de transformações e, além disto, de oferecer saídas para os desafios colocados por este contexto. Haveria segundo Weffort uma espécie de deficiência em relação ao que estaria sendo feito pelo Estado e pelo governo diante de desafios como as injustiças sociais, a desigualdade econômica e demais problemas enfrentados pelo país. “Minha opinião é de que estamos, nós, quero dizer, o governo, congresso, partidos e sociedade, construindo um projeto nacional. Mas temos tido enorme dificuldade intelectual para reconhecê-lo.” (WEFFORT, 2000, P. 26)

Esta espécie de “chamamento” para o embate público é uma característica peculiar do intelectual e pode ser notada desde seus primeiros escritos, quando convocava políticos, intelectuais e sociedade civil para atuar nas transformações políticas do país a partir da década de 1960. Segundo Weffort o déficit intelectual e o déficit social seriam certamente o descompasso principal que estariam marcando a virada do século no Brasil. Por um lado, havendo um processo de modernização e aceleração econômica, mas por outro, a permanência das desigualdades socioeconômicas e a ausência de consciência sobre um projeto nacional. Teríamos, portanto, uma cultura de grandes esperanças, mas que, contudo, acabava criando um clima permanente de frustrações e ressentimentos. Isto porque sempre teria havido entre nós um descompasso entre “realidade” e “sonho”.

Este descompasso foi classificado como uma característica típica do Brasil, que sempre viveu entre a imagem que tem de si e a realidade que realmente vive. Segundo o autor, embora nossa realidade tenha se alterado ao longo do tempo, a população teve sempre a impressão de que os “sonhos” nunca foram cumpridos, criando-se assim um descompasso entre o que a sociedade realmente é e o que, por outro lado, ela pensa de si.

Diante deste cenário, Weffort traçou um breve panorama sobre as contradições da modernidade no Brasil, utilizando para isto o exemplo dos *Sem-terra* e a modernização da sociedade industrial. Seu principal ponto repousou sobre uma questão fundamental: como conciliar a imagem de uma sociedade industrial em rápida modernização com a expressividade de um movimento como o dos *Sem-terra* no Brasil?

A questão referia-se também às mudanças relativas à mão-de-obra e às transformações ocorridas no mercado de trabalho, tanto na indústria, quanto na agricultura. A partir disto, o autor mobilizou a ideia de “amplos conjuntos humanos considerados ‘desnecessários’ do ponto de vista econômico” (WEFFORT, 2000, P. 30) para explicar estas e outras contradições da modernização brasileira. Weffort chamou a atenção para a ideia de “deserdado”, utilizando-a para descrever parte da população brasileira. O “deserdado” seria o equivalente a uma subclasse – conhecida nos EUA como *underclass*. Esta subclasse não estaria ligada à produção e se aproximaria do limite mais baixo da escala social – sendo considerada deste modo, descartável do ponto de vista da produção. Os *Sem-terra* seriam uma exemplificação razoável desta subclasse. Além disto, um bom exemplo da continuidade da distribuição desigual regional da composição social brasileira.

O texto *Cultura e as revoluções da modernização* (2000) caracteriza-se por uma transformação radical na chave interpretativa através da qual Weffort passaria a olhar para o passado – especificamente para as décadas entre 1930 e 1960. Visto anteriormente através de uma perspectiva negativa o “período populista” passou a ser visto pelo intelectual como um momento importante para o desenvolvimento socioeconômico e político para o Brasil. Esta alteração já havia sido explicitada no artigo da Folha de São Paulo que mencionamos anteriormente, porém foi partir deste ensaio que Weffort iniciou com maior profundidade a revisão do passado através de uma nova ótica, que caracterizaria a Revolução de 1930 como uma revolução democrática. Sobre isso, afirma:

Estou convencido, porém, no caso do Brasil, de que 1930 foi o início de uma revolução, entendida esta como um processo que transcorreu em um tempo e em um ritmo próprios a este país gigantesco e extremamente heterogêneo. No século XIX, durante o reinado de Pedro II, tomamos meio século para abolir a escravidão, um longo processo de reformas sobre o qual se haveria de construir República. Por que nos surpreendermos se, no século XX, deveríamos tomar mais de meio século para passar de uma economia agrária para uma economia industrial? É a mesma pergunta sobre o tempo que se coloca hoje. (WEFFORT, 2000, P. 34).

É curioso notar nesta citação a ideia de fenômeno de “longa duração” como chave de análise de uma “revolução” no Brasil. Neste mesmo texto Weffort faz questão de frisar que a Revolução de 1930 não poderia nunca ser comparada às revoluções de caráter jacobino, ocorridas na França, na Rússia, em Cuba, entre outros países, estando mais próximas a transformações pela via prussiana, modernização conservadora, revolução

passiva, revolução como contra-revolução permanente, processo neo-patrimonial, etc. “É o que ocorre em revoluções como a nossa. A História pode mudar, conservando materiais e bases do passado no mesmo processo em que os supera.” (WEFFORT, 2000, P. 34).

O ponto chave neste texto estaria assentado no paradoxo continuidade/ruptura com a era Vargas, seu legado, sua presença no governo Fernando Henrique e, conseqüentemente, sua superação para explicar a importância do passado nas transformações necessárias ao presente (virada do século XX). A ideia chave para Weffort seria a influência do passado “populista” na “segunda revolução democrática” vivida pelo Brasil nas eleições de 1994. O intelectual foi ator protagonista na campanha de Lula para presidente em 1993, mas já vinha considerando deixar o partido desde 1989. Este texto – considerado por nós como um texto de revisão do pensamento inicial de Weffort – é essencial para que se compreenda seu movimento intelectual.

Weffort é um intelectual que foi caudatário das ideias fomentadas na Sociologia uspiana durante as décadas de 1960 e 1970. É necessário lembrar também que, além de discípulo de Lourival Gomes Machado, Paula Beiguelman, Florestan Fernandes e do próprio Fernando Henrique, sofreu a influência das ideias discutidas no Seminário do Capital – que o levaram de certa maneira a uma avaliação crítica exacerbada da era Vargas e seus atores. Nesta revisão Weffort reconheceu a importância da “continuidade histórica” e da compreensão de alguns acontecimentos a partir da perspectiva compreensiva dos “fenômenos de longa duração”. Perspectiva esta que une a análise conjuntural ao âmbito estrutural, na tentativa de não perder de vista pontos importantes referentes a estas duas esferas de compreensão.

Além desta auto-revisão, Weffort lançou neste texto – quando trata especificamente das “revoluções” e de um suposto “projeto nacional” – uma crítica dura aos intelectuais que, ao invés de buscarem se engajar nas mudanças em curso e nas possíveis transformações possíveis do Estado, limitam-se a críticas infundadas, sem proposições transformadoras. Escrevendo de dentro do governo como Ministro – ao anunciar a ideia de um projeto nacional – defendeu, implicitamente no texto, a diminuição do estado em favor da eficiência da esfera privada no governo Fernando Henrique. Além disto, defendendo o fortalecimento da democracia nacional e o cuidado com as questões sociais, Weffort tentou viabilizar neste texto a ideia de uma “utopia viável”. Segundo

Weffort: “Utopia porque temos um horizonte de maior liberdade e igualdade a conquistar. Viável porque já estamos no caminho de sua realização.” (WEFFORT, 2000, P. 51).

A “revolução de 1990/2000” proposta no texto por Weffort teria como bandeira o Estado como piloto de um processo de desenvolvimento. Um Estado que deixaria de lado suas funções como produtor e intervencionista para poder assumir o papel de regulamentador da esfera privada. Isto se daria através de um Estado mais democrático e de uma maior participação da sociedade civil e do congresso. Ainda neste sentido, a “revolução” proposta, teria como mote a inserção do país no processo de globalização em curso no final dos anos 1990, através de uma integração soberana ao sistema internacional – a começar pelo Mercosul – e do nosso próprio auto-reconhecimento enquanto Estado-Nação soberano. Este projeto só alcançaria êxito, segundo o intelectual, quando as mudanças chegassem aos mais pobres.

Passados cinquenta anos de suas críticas iniciais ao populismo e ao nacional-desenvolvimentismo – e apesar de sua “auto-revisão” – Weffort estaria mantendo seu posicionamento contra a tutela do Estado sobre a economia e a sociedade civil. Ao almejar um estado que intervisse menos e regulasse mais, manteve uma linha de continuidade com suas formulações iniciais de crítica ao nacional populismo e ao corporativismo brasileiro. Podemos, portanto, afirmar, que o projeto nacional proposto por Francisco Weffort seria um projeto de modernização através do qual as empresas públicas passariam a ser geridas por entidades privadas (através de privatizações), tendo o Estado como agente de regulamentação. O projeto faz eco com as políticas econômicas mais próximas ao “neoliberalismo” adotadas durante o governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

Pode-se dizer que Weffort tenha atuado neste texto como um porta-voz do Estado, avaliando – do ponto de vista da cultura – quais seriam as bases necessárias para que as transformações econômicas e sociais do governo Fernando Henrique obtivessem êxito. Neste sentido, reforçou a necessidade da proteção das classes menos favorecidas neste processo e colocou como pontos centrais a democracia e a questão social. “(...) uma sociedade aberta e democrática, onde já não haja mais lugar para a pobreza (e para a) injustiça intolerável, especialmente quando constatamos que já temos recursos para resolvê-la. (WEFFORT, 2000, P. 51)

Também no texto *Notas sobre a cultura e desenvolvimento* (2000) – versão aperfeiçoada de um trabalho apresentado em uma reunião de secretários de Estado da cultura no Brasil em março de 1999 – Weffort se colocou como intelectual público e se pronunciou como “homem de estado”. O autor tratou de cinco aspectos essenciais neste trabalho: 1) A relevância da esfera cultural no desenvolvimento socioeconômico brasileiro; 2) A importância da cultura e da educação no Brasil e as aproximações e distanciamentos entre as duas esferas; 3) O reconhecimento do lugar do Brasil no processo de globalização e a manutenção da identidade nacional respectiva; 4) As relações da cultura com o mercado e, por fim 5) A necessidade do desenvolvimento da cultura e da educação, paralelamente à luta contra as desigualdades sociais e econômicas.

Diante destes questionamentos, demonstrou os desafios que estariam sendo enfrentados pela cultura brasileira diante do fenômeno da globalização. Estas foram algumas das questões colocadas pelo autor: Qual o papel da cultura brasileira no sistema mundo? Como manter as peculiaridades e especificidades desta cultura diante de um fenômeno que tende a dissolvê-las? Qual a importância da cultura para o desenvolvimento social brasileiro?

O intelectual buscou demonstrar que a cultura teria de existir como política de Estado e não apenas como apêndice da esfera educacional, visto que tem papel fundamental na organização social de um país e de sua identidade correspondente. Em um mundo globalizado, que tende, ao longo do tempo, a unificar mercados e condutas humanas – tanto na esfera cultural quanto educacional – a cultura deveria ser tida como preocupação primordial do Estado, ao lado de setores estratégicos como economia, tecnologia, entre outros.

Ainda nesta seara, Weffort discutiu no texto a importância de tratar a cultura como esfera autônoma em relação à educação. Isto porque a cultura ficou durante muito tempo sob a “sombra” da esfera educacional, como se não existisse como algo em si. Esta “sombra” se devia, entre outros fatores, às prioridades diferentes dadas aos dois setores ao longo da História brasileira (o Ministério da Educação foi criado em 1930 e o da Cultura apenas em 1985). Apesar deste apontamento sobre a divisão entre cultura e educação, deixou claro que esta divisão deve ocorrer apenas no âmbito burocrático, mas nunca na esfera prática, uma vez que educação e cultura se completam e interpenetram.

Segundo o autor, seria necessário enfatizar que a cultura é uma dimensão essencial da educação nas atuais sociedades de massa e que, deste modo, aparelhos estatais como museus, bibliotecas, teatros, entre outros, devem ser entendidos também como escolas formadoras. Em seu texto, afirma que o desenvolvimento da educação (cultura) foi eleito durante o governo Fernando Henrique Cardoso como uma das bandeiras principais da transformação nacional e que, para isto, deveria receber o mesmo tipo de reconhecimento como política de Estado. Apenas deste modo, poderia se projetar para o futuro uma visão do Brasil diante do mundo globalizado.

Entre os pontos mais importantes tratados por Weffort neste texto está sua preocupação com a cultura brasileira diante do fenômeno de globalização. Diante deste fenômeno, os Estados Nacionais seriam “obrigados” a demarcar um lugar neste cenário de transformações. Isto porque, a identidade de um país não estaria fixada no tempo, nem assumiria, tampouco, uma única forma de expressão. Neste ponto repousava o incômodo de Weffort: De que modo uma cultura/identidade nacional em formação conseguiria manter sua posição diante das transformações da globalização? Sobre isto afirma: “(...) as condições da globalização nos obrigam a reconhecer, com mais força do que antes, que temos uma casa, um lugar. E isso significa reconhecer o lugar da cultura como parte essencial do nosso desenvolvimento.” (WEFFORT, 2000, P. 63)

Neste sentido, a cultura assumiria um papel como um marco norteador diante das transformações mundiais que colocam em jogo identidades culturais, costumes, tradições, entre outros aspectos que formam uma nação. Apenas desta maneira, seria possível continuarmos “existindo como Brasil”, uma vez que as esferas econômicas, tecnológicas e de mercado tendem a dissolver os laços que formam uma nação e suas identidades respectivas.

Passando para uma outra esfera de discussão, Weffort trouxe para o debate a questão relativa às relações entre mercado e cultura, demonstrando a interdependência destes dois setores e apontando para as debilidades presentes nesta relação. Trazendo informações sobre o “mercado da cultura”, chamou a atenção para a relevância deste mercado para o país, sobre a relevância da cultura para o mercado, sobre as concepções de cultura na realidade nacional, entre outros aspectos.

Diante deste “significado econômico” da cultura, procurou demonstrar que as assimetrias econômicas entre as diferentes classes no Brasil encontram eco nas diferenças

culturais/educacionais e vice-versa. Segundo o intelectual o Brasil estaria padecendo não apenas com injustiças sociais e econômicas, mas também com desigualdades sociais e econômicas que se relacionam estreitamente com estas duas áreas. Deste modo, não seria possível haver modernização e desenvolvimento econômico, caso não houvesse um avanço concreto nas esferas da cultura e da educação.

Caracterizando o momento de transformação brasileira (na passagem do século XX para o XXI) como “revolução brasileira”, convocou neste trabalho o governo, a sociedade civil e os próprios membros da pasta ministerial para lutar contra as desigualdades sociais, econômicas e políticas que obstavam o acesso à cultura pelas classes menos favorecidas. Sua posição aponta para a ideia de que estaremos sempre mal preparados para as exigências da modernidade na esfera econômica caso não sejamos capazes de ascender à modernidade na área de cultura e educação. Para Weffort seria inaceitável um país moderno e desenvolvido na economia, porém débil na perspectiva da cultura e da educação. Deste modo, constata: “Nas condições do mundo moderno, (seria) impossível ignorar que uma das raízes das nossas injustiças sociais se revela, cada vez mais, nas diferenças de acesso à educação e à cultura.” (WEFFORT, 2000, P. 66)

Este breve texto é um bom exemplo de sua atuação como intelectual público. Pode-se perceber no trabalho que sua fala “é engajada” e não apenas acadêmica – mantendo uma tradição de retórica política que remonta seu primeiro texto escrito em 1963 ao lado de Octavio Ianni, Paul Singer e Gabriel Cohn. Existe por traz deste conjunto de artigos um ator em busca de soluções, entre elas: de que modo uma nação ainda pouco desenvolvida – do ponto de vista da cultura e da educação – poderia competir com outros países (em diferentes esferas como setor econômico, tecnológico, energético, cultural, educacional, etc.) em estado de igualdade, diante de um fenômeno tão complexo quanto a globalização? De que modo o Brasil poderia atuar como um *player* competitivo nas distintas relações entre diferentes Estado-nações, possuindo um enorme déficit na área da cultura e da educação? De que modo o Ministério da Cultura poderia contribuir com o desenvolvimento de políticas culturais e educacionais, de modo a dirimir os “fossos culturais/educacionais” entre países desenvolvidos e o Brasil?

O texto *Cultura e história* (2000) finaliza a série de ensaios escritos por Weffort em *A revolução da modernização*. O trabalho é a transcrição do discurso que realizou quando foi admitido como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em

agosto de 1999. O principal ponto levantado neste texto refere-se também à formação brasileira. Segundo o autor, a cultura brasileira e sua identidade respectiva, teriam se constituído a partir da precariedade dos acontecimentos e das experiências concretas vividas pelos brasileiros desde a descoberta do país.

As circunstâncias, antes de qualquer doutrina, é que teriam moldado o destino e a visão de mundo dos brasileiros. Por conta deste nascimento – proveniente de circunstâncias fortuitas – é que o brasileiro gozaria, segundo Weffort, de uma experiência única de liberdade. Não teria havido deste modo um “significado fundador” para a experiência de “nascimento do Brasil” – como teria ocorrido, segundo o autor, com os Estados Unidos da América, por exemplo. O significado do “nascimento brasileiro” teria sido criado ao longo de seu caminho histórico a partir de “circunstâncias precárias” e também de uma “rica diversidade”. Não teria havido como em outros países um plano de construção nacional.

Deste modo, por mais que pudessem ter havido antecedentes criadores da História brasileira, não seria possível dizer que uma ideia fundadora teria preexistido ao povo brasileiro. Pelo contrário, neste caso, a ideia teria sido criada pelo próprio povo. Mesmo as ideias vindas de fora teriam passado, segundo o autor, a ser reinterpretadas de acordo com a originalidade brasileira. Segundo Weffort: “(...) a cultura brasileira nasce de nós mesmos. (...) Porque esses elementos de significação que vem de fora terminam absorvidos e reinterpretados, com a originalidade que a nossa experiência histórica possibilita.” (WEFFORT, 2000, P. 94)

O intelectual também chamou a atenção para os traços de abrangência da cultura brasileira e das consequências desta intenção de abrangência para o Brasil. Este seria um traço muito positivo da cultura de formação brasileira. Apesar disto, esta mesma capacidade de abrangência e de incorporação cultural seria responsável por encobrir enormes desigualdades socioeconômicas vividas pelo país desde sua descoberta. Parafraçando Carlos Fuentes em sua obra *Espejo enterrado* (1997), Weffort definiu os latino-americanos neste texto como testemunhas de suas próprias origens. Em outras palavras, retomou neste texto a discussão realizada em *A cultura e as revoluções da modernização* (2000), onde demonstrou que haveria no Brasil um descompasso entre a realidade nacional e a ideia que o país tem (teve) de si.

III. Formação do Pensamento Político Brasileiro: Ideias e Personagens

O livro *Formação do Pensamento Político Brasileiro: Ideias e Personagens* (2006) foi fruto de uma pesquisa desenvolvida por Weffort com o apoio institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPQ), da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e das Leis de Incentivo à Cultura federal e do Estado do Rio de Janeiro, pouco tempo depois de ter deixado o Ministério da Cultura. Além disso, contou com o patrocínio da esfera privada, recebendo apoio da Fundação Bradesco e da Embratel.

Segundo Weffort, a inspiração inicial desta pesquisa se deu através dos cursos básicos de História das ideias e de Instituições Políticas Brasileiras da cátedra de Política da Universidade de São Paulo, onde se formou e trabalhou sob a direção de Lourival Gomes Machado e Paula Beiguelman na década de 1960. Os primeiros módulos destes cursos eram dedicados à história das ideias europeias e os seguintes a uma miríade de pensadores brasileiros dos anos 1920 a 1950. Além destas influências, teriam contribuído para a ideia inicial do livro as obras *Contribuição à história das ideias no Brasil* (1967) e *Formação da literatura brasileira* (1975) de João Cruz Costa e Antônio Cândido respectivamente.

Neste trabalho Weffort buscou compreender a formação da história brasileira e seu pensamento correspondente. Seu trabalho teve como base uma pesquisa historiográfica sobre os principais aspectos de formação da cultura brasileira e seus intelectuais respectivos. Através de uma análise das ideias, buscou em Manuel da Nóbrega, Antônio Vieira, Luís Antônio Verney, Marques de Pombal, José Bonifácio, Bernardo de Vasconcelos, José de Alencar, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Roberto Campos, Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, além de alguns outros intelectuais isebianos, a compreensão da formação histórica/política do Brasil.

A partir destes autores, investigou temáticas distintas como o processo de evangelização jesuíta, a religiosidade, a escravidão e sua abolição, a proclamação da república, o pensamento liberal e conservador, a transição da Primeira para a Segunda República, entre outros aspectos.

Seguindo – de acordo com suas próprias palavras – o método de *Os Clássicos da Política* (2001), Weffort buscou tornar o pensamento de intelectuais brasileiros acessível

a estudiosos do tema e ao público leigo em geral. Teve como preocupação escolher para sua investigação o pensamento de autores que não fossem apenas pensadores, mas também homens de ação. Neste sentido, além dos intelectuais mencionados anteriormente, figuram no livro personagens como D. Henrique, D. João VI, D. Pedro II, Getúlio Vargas, entre outros.

A ideia que permeia o trabalho é que o Brasil teria surgido primeiro como ideia e posteriormente como nação⁷¹. Esta noção valeria tanto para o Estado quanto para o povo. Para Weffort o “signo” teria precedido as “coisas”, e a história teria sempre andado paralelamente a projetos e diagnósticos que, por diferentes motivos, teriam assumido significação geral. Nesta linha de pensamento, tanto o povo quanto o estado brasileiro teriam sido forjados a partir de uma noção colonial advinda das raízes europeias e ibéricas. Esta afirmação é sintetizada pela frase de Angel Rama (1926 – 1983) “o ideal precedeu o material; o signo as coisas; o traçado geométrico do plano, as nossas cidades e a vontade política de explorar, o sistema produtivo.”⁷² O livro parte de uma descrição da cultura europeia, da era dos descobrimentos e segue até o período do nacional-desenvolvimentismo durante a era Vargas e Kubitscheck.

O que deve ser destacado neste trabalho é que, diferentemente de suas interpretações iniciais – que tinham na política a chave interpretativa elementar e centrava críticas no economicismo e sociologismo da geração de intelectuais que o antecedeu – seu foco se voltou a aspectos culturais (mais especificamente religiosos) na interpretação da formação brasileira.

O Brasil, segundo o autor, seria o resultado das influências da cultura ibérica e das turbulências de uma formação que não teria seguido uma trajetória linear. O iberismo, o misticismo e a aversão dos portugueses à ortodoxia seriam os aspectos elementares a ser levados em consideração para a compreensão da formação brasileira. Para fundamentar esta chave compreensiva, recorreu aos escritos de Richard Morse em seu *Espelho de Próspero* (1988) e de Max Weber na *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (2004).

⁷¹ É curioso notar aqui que a ideia colocada por Weffort (2000) se contrapõe a esta noção. Em *Cultura e história* (2000), Weffort afirma que a “ideia de Brasil” teria nascido da experiência de condições precárias, tornando paradoxal sua compreensão de “surgimento nacional”. A seguinte frase ilustra esta questão: “(...) nós construímos a nossa cultura e a visão do nosso destino como Nação a partir das nossas experiências. Quero dizer, não temos essa visão do destino como algo anterior à nossa própria experiência.” (WEFFORT, 2000, P. 89)

⁷² Weffort menciona o ensaísta uruguaio valendo-se da citação de Luiz Jorge Werneck Vianna em *Americanistas e Iberistas: A polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*. IN: BASTOS E. R.; MORAES, J. Q. de (ORG.). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Ed. Unicamp, 1993, p. 352. Cf. RAMA, A. *La ciudad letrada*. Montevideo. Comisión pro Fundación Internacional Angel Rama, 1984

Segundo Weffort, o Brasil seria consequência de um misto de cobiça e poder por parte dos descobridores portugueses. Além disto, resultado de uma plêiade de fatores como o misticismo português e o surgimento da ciência, o espírito aventureiro dos portugueses e sua religiosidade e, por fim, a miscigenação entre mouros, católicos e judeus da Península Ibérica. Sobre estes aspectos, afirma “Foi uma mistura de cobiça, espírito guerreiro e misticismo, à qual juntaram-se ainda os vícios e os paroxismos que se associavam aos longos processos de centralização do poder.” (WEFFORT, 2006, P. 25)

O intelectual destaca o caminho tortuoso através do qual os descobridores ibéricos entraram na modernidade. Este caminho teria se caracterizado pelo paradoxo entre a religiosidade e a cobiça dos ibéricos pela conquista. Deste modo, a era dos descobrimentos teria sido caracterizada pelo paradoxo entre o sagrado de um lado e o profano de outro. O sagrado seria representado pela visão religiosa (ainda que heterodoxa) dos ibéricos, e o profano pela vontade de poder e conquista dos descobridores que chegavam à América. Os ibéricos teriam chegado ao Novo Mundo com uma combinação de visões religiosas e profanas, divididos entre a fascinação com as novas gentes e as novas terras e a preparação da conquista.

Esta lógica paradoxal impossibilitaria a incorporação do povo nativo aos grupos do descobrimento e seu reconhecimento, tornando “necessária” a criação de um povo. Este aspecto, característico da colonização ibérica, foi tema presente nas primeiras décadas do século XX e figurou entre as obras de Silvio Romero, Alberto Torres, Oliveira Vianna, entre outros pensadores. A formação do povo teria sido, segundo Weffort, preocupação recorrente da Coroa Portuguesa. Este aspecto tinha lugar privilegiado e aparecia através de diferentes ângulos, desde a administração colonial aos próprios colonos.

O papel dos jesuítas na formação do povo durante a colonização foi um dos temas que mereceu atenção em sua análise. Segundo o autor, os jesuítas da Companhia de Jesus agiam de acordo com as diretrizes do Concílio de Trento e tinham papel fundamental na formação do povo brasileiro ao catequizar os índios. Até serem expulsos no século XVIII, haviam sido aliados diretos do poder real e uma das maiores influências culturais do reino na colônia.

Manuel da Nóbrega e Antônio Vieira foram as figuras escolhidas para representar o papel que os jesuítas tiveram na catequização dos índios e africanos na colônia. Além disto, para a demonstração da ação dos jesuítas contra a escravidão. Atentou-se também para o fato de que mais do que teóricos, Nóbrega e Vieira foram homens de ação, com

ampla atuação política na Coroa. Seria possível dizer – do ângulo político – que Nóbrega teria sido um “tático” e “Vieira” um estrategista. As diferenças podem ser constatadas nos textos deixados por eles.

Entre as ações destes jesuítas, destacavam-se suas influências na criação de leis por parte da Coroa, a luta contra a escravização de indígenas e africanos, a defesa dos indígenas atacados pelos povoadores, a evangelização de índios e africanos, seu papel no plano educacional, a defesa das línguas indígenas, entre outras. Além disto, merece destaque a diferença de mentalidade entre jesuítas e bandeirantes. Enquanto os bandeirantes preocupavam-se com questões de ordem material, os jesuítas preocupavam-se com a pregação e com a evangelização das “gentes da colônia”. Sobre esta diferença de mentalidade, Weffort afirma: “Se Vieira deixou para a história a imagem de haver sido o último pregador da Idade Média, os colonos e, sobretudo, os bandeirantes, tinham muito dos últimos guerreiros da Reconquista, agarrados a antigas noções de honra (...)” (WEFFORT, 2006, P. 124)

Neste sentido, o intelectual encontrou no resultado do conflito entre jesuítas e bandeirantes/conquistadores (além dos próprios colonos), parte das bases da formação histórica brasileira. Tanto o Estado Nacional, quanto seu povo correspondente, seriam resultado de fatores como: o espírito aventureiro dos ibéricos e seu misticismo correspondente; a ausência de uma atitude ortodoxa em relação à religião por parte dos colonizadores – com destaque para a humanização das figuras religiosas; o paradoxo entre o sagrado e o profano, proveniente de certa forma da miscigenação entre mouros, católicos e judeus; a importância da catequização por parte dos jesuítas, entre outros fatores.

Esta chave compreensiva dual seria demonstrada – fundada no caso das raízes ibéricas e religiosas, sobre o paradoxo entre sagrado e profano – também através da figura de Marquês de Pombal. Neste caso, o paradoxo estaria assentado na contradição entre o atraso da mentalidade medieval e o surgimento das ideias do iluminismo, do qual Pombal teria sido importante expoente. Segundo o autor, Pombal trazia consigo uma consciência crítica do atraso português. Esta consciência teria suas bases assentadas no cosmopolitismo da cultura portuguesa entre os séculos XVI e XVIII e teria em Dom João V um caso típico.

Segundo as interpretações de Weffort, Pombal teve papel importante no Tratado de Madrid (1750), contribuindo com a definição dos limites da América ibérica, pouco antes do terremoto de Lisboa, acontecimento que teria favorecido uma revolução no

mundo das ideias em Portugal e na Europa. A contribuição de Pombal na reconstrução de Portugal após o terremoto e sua luta contra os jesuítas teriam lhe conferido a imagem de um herói modernizante. Pombal teve também papel fundamental no processo de secularização do poder português, ao tentar romper com a lógica do poder da igreja atrelado ao mando do Estado. Segundo Weffort o embate de Pombal contra os jesuítas e seus aliados da velha nobreza teria sido na verdade um confronto entre duas épocas.

A figura de Pombal é considerada fundamental para a compreensão da formação histórica brasileira, por conta de suas reformas terem pertencido a uma espécie de “esfera do futuro”. Além de sua importância para a política e para a formação histórica brasileira, Weffort chama a atenção para a importância que Marques de Pombal teve no campo cultural, científico e literário.

Afirma que o século XVIII, embora beato, escolástico e inquisitorial, teria contado com as atitudes mentais evoluídas de Pombal, incrementadas pelo desejo de saber e a adoção de novos pontos de vista na literatura e na ciência, em luta contra a tirania intelectual do clero e contra o nativismo da época – além da contribuição de suas ideias para a independência do Brasil. Pombal teria sido o responsável pela reconciliação de Portugal com o pragmatismo de alguns dos momentos mais importantes dos séculos dos descobrimentos.

Importante lembrar que Weffort buscou na figura de Pombal a demonstração de que a formação histórica brasileira esteve ancorada em paradoxos históricos e não em processos de ruptura. Neste caso, o antagonismo seria representado pela contraposição entre as ideias do iluminismo e o obscurantismo e misticismo, provenientes da mentalidade da Idade Média portuguesa. As novas ideias se confrontavam com um imaginário supersticioso e “ignorante”, que tinham como fundamento o poder absoluto da Coroa, fortemente influenciada pelo clero, responsável por um terço dos domínios do reino.

A questão ruptura x continuidade também estaria presente na análise da figura e das ideias de José Bonifácio. As ações e escritos do intelectual teriam sido não apenas influenciadas pelo iluminismo, mas também pelo próprio Marquês de Pombal. Bonifácio – considerado por Weffort como um dos “pais fundadores” do Estado Brasileiro, um dos principais dirigentes da independência e um dos personagens mais importantes na transição da colônia ao império brasileiro – teria antecipado temas fundamentais para a formação histórica brasileira.

Teria surgido em José Bonifácio um estilo de pensamento baseado na compreensão das raízes do país, como parte de um esforço intelectual, visando projetos de construção nacional. Este estilo de pensamento teria posteriormente influenciado autores como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Silvio Romero, Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. Segundo Weffort, não haveria exagero em afirmar que esse estilo de pensamento teria influenciado tanto os “interpretes” do Brasil da primeira metade do século XX, quanto as teorias do desenvolvimento da “era Vargas”.

Formado pelas ideias do iluminismo – embora reticente a alguns ideais proclamados pelos intelectuais da Revolução Francesa – Bonifácio teria sido um dos primeiros homens públicos brasileiros a falar da necessidade de civilização dos índios, da abolição da escravatura, da miscigenação das etnias, da expansão do ensino, da necessidade de mudanças na lei de propriedade e terras, entre outros temas considerados inovadores a sua época.

Como contraposição ao liberalismo de Bonifácio, Weffort apresenta o conservadorismo de Bernardo de Vasconcelos durante o Império como sua antítese. Embora reconhecido como um dos mais lúcidos doutrinadores do regime representativo brasileiro e um dos mais importantes colaboradores na construção das instituições nacionais, Vasconcelos teria marcado sua posição relativamente conservadora ao tratar de temas como escravidão, propriedade de terras, divisão de poderes, entre outros.

Assim como no caso de Bonifácio e Vasconcelos – utilizados para ilustrar a contraposição entre liberalismo x conservadorismo durante a fase inicial do Império – Weffort utilizou o contraste de ideias entre Joaquim Nabuco e José de Alencar para ilustrar este mesmo antagonismo na época do Segundo Reinado. Durante este período, estava entre as principais preocupações dos homens de estado a construção de uma identidade cultural brasileira; ideia que tomou maiores proporções, transformando-se na necessidade de criação de uma ideologia de estado.

Segundo Weffort, José de Alencar tinha consciência de que participava deste projeto comum à elite de sua época. Alencar – homem da política e literato – envolveu-se profundamente neste processo e foi inovador ao eleger o índio como parte legítima da cultura nacional. Sua inovação teria sido uma síntese – ainda que de espírito conservador – de imagens dos fundamentos da nacionalidade brasileira; noções que persistem até a atualidade no imaginário brasileiro. “Os mitos de Alencar cumpriram algumas funções que se espera de uma ideologia, iluminando alguns aspectos da realidade, colocando outros na penumbra, senão apagando-os de todo.” (WEFFORT, 2006, P. 194)

Além de contribuir com a construção de uma identidade nacional e com uma ideologia de Estado, Alencar teria contribuído com as elites da época ao eleger o índio como símbolo da cultura nacional, poupando-as de ter que lidar naquele momento com a questão da abolição da escravatura. “No país novo o indianismo adequou-se como conveniente motivo das elites que buscavam afirmar uma identidade nacional, com a vantagem de evitar o ‘problema’ representado pelo negro.” (WEFFORT, 2006, P. 194) José de Alencar é definido por Weffort como um conservador, reticente ao modelo de abolição da escravatura brasileira – diferentemente de boa parte dos abolicionistas de sua época –, que tinha como crença a ideia de que a abolição deveria se dar de maneira gradativa, através de uma revolução dos costumes e não através de uma revolução em termos jacobinos.

No caso de Joaquim Nabuco – que travara diferentes polêmicas com José de Alencar, por considerá-lo um conservador escravista e por suas diferentes visões de Brasil – a abolição seria assunto urgente. Aristocrata, adepto do liberalismo inglês, Nabuco teria se juntado a Joaquim Serra, Anibal Falcão, Gusmão Lobo e a outros intelectuais negros como André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama na luta pela abolição. Para Nabuco, não seria possível uma democracia ou um governo livre enquanto existisse escravidão.

Weffort define Nabuco como o principal intérprete do segundo reinado. Sua obra inovadora teria fornecido uma explicação sobre o Brasil utilizando a estrutura do regime servil como chave interpretativa. Nabuco não estaria apenas preocupado com a abolição da escravatura, mas com suas consequências para o homem negro. A abolição não seria suficiente, caso o legado negativo da escravidão não fosse também objeto de atenção. Ainda segundo Weffort, a obra de Nabuco teria sido fundamental para o complexo processo intelectual de reconhecimento da existência de um povo brasileiro.

Seu pensamento viria influenciar mais tarde os intelectuais da primeira metade do século XX, chamando a atenção para o fato de que Nabuco teria tratado não apenas de questões como a escravidão e sua abolição, mas também refletido sobre a mestiçagem, a realidade social dos escravos, as diferenças regionais do Brasil e seus respectivos povos, entre outras temáticas.⁷³

⁷³ É curioso notar o interesse de Weffort por Nabuco. Sabe-se que Paula Beiguelman escreveu sua tese de doutorado *Teoria e ação no Pensamento Abolicionista* (1961) sobre o autor e que Weffort participou da banca de doutorado de Marco Aurélio Nogueira sobre o pensamento de Joaquim Nabuco.

Para ilustrar as ideias do pensamento político da Primeira República, Weffort mobiliza em seu livro as figuras de Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, classificando a obra de Euclides da Cunha como uma das mais representativas deste momento. O autor considera o pensamento de Euclides da Cunha como um dos mais expressivos de seu tempo. Euclides da Cunha teria sido um dos primeiros intelectuais brasileiros a chamar a atenção para miséria e para as desigualdades sociais presentes no Brasil. Sua obra, ao lado de trabalhos de Visconde de Taunay, Afonso Arinos, Graça Aranha, entre outros, teria grande repercussão entre a intelectualidade presente no seio da República.

Ainda segundo Weffort, Euclides da Cunha teria oferecido em *Os Sertões* (1902) “Uma lição sobre a formação do povo brasileiro, que ele próprio aprendeu como observador de uma guerra que mudou seus conceitos sobre o sertanejo e sobre a República” (WEFFORT, 2006, P. 239) O autor chama também a atenção para a alteração na chave interpretativa de Euclides da Cunha sobre o povo brasileiro e sobre a República, indo de uma visão negativa sobre o povo para um olhar positivo, e, no caso da República, de uma visão positiva para um olhar negativo. A formação de uma consciência nacional e a miscigenação tiveram papel central na obra de Euclides da Cunha. Este entendimento sobre o povo lhe daria subsídios para compreender o formato e funcionamento da República, com a qual se decepcionara durante sua trajetória intelectual.

O pensamento de Oliveira Vianna é mobilizado por Weffort em sua obra para ilustrar a abertura de uma nova agenda de debates no pensamento brasileiro. Esta inovação teria se beneficiado de uma espécie de “abertura do Brasil para o mundo”, fenômeno resultante da Revolução de 1930. O pensamento de Oliveira Vianna teria, segundo Weffort, suas bases assentadas na dicotomia atraso x moderno e teria como aspectos centrais, questões como o latifúndio, relações raciais, autoritarismo x liberalismo, entre outros elementos essenciais para a compreensão da formação histórica brasileira. Estas interpretações fariam escola, influenciando as reflexões de intelectuais como Gilberto Freire, Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e seus alunos, entre outros. A obra de Oliveira Vianna teria inclusive uma influência importante na agenda de debates que foi estabelecida pelos integrantes do ISEB no início dos anos 1950.

Segundo Weffort, durante o Império, a Primeira República e a primeira Era Vargas, a literatura teria sempre caminhado ao lado da política. Afirma que, mesmo depois de 1930, perpetuou-se a tradição de “políticos escritores”, atenuando-se a linha fronteira que separaria literatura e política.

Gilberto Freyre é mobilizado por Weffort como um importante expoente desta tradição, ocupando, assim como outros ensaístas brasileiros, diferentes cargos políticos. Freyre foi um dos primeiros intelectuais a oferecer através de sua obra uma visão modernizante sobre o Brasil. Weffort considera Gilberto Freyre o escritor mais importante da década de 1930, descrevendo-o como uma espécie de elo entre os trabalhos de intérpretes como Silvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna e a obra de autores de uma geração dotada de pontos de vistas sociológicos mais específicos, como a geração de intelectuais pós-1940. A obra de Freyre teria sido a responsável por chamar a atenção para as relações entre negros e brancos na formação do povo brasileiro e para a importância da miscigenação nesta formação.

Embora criticada por diferentes correntes do pensamento que o acusam de ter forjado o mito da democracia racial no Brasil, sua obra teve papel fundamental no reconhecimento da miscigenação do povo brasileiro. Esta questão teria, segundo Weffort, tanta relevância quanto as lutas sociais em Caio Prado Jr. e as indagações sobre a democracia levantadas por Sérgio Buarque de Holanda. Através de uma perspectiva culturalista, Freyre teria transformado – ao lado de Joaquim Nabuco – o negro em gente em sua obra, diferenciando-se da maioria dos pensadores das gerações anteriores. Freyre teria introduzido no Brasil as minúcias das relações entre negros e brancos e de suas respectivas miscigenações, abrindo assim caminho para a demonstração das formas democráticas de formação do povo brasileiro.

Freyre teria sido, segundo Weffort, responsável pelo reconhecimento da importância de um povo para a formação da identidade nacional. Através de seu entendimento sobre as relações entre o homem negro e branco, teria inovado ao reconhecer o povo brasileiro a partir de uma chave interpretativa que negava a ideia de que o povo fosse mera invenção dos colonizadores ibéricos.

Para ilustrar o debate sobre democracia e desenvolvimento no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960 Weffort elegeu como figuras representativas o ISEB e Hélio Jaguaribe. A superação do passado como projeto nacional, eleito pelo governo Juscelino Kubitschek, foi uma das marcas deste período no cenário nacional. O autor apresenta, neste sentido, uma breve análise do nacional-desenvolvimentismo – temática cara às suas interpretações iniciais de Brasil – e da presença desta ideologia no Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Além disto atenta para os fatores que teriam levado o Estado Nacional a buscar naquele momento a superação de suas raízes agrárias através de um projeto desenvolvimentista.

Weffort chama a atenção para o papel das agências de Estado criadas neste contexto para o desenvolvimento nacional, entre as quais, a CEPAL, a Comissão Mista Brasil-Estado Unidos e o BNDE. Atenta também para o papel importante de algumas figuras na criação e atuação dentro destas agências, entre eles Celso Furtado, Raul Prebisch, Roberto Campos, Roberto Simonsen e Eugênio Gudin.

O ISEB, que teve entre seus fundadores figuras como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Anísio Teixeira, Roberto Campos, Paulo Duarte, Sergio Milliet, entre outros, seria considerado por Weffort como a instituição de maior presença ideológica no governo JK. Esta aproximação do ISEB com o Estado se iniciou segundo ele com a publicação do ensaio *Para uma política nacional do desenvolvimento*, publicado em 1956 pelo periódico Cadernos de nosso tempo.

Weffort atenta para o pluralismo de atores que integravam o instituto e para o fato de que boa parte das temáticas discutidas no instituto, serem uma espécie de continuidade dos grandes temas debatidos que tiveram lugar entre os anos de 1920 e 1930. Apesar desta continuidade, um dos primados do ISEB foi ter trazido para primeiro plano ideias de origens germânicas, contrapondo-se à tendência hegemônica de pensamento, que tinha suas bases assentadas nas ideias francesas. O ISEB esteve, segundo Weffort, marcado inicialmente por teorias culturalistas e historicistas. Passado este período, temas como economia e poder passariam a assumir maior preponderância no centro.

De toda forma, mais importante do que a análise que Weffort faz do ISEB e do pensamento de seus integrantes, é a mudança de registro através da qual ele mesmo passa a enxergar o centro e o pensamento de seus principais atores. Reconciliando-se com o passado, passa a considerar a herança da Era Vargas como essencial para que o governo Juscelino pudesse ultrapassar as barreiras agrário-exportadoras nacionais, rumo a um horizonte de desenvolvimento industrial e de urbanização.

Diferentemente de suas análises iniciais sobre o populismo e sobre o nacional desenvolvimentismo, Weffort passou a localizar o governo Vargas em um registro positivo, elegendo-o como o responsável pelos avanços de Juscelino Kubitschek nos avanços desenvolvimentistas focados na autonomia econômica nacional e democratização social.

Esta alteração em sua chave interpretativa é a uma das principais mudanças que devem ser constatadas ao compararmos suas obras iniciais com seus últimos trabalhos e escritos. A perspectiva da continuidade e sua compreensão dos marcos nacionais através de uma visão de fenômeno de longa duração, passam a marcar suas novas interpretações

sobre o Brasil, tanto nesta obra quanto nas análises que efetuará em seu livro *Espada cobiça e fé: As origens do Brasil* (2006), onde tece uma análise sobre as origens históricas do Brasil. Mas apesar disto, não é apenas sua chave interpretativa – de um registro negativo para um positivo – que se altera nesta obra. A inserção do “social” e da “cultura” em sua interpretação sobre as origens do Brasil, ganha força e se sobrepõe à esfera da política – elemento que o teria diferenciado nas análises sobre o Brasil durante as décadas de 1960 e 1970.

Sua crítica aos alunos de Florestan Fernandes eram justamente centradas no caráter “sociologizante”, “economicista” e psicologizante que suas obras assumiam. Barboza Filho (1980), Pecáut (1990) e Lauherta (1999) chamaram a atenção em seus trabalhos para a inovação trazida por Weffort ao inserir a esfera da política nas análises sobre o Brasil, através de suas teorias sobre o populismo. A partir deste trabalho sobre a formação do pensamento político brasileiro, a religião e demais aspectos sociais/culturais sobrepõe a perspectiva explicativa da política na interpretação da formação histórica brasileira. Weffort passaria a enxergar o Brasil nesta obra como proveniente de aspectos sociais, mais do que políticos. Sobre isto, afirma “Esta peculiaridade de origem conferiu ao pensamento político ibero-americano, desde os inícios, o traço distintivo de uma dominância dos aspectos sociais.” (WEFFORT, 2006, P. 324)

Segundo Weffort a especificidade do pensamento luso-brasileiro seria advinda do contato dos europeus com as culturas e os povos brasileiros que desconheciam. Os povos novos estiveram entre as primeiras questões levantadas por Nóbrega e Vieira. “Nem mesmo Pombal, que consolidaria a dimensão do Estado na tradição luso-brasileira, deixou de prestar esse reconhecimento aos aspectos sociais.” (WEFFORT, 2006, P. 326) Deste modo, o Brasil seria não o resultado de um povo forjado através do Estado, mas o contrário.

Esta chave interpretativa se contrapõe diretamente às compreensões iniciais de Weffort sobre o Brasil – principalmente em seus estudos sobre o populismo – que encontravam em arranjos políticos o entendimento sobre a formação da sociedade. É certo que nesta obra o olhar de Weffort está direcionado a um outro momento histórico brasileiro, mas é justamente na busca do pensamento social do passado – remontando à era medieval ibérica – que ele busca no espectro social/cultural a explicação para as demais esferas da sociedade brasileira. “No Brasil, e de modo geral, na América ibérica, nos séculos XVI e XVII, não começava um Estado, mas o parto doloroso de povos novos.” (WEFFORT, 2006, P. 324)

Esta busca pelo “social” como chave explicativa para a formação histórica brasileira e seu pensamento respectivo ficam explícitos na obra. A temática da evangelização dos índios, da escravidão e sua abolição, a inserção dos negros na sociedade de classes, os problemas referentes às desigualdades sociais e raciais, entre outros temas, permeiam este trabalho de Weffort do início ao fim e a escolha dos pensadores que compõe a obra confirmam esta afirmação. Embora as temáticas variem de acordo com seus pensadores e momentos históricos o social se tornou o elemento chave, responsável por explicar as especificidades da formação histórica nacional.

Weffort (2015) afirmou que o que o motivou a escrever estes livros (2000; 2006; 2012) foi a grandiosidade de um Brasil que ele desconhecia antes de assumir o Ministério da Cultura. O intelectual chamou a atenção para a quantidade de “Brasis” que existem dentro do mesmo Brasil e das diferenças regionais abissais entre as diferentes localidades dentro do mesmo país. Estas seriam, segundo Weffort, as principais razões que o teriam motivado a rever as chaves compreensivas através das quais havia interpretado o Brasil até o momento. A chave da política – cara às suas análises entre os 1960 e 1970 – cederia lugar ao registro da cultura, demonstrando que a evangelização dos índios pelos jesuítas, a questão indígena, a miscigenação, a escravidão, a abolição, a formação de uma identidade nacional e a ideologia do nacional desenvolvimentismo, seriam elementos tão importantes para compreender o Brasil quanto fora a esfera da política em suas interpretações iniciais.

Através da mobilização de uma trajetória que teve como itinerário os pensamentos de uns dos mais importantes intelectuais do Brasil, Weffort foi aos poucos demonstrando que a dinâmica da vida brasileira (fosse na esfera política, econômica ou social) não poderia ser compreendida através de uma explicação que se resumisse a arranjos de classes e elites, que tinham em suas mãos os rumos do país – e deste modo decidiriam univocamente os destinos da nação. Weffort reconheceu a tempo que os fenômenos políticos brasileiros estavam, na verdade, permeados por aspectos da subjetividade cultural e social como a religião, a miscigenação, o legado da escravidão, a formação de uma consciência nacional, entre outros aspectos.

IV. Espada, cobiça e fé: um ensaio sobre as origens do Brasil

Espada, cobiça e fé: um ensaio sobre as origens do Brasil (2012) foi publicado pela editora Civilização Brasileira e buscou traçar uma interpretação sobre a História brasileira, levando em consideração aspectos culturais referentes ao modo através do qual o Brasil foi colonizado. O trabalho foi financiado pela Fundação de amparo à pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e contou com o apoio institucional do Programa de História comparada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Weffort teve como principais interlocutores neste trabalho, intelectuais como Rubem Barboza Filho, José Álvaro Moisés, Edson Nunes, Cícero Araújo e Bernardo Ricupero.

A perspectiva interpretativa da obra se aproxima e faz referência em larga medida aos cânones de “caráter ensaístico”, em voga entre as décadas de 1920 e 1940, dos quais Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Paulo Prado, Oliveira Vianna, Silvio Romero, Alberto Torres, entre outros, foram grandes expoentes. Além de se aproximar do “estilo” ensaístico, os personagens citados atuam como interlocutores diretos de Weffort no livro e suas obras são mobilizadas constantemente nesta reinterpretação do que teria sido a conquista ibérica na América.

Neste trabalho buscou-se nos “conquistadores ibéricos”, no contexto da Idade Média, na religião, na corrida dos bandeirantes, entre outros aspectos, as respostas para as origens dos fundamentos da História do Brasil e seus atores. Esta obra foi escrita num momento em que Weffort já não tinha uma agenda tão pesada de trabalhos na Universidade de São Paulo e em centros de pesquisa (como no início de sua trajetória intelectual – na CEPAL, no CEBRAP e no CEDEC), e nem uma atuação política expressiva como durante sua atuação no PT ou no Ministério da Cultura entre 1995 e 2002.

Na análise desta obra, acreditamos que o primeiro ponto a ser destacado deva ser a “chave compreensiva” através da qual Weffort buscaria entender as origens históricas da formação brasileira. A perspectiva para a qual chamamos a atenção está relacionada à mudança na visão do autor a respeito dos marcos de transformação da História brasileira e seus principais atores. Neste trabalho, Weffort passou a reconhecer que a “tradição” conformaria boa parte da base social, cultural e política na qual estaria assentada a sociedade brasileira e seu imaginário correspondente. A tradição, mais do que a ruptura, teria sido, segundo o autor, o solo comum em que os brasileiros viveram boa parte de suas

experiências históricas. O intelectual busca demonstrar que o Brasil e sua nação correspondente, teriam sido forjados a partir da continuidade com o passado e não da ruptura com a história. Sobre este diagnóstico acerca desta perspectiva compreensiva, destacamos o seguinte parágrafo:

É que desde o começo, a nova sociedade não rompeu com o passado. Agregou-se a ele. E porque cresceu com o correr dos tempos, absorveu-o. Fundiu-se com ele. A nova sociedade não superou a velha sociedade, mas a traz dentro de si. Tem sido assim desde sempre. A nova sociedade nasceu da busca do futuro e persiste até hoje nessa busca. Mas jamais rompeu, não pelo menos inteiramente, seus vínculos mais profundos com a tradição. (WEFFORT, 2012, P. 217)

Weffort reconhece que a formação histórica brasileira não teria se formado através de rupturas bruscas com o passado, mas pelo contrário, pagou tributos a ele e dele dependeu para que aqui se formasse um povo, uma nação e sua respectiva identidade. Ao mobilizar aspectos como religião, iberismo, cultura, entre outros pontos, buscou demonstrar que a “permanência da tradição” foi o que transformou o Brasil naquilo que o país é hoje. Esta chave compreensiva, demonstra que Weffort estaria valorizando o passado e suas tradições respectivas na formação brasileira, diferentemente de suas formulações iniciais (1960 – 1970), que via nas transformações históricas apenas um repositório de velhas formas de manutenção de poder através de arranjos liderados pelas “castas superiores”. A seguinte afirmação sobre ruptura e tradição com a cultura ibérica na formação brasileira é apropriada para este entendimento:

O peculiar dos ibéricos dos séculos dos descobrimentos e da conquista é a sua enorme capacidade de expansão, ao lado da intensidade de seu tradicionalismo. Eles possuíam um senso para a vida prática e uma capacidade de aprender com a experiência que subsistia em meio a um medievalismo de raízes antigas, personalista, amigo dos santos, confiante nas indulgências e esperançoso nos milagres, que se preservou em Portugal e na Espanha mais do que em outras partes da Europa. Nesse aspecto, os ibéricos só poderiam comparar-se na Europa com os genoveses, venezianos e outros italianos. (WEFFORT, 2012, P. 216)

Ou seja, a peculiaridade dos ibéricos estaria assentada em sua capacidade expansionista e em sua intensidade tradicionalista. Ainda sobre o iberismo e sobre a influência daquilo que ele chama de “medievalismo”, buscou demonstrar que a sociedade que se criou no Brasil, foi fruto da combinação destes dois aspectos essenciais. Enaltece a capacidade do brasileiro (e dos colonizadores portugueses do passado) em viver com o diferente e a capacidade de manutenção de tradição e valores. Segundo Weffort, embora

tenham havido rupturas na trajetória de formação brasileira, teria sido a tradição o elo permanente capaz de manter a coesão nacional e sua respectiva identidade. A continuidade dos valores seria o traço marcante da sociedade que se fundava na América. A conquista teria criado aqui uma sociedade nova, porém marcada pela continuidade das tradições e das marcas da velha sociedade ibérica e medieval:

A conquista criou aqui uma sociedade nova, mas, desde o início marcada pela continuidade de algumas tradições da velha sociedade ibérica e medieval. Embora tenha custado na prática, algumas rupturas com a tradição, a nova sociedade se apoiou na convicção da continuidade dos valores. Essa continuidade é um dos traços constitutivos, ‘uma das marcas e cicatrizes’ do nosso caráter, com sua peculiar capacidade de conviver em meio a tendências diferentes, e mesmo contraditórias, de comportamento. (WEFFORT, 2012, P. 217)

Esta nova linha compreensiva pode ser interpretada como uma reconciliação do autor com sua visão sobre o passado histórico brasileiro e seus atores respectivos. Isto porque, durante suas formulações iniciais sobre populismo, nacionalismo e sindicalismo, esteve em sua agenda (e daqueles que trabalhavam consigo no CEBRAP e no CEDEC) um horizonte de interpretação que via na ruptura institucional as soluções para o desenvolvimento político, cultural e social brasileiros. As teorias sobre o populismo, sobre o nacionalismo, suas críticas ao PCB e à esquerda de orientação leninista tiveram papel importante no acirramento da polarização política brasileira e no caldo de cultura que deu energia para a experiência da luta armada brasileira e, mais tarde, para a experiência de formação do Partido dos Trabalhadores.

Esta nova chave compreensiva, não apenas o afastou das ideias de um intelectual radical que proclamava a ruptura com os “velhos modos” de fazer política durante suas teorizações sobre o nacionalismo e o populismo, mas também o aproximou dos “ensaístas” do Brasil. Neste sentido, nesta obra, Weffort estaria par a par com as ideias de “harmonia” entre diferentes raças de Gilberto Freyre, de cordialidade do tipo ideal traçado por Sérgio Buarque de Holanda, entre outras noções que demonstraram que a “ruptura” não foi o aspecto essencial presente nas transformações históricas, políticas sociais e econômicas no Brasil.

. Para além dos fatores mencionados anteriormente, há que se ter em conta que neste trabalho Weffort estaria rompendo de forma definitiva com as ideias germinadas na cadeira I de Sociologia uspiana e no Seminário do Capital (1950 – 1960). O marxismo acadêmico do Seminário negava qualquer aproximação dos intelectuais com a política e

tinha como uma de suas marcas a preocupação de se afastar de “agências do Estado” que corroborassem com determinadas ideologias – como fora, por exemplo, o caso do ISEB.

O marxismo de Weffort (caudatário do academicismo uspiano), que lançava nas décadas de 1960/1970 severas críticas aos arranjos e conciliações da política populista, de viés e ideologia nacionalista no seio da República, teria sido substituído pela compreensão de que a Política e suas transformações possuem tempos diferentes quando comparados a outros fenômenos da sociedade e requerem para tanto – aos olhos do intelectual que se propõe a compreendê-la – um “treinamento” diferenciado.

Afastando-se de uma compreensão que levou em outro período (1960/1970) em consideração aspectos mais próximos às leituras estruturais e de conjuntura, neste trabalho Weffort buscou demonstrar que as origens do Brasil e seus personagens devem render tributos às tradições sociais e culturais do medievalismo de uma época em que o capitalismo comercial seria ainda muito fraco. Segundo o intelectual, o expansionismo ibérico – e dos países católicos de modo geral – seria resultado ainda das memórias das Cruzadas entre os séculos XI e XII, que teriam durado mais tempo na Ibéria do que em outros lugares. Deste modo, o Brasil seria, na verdade, resultado da combinação entre tradição e renascimento.

O Brasil teria “nascido” – assim como outros países ibero-americanos – impregnado por uma estrutura de hierarquia social e por um rude medievalismo (agressivo e violento). Este Brasil, de início eminentemente rústico, levaria muito tempo, segundo o autor, para se “sofisticar” e atingir um grau aceitável de refinamento. Ainda sobre a influência ibérica, Weffort lembra que no Brasil esteve presente uma mobilidade social temperada pelo personalismo característico da Ibéria, o que teria permitido combinar a escravidão e a imigração ligada ao trabalho livre com os fortes laços do senhorialismo e do patriarcalismo. Segundo Weffort: “Destas origens agrárias e com ampla participação de imigrantes ficou na sociedade um sinal que nos acompanha em diferentes épocas e que nem mesmo a urbanização dos tempos republicanos foi capaz de debilitar” (WEFFORT, 2012, P. 34)

O intelectual chama também a atenção para a “barbárie das origens”, demonstrando que a conquista da América pelos europeus esteve marcada pela violência e pela brutalidade dos conquistadores. Neste sentido, chama a atenção para a escravidão dos índios e africanos e para o modo através das quais novas terras foram conquistadas e dominadas, assemelhando-se às conquistas da Idade Média. Segundo Weffort:

O caráter geral na época dos descobrimentos e da conquista ressalta o aspecto bárbaro das origens das Américas, mas não absolve ninguém. Sobretudo, não absolve os europeus que, em geral, eram cristãos e cujos comportamentos não poderiam ser aferidos pelos parâmetros das tradições pagãs. Ressaltar o caráter geral da escravidão vale, porém, para se reconhecer que a época dos descobrimentos foi também um tempo de barbárie, semelhante às origens da Idade Média europeia no século VIII. As Américas repetem a Europa tanto porque incorporaram traços civilizacionais europeus quanto porque adaptaram suas semelhanças bárbaras de origem às peculiaridades circunstanciais do continente que tiveram que atuar. (WEFFORT, 2012, P. 53)

A partir do reconhecimento da violência, demonstra que a “brutalidade das conquistas” seria compreensível diante do tamanho do território brasileiro. Weffort não justifica a violência na conquista como interpretaram alguns de seus leitores, mas se questiona: O que seria desta nação sem a expansão territorial proveniente do descobrimento e, posteriormente, das Bandeiras?

Procedendo a uma síntese, lembra que os bandeirantes não estavam preocupados em construir uma nova sociedade, mas sim em enriquecer; Os padres, por sua vez, estavam preocupados com a humanidade dos índios e com a salvação de suas almas; Já os sertanistas estavam preocupados com a manutenção do território que havia sido doado pelos papas aos “monarcas da Ibéria”. Deste modo, o que havia pavimentado o terreno para a construção do Brasil teria sido uma combinação de fatores como a busca pela riqueza, aspectos místicos/religiosos e a conquista/manutenção territorial. Segundo o autor:

Em todo caso, deve ficar desde logo afirmada a ideia central. O Brasil nasceu da cobiça dos bandeirantes e sertanistas, emoldurada em mentes dominadas por mitos só compreensíveis nas circunstâncias da época. Descobrir, minar, caçar e aprisionar índios, combater, em nome do rei, corsários europeus de outros países – tudo isso se conjugava com o reconhecimento de novos territórios para o monarca. Foi assim também que se construíram os primeiros fundamentos de uma nova sociedade apoiada na dominação das populações indígenas. Uma sociedade que nasceu também da consciência, criada pelos missionários, da injustiça que se cometia contra os índios. (WEFFORT, 2012, P. 61)

Este aspecto de conquista do território e dos descobrimentos iniciais, irá se desdobrar no livro em uma análise sobre a formação do “caráter” do “homem brasileiro”. Valendo-se da tipificação de Sérgio Buarque de Holanda, Weffort recorre ao homem cordial para compreender e explicar o personalismo que fundou as bases das relações entre colonizadores e colonizados no Brasil. Esta tipificação irá lhe servir para explicar de que modo foi possível a convivência no Brasil entre indivíduos de “classes/castas” tão

diferentes como escravos indígenas, escravos africanos, senhores de engenho, homens livres, bandeirantes, entre outras figuras importante que fizeram parte deste momento de formação da História brasileira.

Marcando nítidas diferenças com a cultura dos países que se formaram além Pirineus, os hispânicos valorizavam as pessoas, dando menor importância à verdade das coisas (...). Não é difícil reconhecer nessa valorização a gênese do ‘homem cordial’ dos escritos de Sérgio Buarque de Holanda sobre as origens do Brasil. Encontra-se aí a raiz fundamental da subvalorização das normas e das leis, típica da cultura brasileira e hispano-americana em geral. Daí também que os jesuítas, discípulos do espanhol Inácio de Loyola, tenham inventado o casuísmo, que, como as subculturas do ‘jeitinho brasileiro’ (ou do ‘*arreglo*’ argentino), do golpismo, do caudilhismo (e dos *pronunciamentos*), é tão frequente até os dias atuais na política ibero-americana. (WEFFORT, 2012, P. 70)

É possível perceber neste trabalho (assim como nas obras de 2000 e 2006) que a chave interpretativa cultural teria sobrepulado o protagonismo da esfera “política” como chave compreensiva preservada por Weffort durante muito tempo de sua trajetória política/intelectual. Nesta obra a cordialidade do homem brasileiro passa a explicar melhor a situação da sociedade brasileira do que os arranjos entre classes e alianças políticas demonstradas nas teses sobre o populismo. A “harmonia entre as diferentes raças” passam a figurar como elemento explicativo de determinadas situações e fenômenos explicados anteriormente através da chave política.

Outro sentido que explicaria, segundo Weffort, o comportamento dos “ibéricos cordiais”, seria a invenção *caudilhismo* proveniente da Península Ibérica. O ibérico, neste sentido, qualquer que fosse sua origem, se considerava – por conta de sua coragem – capaz de atingir os *status* de senhores, nobres e livres. A cultura da personalidade e o tipo social a que se refere – incorporada pelo *caudilho* – diria muito a respeito deste homem de origem ibérica. Em menor ou maior medida, Weffort recorre neste momento a uma tipificação ideal para compreender o caráter do colonizador e dos bandeirantes que “deram forma” ao Brasil. A valorização da pessoa e de sua “dignidade”, seriam a chave essencial para se entender o caráter destemido dos conquistadores ibéricos. Unido ao cordialismo, esta coragem teria permitido aos ibéricos a conquista da América.

Ao longo da História, essa consciência da fé na própria gente adquiriu, em sentido amplo, um signo espanhol (ou hispânico, incluindo o português). A valorização da pessoa permitiu desenvolver nos cristãos ibéricos, tanto nos senhores quanto nos labregos, a consciência de uma hombridade que se transmitiu também aos mouros e aos judeus da península. É que além da influência dos cristãos havia na valorização da pessoa a ação das afinidades entre o ‘povo do livro’. Qualquer que

fosse sua origem, a gente ibérica se considerava capaz de adquirir senhorio, mando, nobreza e liberdade graças a seu impulso e sua coragem. Por influência de uns sobre os outros, essas gentes peninsulares de diferentes credos religiosos terminaram por identificar-se com o povo eleito. (WEFFORT, 2012, P. 71)

Ora, não seria, portanto, exagero afirmar que Weffort estivesse realizando nesta obra um acerto de contas com os “líderes carismáticos” do populismo – tão criticados à sua época – ao tentar compreender as origens do caudilhismo e justificar seus vícios e virtudes. De certa forma, o intelectual estaria admitindo que os líderes populistas brasileiros guardariam raízes profundas na formação identitária do povo brasileiro. O caudilhismo estaria, neste caso, recebendo uma explicação histórica e sendo, de certo modo, absolvido do julgamento daqueles que o viam como simples oportunismo da esfera política em tempos de crise. Deste modo, estaria havendo uma revisão nas teorias do populismo, que sempre atribuíram um caráter negativo aos atores políticos que apareciam para “salvar a República” em momentos de instabilidade. Segundo Weffort, a crença no senhorio da pessoa teria sido a alma dos povos que teriam dado grandiosidade às conquistas ibéricas.

Mas não apenas o caudilhismo, o personalismo, ou a religiosidade seriam aspectos suficientes para esta nova explicação sobre a formação histórica brasileira. Outro elemento fundamental trazido na obra pelo autor seria o espírito de aventura que animava os conquistadores ibéricos na América. Esta aventura lhes emprestava a esperança de ingressar (em melhores posições) nas hierarquias sociais. Procedendo a uma breve síntese a conquista das “Américas” (passando por elementos como o personalismo, o espírito aventureiro, o sincretismo religioso, os mitos de origem), teria sido o elemento chave de constituição da raiz da identidade brasileira.

Weffort estaria, desta maneira, realizando um giro interpretativo, ao escrever estes três livros (2000; 2006; 2012) e colocando a cultura como principal chave explicativa dos fenômenos políticos e sociais brasileiros. É curioso notar que o mesmo intelectual que criticou o excesso de “sociologismo”, “economiscismo” e “psicologismo” uspiano da década de 1970 em sua tese de livre-docência, tenha se demonstrado – mesmo passado tanto tempo – disposto a uma revisão geral de sua obra e de seu passado histórico. Certamente a passagem de Weffort pelo Ministério da Cultura entre 1995 e 2002 trouxe contribuições para este novo modo de interpretar o Brasil a partir de aspectos culturais.

Além das influências de sua passagem pelo ministério, há que se ter em conta a experiência de Weffort no Partido dos Trabalhadores (tanto como fundador em 1979,

como secretário geral entre 1983 e 1987). Esta experiência, segundo Weffort (2015) o teria afastado da política e feito com que ele tivesse vontade de se dedicar à compreensão do Brasil a partir de uma perspectiva mais ampla. Sua passagem pelo partido deixou marcas que podem ser reconhecidas nos três trabalhos de sua última fase interpretativa.

Poderíamos talvez falar sobre uma negação da perspectiva política como chave interpretativa dos fenômenos sociais, econômicos, e culturais. Em entrevista (2015), Weffort mencionou sua conclusão de que não havia nascido para a vida política. Este giro interpretativo e esta revisão do passado – que mudou sobremaneira sua lógica interpretativa – nos faz entender que justamente sua participação na *realpolitik* o teria afastado da perspectiva compreensiva da esfera política, aproximando-o do âmbito interpretativo da cultura e do social.

Considerações finais

Procuramos analisar neste trabalho a trajetória de interpretações de Francisco Weffort sobre o Brasil *vis-à-vis* sua atuação no campo político. Em um primeiro momento, através do estudo de suas teorias sobre o populismo, buscamos compreender como se iniciou sua trajetória no ambiente acadêmico, quais foram suas principais referências teóricas, seus principais interlocutores e os principais autores que o influenciaram na ressignificação deste conceito. Um segundo ponto analítico que priorizamos nesta tese foi expor de que maneira suas formulações sobre o populismo encontraram reflexo na sociedade e como esta consonância entre teoria e prática contribuiu com a fundação do PT. Num terceiro movimento, tentamos demonstrar de que modo suas teorias mais radicais – que buscavam o socialismo como horizonte político – foram se aproximando das formulações acerca da democracia e de que forma o autor passou a valorizar os horizontes institucionais de representação. Num momento final, demonstramos de que forma o autor se “reconciliou” com seu passado intelectual, ao reconhecer em períodos históricos e em seus personagens, momentos e atores importantes para a formação nacional e para os processos de *state-building* no país.

Conforme demonstramos no primeiro capítulo, Weffort foi a expressão mais radical de uma linha de pensamento formada na escola uspiana, que tinha como base as críticas ao marxismo de orientação nacionalista/leninista, representado em boa medida pelo ISEB, pelo PCB e por uma fração de intelectuais marxistas durante as décadas de 1960/1970. Estas teorias foram formadas a partir de correntes teóricas bastante heterogêneas, tendo como base principal Durkheim, Weber e Marx.

Pode-se dizer que foi a partir do contato de Weffort com o marxismo uspiano que sua crítica se radicalizou e assumiu um caráter classista, que via na aliança das elites brasileiras as respostas para o “atraso brasileiro”. Também a partir deste contato, suas narrativas sobre o populismo foram assumindo formas mais radicais, até desaguar – após sua passagem pela CEPAL – em sua tese de livre docência. Este trabalho reprovava não apenas os comunistas do PCB, mas todo o regime de arranjos e alianças políticas que caracterizaram a era Vargas e os governos posteriores.

Durante a década de 1970, ainda no CEBRAP, Weffort reuniria em torno de si um grupo de jovens pesquisadores com a intenção de estudar os novos atores que surgiam naquela década no processo de industrialização e urbanização no país. Em 1976 Weffort deixaria o centro para fundar o CEDEC, levando boa parte destes pesquisadores consigo

para estudar temáticas como o novo-sindicalismo, movimentos sociais, greves, entre outros. Este grupo se aproximaria de seus próprios objetos de estudo no momento em que as pesquisas estavam sendo realizadas. Através de entrevistas, pesquisas participantes e outros expedientes, intelectualidade e classe trabalhadora se aproximariam num fenômeno peculiar, que teria desdobramentos políticos à frente com a fundação do PT.

É neste sentido que consideramos as interpretações sobre o nacional-populismo e sobre o sindicalismo corporativista desenvolvidas por Weffort como uma explicação *ex-ante* para a formação do PT. Estas noções carregavam em suas formulações a “ideia genérica” de fundação do Partido dos Trabalhadores: Um partido proveniente de uma base popular, que se recusava a políticas de acordos e alianças, negava a importância do papel do Partido Comunista na esquerda brasileira, contestava a herança do trabalhismo e buscava se formar sem nenhum vínculo com a “velha política”.

Em outras palavras, o populismo tornou-se uma espécie de História oficial, uma explicação do *modus operandi* da “antiga política brasileira”, visto como a representação máxima do personalismo, do patrimonialismo e das práticas de favorecimento daqueles que já participavam do jogo político nacional. O conceito, limitado inicialmente aos muros da academia, ganhou corpo ao deixar este ambiente e se materializou como narrativa, contribuindo com a formação de um partido que continha em seus genes estes pressupostos explicativos. Além desta materialização do conceito em ação, ocorreu a aproximação na prática dos intelectuais e movimentos sociais, que buscavam atuar politicamente durante o processo de redemocratização pós-1964.

Neste sentido, trabalhadores e intelectuais atuaram conjuntamente na formulação daqueles que seriam os documentos oficiais iniciais de formação do partido, desde seu manifesto de fundação até a Tese André Lins. Deu-se, desta maneira, a realização de um intento inovador na História política brasileira, um partido político criado a partir das demandas e exigências da sociedade civil organizada, sem a atuação de “políticos profissionais” como vanguarda esclarecida durante este processo. Embora houvesse neste movimento atores políticos que haviam deixado o MDB e outros movimentos por descontentamentos com o caráter conciliatório da redemocratização, estes atores não foram protagonistas no processo de fundação do partido.

Podemos constatar a partir desta reconstituição que as reflexões germinadas na USP, no CEBRAP e no CEDEC, atuaram como uma espécie de gênese interpretativa que contribuiria no plano abstrato com a formação do Partido dos Trabalhadores. Se o partido surgiu sem um programa político específico e/ou destituído de formulações teóricas

características dos partidos de esquerda, teve como base oculta uma narrativa hegemônica que foi fundamental para sua constituição.

Acreditamos também não ser exagerado considerar as críticas de Weffort ao nacional-populismo e ao Partido Comunista Brasileiro – colocando-se ideologicamente à esquerda do partido – como um substrato teórico-ideológico que emprestou sentido à inserção de uma fração da esquerda brasileira na luta armada. Frente a um contexto político nacional profundamente polarizado, de um impasse em que as lideranças da esquerda de orientação leninista/nacionalista não indicavam saídas possíveis e diante de experiências revolucionárias exitosas como o caso da Revolução Cubana, alguns grupos aceitaram a ideia de que ingressar na luta armada seria a melhor solução para derrotar os militares. O MR-8 é um exemplo representativo de dissidência do Partido Comunista Brasileiro que optou por soluções mais radicais diante do regime.

Passado este momento de interpretações/narrativas radicalizadas, Weffort passaria a se dedicar de forma mais substantiva à vida política, protagonizando um importante papel no Partido dos Trabalhadores. Sua atuação foi significativa durante toda a década de 1980 – quando atuou como secretário geral entre 1983-1987 e foi responsável pelas campanhas de Luís Inácio Lula da Silva até 1994 – e a experiência da vida política viria coroar uma alteração em seus marcos teóricos.

O discurso em favor de uma esquerda radical, que rompesse com os marcos políticos republicanos seria substituído por formulações teóricas sobre a democracia. Além de análises de conjuntura e textos para periódicos, Weffort passaria a cerrar fileiras ao lado dos eurocomunistas brasileiros, entre eles, Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Jorge Werneck Vianna, na tentativa de fortalecer a ideia de um socialismo democrático no Brasil.

Diante dos acontecimentos históricos nacionais e internacionais – entre os quais a redemocratização brasileira e a queda do muro de Berlim – a utopia socialista seria substituída pela democracia. Weffort e parte da intelectualidade brasileira seria “obrigada” a forjar no Brasil uma nova espécie de formulação intelectual, que se coadunasse à realidade da política e emprestasse sentido aos novos marcos teórico-ideológicos com os quais teriam de se defrontar a partir daquele momento – e que, além disto, oferecesse alento à decepção destes intelectuais com suas esperanças e utopias. Deste modo a democracia – como agenda de pesquisa e atuação política – seria a temática que passaria a animar estes intelectuais, provenientes de diferentes linhas teóricas e ideológicas. O radicalismo pré e durante regime militar daria lugar ao pragmatismo e ao

realismo, contribuindo com a inserção de diferentes intelectuais na *realpolitik*. Este pragmatismo passaria a habitar a política concreta, tendo no Partido dos Trabalhadores uma das melhores representações. Neste caso, a ida de Weffort para o PSDB em 1994/1995, pode ser compreendida como uma espécie de desilusão com este excesso de pragmatismo, que teria se unido, segundo ele, com sua derrota para Florestan Fernandes na disputa pela Constituinte em 1986. O caso de Weffort seria apenas um entre muitos outros atores que deixaram o PT por conta da nova linha de atuação do partido.

Com sua ida para o Ministério da Cultura em 1995 – a convite de seu ex-professor e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso –, Weffort operaria um giro interpretativo radical em relação a sua visão inicial acerca do período político entre 1930 – 1960. Se em seus estudos iniciais, a política deste período era interpretada por ele em termos negativos, em seus novos escritos Weffort passaria a reconhecer aspectos positivos neste passado histórico-político. A análise de intelectuais e instituições do passado passou a ser ressignificada e recebeu um novo olhar por parte do autor.

Segundo Weffort (2015), sua passagem pelo Ministério da Cultura teria mudado seu modo de olhar para o Brasil. Conforme mencionamos anteriormente, ele teria, a partir daquele momento, passado a enxergar diferentes Brasis num mesmo país. Este aspecto teria contribuído para amenizar suas críticas ao período nacional-populista, aos seus atores políticos e suas instituições respectivas. Mas não apenas sua crítica ao passado teria sido alterada nesta virada compreensiva. Sua perspectiva interpretativa e seu objeto de estudo teriam também passado por transformações. O pensamento político brasileiro e seus atores, passaram a ser o objeto de análise de Weffort em seus três últimos trabalhos, além disto, aspectos culturais, religiosos, sociais e econômicos do passado tornaram-se temáticas importantes em suas investigações.

Elementos como o iberismo, os jesuítas, os bandeirantes, os mitos nacionais, acontecimentos históricos como a escravidão e sua abolição, o pensamento político de determinados intelectuais brasileiros e as agências de pensamento das quais participavam passaram a compor o leque de investigação de Weffort. Além disto, vale chamar a atenção para o fato de que Weffort deixaria de ver na política a chave compreensiva capaz de explicar os “paradoxos da origem” nacional (título dado a um dos capítulos de seu livro [2006]).

Seria a partir da compreensão da cultura e do passado que Weffort passaria a buscar explicações para a formação política nacional em suas três últimas obras (2000, 2006, 2012). O mesmo Weffort (1972) que criticou a escola uspiana pelo excesso de

“sociologismo”, “psicologismo” e “economicismo” nas explicações sobre o Brasil entre as décadas de 1960 e 1970 – mobilizando a política como a chave compreensiva mais eficaz para esta compreensão –, seria o autor que se valeria, de certo modo, de uma espécie de “culturalismo” para explicar o Brasil e seu passado. Deste modo, a “reconciliação” do autor com o passado histórico nacional, não teria se dado apenas na consideração do objeto de pesquisa eleito pelo intelectual em suas investigações, mas também na chave compreensiva, através da qual passaria a enxergar determinados fenômenos (de uma chave negativa para uma chave positiva), e para além disto, pela sua nova perspectiva compreensiva da “cultura” como elemento capaz de explicar a realidade nacional, seus processos políticos, sociais e econômicos. Seu fascínio pelos “Brasis”, que passou a conhecer depois de sua passagem pelo Ministério da Cultura, o impulsionaram a formular uma nova interpretação sobre o Brasil.

Ainda sobre sua reconciliação com os clássicos do pensamento político brasileiro, é importante reter o fato de que diante da polarização política e ideológica que se vive no Brasil desde as eleições presidenciais de 2014, Weffort – através de suas intervenções públicas – vem assumindo um importante papel na qualificação e no fortalecimento do debate democrático brasileiro. Neste sentido, ao invés de enterrar o passado (como tentaram fazer alguns intelectuais da cadeira I de Sociologia uspiana sob a batuta de Florestan Fernandes entre as décadas de 1960/1970 ao negar o “ensaísmo” de autores como Oliveira Vianna, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, entre outros), Weffort o retomou, demonstrando que mais importante do que negar a História, é reconhecer sua importância e saber que uma sociedade como a brasileira (de herança ibérica e patrimonialista) não se move a partir de rupturas abruptas com o passado, mas sim a partir dos traços de continuidade que a conformam e a conformaram.

Produção Francisco Correa Weffort

Política de Massas. In: Ianni, Octávio; Singer, Paulo; Cohn, Gabriel; (Orgs.). Política e revolução social no Brasil . Civilização Brasileira, RJ, 1965.
Raízes sociais do populismo em São Paulo. Revista Civilização Brasileira , n. 2, P. 39-60, RJ, maio de 1965a
Estado e massas no Brasil. Revista Civilização Brasileira , n.7, RJ, 1966.
Classes populares e política (contribuição ao estudo do populismo) , Tese de Doutorado, USP, SP, 1968
Notas sobre a “teoria da dependência”: teoria de classe ou ideologia nacional?. In: Revista Estudos CEBRAP n 1, SP, 1971.
Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco – 1968. In: Cadernos CEBRAP n° 05, SP 1972.
Sindicatos e política . Tese apresentada para Concurso de Livre Docência da Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1972a.
A vitória inchada da Arena. In: Jornal Opinião , n° 4, São Paulo, 1972b.
Os Trabalhadores Calados In: Jornal Opinião , n°12, São Paulo, 1973.
MDB: elites e massas In: Jornal Opinião , n°14, São Paulo, 1973a.
As Alternativas do “Milagre Espanhol” In: Jornal Opinião , n° 18, São Paulo, 1973b.
Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra). In: Estudos CEBRAP n° 4. SP, 1973c.
A democracia e a "questão social". In: Jornal Opinião , n° 94, São Paulo, 1974.
Apresentação. In: Contradições urbanas e movimentos sociais , CEDEC/Paz e terra, SP, 1977.
O populismo na política brasileira . Paz e Terra, RJ, 1978.
Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 In: Revista de Cultura Contemporânea 1° parte, n° 1, P. 7-13, CEDEC, SP, 1978
Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 In: Revista de Cultura Contemporânea 2° parte n° 2, P. 3-11, CEDEC/Paz e terra, SP, 1979.

Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 In: Revista de Cultura & Política , 3º parte, nº 1, P. 12-18, CEDEC/Global, SP, 1979.
A cidadania dos trabalhadores. In: . Lamounier, Bolivar; Weffort, F. C.; Benevides, Maria Victoria (Orgs.) Direito, cidadania e participação . TAQ, SP, 1981.
Por que democracia? Brasiliense, SP, 1984.
O intelectual e a democracia. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (coord.). Os intelectuais nos processos políticos da América Latina . Editora da UFRGS, RS, 1985
Incertezas da transição na América Latina. Ildes , (Estudos, nº 1), SP, 1987
Dilemas da legitimidade política. Lua Nova , nº 15, SP. 1988; versão em espanhol: Los dilemas de la legitimidad política. Revista de la Cepal , nº 35, 1988
(Org.). Os clássicos da política , editora Ática, SP, 1989
Why democracy?. In: STEPAN, Alfred (org.). Democratizing Brazil . Oxford University Press, 1989a
PT: um projeto para o Brasil . (ORG.) Brasiliense, SP, 1989b.
Un sistema dual de poder. Notas sobre el desarrollo político de Brasil, Revista Sintesis , nº 11, SP, 1990
A América errada (notas sobre a democracia e a modernidade na América Latina em crise). Lua Nova , nº 21, SP, 1990a
Democracia política e desenvolvimento econômico. Cadernos Cedec , nº 22, SP, 1991
Democracy and socialism . Journal of Democracy, s/nº, julho de 1992
Novas democracias. Que democracias?, Lua Nova , nº 28, SP, 1992a
Qual democracia? Companhia das Letras, SP, 1992b
A segunda revolução democrática. In: Jornal Folha de São Paulo (Caderno Especial, Pág. Especial A-2), SP, 1994.
New democracy and economic crisis in Latin America. In: OXHOM, P.; DUCATENZELLER, G.. (Org.). What kind of democracy? What kind of market? . Pennsylvania: University Park, 1998
Um olhar sobre a cultura brasileira , FUNARTE, RJ, 1998.

A cultura e as revoluções da modernização, Cadernos de Nosso Tempo , Fundo Nacional de Cultura, RJ, 2000
Cultura brasileira, cultura mestiça. In: ARAUJO, E. (Org.). Para nunca esquecer - negras memórias, memórias de negros , Ministério da Cultura, DF, 2002
As escritas de deus e as profanas: notas para uma história das idéias no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais , v. 2, p. 5-25, 2005.
Formação do pensamento político brasileiro . Ática, SP, 2006.
Espada, cobiça e fé: um ensaio sobre as origens do brasil , Civilização Brasileira, SP, 2012

Documentos

Documentos Consultados sobre o Partido dos Trabalhadores

Tese de "Santo André-Lins" – 24 de Janeiro de 1979
Carta de princípios - Comissão Provisória – 1º de Maio de 1979
Declaração política - Documento da comissão nacional provisória – 13 de outubro de 1979
Plataforma política - 13 de outubro de 1979
Boletim nacional do partido dos trabalhadores (1979 – 1986) - Edições com a participação de Weffort 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 22, 25, 30
Revista Teoria e Pesquisa – Várias Edições

Artigos de jornais escritos ou com participação de Weffort sobre a Assembleia Nacional Constituinte

Folha de São Paulo, São Paulo, p. 8, 19/04 de 1986
Folha de São Paulo, São Paulo, p. 8, 31/08 de 1986
Folha de São Paulo, São Paulo, p. a4, 28/06 de 1987
Folha de São Paulo, São Paulo, p. a6, 15/05 de 1987
Jornal da Tarde, São Paulo, nº 6767, p. 3, 16/12 de 1987
Jornal de Brasília, Brasília, nº 4431, p. 5, 05/06 de 1987
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 4, 08/05 de 1987
O Estado de São Paulo, São Paulo, nº 34448, p. 9, 18/06 de 1987
O Estado de São Paulo, São Paulo, nº 34603, p. 5, 16/12 de 1987
O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 4a-4f, 25/09 de 1977
O Estado de São Paulo, São Paulo, nº 34684, p. 6, 23/03 de 1988
O Estado de São Paulo, São Paulo, nº 34722, p. 6, 07/05 de 1988
O Globo, Rio de Janeiro, p. 3, 23/05 de 1988

Referências Bibliográficas

Bibliografia geral

AARÃO REIS, D. “O Colapso do Colapso do Populismo ou a propósito de uma herança maldita” in J. Ferreira (org), **O Populismo e sua História – debate e crítica**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2001

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990

AMARAL, M. E. A. **As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**, Tese de doutorado, Unicamp, SP, 2010

ANDRADE, R. C. **Perspectivas no Estudo do Populismo Brasileiro**, Civilização Brasileira, RJ, 1979

ANDREWS, C. As Policy Sciences como “ciência”: método e reificação. **Perspectivas**, v. 27, ed 1, SP, 2005

ARAÚJO, A. P. M. **Francisco Weffot e o papel da *intelligentsia* nacional: considerações sobre uma trajetória**, Dissertação de mestrado, UNESP, SP, 2012

ARAÚJO, C. Apresentação: um giro linguístico na história das ideias políticas. IN: **Linguagens do ideário Político**. São Paulo: EDUSP, 2003

ARAUJO, C. Pensamento político e a redemocratização do Brasil, IN: CHAUI, M. NOGUEIRA, M. A. O pensamento político e a redemocratização no Brasil, **Lua Nova**, n° 71, P. 173-228 CEDEC, SP, 2007

ARRUDA, M. A. do N. **Metrópole e Cultura em São Paulo no Século XX**. Bauru/SP: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, 2001

BAPTISTA, K. A. **O CEBRAP como centro de referência para as ciências sociais nos anos setenta**. Tese de doutorado, UNESP, SP, 2009.

BARBOSA, I. A. **A Esquerda Católica na Formação do PT**, Mestrado em Ciências Sociais, UNESP, SP, 2007

BARBOZA FILHO, R. A modernização brasileira e o nosso pensamento político, **Perspectivas**, vol. 37, SP, 2010

BARBOZA FILHO, R. **O conceito de populismo: uma revisão teórica**, Dissertação de Mestrado, UFMG, MG, 1980

BARIANI, E. Weffort e o pensamento político brasileiro, Gramsci e o Brasil, 2007. resenha do livro: WEFFORT, F. C. **Formação do pensamento político brasileiro. Idéias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006. 360 p.

BASTOS, E. R. (Org.); RÊGO, W. D. L. (Org.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. 1ª. ed. São Paulo: Olho d'Água, 1999. v. 1. 216p .

BASTOS, E. R. ABRUCIO, F. LOUREIRO, M. R. & REGO, J. M. **Conversas com sociólogos brasileiros**. Editora 34, 464 páginas, São Paulo, 2006

BASTOS, E. R. **O pensamento sociológico no Brasil: consenso ou crítica?** Tese de Livre Docência, Unicamp, SP, 1998

BENDA, J. **A traição dos intelectuais**. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.

BOBBIO, N. **os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**, Ed. UNESP, SP, 1996

BOTELHO, A. LAHUERTA, M. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. **Perspectivas**, v. 28, SP, 2005

BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. Aderaldo & Rothschild Editores, SP, 2007

BRANDÃO, G. M. **A esquerda positiva. as duas almas do Partido Comunista—1920/1964**, Hucitec, SP, 1997

BURAWOY, M. For public Sociology, **American sociological review**, VOL. 70 (February:4–28), 2005

BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, SP, 1992.

- BURKE, P. **Variedades de história cultural**. RJ, Civilização Brasileira, 2000.
- CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)**. V 1: 1750 – 1836, BH, Itatiaia, 1997
- CARDOSO, F. H. Entrevista IN: BASTOS, E. R. ABRUCIO, F. LOUREIRO, M. R. & REGO, J. M. **Conversas com sociólogos brasileiros**. Editora 34, São Paulo, 2006
- CARDOSO, F. H., LAMOUNIER, B. **Os partidos e as eleições no Brasil**, Editora Paz e Terra, RJ, 1975
- CARDOSO, F. H., **Autoritarismo e democratização**. Paz e Terra, RJ, 1975.
- CARDOSO, F. H., O regime político brasileiro. In: **Estudos CEBRAP 2**. Editora Brasileira de Ciências LTDA, SP, 1972.
- CARDOSO, F. H. FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7º ed. Editora LTC, RJ, 1970.
- CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. Difusão Européia do Livro (Corpo e Alma do Brasil, 13 – Direção de Fernando Henrique Cardoso), Difel, São Paulo, 1964.
- CARVER, T. Marx and the politics of sarcasm, **Socialism and Democracy**, 24:3, 102-118, 2010
- CASTIGLIONE, D., HAMPSHER-MONK, I (Ed.) **Ideas in context: the history of political thought in national context**, Cambridge University Press, 2011
- CASTRO GOMES, Â. “O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil”. **Revista Tempo**, vol 1, n 2, 1996, p 31-58, 1996
- CÉSAR, B.T. **Verso, Reverso, Transverso. O PT e a Democracia no Brasil**, doutorado em Sociologia, UNICAMP, SP, 1995
- CHAUÍ, M. NOGUEIRA, M. A. O pensamento político e a redemocratização no Brasil, **Lua Nova**, nº 71, P. 173-228 CEDEC, SP, 2007

CHAUÍ, M.; FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular**. Cedec/Paz e Terra, RJ, 1978

CHILCOTE, R. **Intellectuals and the search for national identity in twentieth-century brazil**, Cambridge University Press, USA, 2014

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital: Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**, Doutorado em História, UFF, RJ, 2005

COHN, G. O ecletismo bem temperado. In: D’Incao, M.A. **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Paz e Terra, RJ, 1987

CROCE, B. **Historia de Europa en el Siglo XIX**, Ed. Ariel, 2011

DI TELLA, T. Populismo y reforma en America Latina, **Revista Desarrollo Economico**, Desarrollo Económico. V. 4, N°16, P. 391-425, 1965

DI TELLA, T. **El sistema político argentino y la classe obrera**, EU DEBA, Buenos Aires, 1964

ECHEVARRIA, J. M. **Filosofia, educación y desarrollo**, Siglo Vintiuno Editoras, México, 1967

ECHEVARRIA, J. M. **Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico**, Ed Solar Hachett, Buenos Aires, 1964

FERREIRA, J. (org.), **O Populismo e sua História – Debate e Crítica**. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira. 2001

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1998.

FILHO, A. R. O ‘Seminário Marx’ e sua influência nas Ciências Humanas no Brasil: a crítica da analítica paulista o marxismo adstringido de José Arthur Giannotti, **IV Colóquio Engels e Marx**. SP 2005

FLORIANO, P. J. R. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**, Tese de Doutorado, UFSCAR, SP, 2008

FORJAZ, M. C. S. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, vol. 12 n. 35, SP, 1997

FUENTES, C. **El espejo enterrado**, Fondo de Cultura Económica, México, 1997

GADOTTI, M e PEREIRA, O. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do partido dos trabalhadores**, Cortez, SP, 1989

GERMANI, G. **Política y sociedad em uma epoca de transición**, Ed Paidós, Buenos Ayres, 1962

GIANNOTTI, J.A. **Recepção de Marx no Brasil**. Novos Estudos n° 50, SP 1998

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Edição crítica do Instituto Gramsci, ORG. Valentino Gerratana, Turim, Einaudi, 1977

GUIMARÃES, J.R **Claro enigma: o PT e a tradição socialista**, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Unicamp, SP, 1990

HOWARTH, D. **Discourse**. Buckingham UK: Open University Press, 2000

HUNTER, W. **The transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989-2009**. Cambridge University Press, Cambridge, UK, 1999

IANNI, O. **Formação do estado populista na América Latina**, Civilização Brasileira, RJ, 1975

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**, Civilização Brasileira, RJ, 1968

IANNI, O. SINGER, P. COHN, G. WEFFORT, F. **Política e revolução social no Brasil**. Civilização Brasileira, RJ, 1965.

INGLEHART, R. **Modernization and post modernization: cultural, economic and political change in 43 societies**. Princeton Univeristy Press, Princeton, 1997

JASMIN, M. Lenguajes políticos en el mundo de la acción: historia conceptual y teoría política. **Prismas, Revista de historia intelectual**, N° 11, PUC, RJ, 2007

JASMIN, M. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 20, n° 57, SP, 2005

KECK, M. PT, **A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**, Ática, SP, 1991

KONDER, L. **A questão da ideologia em Gramsci**, Gramsci e o Brasil (Acessa.com), 2002, acessado em <http://www.acessa.com/gramsci/?id=298&page=visualizar> em 08/09/2017

KORNHAUSER, W. **The politics of the mass society**, Routledge and Kegan Paul, London 1960

LAHUERTA, M.. Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica. **Perspectivas**, v. 28, p. 157-186, SP, 2005.

LAUHERTA, M. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 1999

LAHUERTA, M. **Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos quarenta**. Andreato Comunicação e Cultura, SP, 2014

LAMOUNIER, B. **Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologia no século XX**, Cia das Letras, SP, 2014

LE GOFF, J. **História e memória**. 2. ed. Ed. da Unicamp, SP, 1996.

LESSA, R. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil, **Lua Nova**, n° 82, SP, 2011

- LOPES, W. **Da Negação à Integração Um Estudo da Trajetória Política do PT (1979 - 2002)**, Mestrado em Ciências Sociais, PUC, SP, 2009
- LUCKÁCS, G. **Thomas Mann**, Ediciones Grijalbo, S.A, México, D.F., 1969
- MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MANTEGA, G. **A Economia política brasileira**, 3º Edição, Ed. Polis\Voices, 1985
- MARTIN, J. **The rhetoric of Manifesto** In: CARVER, T., FARR, J. The Cambridge companion to The Communist Manifesto, Cambridge University Press, 2015
- MARTIN, J. **Politics & Rhetoric: A critical introduction**, Routledge – Taylor & Francis group, London and NY, 2014
- MARTINS, E. L. **O marxismo e a universidade no Brasil: Um estudo sobre o Seminário de Marx (58 – 64)**. Dissertação de mestrado – UNICAMP, SP - 2008.
- MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. In: GIANNOTTI, J. A. (ORG.) **Os pensadores**, 3º edição, Abril Cultural, 1985
- MARX, K. **A Guerra Civil na França**, (1871), Marx-Engels: Textos, v. I, Edições Sociais, SP, 1976
- MATOS, J. S. SENNA, A. K. História oral como fonte problemas e métodos. **Historia**, n° 2 (1) 95–108, RS, 2011.
- MENEGOZZO, C. H. M. **Partido dos Trabalhadores : bibliografia comentada (1978-2002)**; colaboração Dainis Karepovs ... [et al.]. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- MENEGUELLO, R. **PT: a formação de um partido, 1979 – 1982**, Paz e Terra, RJ, 1989
- MICELI, Sergio. **História das Ciências Sociais no Brasil**, volume 1, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989
- MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MOISÉS, J. A; “Perspectivas da democracia na América Latina”, **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 2, mar. 1978

MOISÉS, J. A; **Classes populares e protesto urbano. São Paulo**: Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Tese de doutorado, SP, 1978

MOISÉS, J. A; **Greve de massa e crise política (Estudo da greve dos 300 mil em São Paulo - 1953-54)**. São Paulo: Livraria Editora Polis, 1978

MOISÉS, J. A; MARTINEZ-ALIER, Verena. “A revolta dos suburbanos ou ‘patrão, o trem atrasou’”. In: MOISÉS, J. A.; MARTINEZ-ALLIER, V.; OLIVEIRA, F. e LIMA, S. S. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1978

MOISÉS, J. A. Il populismo in America Latina. **Guide Bibliografiche Cespi**, Milão, v. 2, p. 1-61, 1977.

MOISÉS, J. A. Reflexões sobre os Estudos do Populismo no Brasil. **Cadernos Noel Nütels**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 1-48, 1976.

MONTERO, P., MOURA, F. (orgs.). **Retrato de grupo – 40 anos do CEBRAP**, São Paulo: Cosacnaify, 2009.

MORAES FILHO, E.; SAES, D.; GORENDER, J.; FORMAN, S. **Trabalhadores, sindicatos e política**. São Paulo: Cedec/Global, 1979

MOREIRA, M. S, O Debate teórico-metodológico na Ciência Política e o Pensamento Social e Político Brasileiro, **Teoria e Pesquisa**, vol. 21, nº 1, UFSCAR, SP, 2012

MORSE, R. **O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

NOBRE, M. A Filosofia da USP sob a Ditadura Militar, **Novos Estudos**, CEBRAP, nº 53, SP, 1999

NOVAES, C. A. M. PT: Dilemas da Burocratização. **Novos Estudos Cebrap**, SP, 1993

NUN, J.; ALVAREZ, A.; SANDOVAL, E.; ARROYO, R. **A situação da classe trabalhadora na América Latina**. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978

OLIVEIRA, F. **"A economia brasileira: crítica à razão dualista"**, CEBRAP, SP, 1972

OLIVEIRA, I. R. **Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores**. Rio de Janeiro Vozes, 1988.

PAIVA, D. H. S. **PT e PSDB: dois programas de governo, um projeto para o Brasil**, Dissertação de Mestrado, UNESP, SP, 2006

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990,

PERLATTO, F. **A Imaginação sociológica brasileira: A Sociologia no Brasil e sua vocação pública**, Ed. CRV, PR, 2016

PERLATTO, F.; CHAVES, D. **Repensar os populismos na América do Sul**, UNIFAP/Autografia, Macapá, Rio de Janeiro, 2016

PERRUSO, M. A. **Em busca do "novo": intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80**, Tese de doutorado, UFRJ/IFCS, RJ, 2008.

PINHEIRO, C. P., HOLLANDA, B.B., MAIA, J. M. E., **Práticas e textualidades: pensando a pesquisa e as publicações em ciências sociais**, CPDOC, FGV, RJ, 2015

PINTO, L. H. **Subdesenvolvimento, desenvolvimentismo e política: o pensamento de Celso Furtado e José Medina Echavarría**, Tese de doutorado, UFSCar, SP, 2016

PINTO, A. **Aspectos políticos de desarrollo latino-americano**, Santiago, 1964

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. SP Edusp, 2003.

POCOCK, J.G.A. **Virtue, commerce, and history**, Cambridge University Press, 1995

POCOCK, J. G. A.. **The machiavellian moment: florentine political thought and the atlantic republican tradition**, Princeton University Press, 1975

POCOCK, J.G.A. **Politics, language and time: essays in political thought and history**, Atheneum, NY, USA, 1971.

QUIJANO, A. **Dependencia, câmbio social y urbanización em america latina**, CEPAL, Santiago, 1967

RIBEIRO, P.J.F. **Dos Sindicatos ao Governo: A Organização do PT de 1980 a 2005**, tese de doutorado em Ciência Política, UFSCAR, SP, 2008

RICUPERO, B. A (re) conciliação com a tradição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, p. 163-165, SP, 2007

RODRIGUES, L. M. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**, DIFEL, SP, 1966

ROMÃO, W. M. **Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do cesit**, Humanitas, SP, 2006

SANTOS, W. G. "A Ciência Política na América Latina". **Dados - Revista de Ciências Sociais**, n° 23, 1. 1980

SARTRE, J.P. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHWARZ, R. "Um seminário de Marx". In **Novos Estudos**, CEBRAP, n° 50, pp. 99-114, Março, 1998.

SECCO, L. **História do PT 1978-2010**. Ateliê Editorial, SP, 2011

SEGATTO, J. A. **Política, relações sociais e cidadania**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/Contraponto, 2015.

SILVA, L. F. **Pensamento social brasileiro: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980**. Editora Corações e Mentis SP – 2003

SILVA, R. História intelectual e teoria política, **Revista Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, p. 301-318, PR, 2009

SINGER, P. As contradições do milagre. In: **Estudos CEBRAP** n° 6. Editora Brasileira de Ciências LTDA, SP, 1973.

SKINNER, Q. **Interview part 1: Quentin Skinner on meaning and method, the art of theory**, USA, 2011

SKINNER, Q. **Visions of politics – regarding method**. Cambridge University Press, UK, 2002.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. Companhia da letras, SP, 1978

SKINNER, Q. “Conventions and the understanding of speech acts”. **The Philosophical Quarterly**, vol. 20, no 79, pp. 118-138, UK, 1970

SOARES, L. R. **Mestres e discípulos e um seminário em São Paulo (1958-1978)**, Tese de Doutorado USP SP 2011

SORJ, B. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo: Da resistência à ditadura ao governo FHC**, Jorge Zahar Editor, RJ, 2001

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo, LeYa, 2015.

SOUZA, L.M. **Crônica de um partido não anunciado: programa e governos do PT entre 1979-2000**, tese de doutorado, UNICAMP, Instituto de Economia,SP, 2004

SOUZA, V. S. Autor, texto e contexto a história intelectual e o ‘contextualismo lingüístico’ na perspectiva de Quentin Skinner. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, ano V, n° 4, Fiocruz, RJ, 2008

SPINELLI, J. A. Dependência, autoritarismo, liberalismo e democracia: o debate dos intelectuais no jornal Opinião (1972/1977...), **Anais do 40° Encontro Anual da ANPOCS**, MG, 2016

TAUIL, R. M. **Octavio Ianni: o início de sua trajetória intelectual: uma nova interpretação sobre a “questão racial”**, Mestrado, UNIFESP, SP, 2013

TAVARES, M. C.; SERRA, J. **Mais além da estagnação: Uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil**, 1971 (mimeografado).

TOLEDO, C. N. **ISEB: fábrica de ideologias**, 2ª edição, Campinas, Ed. da Unicamp, 1997

TULLY, J. (ED.) **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**, Princeton University Press, NJ, EUA, 1988

VIANNA, L.W. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Revan, RJ, 1997

VIANNA, L.W. **Travessia: da abertura à constituinte**. Taurus, RJ, 1986

VIANNA, L.W. **Atualizando uma bibliografia: 'novo sindicalismo', cidadania e fábrica'**, BIB, nº 17, Rio de Janeiro. 1984

VIANNA, L.W. **Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências**, BIB, nº 3, RJ, 1982.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Trad. José Carlos Mariani deMacedo. São Paulo: Cia das Letras, 2004,p.139

WERNECK SODRÉ, N., **A verdade sobre o ISEB**, Avenir Editorial, 1978.

Entrevistas⁷⁴

Francisco Correa Weffort (2015)

Francisco Correa Weffort (2017)

José Álvaro Moisés (2015)

David McLellan (2016)

Gregor McLennan (2016)

Terrell Foster Carver (2016)

James Martin (2016)

⁷⁴ As entrevistas realizadas com Francisco Weffort e José Álvaro Moisés ainda não foram transcritas, por isto não foram inseridas neste trabalho.

Bibliografia: Relações entre intelectualidade e política

BAERT, P, Introduction to the special section on Intellectuals and Politics, **European journal of social theory** [1368-4310] yr:2011 vol:14 iss:4 pg:409 -413

BELLAMY, R. Introduction - From philosophes to pundits: Italian intellectuals and politics from Vico to Eco, **Journal of Modern Italian Studies**, Vol. 6, Iss. 2, 2001

BIRNBAUM, P. Reviewed Work: *The Burden of Responsibility: Blum, Camus, Aron, and the French Twentieth Century* by Tony Judt, **The Journal of Modern History**, Vol. 73, No. 1 (March 2001), pp. 186-187

BURROWS, M. **The left-wing road to fascism: an investigation of the influence of 'socialist' ideas upon the political ideology of the British union of fascists**, PhD, University of Sheffield, 1998

CONGDON, L.. **Exile and Social Thought: Hungarian Intellectuals in Germany and Austria, 1919-1933**. Princeton University Press, <http://www.jstor.org/stable/j.ctt7zvqgw.1991>

CHRYSSIS, A. A. **Intellectuals, political power and emancipation: from Marx to the October Revolution**, PhD, University of Leicester, UK, 1995

DRAKE, D. **Intellectuals and politics in post-war France**, Palgrave Macmillan Ltd, 2001

FLOOD, C. National Republican Politics, Intellectuals and the Case of Pierre-André Taguieff, **Modern & Contemporary France**, 2004 Aug, Vol.12(3), pp.353-70

FALK, B. J. Introduction. In **Dilemmas of Dissidence in East-Central Europe: Citizen Intellectuals and Philosopher Kings** (NED - New edition, 1, pp. 1–10). Central European University Press. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/10.7829/j.ctt2jbp37.6>, 2003

FERRET, D. **The ideology of Marxism: political praxis and European social democracy in the 1890s**, PhD, Oxford Brookes University, 2003

GIESEN, B. Intellectuals and politics, **Nations and Nationalism**, April 2011, Vol.17(2), pp.291-301

_____. Introduction: The Nation in Social Science and History In: **Intellectuals and the German nation: collective identity in an axial age**, CI, England: Cambridge U Press, 1998.

GITLIN, T. **The Intellectuals and the Flag**. Columbia University Press.
<http://www.jstor.org/stable/10.7312/gitl12492>. 2006

GUO, X. **Across the Geo-political Landscape Chinese Women Intellectuals' Political Networks in the Wartime Era 1937-1949**, PhD, King's College London, UK, 2015

HARO, L. **The beginning of the end: the political theory of the German communist party to the third period**, PhD, University of Glasgow, 2007

HORN, G. **Crosland's Socialism: a history of the British labour party's revisionist tradition, 1951-81**, PhD, London Metropolitan University, UK, 2006

HUANG, P. **China's established intellectuals: A sociological study of their participation in political campaigns (1949-1976)**, PhD, London School of Economics and Political Science, University of London, UK, 1991

JACKSON, J. **Workers' organisations and the development of worker-identity in St. Petersburg 1870-1895: a study in the formation of a radical worker-intelligenty**. PhD, University of Glasgow, 2012

JUDT, T. Introduction. In **Past Imperfect: French Intellectuals, 1944-1956** (pp. 1–12). NYU Press. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/j.ctt9qfwbv.4>, 2011

JOHNSON, B. A. **Social democratic politics in Britain 1881-1911: The Marxism of the social democratic federation**, University of Hull, 1988

MATTHEWS, W. **Socialism and nationalism: British Marxists and the national question after 1945**, PhD University of Strathclyde, 2006

PETERS, J. N. **Anti-socialism in British politics c 1900 – 1922: The emergence of a counter ideology**, PhD, Oxford, 1922

PEYCAN, P. **Intellectuals and political commitment in Vietnam: the emergence of a public sphere in colonial Saigon (1916 - 1928)**, PhD, University of London, 1999

RAMSOM, B. C. **James Connolly and the Scottish left: 1890 – 1916**, PhD, University of Edinburgh, Scotland, 1975

SAPIRO, G, « Modèles d'intervention politique des intellectuels. Le cas français», **Actes de la recherche en sciences sociales** 1/2009 (n° 176-177) , p. 8-31 URL : www.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2009-1-page-8.htm.

SHLAPENTOKH, V. Preface. In **Soviet Intellectuals and Political Power: The Post-Stalin Era** (p.ix–xiv). Princeton University Press. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/j.ctt7zv9hk.3>, 1990

TANASOIU, I. **Intellectuals and politics. From communism to post-communism: the case of Romanian intellectuals**, PhD, University of the West of England, Bristol, 2003

VALENTIN, F. **Elleinstein and Althusser: intellectual dissidents in the French Communist Party, 1972-1981**, PhD, University of Glasgow, 2001

Bibliografia: Análise do discurso e retórica

BALL, T. 'Professor Skinner's Visions', **Political Studies Review** 5: 351-64, 2007

BEVIR, M. **The logic of the History of Ideas**. New York: Cambridge University Press, 1999

BROWN B. R., Book Review: CARVER, T. *The Postmodern Marx*, Pennsylvania State University Press, 1998, **Critical Sociology**, March 2001 27: 290-292,

BUTLER, C. **Postmodernism: a very short introduction**, Oxford University Press, 2002

CARVER, T. Marx and the politics of sarcasm, **Socialism and Democracy**, 24:3, 102-118, 2010

_____The German ideology never took place, **History of political thought**. Vol. XXXI. No. 1. Spring 2010

_____Marxism and post-Marxism In: FINLAYSON, A. **Contemporary political thought: a reader and guide**, Edinburgh University Press, 2003

_____ **The Postmodern Marx**, Pennsylvania State University Press, 1998

CLARKE, M. T. The Mythologies of contextualism: method and judgment in Skinner's Visions of Politics, **Political studies**: 2013 VOL 61, 767–783

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro , v. 1, n. 1, p. 123-152, Dec. 2000 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2000000100123&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Feb. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X001001003>.

FINLAYSON, A. **Contemporary political thought: a reader and guide**, Edinburgh University Press, 2003

FRAZER, E. Political theory and the boundaries of politics In: LEOPOLD, D. & STEARS, M. (Eds.) **Political theory: Methods and approaches**, Oxford University Press, 2008

- FREEDEN, M. Thinking politically and thinking about politics: language, interpretation and ideology In: LEOPOLD, D. & STEARS, M. (Eds.) **Political theory: Methods and approaches**, Oxford University Press, 2008
- LANE, M. Interpreting political thought In: FINLAYSON, A. **Contemporary political thought: a reader and guide**, Edinburgh University Press, 2003
- LEOPOLD, D. & STEARS, M. (Eds.) **Political theory: Methods and approaches**, Oxford University Press, 2008
- MARTIN, J. The political logic of discourse: a neo-Gramscian view. **History of European Ideas** 28 (2002) 21-31
- MCLEISH, A. **The rhetoric of the Communist Manifesto**, Studies in Marxism, n° 4, p 59-79, Great Britain, 1997
- MCLENNAN, G 2009, 'Progressivism Reinvigorated'. in J Pugh (ed.), **What is Radical Politics Today?**. Palgrave Macmillan, pp. 145 - 152.
- MCLENNAN, G 2001, 'Maintaining Marx'. in B Smart & G Ritzer (eds), **Handbook of Social Theory**. London & New York: Sage, pp. 43 - 54.
- MCLENNAN, G 1999, 'Recanonizing Marx' **Cultural Studies**, vol 13(4), pp. 557 - 576.
- MCLENNAN, G. Post-marxism and the 'four sins' of modernist theorizing, **New Left Review** I/218, July-August 1996
- LA CAPRA, D. **Rethinking intellectual history: texts, contexts, language** (Ithaca NY and London, Cornell University Press, 1983)
- LAMB, R. Feature book review Quentin Skinner's 'post-modern' History of Ideas: review Visions of Politics, Volume I: Regarding method. Volume II: Renaissance virtues. Volume III: Hobbes and Civil Science. By Quentin Skinner. Cambridge University Press. 2002. 226pp. 482pp. 440pp., **History**, Volume 89, Issue 295, pages 424–433, July 2004
- MARTIN, J. The rhetoric of Manifesto In: CARVER, T., FARR, J. **The Cambridge companion to The Communist Manifesto**, Cambridge University Press, 2015
- MARTIN, J. **Politics & Rhetoric: A critical introduction**, Routledge – Taylor & Francis group, London and NY, 2014

PALONEN, K. Logic or rhetoric in the history of political thought comments on Mark Bevir, **Rethinking History**, 4, 301-10, 2000

SWIFT, A. WHITE, S. Political theory, social science, real politics In: LEOPOLD, D. & STEARS, M. (Eds.) **Political theory: Methods and approaches**, Oxford University Press, 2008

Bibliografía: Contextualismo lingüístico

ASHCRAFT, R. On John Pocock's "Communication". **Political Theory**, v. 3, n. 4, p. 464-466, 1975. ISSN 00905917.

BEVIR, M. The Errors of Linguistic Contextualism. **History and Theory**, v. 31, n. 3, p. 276-298, 1992. ISSN 00182656.

BURKE, M. J. Symposium: On Quentin Skinner, from Method to Politics. **Journal of the History of Ideas**, v. 73, n. 1, p. 69, 2012. ISSN 00225037.

BURNS, A. Conceptual history and the philosophy of the later Wittgenstein: A critique of Quentin Skinner's contextualist method. **Journal of the Philosophy of History**, v. 5, n. 1, p. 54-83, 2011. ISSN 1872261X.

CHAPARRO, S. The complete works of Quentin Skinner. **Foro interno**, v. 5, p. 115-121, 2005. ISSN 1578-4576.

CRISTIAN URIEL SOLÍS, R. La relación contexto-sujeto en Quentin Skinner. **Región y Sociedad**, v. 25, n. 56, p. 269-297, 2013. ISSN 1870-3925.

DA SILVA, A. L. A história do pensamento político como história do discurso político: considerações acerca do Whiggism no contextualismo lingüístico de John Pocock. **Dialogos**, v. 17, n. 2, p. 585-609, 2013. ISSN 14159945.

DELUNA, D. N. et al. **The political imagination in history : essays concerning J.G.A. Pocock / edited by D.N. DeLuna ; assisted by Perry Anderson and Glenn Burgess.** Baltimore, Md.: Baltimore, Md. : The Archangul Foundation, 2006.

DROLET, M. Quentin Skinner and Jacques Derrida on Power and the State. **History of European Ideas**, v. 33, n. 2, p. 234-255, 2007. ISSN 0191-6599.

EMMANUELLE, T.; JACQUES, L. Quentin Skinner: "Concepts only have histories". **EspacesTemps.net**, 2007. ISSN 1777-5477.

FISHER, R. 'How to do things with books': Quentin Skinner and the dissemination of ideas. **History of European Ideas**, v. 35, n. 2, p. 276-280, 2009. ISSN 0191-6599.

GAUTHIER, C. Text, context and illocutionary intentions of the author. The stakes of Quentin Skinner's methodological programme. **Revue De Metaphysique Et De Morale**, n. 2, p. 175-192, 2004. ISSN 0035-1571.

GEERKEN, J. H. Pocock and Machiavelli: Structuralist Explanation in History. **Journal of the History of Philosophy**, v. 17, n. 3, p. 309-318, 1979. ISSN 0022-5053.

GUILHAUMOU, J. The history of concepts: debating historical context. **Annales**, v. 56, n. 3, p. 685-698, 2001. ISSN 0395-2649.

JHON, G.; POKOK, A. QUENTIN SKINNER: THE HISTORY OF POLICY AND THE POLITICS OF HISTORY. **Novoe Literaturnoe Obozrenie**, n. 134, p. 75-92, 2015. ISSN 0869-6365.

JONES, R. A. On Quentin Skinner. **American Journal of Sociology**, v. 87, n. 2, p. 453, 1981. ISSN 0002-9602.

LACAPRA, D. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. **History and Theory**, v. 19, n. 3, p. 245-276, 1980. ISSN 00182656.

LAMB, R. Quentin Skinner's 'post-modern' history of ideas. **History**, v. 89, n. 295, p. 424-433, 2004. ISSN 0018-2648.

_____. Quentin Skinner's revised historical contextualism: a critique. **History of the Human Sciences**, v. 22, n. 3, p. 51-73, 2009. ISSN 0952-6951.

_____. Recent developments in the thought of quentin skinner and the ambitions of contextualism. **Journal of the Philosophy of History**, v. 3, n. 3, p. 246-265, 2009. ISSN 1872261X.

MARTINICH, A. P. Four Senses of 'Meaning' in the History of Ideas: Quentin Skinner's Theory of Historical Interpretation. **Journal of the Philosophy of History**, v. 3, n. 3, p. 225-245, 2009. ISSN 1872-261X.

MARTÍNEZ VALLE, C.; SKINNER, Q. Using Quentin Skinner in history and philosophy of education. **Encounters on education**, v. 15, p. 81-102, 2014. ISSN 1494-4936.

MINOGUE, K. R. Method in Intellectual History: Quentin Skinner's Foundations. **Philosophy**, v. 56, n. 218, p. 533-552, 1981. ISSN 0031-8191.

MULLIGAN, L.; RICHARDS, J.; GRAHAM, J. INTENTIONS AND CONVENTIONS: A CRITIQUE OF QUENTIN SKINNER'S METHOD FOR THE STUDY OF THE HISTORY OF IDEAS. **Political Studies**, Oxford, UK, v. 27, n. 1, p. 84-98, 1979. ISSN 0032-3217.

NEDERMAN, C. J. Quentin Skinner's State: Historical Method and Traditions of Discourse *. **Canadian Journal of Political Science**, v. 18, n. 2, p. 339-352, 1985. ISSN 0008-4239.

PALONEN, K. The history of concepts as a style of political theorizing: Quentin Skinner's and Reinhart Koselleck's subversion of normative political theory. **European Journal of Political Theory**, v. 1, n. 1, p. 91-106, 2002. ISSN 14748851.

PERREAU-SAUSSINE, E. Quentin Skinner in Context. **The Review of Politics**, v. 69, n. 1, p. 106-122, 2007. ISSN 0034-6705.

RAIA, P. An interview with Quentin Skinner. **Contemporary Political Theory**, v. 10, n. 2, p. 273, 2011. ISSN 1470-8914.

RON, A. **Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric - by Kari Palonen**. Oxford, UK. 14: 150-153 p. 2007.

SCHOCHET, G. J. Quentin Skinner's Method. **Political Theory**, v. 2, n. 3, p. 261-276,

1974. ISSN 00905917.

SIMMONS, D. The Weight of the Moment: J. G. A. Pocock's Politics of History. **History of European Ideas**, v. 38, n. 2, p. 288-306, 2012. ISSN 0191-6599.

SKINNER, Q. **Meaning and context : Quentin Skinner and his critics / edited and introduced by James Tully**. Cambridge: Cambridge : Polity Press, 1988.

SPRINGBORG, P. Republicanism, freedom from domination, and the Cambridge contextual historians. **Political studies**, v. 49, n. 5, p. 851-876, 2001. ISSN 0032-3217.

TONY, B. Interpreting and appropriating texts in the history of political thought: Quentin Skinner and poststructuralism. **Contemporary Political Theory**, v. 10, n. 3, p. 313, 2011. ISSN 1470-8914.

WALKER, W. **J. G. A. Pocock and the History of British Political Thought: Assessing the State of the Art**. 33: 83-96 p. 2008.

WICKBERG, D. Intellectual History vs. the Social History of Intellectuals. **Rethinking History**, v. 5, n. 3, p. 383-395, 2001. ISSN 1364-2529

Anexo

Relatório apresentado à FAPESP como resultado das pesquisas efetuadas como pesquisador visitante na Universidade de Bristol – Reino Unido – 01/02/2016 à 30/04/2016.

Professor responsável: Milton Lahuerta

Professor responsável durante a o período da pesquisa: Terrel Foster Carver

Pesquisador visitante: Rafael Marchesan Tauil

University of Bristol

School of Sociology, Politics and International Studies

Political Thought and History of Ideas: Comprehending Different Approaches and Interpretative Methods in the United Kingdom

Report presented to FAPESP as
results of the PhD visitant student's
program in the University of Bristol
Bristol – United Kingdom
BEPE (Research Internships Abroad)
From February, 1 to April, 30

Main research supervisor: Prof. Dr. Milton Lahuerta
Internship supervisor: Prof. Dr. Terrell Foster Carver
Visiting Scholar: Rafael Marchesan Tauil

2016, April

Introduction

We demonstrate in this report the main results of the researches we developed in the School of Sociology, Politics and International Studies of University of Bristol – Bristol – United Kingdom under the orientation of Professor Terrell Carver. The research was granted by The São Paulo Research Foundation (FAPESP) and had as its main focus the comprehension of the studies of relationship between ideas, intellectual formulations and politics developed in universities in the United Kingdom and the development of our skills in the methods of linguistic contextualism and discourse analyses.

Scientific events and Interviews

Conference In Praise of forgetting historical memory and its ironies - David Rieff (24/03/2016)

In 23th march we attended the conference *In Praise of forgetting historical memory and its ironies* given by David Rieff, which took place in Watershed - Bristol. The event was organized by The Observer and by the University of Bristol. David Rieff is an American non-fiction writer and policy analyst who have been writing books and articles about international conflicts, humanitarian issues and history. In this conference the intellectual launched his new book *In Praise of forgetting historical memory and its ironies*, published by the Yale University press in May 2016. The author addressed some questions related to historical memory and collective memory, arguing that “history” or “memories” would not necessarily help us to avoid perpetrating in the future the same mistakes we have already committed in the past. The phrase “will never happen again” was refused by the author in his arguments. Rieff believes that humanity will probably faces (and probably commit) the similar errors of the past (such holocaust, Armenian genocide, among other conflicts) even when remembering it;

Some relevant issues were raised by the author: When people are thinking about “history”, what should be considered the differences between “living” and “remembering”? Is the past serving political interesting? How can we take in account

different sides of the same “history” and “who” is writing the “history”? The questions helped us to think about the methodological approach we are considering in our research about Francisco Weffort’s ideas. As we have already interviewed Weffort and some other intellectuals that have been working with him in the university and in the Worker’s Party, we asked ourselves: what should we take in account in his “discourse” (in the interview), or going even further, what is behind his “own view” of the historical events where he was involved?

In this way we should consider that when a subject is describing his own trajectory he is also rebuilding his own “history” and using rhetoric and narrative resources to succeed in this task. Some questions must be answered: Which relations of power were involved in Weffort’s trajectory? What were the issues to be claimed by him during his political/intellectual path? How could we comprehend his trajectory (between intellectuality and politics) listening to other intellectuals and politicians who have been working with him and why are these intellectuals/politicians constructing their discourses about Weffort in this specific way, and at last, what kind of “memory” or “history” do they have in mind? In this way, we believe that is important to keep in mind that “discourses” or “narratives” are not just descriptions of the reality in itself but also a building process of history, told by its own participants, and further than that, “discourses” and “narratives” are part of a game of words where the majority of their meanings reposes in a specific contextual field.

Research seminars at Institute of Historical Research – History of Political Ideas – University of London (School of Advanced Studies)

The Convening Committee is formed by Richard Bourke (Queen Mary, University of London), Gregory Claeys (Royal Holloway, University of London), Janet Coleman (London School of Economics and Political Science), Angus Gowland (University College London), Jeremy Jennings (King’s College London), Michael Levin (Goldsmiths College, University of London), Avi Lifschitz (University College London), Niall O’Flaherty (King’s College London), Quentin Skinner (Queen Mary, University of London), Gareth Stedman Jones (Queen Mary, University of London) and Georgios Varouxakis (Queen Mary, University of London) and the meetings taken place monthly

at Senate House in the University of London. The sessions are followed by drinks and discussions about the thematic presented in the seminars.

The Middling Orders and Political Citizenship in Verse Satire, 1760-1770 - Dr. Clare Bucknell (Oxford)

In 16th March we joined the first session when Dr. Clare Bucknell presented the results of her PhD researches developed in the University of Oxford *The Middling Orders and Political Citizenship in Verse Satire, 1760-1770*. She demonstrated in this session how verse satires were mobilized in a political sense by some authors such as Thomas Chatterton, John Brown and Charles Churchill between 1740 and 1770. The presentation was very fruitful and closed to our subject, providing us some ideas about how political intentions can be presented in different ways in the intellectual context and how different intellectuals mobilize distinct approaches to “act” as political activist. This perspective is very close to the perspective we try to establish in Francisco Weffort’s case.

The presentation was followed by a researchers meeting to exchange good practices in this field of research and to discuss the investigations that have been done by the PhD students that came from different British universities. In this meeting I established important contacts, the first one with Dr. Clare Bucknell, we exchanged ideas about her subject and I asked her if she adopted some specific methodology to analyse poetry in search of political content and if in the Oxford University they were concerned with this kind of issue. Dr. Bucknell told me that she didn’t use any specific approach and that neither the Oxford department of literature (and History respectively) are concerned with it. The second contact I established was with the PhD candidate Julia Nicholls. Nicholls researches focuses on French revolutionary thought between 1871 and 1885. She tries to understand the various ways in which French revolutionary theorists and activists responded to defeat in the 1871 Paris Commune and the rise of the Third Republic. She also challenges the idea that, in revolutionary terms, the 1870’s represented a period of “intellectual atrophy” - a predicament which they were rescued from only by a definitive turn to Marxism in the early 1880s. We talked about the importance of the reception of Marx in different contexts and how ideas can interfere in political fields, such as her subject research and mine.

The last very important contact we established was with the PhD Takuya Okada, from Queens Mary University, University of London who has been studying the Thomas Hobbes's political thought from a contextualist perspective. In a conversation with Okada the main point raised by him was the methodological approach to be used in the study of Hobbes texts. Okada told me that his researches were supported by the methodological approach used by Jon Parkin in his book *Taming the Leviathan: The Reception of the Political and Religious Ideas of Thomas Hobbes in England 1640–1700*, published in 2010 by the Cambridge University Press. Parkin's book deals with the reception of Hobbes's political and religious ideas and its relationship with the political context of the epoch. We will take into account this helpful indication to think about methodological perspectives, trying to understand the idea of "reception" and "influence" of ideas in some specific contexts.

Political Authority in Post-Revolutionary France – Dr. Thomas Hopkins (Cambridge)

In 27th April we joined the second session of the seminar when Professor Thomas Hopkins (Cambridge) presented his research *Political Authority in Post-Revolutionary France* which focused on the importance of ideas and ideologies developed by Saint-Simon. Thomas Hopkins is Professor of the University of Helsinki, teaching Associate in the Department of Politics and International Studies and bye-fellow of Christ's College in the University of Cambridge. Hopkins has recently completed a University of Cambridge PhD thesis on the work of the political economists Jean-Baptiste Say and J.-C.-L. Simonde de Sismondi, in relation to the political economy of Europe in the aftermath of the French Revolution. Hopkins integrates the *Research Project Europe 1815-1914* and as part of his researches he is pursuing his interests in the history of social, economic and political theory into the mid-nineteenth century, looking at French and German perspectives on the idea of 'industrial society'.

In this session Professor Hopkins demonstrated the important and influence of Saint-Simon's ideas in the French Revolution. Saint Simon would have proclaimed himself as the Spokesmen of the industrial class. Industrial class, according to Saint-Simon, would be the class related to productive activity, out of any science or finance

sphere. From Simon's point of view, the history the civilization should be written by science, once from his perspective religion should be considered part of the past. In the 19th Saint Simon demonstrated that we were leaving the era of Christianity to ingress in the Industrial and scientific era, and affirmed that the more industrial society improve the more the order will appear. Hopkins also considered important in his presentation the relationship between industrialism and representative democracy stablished by Saint-Simon. Saint-Simon's political and economic perspective was considered the most important point by Hopkins in his research.

In this event we stablished contact with Professor Quentin Skinner, one of the founders of the contemporary linguistic contextualism perspective and known as one of founders of the Scholl of Cambridge. We talked a little bit about my research in Brazil and about my intentions in the research I have been developing in the University of Bristol. I purposed an interview by email with Professor Skinner, who kindly accepted. We will formulate a questionnaire and use the answers of the interview in the development of our main research in Brazil.

6th International Conference: After communism: East and West under scrutiny – Craiova - Romania.

Between 8th and 9th April we participated of the 6th International Conference *After communism: East and West under scrutiny* in Craiova, Romania. The congress took place at University of Craiova and academicians from 19 countries such as England, Spain, Czech Republic, Turkey, Bulgaria, Germany, Greece, Macedonia, among others joined the event. English was the official language of the congress which had as main theme the inter-disciplinary developments of the East-West relations before and after the crucial year 1989 in the fields such as political sciences, history, economics and law. This theme motivated us to join the event once is related with our research in England and Brazil. By one hand because of the panel 1) Political theory, ideology and social action in transition that is strictly related with our research in the University of Bristol where we try to comprehend different approaches to understand relationships between ideas, theories and politics; By the other hand because of the panels 2) Communism, transition,

democracy; and 3) Revolution and political history; that are closed linked to our research about Marxism, left-wing and democratic transition in Brazil.

During the event we presented the paper entitled *Marxism and democracy: a new approach to comprehending the relationships between intellectuals and politics in the life and works of the Brazilian “activist” and theoretician Francisco Weffort*. Our intention in this article was to present the role played by Francisco Weffort in the intellectual and political field before and after the left-radicalization of 1960 to 1980 in Brazil, leaving aside for a time his writings regarded in strict academic terms, and in contrast taking into account his political role during the decay and collapse of the USSR. We tried to show that as a “political intellectual” his formulations contributed with the foundation of the Worker’s Party and the role taken by some left-wingers in the armed struggle.

The article was an effort to apply the methodological instrumental we have been researching in the University of Bristol during our internship (such as discourse analyses, rhetoric, deconstructionism, hermeneutics and linguistic contextualism). As a practical exercise, we applied an epistemological interpretation linked to a rhetoric analysis perspective in this article. We could say that we have mixed a hermeneutical approach with a rhetorical analysis to comprehend the way Weffort’s ideas and political actions were linked. At first taking three key-concepts to trace Weffort’s academic/political trajectory, using the concepts of nationalism, populism and democracy. This was to show how the first formulations (nationalism and populism) were formed in an Marxist intellectual environment and how it influenced his first writings and how the second part of his theoretical formulation (democracy) were the consequences of his experiences in the Worker’s Party and its respective historical context (Brazilian redemocratization and decay of communism in the international context). At second, taking in to account the “rhetoric aspects” of his writings we assumed that Weffort would be more interested in influencing Brazilian *realpolitik* than formulating an accurate “academic interpretation” of Brazil.

Taking in account some of his works, we tried to make a writing analysis closer to a textual interpretation, more than a contextual one. Our main concern was not assented on texts political/historical context, but in the “package of meanings”⁷⁵ he was delivering us by the words populism, nationalism and democracy. In this interpretation perspective

⁷⁵ Terrell Carver, oral information, UK, 2016

we tried to provide some “autonomy” to the words and consider what it really represented to Weffort as an activist, more than an academic intellectual.

The paper received one main critical concerning the causal relations we tried to establish between Weffort’s ideas, theoretical formulations and politics. Professor Mitchell Belfer, who is Chair of the Department of International Relations and European Studies at the Metropolitan University Prague praised our research but arose this question, asking us to take care in order not to be determinist or essentialist in this point. Furthermore he pointed out the fact that social actions (in this case riots and armed struggle during the redemocratization process in Brazil after 1964) can also happen without any theoretical subtracts or intellectual ideas, using examples such as the French Revolution (1789) and Russian Revolution (1917) to show that even if influenced by consecrated literatures, such as *The Social Contract* and by *The Communist Manifesto* we could not establish an objective causal relation between the two spheres, once people who struggled during these revolutions were uneducated ones and had no access to books and other kinds of writings. This critical was very important to show us that approaching relationship between intellectuality and politics is a challenging task and that some considerations (as causal relation between Weffort as an “activist”, his ideas and politics) will have to be taken into account to accurately our interpretation about this phenomena.

Beside our attendance in the congress and the positive reception of our paper we established important contacts with university members of different countries. Professor Teodora Kaleynska from University of Veliko Tarnovo – Bulgaria and president of the Board of the European Information Center invited us to firm an inter-universities agreement between University of Veliko Tarnovo and Federal University of São Carlos, considering the importance of strengthening relationships between Latin-American and East-European countries academic institutions. We also established contact with Professor Mitchell Belfer, who is Chair of the Department of International Relations and European Studies at the Metropolitan University Prague and with Patricia González Aldea, who is Professor at University Carlos III of Madrid and Visiting Researcher at Trinity College in Dublin and invited us to develop inter-university researches regarding multidisciplinary themes such as political culture, media and International Relations.

Interviews

Interview/meeting Prof. Dr. James Martin – Goldsmiths University of London

Professor James Martin joined the department of politics of Goldsmith University of London in 2000. Before that, he worked for six years at Queen's University, Belfast. Martin's teaching and research interests are focused on rhetoric, political speech and contemporary political theory. The meeting took place in Bristol, where Martin lives and were mediated by Terrell Carver who was his supervisor during his PhD.

Our main interest in this interview was to comprehend what is the contribution of rhetoric to study history of ideas, to comprehend the influence of ideas and intellectual formulations in politics and to understand how the rhetorical analytical approach could help us to raise the standards of textual interpretations. From this point we formulated some questions for Professor Martin that invited us firstly for an informal conversation which would be followed by his answers replied by email. Our interest on Professor Martin's ideas also came from the fact that he dedicated his studies during his PhD to the ideas and intellectual trajectory of Antonio Gramsci. The PhD thesis *Gramsci's Political Analysis: A Critical Introduction* was published in 1998 by the Macmillan.

Beside rhetorical methods we talked about other methodological approaches, such as epistemology, hermeneutic, linguistic, history, among others. The meeting with Professor Martin inspired us to use the rhetorical approach in the writing of *Marxism and democracy: a new approach to comprehending the relationships between intellectuals and politics by examining the life and works of the Brazilian "activist" and theoretician Francisco Weffort*, article presented in the 6th International Conference After communism: East and West under scrutiny in Craiova, Romania and that will be published in the Revista de Științe Politice. Revue des Sciences Politiques (RSP). This article considered Francisco Weffort's works from a different point of view, more as an "activist" who influenced the political battle field through his writings (with a radical rhetoric) in the university and less as an academician, concerned with the accuracy of science.

The methodological approaches to comprehend relationship between ideas, intellectual formulations and politics were one of the main reasons of our internship in the

University of Bristol. At first we expected to deep our knowledge in the field of linguistic contextualism and discourse analyses but professor Carver encouraged us to study rhetoric through James Martin's book and suggested the interview, which was very fruitful and brought us new perspectives of interpreting the intellectual trajectory of Francisco Weffort and other intellectuals in Brazil.

1 – When and how did you first come closer to the rhetoric analysis and why do you think this is an efficient approach to study politics nowadays?

My interest in rhetoric comes from a confluence of several interests: I had been working in the 1990s in the area of Gramscian political theory and that entailed notions of ideas and ideology as a medium of popular experience, especially Gramsci's concept of 'common sense'. Gramsci had been very popular among UK political theorists in the 1970s and 80s; and I had worked on assessing how much his writings might be useful (or not) to how we analyse social and political change. I was also interested in wider Marxist and post-Marxist debates about 'discourse', which granted a degree of autonomy to ideas and concepts as vehicles of political action that shape subjectivity. Finally, I had been teaching democratic theory in the early 2000s and it became clear to me that theories of democracy were less interesting than how theory itself can help democratic advocacy. This latter brought me closer to the study of rhetoric, conceived as a handy form of knowledge by means of which people can improve their ability to communicate and assess political ideas. After studying a lot of theories of discourse, ideology and power, rhetoric stood out as a more fluid and less theoretically dense field of inquiry. Political theory has tended to be obsessed with objects such as the state, relations of production, freedom and so on. But rhetoric gave special attention to the form through which political interventions made sense of these objects. In that respect, rhetoric seemed to have more to say about what we actually do, regardless of what object we analyse.

2 – If we take into account that rhetoric is crucial to build constellations of ideas (cultural, political, social and economic) in a specific society – Gramsci's "concept of ideology" –

would it be acceptable to consider it the best element to comprehend ideas and politics as a unit? How do you think rhetorical analysis could help us to comprehend this relationship?

I'm not certain rhetoric is the best vehicle to understand ideology, though it can help. The virtue of rhetorical study lies in its exploration of particular instances of activity, the way ideas and situations are rendered meaningful at any moment. Whilst this is undoubtedly ideological in that it entails preferring certain visions of social order over others and often disguising interests, ideology always exceeds the dynamics of a particular moment. Rhetorical study can help us see how ideology is sewn together by strategies that select and emphasise. It can show us how ideology is woven into particular moments and made a force. But it cannot tell us enough about the wider story of how ideology is institutionalised or how it serves as the backdrop to how we speak. For that, we need other concepts and categories. But rhetorical study can certainly give us a clue as to how we act in specific instances and which conceptual strategies are operative at any moment. Rhetoric is best understood as a focus on the particular situation. Notions of discourse or ideology are more helpful if we want to study larger scale movements of ideas.

3 – By the other hand, rhetorical approaches are not too focused in epistemological/methodological issues and so obscuring more interesting political engagement research questions?

Yes I agree. I think this is both an advantage and a disadvantage. Lacking a strong epistemological framework, rhetoric allows us to do empirical work without constantly fitting everything into a pre-established theory. This means that we can use rhetorical categories to characterise speech interventions, explore specific strategies or go deeper and understand speech as a way of engaging situations, emotions or characters without having to align these with a preconceived theoretical frame. So rhetoric lets speech (of all kinds) be treated lightly and openly. And for that reason it also allows anyone to think of rhetoric as a kind of knowledge that can be deployed for their own needs and in numerous different circumstances. Nobody ever used Althusser's theory of ideology to do that! At the same time, as a largely open ended collection of ideas about linguistic strategies, rhetorical study can often be rather superficial and uninquiring. Just studying speech without thinking about its context, the conditions in which it is spoken or the wider powers put into play through it

can be an empty exercise. So I like to think that rhetoric is something that needs to be theorised or explored in depth, even if there is nothing in it that says we *must* do this. But we can bring all sorts of theory to it and look at it in many domains (law, politics, science, medicine etc), so an absence of a *necessary* theoretical frame allows us to adapt to circumstances and find the theory we think may enable us to find something illuminating.

4 – Could you speak a little bit more about your disagreement with Mark Bevir’s approach in the article *The political logic of discourse: a neo-Gramscian view*, published in 2002 by History of European Ideas, and specifically about what you call “the specificity of meaning and the conceptualisation of change in the history of ideas”?

It’s been a long time since I read his book and wrote my paper. As I recall, I felt that his approach to changes in ideas was rather rationalistic and conceived with power relations and operations of strategy largely hidden. I wanted to assert a point taken from the Gramscian approach and developed by Laclau and Mouffe’s discourse theory which underscored changes in ideas as a process of contest and conflict; precisely the reverse of the ‘Socratic dialogue’ he wanted to claim was at root of changing ideas. I am not sure I would say quite the same thing now as I did then. Mark has developed a respectable and powerful way of understanding intellectual change; I suspect it isn’t the way I would do things but I imagine my views converge more with his than I originally thought.

5 – Could you talk more about the specificity of “intentions” and “meanings” of rhetorical acts, and how it would be closed with the ideas of “intentions” and “meaning” of the School of Cambridge, which often consider every “speech” as a political act?

The Cambridge School tends to work on the basis of an analytical reading of ideas and their uses that I am not always comfortable with. I understand that it helps to talk about meaning as something that is driven by intentions, that is, given specific force as an effort to resolve certain problems by means of linguistic tools. But I am not happy with the idea of intentions as the source of meanings. I am closer to the view, expressed by Alan Finlayson, Michael Billig and others, that ‘intentions’ and inner subjective states are themselves produced through arguments, not prior conditions for them. I take the view that the self and its intentions is something of a fiction that is produced or articulated through language. Rhetoric denotes a medium through which we invest words with intentionality.

This might not be wholly incompatible with Quentin Skinner's view of things, but I suspect it derives from a different theoretical tradition (continental theory and Lacan, be precise). Skinner has suggested his work is not dissimilar to that of Foucault, but I am not convinced he has a particular interest in substantiating that point. For me, rhetoric *can* be viewed as a medium through which intentionality is expressed and words are given a particular force, but only if we acknowledge that the intention is retroactively ascribed to the subject who claims it. The difference here is that the self or subject is itself an act of fabrication and the 'politics' of speech extends to this process, too. I am not convinced that, as a historian, Skinner really wants to say that, though he may acknowledge in passing that the view has merit. Ultimately, Skinner is a historian committed to the view that the past is a real place and time and people acted in it with intentions that drove the meanings they gave to their world. I am sympathetic to this, but I am not theoretically committed to it.

6 – “Rhetoric is concerned with persuasive speech as it relates to specific contexts. Aristotle famously distinguished three ‘genres’ or occasions, according to which different types of persuasion will apply (...) ceremonial, judicial and political (...). Debate over policy or its goals concerns **matters that have yet to happen** and hence **cannot be treated with the same degree of objectivity** as judicial speech. Here **persuasion is typically about probabilities** (the possible outcomes of a policy or judgement and its potential benefits) and **argument is usually directed towards affirming one possible choice** of action over alternatives” (MARTIN, 2014, P. 53)

Taking the phrase “persuasion is typically about probabilities” in account, how we could recognise (at least as hypothesis) a political fact as consequence of discourses or speeches? For instance in *The rhetoric of manifesto* (MARTIN, 2015), published in *The Cambridge companion to The Communist Manifesto* and edited by Terrell Carver and James Farr in 2015 – we have as assumption the repercussion of Marx's writing in the political battlefield. Another example would be *The social contract* written by Rousseau considered as the French Revolution's Bible by many historians.

To think of 'political facts' as a consequence of discourse is to work with two different frames at once. I suspect what are to count as 'facts' are situations or circumstances that are, to some extent, put beyond dispute and hence figured as uncontested truths or

established conditions. The work of politics, however, is a process of reopening contest in these truths, specifying what is yet incomplete or unfinished in them. That means that, in political discourse, facts are always in dispute or open to some degree of deliberation, which means that other possibilities of configuring circumstances (as factual) are still (in principle) available. So political rhetoric might be seen as a way of attending to what is perceived as unfinished and open to a new reimagining. Figures such as Marx and Rousseau help us return to what is unfinished and render what is supposedly factual (capitalism, community) as rethinkable, an open set of possibilities. So I would say (perhaps overly schematically) that the politicalness of rhetoric is not (as Aristotle argued) really about a political location or type of event but, rather, about the rendering possible or probable of what is too often taken as factual. It is a matter of shifting discourse. And this shifting of discourse is rarely total – it always takes as accepted certain kinds of factual conditions and only opens others, so there is always something undisputed at work even in disputation. If we don't share any understanding of some minimal facts, then there is no argument to be had (we simply live in different experiential universes). Adversaries need to coalesce around something agreed (or uncontested) and then find their way to disputing aspects of it. So we could turn around your question and say that political facts are merely the consequence of discourses that no longer function to dispute the world – we keep certain traditions of political theory alive (sometimes long after they are out of fashion or especially informative) in order to sustain the probability of our world to be otherwise and to prevent the closure of possibilities around what are taken to be factual conditions.

Interview/meeting Prof. Gregor McLennan – University of Bristol

Professor Gregor McLennan is the Head of School in SPAIS – University of Bristol. He also holds the Established Chair of Sociology and is a Fellow of the Academy of Social Sciences. McLennan was Head of Department of Sociology between 2000 and 2003, Director of the University's Institute for Advanced Studies, between 2009 and 2012; and Warden of Goldney Hall between 2004 and 14. As a postgraduate student at the Centre for Contemporary Cultural Studies at the University of Birmingham, McLennan worked as Lecturer and Senior Lecturer in Social Sciences in the Open University between 1979 and

1991, and prior to taking up his position at Bristol, Gregor was Professor of Sociology and Head of Department at Massey University in New Zealand, between 1991 and 1997.

Our meeting with professor McLennan took place in the University of Bristol after my first contacted with him by email. Our interest in this interview was to understand the intellectual trajectory of McLennan, his studies on Marx (developed around the same period of Weffort) and his expertise in the studies of ideas and intellectuals. The father of McLennan was one of the General Secretaries of the Communist Party of Great Britain, which also raised our interest to accomplish the interview.

Our interview with McLennan was conducted through a questionnaire semi-structured and in an informal way, providing the interviewed a comfortable environment. At first we had an informal conversation in McLennan's office and afterwards we sent him the questionnaire. In this way we spent more time talking about important subjects, such as the academic environment in Birmingham, the reception of Marx's writings during his period of studies, the left-culture in England at that time and the relationship between intellectuals and politics during the 1980's in the United Kingdom.

Furthermore we talked about good practices of research, about the PhD's researches in course in the University of Bristol and about the absence of studies about history of ideas in this year in the university. Moreover, McLennan talked about useful approaches to study relationship between intellectuals and ideas and how the historical materialism could be helpful in this kind of study. At last, recommended us some books, theses, and talked about intellectuals who conducted researches in this field of study.

1 – Your father was one of the General Secretaries of the Communist Party of Great Britain, as you mentioned in an interview published by the Cultural Studies in 2011. When did he first get involved with politics? Was he an “academic” as well?

My father was an apprentice engineer and engineer's draughtsman in factories in Glasgow. He did not serve in the World War II because he was employed in essential industrial work. So he was 'skilled working class', not an academic, he never went to college or university, though he did go to evening classes to develop his mathematics and other subjects as a young adult. When still learning his 'trade' he became politically involved,

leading strikes of young workers in those industries for better pay and conditions. He quickly thereafter dedicated his life to the CPGB: as one of the leaders of the Young Communist league, then the Scottish area of the CP, then the CP Headquarters in London, when the whole family moved down from Glasgow, when I was about 14.

2 – Do you think this fact influenced your former career somehow?

Yes, though there are the usual genetic factors and character-inheritances too. My dad was not ‘officially’ an intellectual, but he was very capable intellectually and broad-minded, pluralistic in fact, in how he thought about life and politics and work. He was also a superb organizer, who took considerable interest in, and had lots of patience with, people as individuals. I think I have something of that way of taking on institutional identities and ‘duties’ and relating to people, not as an alternative to thinking and writing, but as a kind of overall ‘package’ in which I do my ideas-work.

3 – On the interview mentioned above, you talked about your experience in Birmingham during the 70’s, the political environment (precisely the “left-culture”) and about social/cultural issues (feminism, race, ethnicity etc.). How was that “left-surrounding” at that time in the university, at which extent intellectuals were involved in politics at that time? Did you join some political institution?

We were postgraduate students in Birmingham, though I continued to live there when I got my first proper academic job at the Open University. It was 1975 and there was still a generally leftist or left-progressive culture amongst many academics, at least in the human sciences. However, it was a few years after the height of the student radicalism that had resulted in an occupation of the main university administration building. Yet the Centre for Contemporary Cultural Studies saw itself as, and was, a little bit different, institutionally separate and a little suspect (not only suspected by the university authorities, but by other left-leaning academics in the more conventional disciplines. There were about 60 grad students, and only 3 academic staff; the taught MSc was pass-fail only, so there was a minimum of competitiveness or grade-seeking among the cohort; and most people attended a range of student-led ‘sub-groups’ on different topics and reading lists. We all regarded

ourselves in one way or another as socialist, there were some intra-Left sectional squabbles, and under Stuart Hall's influence most of us thought we should be trying to become some kind of 'organic intellectual', or at least that was the model of academic politics we most admired. Cultural studies saw itself as being rather more political and issue-driven than other disciplines like history, sociology, and English – though we wanted to take from, and engage with, those traditions and canons.

4 – In your text *On Stuart Hall*, published by the Discover Society you mentioned Stuart Hall's intellectual public character and named him “primarily a public man of the Left” (McLENNAN, 2014), remembering we was neither an academic nor a politician, but “From start to finish his ideal was the ‘organic intellectual’ pursuing understanding, dialogue, and social change, rather than academic ‘research’ expertise.” (McLENNAN, 2014). How do you understand this hybrid role, played by some intellectuals in the actual social context, once it has become less and less usual within the professionalization process, either political and academic?

I've already answered part of that, but I'd also remind us, as Stuart usually did, that we were postgraduates, ie. a little absurdly arrogant and high-minded. And whilst there certainly were some people and groups at CCCS who were thoroughly involved in community politics, political parties, the women's movement and so on (at this time there were also a number of Chilean colleagues, recently fled from the coup against Allende), in Birmingham, and whilst we had a regular Centre meeting at which some political issues of the day were sometimes discussed, we were still there to do our Masters degrees, finish our PhDs, and so on. I personally, given my background, was quite close to the Communist Party ('Eurocommunism', 'Marxism Today' magazine), though I think I only became an official party member when Margaret Thatcher got elected in 1979, and stayed in the CP for three or four years I think.

5 - Considering the dialectic materialism as method – assuming that History is “built” by the comprehension of relationships coming from structure to super-structure, and taking ideology and politics as my main subject interest – which would be the best way to search phenomena explanations more related to subjective spheres than to objective ones in the

past? For instance, from which perspective could we affirm that some ideas and ideologies influenced practical actions in the political field during the Cold-War?

That's an impossible question! The only way – in my view - of retaining some kind of Marxist, historical materialist perspective on the ultimate determinants of life and culture, yet also respecting the value and importance of consciousness and culture, is to re-enter the rather amorphous terrain of the 'relative autonomy' of super-structural phenomena and understanding. As is well known, postmodern and poststructuralist and postmarxist currents have been very plausible in more or less loosening 'structural' connections to the point where almost everything is entirely contingent, mutually influencing, uncertain, and purely value-driven. But neo- and post- Marxists of certain sorts continue to insist on basic formulae: the way in which what used to be called 'productive forces' (including natural resources and scientific knowledge) and 'relations of production' (class relations, exploitation, patterns of surplus distribution, inequalities) combine to give some kind of anatomical shape to the forms of society, patterns of emergence and decline, and the broad homologies that can be spotted in terms of cultural and economic affinity. Those debates of the 1970s about the 'relative autonomy' of culture and ideology and politics, yet the broadly structuring character of the mode of production and its modes of regulation etc, still seem to me to be useful and broadly right – though there is so much room for legitimate variation and degrees of causation/functionality. Personally, I have gone back to Sartre in *Problem of Method* recently, and found his apparently very loose way of thinking about this to be helpful. He talks of historical materialism as having a kind of two-step method, comprising a 'regressive' step and a 'progressive' step. The former, in quite a strict Marxist fashion, identifies phenomena, movements, ideologies, styles of politics and 'places' them in terms of the basic socio-economic or mode-of-production-and-regulation features of their era. But the second step is much freer, because we are then talking about history in the making, agential innovation, and the 'vital' energies of people in whatever circumstances we want to identify. And for this 'progressive' step of understanding, we must be more appreciative and descriptive in our analytical register, using lots of 'mediations' to get sufficiently between the level of abstraction of mode of production etc and the level of agents' motives and self-identifications. Here Sartre mentions that there really is no contradiction between historical materialism and the 'mediational' moves of micro-sociology, psychoanalysis,

feminism, and so on. Weber actually has a version of this as well: the necessity of adequacy at the level of causality and adequacy at the level of meaning.

Thus, you are going to have lots of possibly, partially valid accounts of something like the emergence and logic of Cold War ideological movements, all respecting something of that two-step procedure. Sorry not to be more definite!

6 – Linguistic Contextualism (School of Cambridge) tried to use “historiographical approaches” to comprehend history of ideas and political thought. They were (have been) deeply led to linguistic/epistemological/hermeneutic perspectives instead of reconstructing historical/political contexts and recovering their respective facts. Would it be the absence of ideological discussions (in gramscian terms) which led them in to this “innocuous” debate?

I don't think we should underestimate or under-value the Cambridge school intervention. It produced some great intellectual history research, and even if it was in an obvious sense more 'idealist' than orthodox Marxism, it was a good deal better than previous historiographical idealism, because it encouraged a really knowledgeable approach to the historical context of the power of ideas and the factors that make some ideas-clusters prevail in their times and beyond. For Marxists, it all remained too 'ideological' in the sense that ideology, whilst contextualised, was not meant to be in any way 'reducible' to the material dimension of its context, and the articulating powers of texts, authors and networks producing ideas were regarded as fully autonomous causal factors in their own right. But you could still take something from the meticulous practices of the Cambridge method, and regard it as one of Sartre's indispensable 'mediations'. In that sense, it wouldn't be sufficient just to denounce linguistic (con)textualism as 'over-idealist' or whatever, and leave it at that. Somehow, clever and knowledgeable Marxist historians would have to get into whatever the particular debates were and demonstrate that the more material dimension really is missing in some important sense, ie give a better, fuller account of the ideas-phenomena in question.

7 – How could the materialism historic help us to comprehend relationships between ideas, theories, intellectual formulations and politics? Could you talk a little bit more about some thesis/books and Marxist authors who work in this field?

I've already said something about this. I also think there are some outstanding, but not widely known Marxist historians, real experts in their fields, who do go right into the empirical and contextual detail of 'base-superstructure' debates in a given era and geo-social space, and produce those better, fuller accounts. John Haldon at Princeton for example, does this for all manner of Byzantine cultural and political phenomena; and Chris Wickham at Oxford has done it for the early Medieval period and certain crucial questions about the fall of Rome and the Roman inheritance in Europe. It was my pleasure while still at Birmingham to be with John and Chris before they were famous as part of a 'historical materialism' group, alongside the great Marxist historian Rodney Hilton. But we need to remember that although doctrinal battles will continue to be fought, the 'non-Marxist' historians and theorists are simply not so ideologically driven as they were during the Cold War period, when Marxism was a bad word and few Marxists were in university positions. Michael Mann's historical sociology for example, is not Marxist as such, but it is hardly anti-Marxist in any rigid way. To take another key topic, the various perspectives crowding in on re-examining 'the rise of the west' in relation to the 'Eurocentrism' issue do not fall neatly into pro- or anti-Marxist, yet remain very interesting and revealing for any Marxist wanting to try to decide how intervene in that kind of grand debate about the relevance (or not) of categories like the 'breakthrough to modernity', even if the latter is now widely perceived as highly contingent and complex.

Interview/meeting Prof. David McLellan – Goldsmiths' College, University of London

Interview with Professor David McLellan took place in London on April, 22 and was mediated by Professor Terrell Carver. Professor Mc Lellan was born in 1940 in Scotland, studied his PhD in the Oxford University under the supervision of Isaiah Berlin and since there has been researching subjects such as ideas, intellectuals, Marx and Marxism. Is retired professor of Canterbury University and Fellow in the Goldsmith University (London). His interests on Marxism and history of ideas started when he decided

to become a Jesuit and moved to France during the 1960's. After some time he quite the idea and went back to England, joining the Labour Party, running for elective positions for a couple of times.

In this interview we were both interested in McLellan's trajectory as an intellectual/academician who joined a political party and in his expertise/background in the history of ideas. The interview was carried in an informal way, with a pre-structured questionnaire. Professor McLellan talked about his academic trajectory and how he did first get in touch with Marx's ideas, besides that, answered some questions concerning good methods and practices to approach intellectuals, ideas and its relationships from a historical perspective. Regarding this point he demonstrated that the main point of researching history of ideas is to consider if the ideas under the researcher's scrutiny are still addressing important questions to the contemporary epoch. The objective idea of causal relations between ideas and politics/reality were denied by Professor McLellan who consider for instance that the Soviet Union has never embodied the main ideas of Marx and traced a parallel concerning the relationship between the bible and Cristian's practice, the Social Contract (Rousseau) and French Revolution and between the Communist Manifesto and Russian Revolution.

1 – Could you talk a little bit about your academic background, your main influences (your professors [Isaiah Berlin], main intellectual influences and the academic/political environment at that time)?

Originally, my main academic back ground was in Latin and Greek literature, of which I did a lot at school, and then the same with additional Graeco-Roman history and philosophy. The latter I studied (1958 - 1962) in the four year undergraduate course at Oxford known as Literae Humaniores or, more colloquially, as Greats. The literature part of this did expose me to some of the greatest writers - Homer, Virgil, Cicero etc and the attention to language demanded by the efforts to translate them. The history element encouraged an effort to reconstruct the context and mentalities of ages long past. The philosophy was, in its method, contemporary. Although we looked at Plato and Aristotle, it was always through the lens of linguistic philosophy, particularly Wittgenstein, which was then at its height. My philosophy tutor was Paul Grice. What this kind of philosophy did for

me was emphasise the importance of clarity and context in whatever was being said. At the same time, there was little or no interest in substantive moral or political questions. Indeed, there was some debate at the time as to whether political philosophy itself might not be dead. I had become a Catholic at the end of 1959 and decided to become a Jesuit as a way of both pursuing an intellectual vocation and having whatever impact I could on making the world a better place. This latter consideration was far removed from the climate of Oxford philosophy then - though my admiration for Wittgenstein continues undimmed.

2 - Do you think Isaiah Berlin had some kind of influence in your studies about History of Ideas?

Isaiah Berlin only had an indirect influence on my work in the history of ideas. This is largely because our approaches were different. Berlin was a brilliant lecturer and a brilliant essayist. He was not a scholar in the strict sense of the word, not one for spending a long time in the archives, not a man for footnotes. His book on Marx is a good example of this. But he did have a splendid gift for entering into, and expounding, the intellectual world of an individual and his/her age. In this I have tried to emulate him. I should add that Berlin was very generous with his students. I remember his insisting on conducting a supervision with me when he was ill and in bed in his Headington house. He introduced me to Adorno; he was careful to try to get appropriate examiners for my thesis; and he wrote good references for our job applications - all of us were "one of my best students".

3 – Could you also talk a little bit about your experience with the Labour Party, when did you ingress, which were your expectations and if the majority of university students at that time used to have this kind of relationship between “student life” and politics?

I joined the Labour Party in 1964 when I was doing my DPhil at Oxford. I had not been much interested in politics as an undergraduate, though I and my friends regularly attended debates in the Oxford Union which included some of the most prominent politicians. My mother was a member of the Liberal Party and my father was not party-political. It was my year in France (see below) which changed that. And the general atmosphere of the time: 13 years of Tory rule, Wilson's "white-hot heat of technology" etc.

I have been an active member of the Party ever since and stood as a Labour candidate at every local election. I do not remember students in general then being especially interested in politics - that was to come a few years later. I do remember arguing in pubs with people such as Christopher Hitchens (then a Trotskyist) but I was rather withdrawn and depressed at the time, so there might have been much more going on than I noticed.

4 - Could you talk a bit about the reception of Marx in UK and how did you first get in touch with it (when tried to become a Jesuit and went to France)? Which authors did you first read (in which language) and when did Gramsci "first appeared to you"?

After I had completed my undergraduate degree in Oxford, I spent a "gap" year teaching in France. I wanted to enter the Jesuit noviciate, but my parents were strongly opposed, so I agreed to postpone it for a year. I wondered what I could study while in Paris (my teaching duties were not onerous). I was looking for something unavailable in the UK. At first I came up with existentialism but then settled for Marxism. There were three reasons for this: first, I was looking for something systematic (I was then, and still am, a great admirer of Aquinas); second, I had just been on a student trip to the Soviet Union - purely out of interest and because my a-political room-mate in Oxford had just been there and recommended it; third there were good books about Marx and Marxism written by Jesuits Jean-Yves Calvez and Henri Chambre, for example. During my year in Paris, I read Calvez et al and then Marx himself. I remember being bowled over on reading the first section of the German Ideology. (All this was in French as I had little German then). It seemed to me to be a sort of key to understanding human history. At the same time I was very active in a Catholic movement called Ad Lucem which was heavily involved in technical aid to what was then known as the Third World and efforts at inter-cultural understanding. It was then that I realised that my Catholic faith had (or should have) a strong social and political dimension. To me, these left-wing French Catholics were Golden People. They had it all: a strong commitment to what seemed to me to be the right causes (social justice with an international dimension) and a deep humanist religious faith. You ask about the reception of Marx in the UK. The answer is very little at the time I was in Paris - 1962/3. There were a few books - Tucker, Kamenka and the Paris MSS had been translated in 1959 - but really small interest in Marx. This was a time of centrist Butskellite politics. And past persecutions had told Catholics to keep a low profile. So France at that time was quite a revelation to me.

With this background, it is little surprise that, when I left the Jesuit noviciate, at Berlin's suggestion I should opt for Marx and the Young Hegelians as my DPhil topic. I was interested in the concept of secularisation and these writings seemed key. I had six months before I began formally my time in Oxford and I went to Frankfurt to improve my German and meet Adorno, Habermas et al. Here I began an intensive study of Marx's works in the original German. I also read a lot of Habermas. You ask about Gramsci: he did not "appear to me" until the 1970s via the pages of the New Left Review.

5 – It's a huge task to write about Marx, and it is even more difficult to challenge some consecrated perspectives about his ideas. How is possible to make sure we are doing a good interpretation about ideas, intellectuals and their contexts?

First, it is important to WANT to understand what (in this case) Marx is saying. It is difficult to understand someone with whom you have little sympathy. There is a parallel here with inter-personal relationships. Second, we need to realise that we are all to some extent prisoners of our particular *Zeitgeist*. This is not to say that we can overcome it, but we can be aware of it. We all have our prejudices, but to be conscious of them is at least a start. We should not take the spirit of one particular decade to be the truth of the century - let alone beyond. Third, we should try to approach Marx *sine ira et studio*. Tacitus may not be a perfect example of this but we should all recognise the difference between polemic and scholarship. The former, of course, has its place but not in the interpretation of what someone else said and meant. Marx has, for evident historical reasons, been subject more than most thinkers to being the object of political manipulation. Fourth, I have little sympathy with post-structuralism, death of the author etc. It is true that Marx's writings, like any others, are to some extent open-ended, patient of different interpretations - even some of which he himself may have been unaware. But this does not mean that they are open game. Marx was a specific individual with his own aims and objectives - much as we have our own - and the task of the interpreter is to try to recover these. We need a humanist approach here - the "death of the subject" is the death of us all. Fifth, all the above does not mean that Marx has nothing to say to us almost two centuries after his birth. Sperber's recent and in many ways excellent biography of Marx engages him firmly in the nineteenth century

and says he has little to tell us about today's world. This is not right: age can speak to age and our common humanity unites us.

6 – Did some specific historical events change your view of Marx, if so (1989 for instance)? You have told in *Then and Now: Marx and Marxism* that Soviet experience were not an embodiment of Marx's ideas. Is it possible to establish some causal relations between ideas and politics?

No, not particularly, though the financial crash of 2008 made me realise that Marx had more to say about the role of credit than I had realised. Since the Soviet experience had little to do with Marx (see below), 1989 seemed to me to be rather a liberating experience as there was now no Soviet Union to besmirch Marx's name. Marx's fundamental insights have always remained relevant. And yes, I do not think that there is a straight - or even a crooked line - from Marx to Lenin to Stalin. Lenin certainly learned a lot from Marx - see his analysis of the development of capitalism in Russia and his pre-1917 writings, especially *State and Revolution*. But with the failure of revolution in the West and the consequent isolation of the Bolsheviks, they had more or less to make it up as they went along. Marx was no guide here. Although it is stretching a point, it might seem that Marx was no more to blame for Stalinism than Jesus Christ was to blame for the iniquities of the Spanish Inquisition or - to take a more recent example - Rousseau for Robespierre. A possible causal relation between ideas and politics opens a wider question. Clearly there must be some sort of relation. We should remember Keynes: "practical men, who believe themselves quite exempt from intellectual influences, are usually slaves of some defunct economist". And Rousseau, I think, said, rather more dramatically, that the second editions of some important books were bound in the skins of those who had laughed at the first. But, if we adopt a basic Marxist view, ideas are bounded by contemporary socio-economic circumstances and cannot be a primary mover. But they are far from irrelevant. Gramsci had a lot to say on this.

7 – What is your view about Laclau and Mouffe post-structuralist emphasis on discourse? Do you think that this approach would elide distinctions between thought and material reality?

I am not very enthusiastic about Laclau and Mouffe's post-structuralist emphasis on discourse. I have in mind here their 1985 book *Hegemony and Socialist Strategy*. They claim to be "operating deconstructively within Marxist categories" but the baby does seem to have gone out with the bathwater. This is a good example of being a prisoner of one's own *Zeitgeist* that I mentioned above. Gramsci, of course, bulks large in all this but even he is found to be guilty of a residual economism and they sometimes seem to be nearer to Foucault. It is not the attempt to take seriously the claims of gender, race and environment that is at fault. They have for too long, if for understandable historical reasons, been neglected in Marxist thought and action. It is the way in which Laclau and Mouffe go about constituting a kind of rainbow coalition that veers off towards a kind of philosophical idealism. Talk of "all objects being constituted as objects of discourse" does tend, as you suggest, to elide the difference between thought (or, better, language) and material reality. And this, in turn, robs Marxism of its great strength: emphasis on the sheer material grind of most people's lives - and the historic-economic reasons for this sorry, and far from inevitable, state of affairs.

8 – How could the materialism historic help us to comprehend relationships between ideas, theories, intellectual formulations and politics?

This question has been partly answered under question 6 above. The materialist conception of history pioneered by Marx situates both ideas, theories, etc and politics in the evolving socio-economic structure. Politics, in the sense of political activity of one sort or another, operates within a given political structure - parliamentary democracy, for example - and this structure is shaped by social and economic circumstances. Politics - in the above sense - needs ideas and theories and intellectual formulations, in short some form of ideology. But which ones will be heard - and prevail - depends on the political structure and economic environment in which they are uttered. For example, in Western liberal societies, it is difficult for any political idea to make progress unless it can appear (at least) to be "democratic" even the concept of free markets has to be sold to people as "choice" and

thus in some way democratic. This is, of course, not to say that ideas, theories etc can have little influence on politics. They can, but their ability to do so depend on other factors. Certain theories can only flourish in certain soils. A good example might be the free market/anti-state views of Hayek or Friedman. They had little purchase when first formulated - World War Two and its aftermath was not the ideal ground for unfettered capitalism. But the eventual emergence of these ideas in to mainstream politics in the 1980s was undoubtedly helped by certain academic think-tanks working away a decade or so earlier. And all this worked itself out within the constraints of the end of the post-war capitalist boom, the falling rate of profit etc.

9 - Could you talk a little bit about some thesis/books/works in general which relate Marxist ideology/ideas/intellectuals and politics?

Yes. I think that a lot of background to this question can be found in my Marxism after Marx book (4th ed 2007) which tries to relate Marxist theories and ideas to their historical context. The book most precisely on this topic is David Bates, ed., Marxism, Intellectuals, and Politics (Palgrave, 2007). Intellectuals generally make bad activist politicians. Robespierre might be an example, though Gramsci and, to some extent, Lenin might be counter-examples. There is a grain (but only a grain) of truth in the best-known book on this topic - Lilla's *The Reckless Mind: Intellectuals in Politics*. From a more anthropological point of view, see Gavin Smith's *Intellectuals and (Counter-) Politics*. Bourdieu, too, has written well on this. See David Schwartz's recent book *Symbolic Power, Politics, and Intellectuals: The Political Sociology of Pierre Bourdieu* (Chicago 2013). And my Festschrift entitled *Marxism, Ideology and Religion: Themes from David McLellan* (Routledge, 2016) has essays bearing on this theme. This list is, of course, not exhaustive. But I hope that it is useful!

Interview/meeting Prof. Terrell Foster Carver – University of Bristol

Our aim in this interview was to comprehend which approaches and perspectives are best considered by Prof. Carver in the study of history of ideas and intellectuals. Through

an informal interview with a pre-structured questionnaire we talked about his career, his main interests in the university and about the methodological questions he has been raising in the field of Political Science. Terrell Carver was Lecturer at the University of Liverpool 1975-79, Lecturer at Bristol from 1980, Reader from 1990 and Professor from 1995. He was also Visiting Professor at Virginia Commonwealth University during 1985 and 86, at the Centre for Asian and Pacific Studies at Seikei University – Tokyo in 1991 and worked with the Japan Society for the Promotion of Science, Tokyo/Kyoto in 1999. In 2003 Carver was Visiting Professor at Pitzer College of the Claremont Colleges and in 2006 Visiting Professor at Senshu University - Tokyo.

As a political theorist Carver is interested in Marx, Engels, Marxism, and on philosophy and methodology of social science. In particular Carver has focused on textual work analyses in order to raise standards of interpretation. Besides doing his own translations of Karl Marx, has dedicated himself to investigate the roles played by Engels in the composition of the Marxian canon and in the interpretative tradition that surrounds it. In this way, Carver has engaged with post-modern methodologies such as hermeneutics, rhetoric and discourse analyses

1 - You are among the most important specialists in the Karl Marx's writing and life context. Could you talk a little bit about how did you first get interested in the field of history of intellectuals, ideas and political thought, more specifically about Karl Marx's ideas and life context?

I grew up in Idaho in the far west of the USA, a very reactionary place, but my family had very liberal values, and in those days, quite a political presence, so I was very attuned to the national civil rights issues and (far away demonstrations) from an early age. I had a very adventurous high school history teacher who assigned the Communist Manifesto (surprisingly!). I really enjoyed the style and thinking, and somehow thought it would be important in my life. After I did my own translation of it for Cambridge University Press I presented my (retired) teacher with a copy of the book (Marx: Later Political Writings) and we talked about politics. He was running at the time for the state's House of Representatives!

2 - Comparing your article Karl Marx: Gravedigger of the capitalist class, published in 1984 by the British Broadcast Corporation with your book A Political History of the Editions of Marx and Engels's "German ideology Manuscripts", published in 2014 (having as co-author Blank) after 30 years by Palgrave Macmillan, it seems you kept the same perspective of interpretation about how Marx's writings were re-built by Engels and other editors. This is not the common way most academicians approach an intellectual's works (specially consecrated intellectuals such as Marx), how/why did you manage to adopt this very different perspective?

Most intellectuals and authors are single persons and treated as such. My innovation was to treat Marx and Engels that way! It became obvious to me that commentators (starting with Engels) had read Engels's own ideas back into Marx, and that Marx's ideas were much fresher, more radical, more inspiring. My study Marx and Engels: The Intellectual Relationship (1983) stated my point methodologically and substantively, and the little book Engels (1981) demonstrated how this 'Engel-izing' process created Marxism by projecting certain concepts on to Marx's texts and thus generating a perspective that attempted to fix Marx's highly political interventions into a 'scientific system'. For me the latter killed the former. Assuming that Engels is really the same as Marx begs all kinds of interesting questions! Scientists shouldn't assume what needs to be proved. All kinds of stories about their 'partnership' were invented to back up this assumption – ignoring any contrary evidence. Again, this is a methodological mistake – scientists should subject their work to rigorous tests and counter-examples.

3 - Could you point out the main influences you received during your trajectory as intellectual in the university and how it helped to shape your perspective of analysis in the political sciences field?

At Oxford I entered the history of ideas tradition within historical political theory and was then influenced methodologically by the work of Peter Laslett, 'grandfather' of the Cambridge School. I followed the influential articles of the time but didn't involve myself in methodological questions. By the early 1980s I discovered that I had been a post-structuralist all along! (Like M. Jourdain who speaks prose but didn't know it.) My studies

and informal conversations at Oxford had been concerned with the later Wittgenstein of the *Philosophical Investigations*, and also with J.L. Austin's *How to Do Things with Words*, so speech-acts and reading 'works of theory' as political interventions came very naturally. It was a very small step to semiotics and a (largely intuitive) study of metaphors, and I progressed through some lucky intellectual contacts and readings, importantly *The Politics of Representation* by Michael J. Shapiro.

4 - Post-structuralist intellectual interpretations (especially Derrida and Foucault's) proclaimed the "death of author" and the "end of the meta-narratives" era. In this sense it seems that you have perceived Marx as a stillborn a long time ago (when started writing about it), once you considered that some of his main ideas were reframed by Engels in a "game of words and meanings". In other words, Engels would have used Marx's writings to create a "package of meanings" with political intentions and in this case Marx would have played a less important role once his own "meanings" would have to be decoded by his readers, but just after the reinterpretation made by Engels and other editors. How do you see it?

This post-structuralist 'revolution' made sense to me because it showed how different interpretations are constructed (and 'naturalized' by being assigned to an authorial person and voice). But some constructions impressed me more than others, namely contextualized ones, but also ones that dealt imaginatively with the 'linguistic surface' of metaphors and rhetorical devices. So there are 'multiple Marxes'. But I argue that my readings are more exciting and imaginative than, e.g. Engels's and other 'scientific' Marxist ones. But not everyone is persuaded, of course.

5 - It seems we are facing a sort of crisis in the Human Sciences since historical materialism lost its credibility to explain "human being history" and a new way of comprehending the World did not reach a trustable standard yet (I'm referring to the credibility of post-modernist, considered in many places as obscurantists or relativists). Do you agree with this assumption? If so, is there some short-term key-solution?

I see it the other way around, namely that we see now how histories have been written (Hayden White's work has been very influential in this regard), and for example feminist history has produced some remarkable 'rewrites' all-the-way-down, i.e. what counts as history, and who writes history, have both been redefined. The key is that 'history' isn't 'there' to be 'explained', as if that's that. History is a writing (and visualizing) activity in the present as a political intervention (notwithstanding claims to the contrary!).

6 - Could you explain how did you get the idea of Post-modern Marx, affirming that Marx was neither philosopher, economist nor sociologist, and further, that his writings could be considered metaphors and parodies?

In the early 1980s I taught a seminar class for undergraduates devoted to the first 23 chapters of *Capital*, vol. 1 (with a philosophy colleague, but he was the Marxist – not me – and he was a close friend of G.A. Cohen, who was distinctly unfriendly to me). Anyway, I got a bit tired of 'following the argument' – and developing some critiques, which are in the Post-modern Marx – and I noticed the occult imagery in the Commodity Fetishism sections, so I started highlighted these words and considering how exactly they work to make Marx's political argument in an effective and substantial way (so they are not just crazy stuff that's there for no good reason). I wrote this up for the Times Higher Education Supplement, and it eventually became a chapter in the Post-modern Marx. More recently I have had the benefit of more detailed engagements with metaphor and rhetoric in political theory, but the whole idea here flows from a notion that 'theory' is really political intervention.

7 - Considering your background of more than forty years of academic trajectory (since 1974 in Liverpool) could you give us an advice about how to study intellectuals, ideas and their respective contexts?

For me the interesting intellectuals are the ones who are keen to make political interventions (e.g. Hobbes, Locke, Marx, Engels - sometimes), as opposed to philosophers who just write 'truth' in some supposedly timeless way. Of course there are many intellectuals occupying a space somewhat between these two positions, and some who claim to write 'truth' but either disguise their politics in code, or pretend that they have no politics

but actually their ‘truths’ are really political. Weffort is quite interesting in these ways, and I look forward to seeing an analysis that locates him (perhaps in different ways at different times) along this spectrum.

8 - Which perspective seems to be more helpful to approach these subjects? You mentioned before that you are very interested in rhetoric. I asked a very similar question to Professor James Martin: the rhetoric (as perspective of interpretation) would not repeal/neutralize the role played by history (as scientific method) in comprehending “reality”?

Reality is gone now – it’s a normalizing construct of disciplinary ‘common sense’, so any ‘science’ which presumes that reality is ‘out there’ and can be found or explained is the opposite of what social and political studies should be doing, I think. These studies need to acknowledge their inescapably political character, and indeed claims to apolitical objectivity generally fit too nicely with the projects of those in power (who should really be subjected to countervailing criticisms and fresh alternatives). ‘Reality’ is merely a name for the kinds of things that those people who are in power want you to leave alone.

Results of researches on linguistic contextualism and discourse analyses

Introduction

We present in this text part of the results of a methodological research that we developed about relationships between intellectual formulations and politics. The research main concern was to identify which would be the best approach to comprehend this relationship and how it could be used to better understand the relationship between ideas, ideology and politics in Francisco Weffort's case. In other words how we could support our hypothesis – through a trustable path - that his theoretical formulations and intellectual ideas were capable of influencing some political transformations in Brazil. In deepening this research we concluded that different approaches can be used to comprehend and reconstruct historical/political contexts and its respective political consequences. The study focused basically in linguistic contextualism and in discourse analyses. Both methods try to comprehend the role played by ideas in reality. The first one considers the importance of context to study ideas/intellectual formulations and their influence in the reality and the second one consider the relevance of comprehending the meanings/understandings of ideas/intellectual formulations from a more hermeneutical perspective. Generally we could say that the first approach lays its basis in the “history field” and the second one in the “epistemological/linguistic field”.

Linguistic Contextualism

To demonstrate some results of the research about linguistic contextualism that we developed in the University of Bristol we will present some main aspects of this interpretative perspective and afterwards we will point out some important critiques raised by some authors. A list of books and articles about methodology will be found at the end of this report. Beside that we will mention some other discussions about linguistic

contextualism approach and the critical and defences made by some other intellectuals about this perspective.

Some works traced a reasonable perspective about “what would be considered the most recent line of the linguistic contextualism approach” or the so-called “School of Cambridge”, specially represented by Quentin Robert Duthie Skinner and John Greville Agard Pocock. (BALL, 2007; BEVIR, 1999; FRAZER, 2008; FREEDEN, 2008; LAMB, 2004;) We will consider basically the ideas of Quentin Skinner and John Pocock to summarize the basic questions aroused by the linguistic contextualists. We will not be able to go further, discussing the “roots” of this methodological perspective, considering authors such as John Austin, Robin Collingwood, Heidegger or even Wittgenstein, who was considered one of the first philosophers who challenged the idea of private meanings.⁷⁶ We will neither discuss the works of Peter Laslett, John Dunn, David Runciman or Raymond Geuss, once the main discussion and polemics during the last fifteen years about linguistic contextualism reposed on the works of Pocock and Skinner - especially the latter.

Quentin Robert Duthie Skinner e John Greville Agard Pocock followed a specific methodological axis that was concerned in comprehending “texts” through a contextualist perspective. This perspective would consider not just the text of an author *per se*, but the intellectuals involved in the writing process, the “grammar”, “paradigms”, political scenarios in which it was produced and, besides that, the representativeness of the “speech acts” and its respective meanings.

For Skinner and Pocock “writing” and “language” should not be considered through a unique perspective, constituting themselves simply as “textual” elements, or “grammatical components” without a proper historical and political contextualization. For them “texts” and “narratives” should be analysed deeply, looking for a real “understanding” of the “meanings” purposed by the author at the very moment of his writing. Skinner (2002) considers that “texts” constitute themselves as political “speech acts”. Pocock assumes that “narratives” and its respective “language” (*parole*) would constitute themselves as “political speeches”, directly or indirectly and it should be analysed according to the linguistic paradigms of an epoch. In other words, for Skinner and Pocock, “texts” and “writings” analysis should consider a historiographical line, without ignoring the way in which works were elaborated.

⁷⁶ A excellent historical panorama about it can be found in: FINLAYSON (Ed), A. Contemporary political thought, Edinburgh University Press, 2003, especially in the chapter written by Melissa Lane: Interpreting political thought.

In Skinner's view "texts" or "speaking" would be less important than the real meanings of the "speech acts". By the other hand the main point aroused by Pocock would repose on the "meaning" of the "language" or on the "grammar" that shaped political ideology of an epoch and its respective "political speech". Even though Skinner and Pocock keep a similar approach centred in the linguistic contextualism methodological pivot, both perspectives are not identic.

The main methodological difference in the author's perspective repose on the fact that Skinner have as main concern the recovering of authorial intentions of intellectuals formulations, trying to comprehend "meanings" of "textual" linguistic action. Thus, his analysis *locus* are focused in author's intentions in the "speech act". Pocock has as main attention the reconstitution of "paradigms" and "languages" of a specific time to comprehend its respective "political speech". Strictly speaking, Pocock's axis would leave aside "actor's intentions", in search of "paradigms", "ideologies", "grammar" and "linguistic fundamentals" to comprehend the specific "political speeches" of an historical era.

For Skinner (1970) every "speech act" is constituted as political act. According to Skinner "speech acts" must be considered subjective social actions and not just a matter of intertextuality. Beside this fact, he considers that these acts usually take place in concrete historical situations where the "language" is consciousnessly manipulated according to some political, economic and social interesting. For Pocock the "language" (*parole*): "vocabulary", "grammar", "terminologies" and their presence in specific "speeches" should be comprehended according to contextual paradigms of historical epochs when the text analysed by the researcher were written.

The important critical made by Mark Bevir in *The errors of Linguistic contextualism* published in 1992 blames Skinner and Pocock for their emphasis on hermeneutical approach, which affirms that a "serious" history of ideas have as attempt to recover in the best way the intentions of an intellectual and the specific paradigms of writings' moment. For Bevir the problem emerges when you compare some "vocabularies" or "concepts" with some historical/political paradigms (using "texts" for this task) expecting theses specifics paradigms of the past to be as objectives as the concepts you are trying to analyse in the present. This approach would lead you to a vicious circle in Bevir's perspective.

Bevir divided linguistic contextualism approach in two different lines: hard linguistic contextualism, mainly represented by John Pocock and soft linguistic contextualism, specially represented by Quentin Skinner. Bevir's work can be seen as an answer addressed to James Tully's book *Meaning and context: Quentin Skinner and his critique*, published in 1988, which presents critiques and praises to Skinner's methodological approach. In Bevir's analysis hard linguistic contextualism "(...) argue that the meaning of a text derives from the paradigm to which that text belongs (...) and soft linguistic contextualism (...) claim that to understand a text we must situate that text within its contemporaneous linguistic conventions. (BEVIR, 1992, P. 277) Hard linguistic contextualism denies the importance of the author and proclaims the importance of recovering paradigms, which would be the main responsible for the meanings comprehension. Soft linguistics contextualism have as assumption that authorial intentions matter more than understanding paradigms to comprehend meanings.

The main problem concerning the hard linguistic contextualists is the impossibility of escaping from the hermeneutical cycle, once in this case, "words" determine "words". Similar critiques reached post-structuralists such as Derrida and Foucault.⁷⁷ By the other hand the main question concerning soft linguistic contextualists is the assumption – made by the authors who follow this line of interpretation – that historians should always approach a text with a prior knowledge, which render them the possibility of covering some conventions, allowing the comprehension of author's intentions by historians. Bevir also argues that a reader (or a historian) must be able to understand author's intention even if knowing nothing about the contemporary context or about the "paradigms" and "conventions" of the present and of the past. The reason for it is the fact that authors often want to be understood and they "say" clearly what they were doing when writing a text. In Bevir's interpretation "A knowledge of the relevant context does not guarantee an understanding of author's intention." (BEVIR, 1992, P. 292) In this way the role played by the historians should be the effort to collect as many evidence of reality as possible and use the "creative nature" to bridge the gaps left by the absence of "objective material".

Bevir assumes that a good history does not need a specific method and that the methodology will depend on the author, intellectual or on the context you are trying to consider. When criticized for leaving huge methodological gaps for not adopting any specific approach – which allow historians to construct a free interpretation facts – Bevir

⁷⁷ See HOWARTH, D. *Discourse*. Buckingham UK: Open University Press, 2000

answers that the need for a deep documental and interpretative research has to be kept into account and affirms that the linguistic contextualism can be used as a rich instrumental to understand history. By the other hand it cannot be the only one to be considered efficient, once the hermeneutical cycle and the recovering of intentions idea can lead historians and researchers into some “dangerous” positions, such as determinists or essentialists believes. To sum up Bevir affirms that “(...) intentions are behavioural or mental facts that do not have meanings in the sense that utterances have meanings; that is to say, that we can ask someone what a particular description of an intention means, but not what an intention itself means” (BEVIR, 1992, P. 296)

Skinner has been answering his critiques systematically and James Tully (1988) opened special opportunity for the author to present his self-defence. Skinner was blamed for being extremely determinist and tight to different possibilities of approaches in the history of ideas. In 2002 he presented a self-defence in his first book dedicated to the aspects related to the methodology of political thought, affirming that “The nerve of my argument is that, if we want a history of Philosophy written in a genuinely historical spirit, we need to make it one of our principal tasks to situate the texts we study within such intellectual contexts as enable us to make sense of what their authors were doing in writing them.” (SKINNER, 2002, P. 2) Pocock did not receive as many critics as Skinner and did not spend as much time as the latter concerned in answering his critics.

Philp (2008) tried to find a third way to conciliate textual and contextual interpretation, running away from any kind of determinism or essentialism. He proposes a combination of both ways to understand ideas, intellectual formulations, context and reality. “This means there is a room for a good deal of context in understanding what people were trying to do, but without thinking that everything that they do, and everything we do with them, must be wholly relativized to their context” (PHILP, 2008, P. 130) Philp tried to provide a different perspective of interpretation, encouraging intellectuals to assembly political theory and history in order to improve the comprehension of political thought. This third way includes indeed the understanding of a popular political rhetoric of the moment and a “(...) subtle sense of intertextual play (...)” (PHILP, 2008, P. 130)

The appropriate methods to study the political thought and history of ideas have been considered a challenge for the last decades, since works developed for authors such as Wiggstein, Heidegger, Austin, Collingwood, Gadamer, Koselleck, Skinner, Pocock, Laslett, Dunn, Runciman, Geuss, Foucault, Derrida, Laclau, Mouffes, among others, started

to contest and to challenge ideas such as textualism, contexttextualism, meaning, narrative, intention, discourse, language, intertextuality, interpellation, etc. In this sense, is important to consider that “The analysis of what is politically possible (...) is developed through understanding the interaction between individual motivations, political culture, institutions, and structural pre-conditions, each of which is inflected by the past” (PHILP, 2008, P. 130).

It is possible to conclude that the success of historians of ideas (and their relationship with reality - political reality in our case) depend more on the number of trustful historical elements/materials and on their analyses about it considered from a coherent and critical perspective, using different and fruitful tools such as historical paradigms, linguistic structures, epistemological analysis, among others instruments, considering points and questions both from the past and from the present and less on a specific and strict method or methodological perspective.

Discourse Analyses

To demonstrate the results of our research in the method of discourse analyses we will basically expose the ideas summed up by David Howarth in his book *Discourse* published by the Open University Press in 2000. This book was recommended by Professor Terrell Carver and brings a rich and concise account of the idea of discourse that has been studied by different intellectuals and during different periods of time. It is still under scrutiny the “real” idea of discourse and different uses are made taken into account this concept/idea/methodological instrument. The idea of discourse often causes misunderstandings because of the wide field is opened by this “concept”. Discourse can be understood from different perspectives, such as simple narratives, speech acts, rhetorical acts, words which just make some sense when related with other words in an specific historical field or context, as a package of meanings but senseless if not mobilized by individuals, and so on.

The book basically discusses the idea of discourse through three different traditions: structuralism, hermeneutics and Marxism/post-Marxism. In the first tradition authors such Levi-Strauss, Saussure and Lacan are brought into account to explain how the linguist field

was mobilized by them – what is called as the linguistic turn – to explain some phenomena in Social Sciences.

This tradition tried to explain social relations through the idea of structure, assuming that relationships among human being would be determined by structures such as economy, culture (languages) and politics. Levi-Strauss is maybe one of the most famous intellectuals who mobilized a linguistic approach to comprehend society, in search of similar structures in different societies. Levi-Strauss had as main intention demonstrate that fundamental structures are presented in different kind of societies, which enables him to affirm that human relations are determined by elementary structures. This view is often criticised by its excessive determinism. Nevertheless ideas of structuralists such as Althusser, Lacan, among others, have been re-signified in the present from different perspectives, which avoid a deterministic perspective.

The hermeneutic tradition would assume the autonomy of objects (signifiers according to post-structuralist authors), trying to conceive the freedom of them and assuming that the perspective is not a-historical and that the context is not excluded from these kind of analysis perspectives but that signifiers are able to deliver us meanings and understandings that we cannot find through historical and contextual researches simply. In this way, we would find and understand ideas and realities that are part of the “game” played by language. This “game” would have being played by language as much as by its producers, and would provide us a suitable understanding of what kind of political or power relations were in dispute whilst language was built and build itself. Authors such as Derrida and Foucault would show us that ideas and understandings were not concealed behind the signifiers, but were in the truth, part of their building.

This approach is often and sharply criticized by historians and followers of historical materialistic tradition who deny the notion that ideas can exist disconnected from reality as something in itself. Post-structuralists, post-modernists and post-Marxists are frequently blamed by orthodox Marxist who accuses them for neglecting the importance of the materialistic methodology to comprehend reality. This is also a kind of misunderstanding once post-modernists, post-structuralists and post-Marxists do not deny relationship between reality and ideas, but their focus lies upon the search of delivered by phenomena such as intertextuality, relationship between signifiers and significant, extiority, which are in fact related with reality, once meanings/understandings/ideas can exist only when in

relation with other meanings/understandings/ideas. Authors such as Derrida and Foucault are accused of killing the importance of history when emphasizing the role played by “words” and not by authors and for not purposing an way to understand the reality from a wider perspective. What it is often miscomprehended is the fact that these intellectuals do not ignore the history, consider the role played by words in specific fields and their historical, cultural and specially political context. In this sense, a textual analysis is privileged instead of a contextual analysis.

The last tradition have as his main inspiration ideas of author such Gramsci and Althusser - who tried to go beyond the frontiers of the traditional Marxist approach (historical materialistic method). This is the case of Ernesto Laclau and Claude Mouffe who paved a different way for a new comprehension of politics and ideologies through the theory of discourse. Howarth demonstrates the differences among theories of ideology formulated by Gramsci and Althusser, who tried to improve Marx’s theory of ideology, considered determinist and essentialist. Gramsci made an important turn, providing wider importance to super-structure (politics, law, culture) sphere instead of Marx’s materialist theory, which considered the structure (economy) the main point to explain social relations interaction between individuals. The theory of ideology developed by Gramsci has as its main point a class character and constitutes part of the supper-structure serving historical interests. It is in this case a constellation of ideas which permeates society and can be used for political reasons in moments of transformation. In this point is the importance of the theory of ideology developed by Gramsci to analysis of discourse. Gramsci demonstrates what would be behind discourses, narratives or “speech acts”.

Althusser explained ideology, using the mechanism of *interpellation*, demonstrating how subjects recognize themselves when confronted with an external object, in this way the human being would be more an ideological effect of an “internal-external” relationship than a self-constituted one. Pêcheux go any further with the idea that the subject would just be able to bring himself to existence by identifying an external object. Laclau and Mouffe made use of these theories to provide a new explanation about discourse. In Laclau and Mouffe’s perspective the fixation of a meaning (in this case discourses, narratives, speakings) is always partial because of the openness of the social context.

Furthermore, a specific meaning always depends on the particular field of discourse which is responsible for constituting its identity. In this sense, every meaning depend on the

symbolic system where was produced. According to Howarth, in Laclau and Mouffe's point of view differ from linguistic models as they do not consider systems of social relations as pure linguistic phenomena. For Laclau and Mouffe " ... a discursive structure is an articulatory practice which constitutes and organizes social relations' and no a merely 'cognitive' or 'contemplative' entity" (LACLAU AND MOUFFE, 1985, P. 96 *apud* HOWARTH, 2000). From this perspective, ideas, politics, and acts of a politician can be considered a discourse, once did not exist just as a group of ideas, but also implicate a wide range of practices, influencing changes in the reality.

The main criticism made by Laclau and Mouffe regarding the linguistic model was its excess of closure, which reduces all elements to the internal moments of a system. This assumption would consider every social action as simply repetitions of systems that already exists, denying the construction of new "nodal points" that partially would be responsible for partially fix some meanings – " ... the main characteristic of an articulatory practice." (HOWARTH, 2000, P. 103)

Laclau and Mouffe are also accused by the historical materialists, as if their idea of discourse proclaims the existence of "objects" in themselves, disconnected from reality. According to Howarth, Laclau and Mouffe do not deny the existence of the objects (as reality) outside discourse. "What they deny is that objects have 'extra-discursive' meaning, and it is meaning that plays a central role in their approach." (HOWARTH, 2000, P. 104) Furthermore they affirm the material character of discourse, less them its mental property. In this case Laclau and Mouffe break the distinction between an material world and a world of thoughts or languages, where the latter would be just the representation of the former. "Discourse are not confined to an 'inner' realm of mental phenomena, but are those publicly available and essentially incomplete frameworks of meaning which enable social life to be conducted." (HOWARTH, 2000, P. 104)

It seems that Laclau and Mouffe avoided committing the same mistakes in the definition of discourse, approaching in a more dialectical way relationships between "ideas" and "reality" through the re-significance of this concept. By one hand, they escaped from a strict epistemological, linguistic, hermeneutical, textualist perspective of interpretation. By the other hand, they left aside the historical, materialist and contextualist approach. It is possible to affirm that their ideas are a kind of synthesis of what have been constructed

hitherto in the field of history of ideas and in the specific case of relationship between ideas/intellectual formulations and reality.

Bibliography

BALL, T. 'Professor Skinner's Visions', **Political Studies Review** 5: 351-64, 2007

BEVIR, M. **The logic of the History of Ideas**. New York: Cambridge University Press, 1999

_____. The Errors of Linguistic Contextualism. **History and Theory**, v. 31, n. 3, p. 276-298, 1992. ISSN 00182656.

PHILP, M. Political Theory and History, in D. Leopold and M. Stears, **Political Theory: Methods and Approaches**, Oxford University Press, 2008

FINLAYSON, A. **Contemporary political thought: a reader and guide**, Edinburgh University Press, 2003

FRAZER, E. Political theory and the boundaries of politics In: LEOPOLD, D. & STEARS, M. (Eds.) **Political theory: Methods and approaches**, Oxford University Press, 2008

FREEDEN, M. Thinking politically and thinking about politics: language, interpretation and ideology In: LEOPOLD, D. & STEARS, M. (Eds.) **Political theory: Methods and approaches**, Oxford University Press, 2008

HOWARTH, D. **Discourse**. Buckingham UK: Open University Press, 2000

LAMB, R. Feature book review Quentin Skinner's 'post-modern' History of Ideas: review Visions of Politics, Volume I: Regarding method. Volume II: Renaissance virtues. Volume III: Hobbes and Civil Science. By Quentin Skinner. Cambridge University Press. 2002. 226pp. 482pp. 440pp., **History**, Volume 89, Issue 295, pages 424–433, July 2004

_____. Quentin Skinner's 'post-modern' history of ideas. **History**, v. 89, n. 295, p. 424-433, 2004. ISSN 0018-2648.

SKINNER, Q. **Visions of politics – regarding method**. Cambridge University Press, UK, 2002.

_____. "Conventions and the understanding of speech acts". **The Philosophical**

Quarterly, vol. 20, no 79, pp. 118-138, UK, 1970

TULLY, J. (ED.) **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**, Princeton University Press, NJ, EUA, 1988